



Ilda Maria Soares Pinto

Orientadora: Professora Doutora Zita Pereira Correia

As Bibliotecas Militares Portuguesas

Da Coexistência à Cooperação

Évora

Abril 2005

“Esta Dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo Júri”



Ilda Maria Soares Pinto

Orientadora: Professora Doutora Zita Pereira Correia

As Bibliotecas Militares Portuguesas

Da Coexistência à Cooperação



156 963

Évora

Abril 2005

“Esta Dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo Júri”

As Bibliotecas Militares Portuguesas: da Coexistência à Cooperação

RESUMO

O cumprimento da missão das Forças Armadas exige a sua actuação articulada o que pressupõe a existência de cooperação ao nível das várias unidades que constituem cada ramo, nas quais se incluem as bibliotecas militares.

Investigar em que medida e de que forma a cooperação se desenvolve entre as bibliotecas do sistema de forças nacional, identificando os factores que a facilitam ou a dificultam e apresentar um modelo de cooperação para o Sistema de Bibliotecas Militares Portuguesas constitui o principal objectivo desta dissertação.

Perante o problema a investigar verificou-se que o estudo de caso seria a estratégia mais adequada. Os métodos de pesquisa utilizados foram a análise documental, o inquérito por questionário, o inquérito por entrevista e a observação.

A organização militar, enquanto sistema, tem características *sui generis* que influenciam o funcionamento das bibliotecas inseridas em cada um dos subsistemas representados por cada um dos ramos das Forças Armadas, bem como os comportamentos e atitudes dos responsáveis e funcionários das bibliotecas.

A análise detalhada do Sistema de Bibliotecas Militares Portuguesas revelou um sistema disfuncional, em que a relação entre as várias bibliotecas, dentro de cada ramo, e entre os diversos ramos se reduz à mera coexistência. Assim, apresenta-se um modelo de cooperação para as bibliotecas militares, que se entende deverem ser consideradas como parte integrante do subsistema de informação da organização militar.

Palavras-chave: Bibliotecas Militares / Cooperação / Estudo de caso

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 - Escolha do tópico	1
1.2 - Objectivos	2
1.3 - Estrutura da tese	2
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA	5
2.1 - As bibliotecas na sociedade em rede	5
2.2 - A cooperação	11
2.2.1 - A cooperação na actividade humana	11
2.2.2 - A cooperação entre bibliotecas	15
2.3 - Sistemas, organizações e culturas organizacionais	26
2.4 - A organização militar	29
CAPÍTULO 3 - PROJECTOS DE COOPERAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS EM PORTUGAL	32
3.1 - Apresentação dos projectos de cooperação	32
3.2 - Base Nacional de Dados Bibliográficos – PORBASE	32
3.2.1 - Génese e objectivos	32
3.2.2 - Estrutura	34
3.2.3 - Bibliotecas cooperantes	34
3.2.4 - Integração de registos e crescimento da Base Nacional de Dados Bibliográficos	38
3.2.5 - Serviços e produtos	40
3.3 - Rede Nacional de Leitura Pública – RNLP	40
3.3.1 - Génese e objectivos	40
3.3.2 - Estrutura	44
3.3.3 - Bibliotecas públicas	44
3.3.4 - Projecto informático	47

3.3.5 - Crescimento da rede	48
3.4 - Rede de Bibliotecas Escolares – RBE	49
3.4.1 - Génese e objectivos	49
3.4.2 - Estrutura	51
3.4.3 - Bibliotecas escolares	51
3.4.4 - Funcionamento	53
3.4.5 - Crescimento da rede	54
3.5 - Sistema Integrado das Bibliotecas da Universidade de Lisboa – SIBUL	54
3.5.1 - Génese e Objectivos	54
3.5.2 - Estrutura	58
3.5.3 - Bibliotecas da Universidade de Lisboa	58
3.5.4 - Projecto Informático	60
3.5.5 - Integração de registos e crescimento da base de dados do SIBUL	61
3.6 - Análise Comparativa dos projectos de cooperação	62
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA	68
4.1 - Estratégia de Investigação	68
4.1.1 - Estudo de caso	70
4.1.2 - Método qualitativo e quantitativo	71
4.1.3 - Triangulação	72
4.2 - Métodos de Pesquisa	73
4.2.1 - Análise documental	73
4.2.2 - Inquérito por questionário	74
4.2.3 - Inquérito por entrevista	77
4.2.4 - Observação	80
CAPÍTULO 5 - APRESENTAÇÃO DO CASO: O SISTEMA DAS BIBLIOTECAS MILITARES PORTUGUESAS	82
5.1 - Estrutura da Defesa Nacional	82
5.1.1 - Conceito de Defesa Nacional	82
5.1.2 - Órgãos de soberania	82
5.1.3 - O Ministério da Defesa Nacional	85

5.1.4 - Órgãos de Conselho da Segurança e Defesa Nacional -----	90
5.2 - O sistema de ensino e formação e o sistema de saúde -----	92
5.3 - O sistema das bibliotecas militares portuguesas -----	94
5.3.1 - Génese -----	94
5.3.2 - Caracterização -----	100
CAPÍTULO 6 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS -----	109
6.1 - Caracterização das Bibliotecas Militares Portuguesas por Ramo -----	109
6.1.1 - Contexto organizacional e estrutura orgânica em que se insere -----	109
6.1.2 - Tipificação dos utilizadores -----	109
6.1.3 - Orçamento -----	110
6.1.4 - Fundos documentais -----	115
6.2 - Trabalho biblioteconómico -----	121
6.2.1 - Política de aquisições -----	121
6.2.2 - Tratamento documental -----	132
6.2.3 - Divulgação da informação e acesso à informação -----	138
6.3 - Recursos Humanos -----	151
6.3.1 - Número, idade e sexo -----	151
6.3.2 - Habilitações e formação especializada -----	156
6.4 - Meios técnicos -----	160
CAPÍTULO 7 - UM MODELO DE COOPERAÇÃO PARA O SISTEMA DAS BIBLIOTECAS MILITARES PORTUGUESAS - SBMP -----	166
7.1 - Da coexistência à cooperação -----	166
7.2 - Modelo de cooperação -----	169
CAPÍTULO 8 - CONCLUSÕES E TRABALHO FUTURO -----	178
BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS -----	182
ANEXOS -----	190

Gráfico 6.11	Valores referentes ao modo de gestão de empréstimos -----	148
Gráfico 6.12		
Gráfico 6.13		
Gráfico 6.14	Presença de funcionários militares e civis nas bibliotecas	
Gráfico 6.15	respondentes dos três ramos das FA -----	154
Gráfico 6.15		
Gráfico 6.17	Distribuição etária dos funcionários das bibliotecas respondentes --	155
Gráfico 6.18	Distribuição de funcionários das bibliotecas militares segundo o sexo -----	156
Gráfico 6.19	Distribuição de funcionários das bibliotecas militares segundo as	
Gráfico 6.20	habilitações -----	157
Gráfico 6.21		
Gráfico 6.22	Estado da informatização nas BEx -----	162
 QUADROS		
Quadro 2.1	A cooperação no entendimento de diversos autores -----	13
Quadro 2.2	Categorias e formas de cooperação entre as bibliotecas -- Intercâmbio-actividades -----	16
Quadro 2.3	Categorias e formas de cooperação entre as bibliotecas -- Intercâmbio-afinidades -----	17
Quadro 3.1	Tipologia das Bibliotecas Públicas -----	47
Quadro 3.2	Escolas integradas na RBE por CN e por CC entre 1997 e 2003 -----	54
Quadro 4.1	Estratificação das questões do estudo -----	71
Quadro 4.2	Plano geral do questionário -----	75
Quadro 4.3	Número de questionários enviados, devolvidos e válidos, por cada ramo das FA -----	76
Quadro 4.4	Bibliotecas em que foram realizadas entrevistas -----	79
Quadro 6.1	Orçamento para as BEx -----	111
Quadro 6.2	Orçamento para as BMa -----	112
Quadro 6.3	Orçamento para as BFA -----	113
Quadro 6.4	Valores totais referentes ao orçamento atribuído às bibliotecas respondentes -----	114
Quadro 6.5	Temas cobertos pelas bibliotecas dos três ramos das FA -----	116
Quadro 6.6	Documentos em catálogo manual e em catálogo automatizado -----	120
Quadro 6.7	Níveis de selecção de aquisição por compra nas bibliotecas dos três ramos -----	128
Quadro 6.8	Bibliotecas militares com os catálogos informatizados com recurso a aplicações desenvolvidas internamente -----	131
Quadro 6.9	Regras de catalogação seguidas nas bibliotecas dos três ramos das Forças Armadas -----	133
Quadro 6.10	Comparação entre o número de bibliotecas que declara a existência de analíticos e o número de bibliotecas que actualmente trata analíticos -----	134

Quadro 6.11	Comparação entre o número de bibliotecas que declara a existência de documentos de material não-livro e o número de bibliotecas que actualmente trata documentos de material não-livro -----	135
Quadro 6.12	Número de respostas e utilização da linguagem pré e pós-coordenada -----	136
Quadro 6.13	Existência de depósitos nas bibliotecas militares -----	137
Quadro 6.14	Meios de divulgação da informação utilizados nas bibliotecas militares -----	138
Quadro 6.15	Postos de pesquisa disponíveis nas bibliotecas militares -----	143
Quadro 6.16	Postos de leitura disponíveis nas bibliotecas militares -----	144

SIGLAS

A.OPS	Adjunto para as Operações
A.PLAN	Adjunto para o Planeamento
AA	Arsenal do Alfeite
ABAD	Associação Portuguesa dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
AE	Associações de Escolas
AFA	Academia da Força Aérea
AG	Apoio Geral
AGE	Arquivo Geral do Exército
AHM	Arquivo Histórico Militar
ALA	<i>American Library Association</i>
Aleph	<i>Automated Library Expandable Program</i>
AM	Academia Militar
B	Biblioteca
BA1	Base Aérea nº 1 (Sintra)
BAFA	Biblioteca da Academia da Força Aérea
BAHM	Biblioteca do Arquivo Histórico Militar
BAM	Biblioteca da Academia Militar
BAMa	Biblioteca da Academia de Marinha
BAVG	Biblioteca do Aquário Vasco da Gama
BBCS	Biblioteca do Batalhão de Comando e Serviços
BBS	Biblioteca do Batalhão do Serviço de Saúde
BCCSP	Biblioteca do Centro de Classificação e Selecção do Porto
BCDEMFA	Biblioteca do Centro de Documentação do Estado Maior da Força Aérea
BCIE	Biblioteca do Comando de Instrução do Exército
BCITAN	Biblioteca do Centro de Instrução de Tática Naval
BCM	Biblioteca Central da Marinha
BCMA	Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas
BCOFA	Biblioteca do Comando Operacional da Força Aérea

BCoIM	Biblioteca do Colégio Militar
BD	Base de Dados
BDDHM	Biblioteca da Direcção de Documentação e História Militar
BDGMC	Biblioteca do Depósito Geral de Material de Guerra
BDJD	Biblioteca da Direcção de Justiça e Disciplina
BDSE	Biblioteca da Direcção dos Serviços de Engenharia
BDSM	Biblioteca da Direcção do Serviço de Material
BE	Bibliotecas Escolares
BE/CRE	Biblioteca Escolar / Centro de Recursos Educativos
BEE	Biblioteca de Estabelecimento de Ensino
BEF	Biblioteca de Estabelecimento de Formação
BEME	Biblioteca da Escola Militar Electromecânica
BEMEt	Biblioteca da Escola Militar de Electromecânica
BEN	Biblioteca da Escola Naval
BEPA	Biblioteca da Escola Prática de Artilharia
BEPAM	Biblioteca da Escola Prática de Administração Militar
BEPC	Biblioteca da Escola Prática de Cavalaria
BEPE	Biblioteca da Escola Prática de Engenharia
BEPI	Biblioteca da Escola Prática de Infantaria
BEPSM	Biblioteca da Escola Prática do Serviço de Material
BEPST	Biblioteca da Escola Prática do Serviço de Transportes
BEPT	Biblioteca da Escola Prática de Transmissões
BES	Biblioteca da Esquadilha de Submarinos
BESPE	Biblioteca da Escola Superior Politécnica do Exército
BESPR	Bibliotecas Especializadas Privadas
BESPU	Bibliotecas Especializadas Públicas
BETA	Biblioteca da Escola das Tropas Aerotransportadas
BExto	Biblioteca do Exército
BF	Base de Fuzileiros
BFA	Bibliotecas da Força Aérea
BGOME	Bibliotecas das Oficinas Gerais do Material de Engenharia
BHMP	Biblioteca do Hospital Militar Principal
BHMR1	Biblioteca do Hospital Militar Regional Nº 1
BIAEFA	Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares da Força Aérea
BIAEM	Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares
BIH	Biblioteca do Instituto Hidrográfico
BIMPE	Biblioteca do Instituto Militar dos Pupilos do Exército
BIO	Biblioteca do Instituto de Odivelas
BISNG	Biblioteca do Instituto Superior Naval de Guerra

BJE	Bibliotecas do Exército
BJEx	Biblioteca do Jornal do Exército
BM	Biblioteca Municipal
BMa	Bibliotecas da Marinha
BMA	Biblioteca do Museu do Ar
BMD	Biblioteca Municipal em Desenvolvimento
BN	Biblioteca Nacional
BOGFE	Biblioteca das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
BP	Bibliotecas Públicas
BPMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
BPR	Biblioteca Principal do Ramo
BQGBLI	Biblioteca do Quartel General da Brigada Ligeira de Intervenção
BQGRML	Biblioteca do Quartel General da Região Militar de Lisboa
BQGRMN	Biblioteca do Quartel da Região Militar do Norte
BQGRMS	Biblioteca do Quartel General da Região Militar do Sul
BQGZMA	Biblioteca do Quatel General da Zona Militar dos Açores
BQGZMM	Biblioteca Quartel General da Zona Militar da Madeira
BRA4	Biblioteca do Regimento de Artilharia Nº 4
BRAAA	Biblioteca do Regimento de Artilharia Anti-Aéreo
BRC3	Biblioteca do Regimento de Cavalaria Nº 4
BRC4	Biblioteca do Regimento de Cavalaria Nº 4
BRC4	Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 15
BRC6	Biblioteca do Regimento de Cavalaria Nº 6
BRC6	Biblioteca do Regimento de Cavalaria Nº 6
BRC6	Biblioteca do Regimento de Cavalaria Nº 3
BRG2	Biblioteca do Regimento de Guarnição Nº 2
BRI13	Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 13
BRI15	Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 15
BRI2	Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 2
BRI3	Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 3
BRI8	Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 8
BTMTL	Biblioteca do Tribunal Militar Territorial de Lisboa
BTMTP	Biblioteca do Tribunal Militar Territorial do Porto
BTSISFA	Biblioteca Técnica de Saúde do Instituto de Saúde da Força Aérea
BU	Bibliotecas Universitárias
CA	Catálogo Automatizado
CAd	Cassete Áudio
CAE	Centro de Apoio ao Estudo
CAL	Comando Adminstrativo-Logístico

CAP	Capitanias dos Portos
CC	Candidatura Concelhia
CCF	Comando do Corpos de Fuzileiros
CD	<i>Compact Disk</i>
CDS/ISIS	<i>Computerized Documentation System - Integrated Set for Information System</i>
CDU	Classificação Decimal Universal
CECA	Comissão de Estudo das Campanhas de África
CECD	Curso de Especialização em Ciências Documentais
CEMA	Chefe de Estado Maior da Armada
CEME	Chefe de Estado Maior do Exército
CEMFA	Chefe de Estado Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CEM's	Chefes de Estado Maior
CL	Centro de Leitura
CLAFA	Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea
CM	Catálogo Manual
Cmd ICE	Comando 1º Corpo do Exército
Cmd Inst	Comando da Instrução
Cmd Log	Comando da Logística
Cmd Pess	Comando do Pessoal
CN	Comando Naval
CNa	Candidatura Nacional
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Centro de Operações Conjunto
COFA	Comando Operacional da Força Aérea
COFAR	Centro de Operações das Forças Armadas
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres
COM	Comando operacional da Madeira
COSF	Componente Operacional do Sistema de Forças
CPESFA	Comando de Pessoal da Força Aérea
CRE	Centro de Recursos Educativos
CRUP	Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
CSBE	Catálogo Sistemático das Bibliotecas do Exército
CSDE	Conselho Superior de Disciplina do Exército
CSDFA	Conselho Superior de Disciplina da Força Aérea
CSE	Conselho Superior do Exército
CSFA	Conselho Superior da Força Aérea
CMSM	Campo Militar de Santa Margarida
CTA	Comando das Tropas Aerotransportadas

HUMINT	<i>Human Intelligence</i>
IAEFA	Instituto de Altos Estudos da Força Aérea
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IDN	Instituto da Defesa Nacional
IGE	Inspeção-Geral do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
IMINT	<i>Imagery Intelligence</i>
IPL	Instituto Português do Livro
IPLB	Instituto Português do Livro e das Bibliotecas antes designado por IPL e depois por IPLL
IPLL	Instituto Português do Livro e da Leitura
ISFA	Instituto Superior da Força Aérea
ISNG	Instituto Superior Naval de Guerra
JMRE	Junta Médica do Recurso do Exército
JSSFA	Junta Superior de Saúde da Força Aérea
LDNFA	Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Educação
MM	Museus Militares
Monogr	Monografias
Mt	Material
OAG	Órgãos de Apoio Geral
OCAD	Órgãos Centrais de Administração e Direcção
OCI	Órgãos de Conselho e Inspeção
OCONS	Órgãos de Conselho
OIT	Órgãos de Implantação Territorial
OSINT	<i>Open Source Intelligence</i>
Ot	Outros
P	Pólo
PALEASE	Programa de Apoio à Leitura em Suportes Especiais
PALOP's	Países Africanos de Língua Portuguesa
Pl. e Coord	Planeamento e Coordenação
RAA	Regras Anglo-Americanas
RBD	Repartição de Documentação e Bibliotecas
RBE	Rede de Bibliotecas Escolares
RI	Regras Internas
RMN	Região Militar do Norte
RMS	Região Militar do Sul
RNBP	Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

RPC	Regras Portuguesas de Catalogação
RUBI	Rede Universitária de Bibliotecas e Informação
SABE	Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares
SBMP	Sistema das Bibliotecas Militares Portuguesas
SDIFA	Serviços de Documentação e Informação da Força Aérea
SIBUL	Sistema Integrado das Bibliotecas da Universidade de Lisboa
SIGB	Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas
SIGINT	<i>Signals Intelligence</i>
SRMEC	Serviço Regional do Ministério da Educação e da Cultura
SSF	Superintendência dos Serviços Financeiros
SSM	Superintendência dos Serviços de Material
SSP	Superintendência dos Serviços do Pessoal
SUC	Sistema Unificado de Catalogação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAO	Unidades Aéreas Operacionais
UAP	Unidades de Apoio
UB	Unidades de Base
UCBG	Universidade de Coimbra - Biblioteca Central
ULB - -	Universidade de Lisboa Biblioteca - -
UN OP	Unidades Operacionais
UN ORG	Unidades
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNIMARC	UNIversal MACHine Readable Catalogue
UTITA	Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicoddependência e Alcoolismo
UVD	Unidades de Vigilância e Detecção
VCEME	Vice Chefe de Estado Maior do Exército
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMA	Zona Militar dos Açores
ZMM	Zona Militar da Madeira

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Escolha do tópico

O Ministério da Defesa Nacional (MDN) tutela todas as actividades do âmbito da Defesa Nacional – gere e coordena a actividade dos três ramos das Forças Armadas (FA) e de todas as unidades que não fazendo parte de qualquer dos ramos, desenvolvem trabalho neste domínio, podendo ser catalisadoras da cooperação entre os mesmos.

As FA têm por missão fundamental, de acordo com o Decreto-Lei nº 34-A/90 de 24 de Janeiro:

“... assegurar a defesa militar do País contra qualquer ameaça ou agressão externas, podendo, além disso, também complementarmente, executar outras missões de interesse geral, designadamente colaborando em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.”

Para dar cumprimento à missão fundamental é assim necessário que as FA actuem em cooperação o que pressupõe também cooperação e articulação ao nível das várias unidades que constituem cada ramo, nas quais se consideram naturalmente as bibliotecas militares.

A experiência profissional da autora, que desde 2001 exerce funções na Biblioteca do Instituto da Defesa Nacional, um órgão civil sob a tutela do MDN, proporcionou um conhecimento directo com a realidade das bibliotecas militares facto que despertou interesse para um estudo mais aprofundado. A autora desenvolveu também trabalho na Biblioteca Nacional, entre 1992 e 2001, na área dos Reservados e na área da Cooperação, o que contribuiu decisivamente para a perspectiva dada a este estudo.

1.2 - Objectivos

Investigar em que medida e de que forma a cooperação se desenvolve entre as bibliotecas do sistema de forças nacional, identificando os factores que a facilitam ou a dificultam e apresentar um modelo de cooperação para o Sistema de Bibliotecas Militares Portuguesas (SBMP) constitui o principal objectivo deste estudo. Para a sua concretização há que contextualizar o SBMP, saber como funciona, de que recursos dispõe e qual o seu impacto interna e externamente.

A contextualização do SBMP passa necessariamente pela análise da estrutura da defesa onde o mesmo se insere. No entanto essa estrutura não tem apenas um carácter militar, pelo que há que considerar além dos aspectos militares também os aspectos políticos que aí se cruzam.

Naturalmente que há grupos de bibliotecas militares que têm um papel de maior impacto perante a comunidade de utilizadores que servem. É por isso necessário identificar esses grupos.

O conhecimento dos meios disponíveis, quer financeiros, quer humanos, ou técnicos permite avaliar o grau de desenvolvimento destes serviços.

A caracterização dos fundos documentais do SBMP e o tipo de tratamento a que são sujeitos, bem como a divulgação da informação afigura-se fundamental para determinar o grau de isolamento ou de cooperação entre as bibliotecas militares.

De igual modo, é importante a caracterizar os recursos humanos (militares/civis, homens/mulheres) e, em particular, conhecer as respectivas qualificações, tanto ao nível dos funcionários como ao nível dos responsáveis pelas bibliotecas.

Considera-se que a concretização destes objectivos pode concorrer para determinar o potencial de cooperação das bibliotecas militares. A partir dessa avaliação pretende-se propor um modelo de cooperação que, tanto quanto possível, corrija as principais fragilidades do SBMP criando condições para a sua projecção na organização militar e na comunidade civil.

1.3 - Estrutura da tese

A tese está estruturada em oito capítulos, contendo ainda bibliografia e referências e os anexos.

Neste primeiro capítulo são referidos os motivos profissionais/pessoais que determinaram a escolha do tópico, os objectivos do estudo e a estrutura da tese.

O capítulo 2 – revisão da literatura – incide sobre a literatura considerada relevante para o estudo abrangendo quatro áreas temáticas: as bibliotecas na sociedade em rede, a cooperação (na actividade humana e entre bibliotecas), os sistemas, organizações e culturas organizacionais e a organização militar vista como um sistema.

O capítulo 3 – projectos de cooperação entre bibliotecas em Portugal – apresenta quatro projectos de cooperação (Base Nacional de Dados Bibliográficos - PORBASE, Rede Nacional de Bibliotecas Públicas - RNBP, Rede de Bibliotecas Escolares - RBE e Sistema Integrado das Bibliotecas da Universidade de Lisboa - SIBUL) com a respectiva descrição: a sua génese, desenvolvimento e estado actual. No final do capítulo procede-se à análise comparativa destes quatro projectos.

No capítulo 4 – metodologia – apresenta-se a metodologia seguida neste estudo: a justificação da utilização da estratégia do estudo de caso e do uso dos métodos quantitativo e qualitativo. São indicados os métodos de pesquisa utilizados: análise documental, inquérito por questionário, inquérito por entrevista e observação referindo a sua triangulação. São ainda apresentados os instrumentos de recolha de dados: o questionário, o guião da entrevista e os registos de observação.

No capítulo 5 – apresentação do caso: o sistema das bibliotecas militares portuguesas – começa por se apresentar o contexto em que as bibliotecas militares se inserem: a estrutura do MDN – Ministério da tutela, a estrutura das FA e de cada um dos ramos. Destaca-se também a estrutura do ensino e da saúde. De seguida é traçado um breve historial da génese e evolução das bibliotecas militares bem como a caracterização da sua situação actual.

No capítulo 6 – apresentação e discussão dos resultados – é feita a descrição detalhada das bibliotecas militares, em termos de levantamento dos seus recursos, trabalho desenvolvido, recursos humanos envolvidos e meios técnicos disponíveis. Conclui-se haver uma situação de mera coexistência entre as bibliotecas militares portuguesas.

No capítulo 7 – um modelo de cooperação para o sistema das bibliotecas militares portuguesas – parte-se do diagnóstico da mera coexistência em que actualmente as

bibliotecas militares se encontram apontando para a disfuncionalidade do SBMP e a evolução desejável para um cenário de cooperação no âmbito do cumprimento da missão das FA, pelo que é apresentado um modelo de cooperação entre as bibliotecas militares indicando várias formas de cooperação entre as quais se destaca a elaboração de um catálogo colectivo do SBMP.

O capítulo 8 – conclusões e trabalho futuro – refere-se às conclusões do estudo e ao trabalho futuro a desenvolver na área da cooperação entre as bibliotecas militares portuguesas.

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA

2.1 - As bibliotecas na sociedade em rede

O conceito “sociedade da informação” surge num contexto de economia de mercado onde se verifica o pleno desenvolvimento das TIC que têm vindo a transformar a sociedade tradicional numa sociedade cada vez mais global.

Esta nova economia apresenta três características no entender de Castells (2000, p. 152-153):

“Primera, la productividad y la competitividad basadas en el conocimiento y la información están fortalecidas por las tecnologías. Esto se traduce en la necesidad de una infraestructura tecnológica y en la importancia de disponer de recursos humanos cualificados. Segunda, la nueva economía asegura productividad y flexibilidad a través de las redes alimentadas y sostenidas por la información. Redes internas en las compañías y entre ellas, entre regiones descentralizadas alrededor de nodos...Tercera, la economía global es un nuevo tipo de economía en la que sus actividades centrales tienen la capacidad de funcionar como una unidad en tiempo real a escala planetaria...”

Castells (2000, p. 158-159) designa como “infodesenvolvimento” o modelo emergente de desenvolvimento que consiste essencialmente na capacidade de processar a informação aplicando-a à produção por forma a melhorar a qualidade de vida.

A nova sociedade é designada por Castells (2002, p. 605) de “sociedade em rede”, uma vez que as redes, passam a constituir o tecido morfológico das sociedades, veiculando a informação e influenciando definitivamente, para o melhor e para o pior, as mais diversas vertentes da vida humana e, por isso, se acredita estarmos em presença do início de uma nova era – a era do conhecimento onde as lógicas do poder assentam na presença na rede e na sua dinâmica. E, nesta medida, se considera estar a decorrer uma revolução silenciosa que estabelece o início de um novo ciclo na História da Humanidade. As mudanças radicais no seio da sociedade não são provocadas por

convulsões ou conflitos declarados, tudo parece fluir num ambiente de grande normalidade, resultado de uma evolução natural.

“A rede é um conjunto de nós interligados” define Castells (2002, p. 606) em que os nós representam intersecções. A expansão das redes é ilimitada consentindo na integração crescente de mais nós, o que permite, através das ligações das redes agregar e desagregar estruturas.

As facilidades de comunicação que actualmente se verificam contribuem decisivamente para a globalização acima referida e, na medida em que se pretende caminhar para uma sociedade de informação acessível a todos, as organizações têm como principal prioridade a infoinclusão, apostando na massificação do acesso aos meios electrónicos (Junqueiro, 2002, p. 123). Pela disponibilização da informação pretende-se alcançar um objectivo que se prende com a igualdade de oportunidades para todos. Todavia ainda se verifica, como nota Castells (2000, p. 153), que “La economia global está muy segmentada: no todos están incluidos, pero todos se ven afectados.”

Actualmente todos os países do mundo se encontram ligados à rede das redes conhecida por Internet com um número de utilizadores impossível de determinar.

A circulação de um manancial imenso de informação invadiu o nosso quotidiano e vem alterando profundamente os nossos hábitos. Pelo impacto das TIC assistimos a um reformular de toda a estrutura social, económica e cultural, que se projecta através dos novos métodos de selecção, aquisição, tratamento e divulgação da informação, provocando desse modo profundas alterações no processo de criação do conhecimento.

A importância do uso da Internet nos processos de desenvolvimento é referida por Castells (2000, p. 162) como:

“... la capacidad de la gente para encontrar información apropiada, analizarla y enfocarla en cualquier tarea. En último término, eso significa educación para todos. La expansión de la educación en cantidad y calidad es, así, la condición para el desarrollo de la sociedad de la información.”

A educação assume uma importância crucial e é atribuído ao ensino universitário, visto numa perspectiva de sistema, um papel crucial para a efectivação do desenvolvimento nas suas diversas vertentes.

A disseminação da informação por via electrónica perpassa qualquer fronteira física transformando o planeta na denominada aldeia global. É neste manancial de informação de dimensões inimagináveis que assenta esta nova sociedade.

“A expressão Sociedade da Informação refere-se a um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na actividade económica, ... A sociedade da informação corresponde, por conseguinte, a uma sociedade cujo funcionamento recorre crescentemente a redes digitais de informação” (Portugal, 1997, p. 7).

Surgem também novas oportunidades da gestão da informação. Assim é o exemplo do que alguns autores denominam de novo papel dos profissionais da informação, nomeadamente os bibliotecários, que, no contexto da sociedade da informação e do desenvolvimento das TIC, sofre transformações profundas.

O bibliotecário passa a ser encarado como “guardian of information superhighway” e actua “as symbiotic human-machine guru” (Sreenivasulu, 2000, p. 12), na medida em que passa a architectar estruturas, a filtrar, a gerir e a processar de forma automática grandes quantidades de informação disponibilizando-a através de recursos e ferramentas próprias que permitem aos utilizadores finais pesquisar a informação em tempo útil agindo interactivamente com os novos sistemas.

O cenário de trabalho do profissional de informação sofre também alterações profundas e repentinas que urge saber acompanhar. Não se trata de criar bibliotecas de raiz, mas antes criar serviços inovadores e difusores do conhecimento que as bibliotecas convencionais encerram. Mais, de permitir o acesso a documentos electrónicos que não existem nos respectivos fundos, bem como de criar sistemas que permitam a partilha com outros agentes, sejam instituições ou indivíduos.

Neste contexto surge a designação de biblioteca digital que segundo Isaiás (1999, p. 16) poderá conter vários significados segundo diferentes perspectivas:

“... poderá significar computadorização das tradicionais bibliotecas; traduzir a realização das funções das bibliotecas de uma nova forma; ser um sistema de

informação textualmente baseado, um repositório de informação on-line, ou uma colecção de serviços de informação distribuídos; ser um espaço distribuído de informação interligada ou um sistema neural de informação multimédia.”

Em 1995 a Association of Research Libraries¹ inspirando-se no estudo de Drabenstott (1994), apresentou cinco elementos transversais às diversas definições de bibliotecas digitais:

“The digital library is not a single entity; The digital library requires technology to link the resources of many; The linkages between the many digital libraries and information services are transparent to the end users; Universal access to digital libraries and information services is a goal; Digital library collections are not limited to document surrogates: they extend to digital artefacts that cannot be represented or distributed in printed formats.”

Mais recentemente, num artigo sobre bibliotecas digitais Fox e Urs (2002, p. 509) consideraram sete características próprias das bibliotecas digitais: a ubiquidade, o livre acesso, a quantidade e diversidade de informação, a partilha de informação, a fluidez da informação, a acessibilidade permanente e novas formas apelativas de apresentação da informação. No entanto estas características só se verificam pela existência de um conjunto de tecnologias que os mesmos autores (Fox e Urs, 2002, p. 505-506) agrupam em: “computational technologies” (as capacidades multimédia dos computadores tornaram possível a manipulação e armazenamento digital de grandes quantidades de informação, permitindo uma interacção homem/computador já acima referido na expressão de Sreenivasulu (2000, p. 12): “as symbiotic human-machine guru”), “networking technologies” (o desenvolvimento das redes permitiu que milhões de utilizadores tivessem acesso à informação, contribuindo desse modo para que a mesma assumisse o carácter de ubiquidade), “presentation technologies” (a apresentação da informação, seja em formato texto, imagem, vídeo ou áudio, confere flexibilidade e amigabilidade no seu uso por parte do utilizador) e “organizational support” (as tecnologias ligadas às bibliotecas digitais só se desenvolveram quando sustentadas por organizações, pelo que se

¹ Disponível em: <http://www.arl.org/sunsite/definition.html#2>
[Acedido em: 3 de Dezembro 2004]

verifica uma interdependência entre os efeitos das tecnologias e a reacção da comunidade).

Assim, as bibliotecas têm um papel activo no mundo digital na medida em que cada vez mais são envolvidas no processo de criação e disseminação do conhecimento assumindo simultaneamente novas funções. Fox e Urs (2002, p. 516) propõem a redefinição dessas novas funções, sugerindo que as bibliotecas digitais criam o contexto para novas parcerias entre editores, bibliotecas e comunidades.

Por sua vez, Lougee (2002) apresenta a biblioteca digital como a protagonista que chega a assumir, por exemplo, o papel de editora: "... we see libraries becoming more engaged in the publishing process, including content presentation, management, and the distribution policies and practices."

Assim sendo preconiza que bibliotecas e editoras devem nortear o seu relacionamento a partir de novos padrões. Quanto às comunidades escolares uma resposta pode ser dada através do estabelecimento de sistemas constituídos por bibliotecas federadas.

Para Caldeira (2003, p. 19) a expressão biblioteca digital:

"... designa uma colecção estruturada e informatizada de livros, revistas, jornais, poemas, fotografias, filmes, esboços, desenhos, plantas arquitectónicas, quadros, sons, músicas e muitos outros tipos de informação audiovisual, que podem ser apresentados isoladamente ou em conjunto, em duas ou três dimensões, de acesso livre ou mediante pagamento e noutros tipos de modalidades em alternativa."

Referindo-se também Caldeira (2003, p. 20) ao papel dos utilizadores na biblioteca digital nota-se que estes podem exercer sobre o sistema uma quantidade de acções que não poderiam praticar na biblioteca convencional. Assim, e de acordo com o autor os utilizadores podem:

"a) registar-se como utilizadores; b) aceder à(s) base(s) de dados existentes na biblioteca digital; c) pesquisar nessa(s) base(s) de dados; d) visualizar, escolher, requisitar, imprimir e/ou adquirir referências constantes do acervo da biblioteca (ou de outras bibliotecas digitais associadas à primeira); e) enviar referências desse acervo para uma morada electrónica ...f) realizar pagamentos; h) solicitar informação ao *weblibrarian* e responder às suas

questões; fazer sugestões de aquisição de novas referências; i) participar noutras actividades incluídas na biblioteca digital..." (Caldeira, 2003, p. 20)

Por outro lado e do ponto de vista do utilizador o facto de as bibliotecas terem os seus conteúdos on-line permite que este recurso funcione como um complemento ou mesmo como uma substituição da deslocação física à biblioteca.

Todas as funções acima referidas ligadas às novas oportunidades de gestão da informação podem ser também perspectivadas de acordo com uma evolução natural da profissão em paralelo com as potencialidades oferecidas pelas TIC, isto é os contributos são na generalidade os mesmos das bibliotecas convencionais como defende Campos (2002, p. 36), mas o *modus operandi* sofreu uma evolução profunda:

"Tradicionalmente, ou seja, na biblioteca com paredes, as contribuições que se prestam à sociedade são: providenciar acesso (à informação e ao documento); trabalhar em cooperação, estruturar conhecimento (através de instrumentos de trabalho como bases de dados, bibliografias, catálogos, etc.), preservar o património e inspirar confiança."

Transportando estas contribuições para a sociedade da informação demonstra-se que a sua actualidade e pertinência se mantêm.

O acesso nas bibliotecas convencionais refere-se aos meios físicos a proporcionar aos utilizadores que aí se deslocam. Actualmente é necessário também criar meios de acesso que têm a ver com a criação de instrumentos adequados ao acesso electrónico dos documentos ou da sua localização, bem como o desenvolvimento de serviços electrónicos

O trabalhar em cooperação assume-se como um contributo fundamental na sociedade da informação em que aparecem novos intervenientes designados de fornecedores de conteúdos de informação.

Sobre a questão da estrutura do conhecimento refere Edwards (2001, p. 69) que a sua importância é extremamente actual, uma vez que os utilizadores têm mais confiança na informação que é tratada por profissionais preparados para o efeito.

Edwards (2001, p. 69) estabelece a seguinte comparação: "Accessing the web today is like entering a large library, where there is no catalogue but where a deranged janitor has assembled in the lobby a few pages from the indexes of randomly selected volumes."

Sobre a preservação do património há a considerar que enquanto na biblioteca convencional o suporte papel ocupava o centro das atenções, actualmente verifica-se uma vasta diversidade de suportes que importa preservar.

Inspirar confiança estava presente nos contributos da biblioteca convencional e assim se deve manter. Está intimamente relacionada com a questão da estrutura do conhecimento que, sem perder a sua essência, deve acompanhar a evolução através da criação de novos serviços que garantam e reforcem a confiança do utilizador.

Uma das direcções a seguir pelas bibliotecas digitais é a possibilidade de criar bibliotecas digitais pessoais, tal como defende Borgman (2003, p. 1), de modo a permitir a efectiva maleabilidade, mutabilidade e mobilidade da informação. O novo desafio consiste em criar múltiplos tipos de uso da informação para múltiplas categorias de utilizadores. Não se trata da quantidade de informação mas da aplicação de atributos que permitam o seu uso variado e do desenvolvimento de instrumentos que facilitem ao utilizador a manipulação da informação, favorecendo assim a criação e manutenção da sua biblioteca digital pessoal.

2.2 - A cooperação

2.2.1 - A cooperação na actividade humana

Segundo Argyle (1991, p. 109) a maior parte da actividade humana desenvolve-se no âmbito das relações sociais e cada uma destas relações envolve cooperação e concretização de objectivos nas mais diversas formas. Nesta matéria são referidos os cinco principais tipos de relações sociais transversais a todas as culturas: de trabalho, de amizade, de parentesco, de amor e casamento. Não só nas relações de trabalho mas sobretudo nas demais relações a tendência natural dos indivíduos é no sentido de as fortalecerem e perpetuarem preocupando-se com o bem-estar do outro.

Sobre a necessidade de cooperação no trabalho refere Argyle (1991, p. 125) que a mesma se justifica devido à dimensão, complexidade e grau de especialidade das tarefas a desenvolver. Por outro lado trabalhar em grupo fomenta a ajuda e o ensino mútuo além de promover o convívio e dessa forma cumprir o factor de satisfação social. Nos grupos coesos verifica-se uma atracção interpessoal que pode ser simultaneamente causa e reforço de cooperação incrementando satisfação/motivação no trabalho e permitindo alcançar

níveis elevados de produtividade. No entanto nem sempre a cooperação é indicada para alcançar o sucesso. Nos grupos coesos verifica-se um sentimento de lealdade / compromisso para com o grupo ou a organização.

Por vezes há que recorrer à competição que regista bons resultados por exemplo em áreas como o desporto e educação.

Em termos conceptuais existem inúmeras definições para o termo cooperação, sendo, no entanto, transversal a todas a ideia da procura de um equilíbrio entre causas e resultados. Argyle (1991) apresenta a seguinte definição de cooperação:

“... acting together, in a coordinated way at work, leisure, or in social relationships, in pursuit of shared goals, the enjoyment of the joint activity, or simply furthering the relationship.”

Os estudos efectuados por Smith, Carroll e Ashford (1995) com base em quarenta e seis artigos que tratam da questão da cooperação concluíram que uma parte substancial (62%) trata a mesma no âmbito das organizações, enquanto os restantes artigos o fazem quase em partes iguais sobre os indivíduos (21%) e sobre grupos ou departamentos (17%).

O Quadro 2.1 apresenta o modo como alguns autores encaram a cooperação.

Uma dificuldade apontada por Smith, Carroll e Ashford (1995, p. 10) e referida por Chen, Chen e Meindl (1998, p. 286) prende-se com o facto de, apesar de existirem diversas definições de cooperação, as mesmas não têm em conta em que termos o seu uso é feito. Para ultrapassar essa dificuldade, os primeiros autores consideram quatro tipos de relações de cooperação:

- a) **Formal** – caracterizada por estruturas formais de controlo onde existem regras específicas de conduta.
- b) **Informal** – pode surgir de forma espontânea em que as partes estão em contacto durante um longo período de tempo reconhecendo que pela cooperação podem obter benefícios mútuos.
- c) **Vertical** – verifica-se entre níveis diferentes, por exemplo entre um superior e um subordinado, isto é o topo e a base de uma organização.
- d) **Horizontal** – verifica-se entre níveis iguais, por exemplo quando os trabalhadores se unem no cumprimento de uma tarefa comum.

Autores	Cooperação
Barnard (1938)	Concebe a organização como resultado de um sistema de esforço cooperativo e de actividades coordenadas.
Fayol (1949)	Harmonização entre diferentes actividades e departamentos de uma mesma organização.
Thompson(1967)	Centra a sua atenção nos diferentes tipos de interdependência nas organizações e nos métodos para atingir níveis elevados de cooperação e coordenação.
Lawrence e Lorsch (1969)	Cada organização deve ser um sistema de interesses inter-relacionados, onde o desempenho eficaz depende de mecanismos integrados.
Beer, Eisenstat e Spector (1990)	Entendem que a cooperação é um pré-requisito da coordenação sendo esta necessária para obter inovação e sucesso competitivo.
Thomas (1992)	Conclui que a colaboração conduz a um elevado grau de satisfação para as partes cooperantes, bem como, a um elevado grau de qualidade nos resultados de trabalho e de desempenho de uma organização.
Buckley e Csson (1988)	Sugerem que algumas organizações que mantêm relações de cooperação, como as <i>joint ventures</i> conseguem obter redução de custos.
Contractor e Orange (1988)	Relacionam as boas relações de cooperação entre as organizações e os níveis elevados de eficiência e de sucesso.

Quadro 2.1: A cooperação no entendimento de diversos autores²

Quanto a Chen, Chen e Meindl (1998, p. 286) optaram por rever os vários conceitos de cooperação para proceder à elaboração de um modelo teórico de cultura e cooperação.

Assim, identificaram três abordagens distintas:

- a) Apoiada na definição de Mead (1976, p. 8) “the act of working together to one end”, são realçados os motivos psicológicos de quem age em conjunto.

² Apud Smith, Carroll e Ashford (1995), tendo sido considerado adequado, no presente contexto, condensar neste quadro o contributo dos autores mais relevantes.

- b) Induzida pela anterior esta segunda abordagem considera a cooperação em termos de relações e situações sociais. Foi apresentada pela primeira vez por Deutsch (1949a)³, que estudando a concepção cultural de cooperação de Mead a transformou dando-lhe o enfoque na natureza das relações estabelecidas entre os participantes e uma dada situação social, a partir das quais distinguiu cooperação e competição.
- c) A terceira abordagem refere-se aos procedimentos em cooperação orientando assim a atenção para as actividades em cooperação. É indicada a definição de cooperação apresentada por Barnard (1938)⁴ – “... functional system of activities of two or more persons” como sendo a mais completa, na medida em que refere, de acordo com Chen, Chen e Meindl (1998, p. 287)

“... how individual actions and efforts are joined and synthesized into cooperative actions and how the inducement, facilitation, and maintenance of cooperation constitute the essence of organizing and managing.”

A partir das três abordagens acima apresentadas foi possível a Chen, Chen e Meindl (1998, p. 286) construir uma estrutura de concepções de cooperação com vista à elaboração de um modelo teórico de cultura e cooperação referida acima (Figura 2.1).

No entender de Smith, Carroll e Ashford (1995) os diversos especialistas têm reconhecido que a cooperação é crucial no sucesso das organizações e o seu papel será ainda mais relevante no futuro, em particular nas organizações horizontais, nas organizações em rede, nas organizações virtuais e nas *joint ventures*.

Não sendo isento de problemas, um sistema de cooperação tem seguramente vantagens acrescidas que o utilizador final saberá valorizar.

Se a cooperação foi desde sempre uma chave para o sucesso das organizações, actualmente e no futuro a sua importância será ainda mais acentuada tendo em conta as novas formas estruturais das organizações que emergem na sociedade da informação e que são veiculadas pelas TIC.

³ Apud Chen, Chen e Meindl (1998, p. 286)

⁴ Apud Chen, Chen e Meindl (1998, p. 286-287)

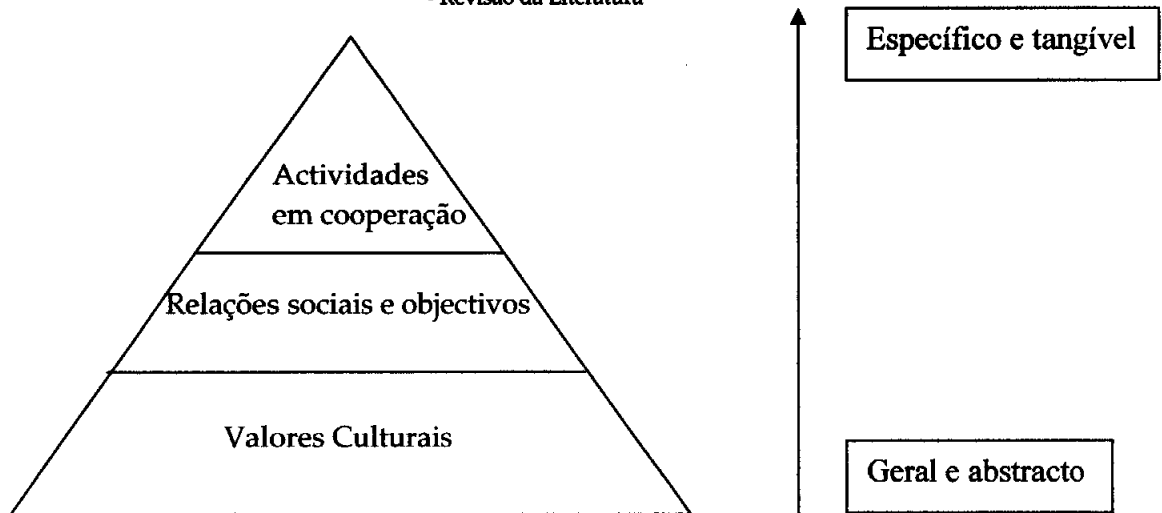


Figura 2.1: Estrutura das concepções de cooperação

(Chen, Chen e Meindl, 1998, p. 289)

2.2.2 – A cooperação entre bibliotecas

Conceito

A expressão “cooperação entre bibliotecas” foi definida por Edmonds (1986)⁵ como: “... reciprocally beneficial sharing of resources, developed or pre-existing, by two or more bodies.” Esta definição foi completada por Brewer (1991)⁶, que acrescentou: “... library cooperation is an umbrella term for a wide spectrum of cooperation process and mechanisms.”

Tomando como referência estas duas definições Rodriguez (2003, p. 19) aponta a cooperação entre bibliotecas como um dos principais meios para obter a maximização de recursos de cada biblioteca cooperante. Por outro lado o facto de se verificar uma grande diversidade em termos de possibilidades de cooperação entre os diferentes tipos de bibliotecas leva a que ainda não se tenha chegado a um consenso sobre o conceito de cooperação entre bibliotecas. A considerar também, segundo o mesmo autor, os objectivos a alcançar e as várias modalidades de cooperação existentes nas mais diversas bibliotecas. Outro aspecto ainda a realçar é o que se refere a instituições, como por exemplo escolas de ciências da informação, que também podem colaborar, não só entre si, mas também com bibliotecas, seja como parceiros, seja acolhendo os estudantes em

⁵ Apud Rodriguez (2003, p. 19)

⁶ Apud Rodriguez (2003, p. 19)

regime de estágio. Além destas também associações profissionais podem colaborar com as bibliotecas.

MacDougall (1991)⁷ identificou várias categorias e formas de cooperação entre bibliotecas. No presente contexto considerou-se adequado apresentar estas categorias de forma condensada nos quadros 2.2 e 2.3.

Cooperação entre Bibliotecas	
Intercâmbio - Actividades	Troca de documentos de todas as espécies entre as bibliotecas cooperantes – desde duplicados a trocas temporárias de documentos.
	Circulação de informação para o pessoal – desenvolve uma administração mais eficiente, uma vez que promove e canaliza a circulação da informação para aqueles que mais necessitam.
	Circulação de informação para os utilizadores – os catálogos partilhados permitem a procura e localização de informação de modo fácil para o utilizador.
	Expansão de recursos – através do estabelecimento de protocolos é possível disponibilizar ao utilizador numa só pesquisa um maior volume de informação abolindo as pesquisas correspondentes a cada uma das bibliotecas e desse modo evitando perdas substanciais de tempo.
	Gestão documental – a cooperação entre bibliotecas permite partilhar não só os recursos bibliográficos, seja na parte técnica do tratamento documental, como a catalogação partilhada e a gestão racional das aquisições, seja na disponibilização da informação através do empréstimo interbibliotecas.
	Recursos Humanos – é possível verificar-se a colaboração entre os funcionários em termos de partilha de conhecimentos através da organização de actividades entre as bibliotecas cooperantes, bem como através do estabelecimento de acções de formação.

Quadro 2.2 – Categorias e formas de cooperação entre as bibliotecas – Intercâmbio-actividades

⁷ Apud Rodriguez (2003, p. 19-20)

Cooperação entre Bibliotecas	
Intercâmbio - Afinidades	Desenvolvimento de ferramentas de trabalho – criação e desenvolvimento de instrumentos cooperativos desde <i>software</i> ao estabelecimento de redes.
	Desenvolvimento de recursos – refere-se ao desenvolvimento de catálogos que permitem, além da disponibilizar informação numa só unidade ao utilizador, proceder à gestão efectiva das aquisições e da catalogação partilhada.
	Pesquisa – no caso das novas formas de aquisição electrónica dos documentos, que pode constituir barreira em situações de partilha de recursos, como no empréstimo interbibliotecas desse tipo de documentos, é possível contornar a questão através de aquisições em cooperação pelos consórcios.
	Formação – a prática de, num regime de cooperação, um funcionário de determinada biblioteca ministrar formação a funcionários de outras bibliotecas permite economizar nos custos destinados a este item.
	Actividade editorial – num projecto de natureza editorial é possível partilhar os respectivos custos pelas bibliotecas cooperantes.

Quadro 2.3 – Categorias e formas de cooperação entre as bibliotecas – Intercâmbio-afinidades

Consórcios

É de referir neste âmbito a questão dos consórcios. Nevins (2003, p. 67) apresenta diversas formas de designar estruturas de cooperação entre bibliotecas: consórcio, rede, associação e biblioteca digital. No entanto, no seu entender, qualquer que seja a expressão utilizada existe um propósito comum: “... to bring together librarians and libraries to undertake activities or serve objectives that could not as effectively be undertaken by individual librarians and libraries in isolation.” (Nevins, 2003, p. 67)

Estas actividades e objectivos podem ser desenvolvidos numa estrutura informal ou com um elevado nível de complexidade.

Sobre a caracterização da estrutura dos consórcios Nevins (2003, p. 68) indica três tipos:

- a) Informal – por regra integram-se em áreas geográficas de pequena dimensão. Promovem o encontro dos bibliotecários participantes no consórcio para debates e prossecução do programa de cooperação. O facto de existirem e de funcionarem eficazmente leva a um estreitamento dos laços que unem os participantes. Muitas vezes evoluem para consórcios formais.
- b) Formal – a sua estrutura obedece a um nível mais elevado de complexidade. Regra geral assentam numa base legal bem definida que estabelece o âmbito da partilha de recursos entre os participantes, bem como funcionam a tempo inteiro definindo prioridades no cumprimento do seu programa.
- c) Governamentais – constituídos pelas autoridades governamentais e frequentemente apoiados no todo ou em parte por fundos públicos. A sua estrutura assemelha-se mais ao consórcio formal.

Os objectivos que devem presidir às propostas de consórcios são definidos também por Nevins (2003, p. 68):

- a) Estabelecimento de comunicações e redes entre os bibliotecários que incluem a partilha de conhecimentos técnicos, bem como a identificação e resolução de problemas.
- b) Desenvolvimento de programas de cooperação.
- c) Estabelecimento de uma economia de escala assente na partilha de recursos entre os cooperantes.
- d) Promoção dos recursos
- e) Obtenção de apoio governamental para a prossecução das actividades em cooperação.
- f) Criação e desenvolvimento de vários serviços devem ser assumidos nos seus riscos e nos seus benefícios.

Influência das TIC na cooperação entre bibliotecas

Com o desenvolvimento das TIC o termo cooperação ganhou novo alento entre as bibliotecas; os programas de cooperação começaram a ganhar forma no final dos anos 80 e consolidaram-se definitivamente em meados dos anos 90.

“[A] cooperação tem sido uma bandeira das bibliotecas e dos bibliotecários, sobretudo nos últimos anos, porque as necessidades de informação facilmente levavam a concluir que nenhuma biblioteca podia ter, nas suas colecções, tudo aquilo que os utilizadores pretendiam.” Campos (2002, p. 37).

É assim que sistemas de diferentes proveniências convergem num esforço comum de disponibilizar mais e melhor informação. É possível também realizar um trabalho em parceria reduzindo custos e otimizando tarefas.

As bibliotecas constituem, cada vez mais, uma situação exemplar de como a colaboração traz mais valias para a comunidade dos seus utilizadores. Dado que nenhuma biblioteca possui toda a informação sobre todas as áreas do saber, pela cooperação entre várias bibliotecas é possível chegar mais próximo desse ideal. Assistimos a uma evolução lógica das Bibliotecas; não é mais possível a existência destes serviços de uma forma isolada e com a pretensão de *per se* suprir todas as necessidades dos utilizadores. As bibliotecas não podem subsistir e crescer isoladamente; é inviável, em termos de custos. E, para os serviços que não tenham outra perspectiva, ou para os que insistirem em assim prosseguir, o encerramento será o seu destino mais provável. Apontamos, a título de exemplo, as bibliotecas universitárias, que com o aumento da comunidade de utilizadores e dos custos de livros e periódicos, se sentiram fortemente pressionadas a incrementar alterações de fundo inadiáveis.

Nesta sociedade a que alguns chamam global e outros preferem chamar da comunicação, verificam-se transformações a todos os níveis (social, económico, cultural) e que estão na base de uma nova ordem em termos organizacionais. Na reorganização desta nova sociedade as bibliotecas / serviços de informação, enquanto centros de acolhimento, tratamento, armazenagem e disseminação de conhecimento, têm uma importância fundamental, que simultaneamente, lhes pode assegurar a sua continuidade enquanto organizações. É, pois, imprescindível proceder à adequação destas estruturas e das suas prestações de serviços ao modelo emergente de sociedade.

As TIC são indubitavelmente motores e catalizadores das transformações que as bibliotecas estão a sofrer, e, quando estes serviços dispõem de meios materiais e de técnicos especializados surgem inúmeras possibilidades de desenvolvimento que decerto irão concorrer para a optimização da prestação de serviços.

O novo desafio consiste em termos simples e lineares em estruturar a informação de modo a disponibilizar novos pontos de acesso, a qual por sua vez, pode não se esgotar numa localização física, o que constitui também uma nova e importante realidade.

As bibliotecas constroem comunidades, mas as bibliotecas actuais formam uma comunidade global. Neste contexto a *American Library Association* (ALA) apresenta o seu programa – *The Sister Library Community* – com o objectivo de estimular as bibliotecas dos Estados Unidos a estabelecerem relações com outras bibliotecas de outros países (Long, 2001, p. 79).

Catálogos partilhados

As TIC impulsionaram definitivamente os catálogos partilhados. Tornou-se possível abranger áreas de informação muito mais amplas e com efectiva redução de custos e os benefícios para a comunidade de utilizadores são também evidentes.

A construção e manutenção de arquitecturas informáticas onde assenta um volume considerável de informação bibliográfica, com vista a disponibilizar uma plataforma de base única, mas onde coexistem diversos catálogos de várias proveniências, constitui a pedra basilar de um projecto de cooperação nesta área. Além disso e, em termos puramente biblioteconómicos, as exigências de um projecto desta natureza proporcionam ou devem proporcionar a concretização de um princípio fundamental – a normalização.

A parametrização e desenvolvimento de uma base de Base de Dados Cooperativa levanta desde logo diversas questões, entre as quais:

- a) Âmbito – o que deve ser tido em consideração? Aceitar e integrar todos os dados enviados, ou estabelecer critérios de controle de qualidade? De uma ou de outra opção, de acordo com Ryan (1999, p. 223), pode resultar respectivamente ter uma base com o máximo de títulos ainda que seja quase certa a sua fraca qualidade em termos de tratamento de dados, ou adoptar *standards* no seu tratamento (por exemplo o uso do formato MARC), o que pode significar inicialmente perda de tempo, ainda que essa perda possa garantir a normalização e seja compensada por uma melhor qualidade na informação a disponibilizar.
- b) Integração de Registos e Controle de duplicados - o *modus operandi* de uma base única de cooperação pode comportar algumas cambiantes de projecto para

projecto; desde um sistema que comporta divisões administrativas em que cada membro intervém directamente, mediante identificação por password, no seu próprio catálogo, até um sistema em que existe liberdade apenas ao nível da introdução de dados e não da sua alteração, a qual depende da entidade central encarregue da gestão do Catálogo Geral. Nesta diversidade de procedimentos há também a considerar o contributo que é dado em linha e aquele que sofre um processo de migração de dados automático ou manual, seja por o membro cooperante não se encontrar ligado ao sistema principal, seja por os dados terem sido introduzidos num sistema distinto do principal.

Quaisquer que sejam as opções seguidas, é essencial que se estruture uma rede cooperativa que assegure a informação acerca de uma quantidade considerável de títulos e respectiva indicação da localização física.

O controle de duplicados revela-se uma tarefa particularmente complexa (Ryan, 1997, p. 223) no que se refere ao tratamento de artigos de publicações periódicas, de miscelâneas, bem como dos registos de autoridades. Nestes moldes é desejável que estas tarefas sejam desempenhadas por uma entidade central de modo a assegurar o mais possível a questão da normalização.

- c) Actualização – a questão das actualizações está relacionada com o problema anterior e deve ser considerado de acordo com a configuração da arquitectura escolhida para a Base de Dados. Nesse sentido importa definir em que modo devem decorrer as actualizações: em modo manual, em modo automático ou em lote?
- d) Empréstimos – numa estrutura cooperativa há que tomar opções quanto à gestão dos empréstimos; tudo fica simplificado se esta gestão se fizer localmente por cada membro, ainda que constante na base geral a informação acerca da disponibilidade ou indisponibilidade de determinado documento / exemplar. Tecnicamente é apontado o recurso ao protocolo Z39.50 que permite determinar em tempo real o estado em que se encontra o documento procurado. Para tal é necessário que os servidores de cada catálogo cooperante disponham deste requisito. Todavia há outras soluções; num modelo de catálogo partilhado, em que cada membro cooperante não gere o seu próprio sistema (encontra-se sujeito a

uma entidade central), apenas dispõe de terminais que lhe permitem executar um número de tarefas bem determinadas. Existe a possibilidade de oferecer através de interfaces externos, semelhantes ao Z39.50, serviços que disponibilizam informação aos utilizadores finais.

- e) Expansão e sustentabilidade de um sistema cooperante – são factores que merecem uma reflexão continuada. O acolhimento de novos membros pode não ser uma questão pacífica, pelo que é de toda a conveniência que as regras por que se rege a cooperação estejam muito bem delineadas.

Foram recolhidos dois exemplos de projectos de implementação de sistemas integrados. O primeiro (aqui designado por Projecto A) baseia-se no sistema *Horizon*, instalado na Biblioteca da Universidade de Poznan, Polónia, com início em 1996 e descrito por Rucinska-Nagórny e Jazdon (2001, p. 144-152). O segundo projecto (aqui designado por Projecto B) baseia-se no sistema *Aleph*, instalado na biblioteca da Universidade de Génova, Itália, com início em 1994 e descrito por Minetto (1997, p. 295-296).

Projecto A

O sistema da Biblioteca Central da Universidade é composto por vinte bibliotecas: oito bibliotecas departamentais, cinco bibliotecas departamentais especializadas e sete bibliotecas independentes. Em 1996 contava com 4.4 milhões de itens. A colecção da biblioteca central era composta por 2.6 milhões de monografias. A biblioteca central empregava 142 pessoas, das quais 96 possuíam formação superior. As demais bibliotecas contavam com 154 funcionários, dos quais 110 possuíam formação superior. A registar ainda 25 pessoas que exerciam funções genéricas ou de carácter administrativo.

No ano de 1996 formou-se o *Poznan Scientific Libraries Foundation* cuja principal missão seria coordenar a implementação do sistema nas bibliotecas da cidade. Era composto por três órgãos principais e estavam representadas neste grupo doze instituições localizadas em Poznan. Destas, quatro pertenciam à Universidade. Nesse mesmo ano este grupo procedeu à escolha do sistema a implementar que recaiu sobre o *Horizon*, que é um sistema bibliográfico de gestão integrada, com possibilidades de recurso às pesquisas proporcionadas pelo protocolo Z39.50.

Na Biblioteca Central da Universidade de Poznan formou-se um grupo de trabalho – Independent Computerisation Unit – cuja missão era supervisionar e acompanhar os trabalhos de instalação do novo sistema. Este sistema aplicado a toda a rede das bibliotecas, teve de ser coordenado através de regras a observar por todas as bibliotecas participantes.

A formação dos funcionários no novo sistema teve início em 1997, abrangendo ca de cem funcionários e totalizou ca 2000 horas. A formação nos vários módulos era integrada com a sua aplicação imediata no trabalho de rotina. Para alguns módulos foram especialmente desenhados programas de formação.

A instalação do sistema iniciou-se no ano de 1998 com o módulo de catalogação. Em 1999 entrou em funcionamento o módulo de aquisições e parte do módulo de periódicos. Regista-se que a equipa responsável pelas aquisições depressa se adaptou ao novo módulo, facto que promoveu a motivação do grupo. A considerar também que o trabalho em cooperação veio estabelecer novas rotinas.

O trabalho de instalação do novo sistema na Biblioteca Central da Universidade de Poznan decorreu em paralelo com a instalação nas bibliotecas pertencentes à rede das Bibliotecas da Universidade. Em meados de 1999 vinte e oito bibliotecas trabalhavam com o módulo de catalogação, oito com o módulo de aquisições e três com o módulo de circulação.

Em 1998 foi instalado o *WebPAC* nas bibliotecas pertencentes ao *Poznan Scientific Libraries Foundation* o que permitiu o acesso ao seu catálogo através da Internet.

Os principais problemas registados na migração dos dados de outros sistemas para o *Horizon* referem-se: à validação dos registos, à transferência das contas dos utilizadores, à manutenção dos códigos de barras e à manutenção dos registos de autoridade.

Com este processo verificaram-se alterações ao nível da organização. Assim, o planeamento da instalação do sistema foi motivo para inúmeras reuniões, por outro lado havia que acompanhar o andamento dos trabalhos para o que foi criado um grupo de trabalho, referido acima, destacou-se um bibliotecário responsável pelo sistema assistido por um vice-director das bibliotecas departamentais que ficou responsável pela cooperação destas com a biblioteca central.

Decorridos dois anos (1998-2000) desde o início do processo de instalação do sistema o balanço feito foi positivo: o cumprimento de regras uniformes no tratamento documental, garante da normalização, e a catalogação em linha de todas as bibliotecas cooperantes possibilita a catalogação partilhada, eliminando trabalho duplo. E, digno de registo é também a introdução de um cartão de leitor uniformizado válido para todo o sistema. Foi ainda possível proceder à gestão racional das aquisições, eliminando compras em duplicado e desse modo poupar recursos financeiros. Por sua vez a revisão da colecção durante todo o processo permitiu detectar documentos perdidos ou em falta procedendo à sua substituição.

Projecto B

Desenvolveu-se na Biblioteca da Universidade de Génova. O sistema inclui catorze bibliotecas dispersas na área urbana de Génova. Cada biblioteca trata dos seus documentos especializados e organiza os serviços prestados ao utilizador, na observância dos critérios uniformes estabelecidos pelo sistema da Biblioteca da Universidade: empréstimos interbibliotecas, entrega de documentos, uso da Internet e do *e-mail* e permissão ao acesso gratuito a BD *on-line*.

Foi escolhido o sistema *Aleph* (*Automated Library Expandable Program*) por ter sido considerado o que melhor respondia aos problemas de partilha de informação e de recursos técnicos e humanos e suficientemente dinâmico para acompanhar a evolução no mundo da informação. Caracteriza-se por ser um sistema integrado de gestão de bibliotecas, por ter módulos particularmente vocacionados para as rotinas da administração biblioteconómica, por suportar uma rede de bibliotecas residentes em um ou vários computadores, por integrar o OPAC, e por oferecer uma grande flexibilidade.

Procedeu-se, em 1994, a uma instalação piloto do sistema tendo sido feita a conversão retrospectiva e a catalogação de registos das últimas décadas.

O interface para a *web* representa um grande avanço que os utilizadores muito apreciam.

O sistema *Aleph* baseia-se numa arquitectura cliente / servidor, tem capacidade para visualizar textos e imagens respondendo ao desafio multimédia e inclui o protocolo Z39.50 para procurar e importar registos.

O sistema em rede permite que todos os utilizadores consultem as bases de dados a partir da biblioteca ou a partir de suas casas através da atribuição de uma *password*.

Em termos organizacionais foi criado um órgão para acompanhar a instalação do novo sistema, o qual integrava um conselho, um presidente e um gestor. Do conselho fazem parte os representantes de todas as bibliotecas participantes, três bibliotecários, um administrador do sistema e um representante dos estudantes. O seu objectivo é dar apoio técnico aos bibliotecários e em conjunto com os órgãos da universidade decidir sobre os fundos e os recursos humanos a atribuir a cada biblioteca.

As considerações anteriores reportam-se a arquitecturas de catálogos actuais. As referências aos catálogos do futuro indicam que os seus conteúdos serão desprovidos de características físicas e espaciais (Jones, 1997, p. 176), situação que está a ganhar contornos cada vez mais definidos com a emergência das bibliotecas digitais. Se até agora a organização da informação podia ser elaborada segundo padrões de estabilidade e constância, com o aparecimento e desenvolvimento da informação electrónica essas características não têm cabimento da mesma forma. O dinamismo impõe-se a todos os níveis e a evolução a que assistimos é alucinante. Neste cenário importa reflectir na questão - como se organiza a informação? Isto é como se transforma a informação em conhecimento acessível? (Reneker e Buntzen, 2000, p. 392). Há que redefinir as regras de catalogação e os formatos MARC de modo a que os sistemas possam integrar e ser integrados em redes de informação. O trabalho do bibliotecário justifica-se pela necessidade de elaborar catálogos organizados e normalizados, uma vez que é a via que permite oferecer informação com melhor qualidade. Para Jones (1997, p. 178), o catálogo continua a oferecer à sua comunidade de utilizadores valor acrescentado. O exemplo mais comunmente apresentado refere-se ao control de cabeçalhos de autoridades, trabalho que exige uma normalização extremamente rigorosa de modo a proporcionar referências cruzadas e pesquisas exaustivas.

No caso dos catálogos cujos OPAC's não se encontram em rede, tal reflecte-se em resultados negativos, uma vez que, não beneficiando do dinamismo do mundo electrónico verifica-se uma estagnação do trabalho, bem como a sua duplicação, tal como defende Jones (1997, p. 180).



Lagoze (2000) propõe mudanças radicais no catálogo, que têm a ver com o uso dos *metadata*, e demonstra a necessidade das mesmas na transição para a era digital. Essas mudanças requerem reflexão e uso de planos estratégicos por parte dos profissionais de informação. Ser conservador nesta matéria implica não acompanhar o inevitável desenvolvimento da informação e o modo da sua gestão.

“I believe an essential value-added role that the library can add to networked information environment is to act as a leader, or at least a *primus inter pares*, is establishing trust. I believe that the catalog should be the mechanism that facilitates this role.” (Lagoze 2000)

2.3 - Sistemas, organizações e culturas organizacionais

Entende Chiavenato (1983, p. 516) que: “... qualquer conjunto de partes unidas entre si pode ser considerado um sistema, desde que as relações entre as partes e o comportamento do todo seja o foco de atenção...” Chiavenato (1983, p. 515) afirma que a palavra sistema tem muitas conotações, baseando-se na definição de sistema apresentada por Pradip N. Khandwalla:

“... um conjunto de elementos interdependentes e interagentes; um grupo de unidades combinadas que formam um todo organizado e cujo resultado (*output*) é maior do que o resultado que as unidades poderiam ter se funcionassem independentemente ... o ser humano é um sistema ... pode-se pensar que a organização é um sistema que consiste em um número de partes interagentes...” (Khandwalla, p.124)⁸

Johnson, Kast e Rosenzweig⁹ definem sistema como “...um todo organizado ou complexo; um conjunto ou combinação de coisas ou partes, formando um todo complexo ou unitário.”

Sistema é no entender de Narayanan e Nath (1993, p. 54) um conjunto de elementos interrelacionados de forma específica. Estes elementos do sistema referem-se às características ou estado das entidades do sistema e não às próprias entidades que são quem compõe o sistema, grupos organizados ou desorganizados, no caso de se tratar de

⁸ Apud Chiavenato (1983, p. 515)

⁹ Apud Chiavenato (1983, p. 515)

uma organização, ou indivíduos. Assim, os elementos traduzem-se em objectivos, estruturas, processos, actos, necessidades, funções, normas de conduta ou outros estados psicológicos dos indivíduos, grupos, ou organizações de acordo com os mesmos autores.

Na sua abordagem sobre a sistémica, Durand (1992, p. 14-15) identificou quatro conceitos fundamentais: a interacção, a globalidade, a organização e a complexidade.

Sobre a interacção identificou quatro níveis: interacção visual, linguagem e comunicação, imitação e sugestão. Quanto à globalidade, a mesma deve ser entendida, mais do que a soma dos elementos que constituem o sistema, como a manifestação de qualidades que as partes não possuíam, o que leva ao estabelecimento de uma hierarquia dos sistemas, aumentando a sua complexidade quando se avança na hierarquia.

O autor considera a organização como o conceito central da sistémica aí incluindo dois aspectos: a) estrutural, representado por exemplo por um organograma, e b) funcional, representado por exemplo por um programa. Da complexidade adverte que esta se encontra presente em todos os sistemas e que a mesma não deve ser confundida com complicação, que também pode caracterizar um sistema quando a composição do mesmo obedece a um princípio simples. Por seu lado atribui três tipos de causas à complexidade de um sistema:

“...as inerentes à própria composição do sistema, ao número e às características dos seus elementos e sobretudo das suas ligações; as provenientes da incerteza e dos acasos próprios do meio envolvente; as devidas às relações ambíguas entre determinismo e acaso aparente, entre ordem e desordem...” (Durand, 1992, p. 16)

As organizações podem ser encaradas como conjuntos de subsistemas que se interrelacionam. Estes subsistemas são designados por Bertrand (1994)¹⁰:

- a) Subsistema de gestão, que se refere a toda a coordenação (dos recursos, das actividades a desenvolver pelos funcionários e da tomada de decisões) de modo a atingir os objectivos propostos;
- b) Subsistema cultural, que tem a ver com símbolos e valores da organização – uma das características de cultura organizacional, referidas abaixo por Hofstede (1997, p. 210) em que este a relaciona com os estudos dos antropólogos;

¹⁰ Apud Dias (2001, p. 160)

- c) Subsistema psico-social, que coordena toda a acção das relações interpessoais e da dinâmica de grupo;
- d) Subsistema estrutural, que tem a ver com as estruturas departamentais e a divisão do trabalho;
- e) Subsistema tecno-cognitivo, referente ao uso dos conhecimentos especializados.

Quatro destes subsistemas encontram paralelo no estudo efectuado por Bennett (1991, p. 232 e 233) e referem-se aos descritos nas alíneas a), c) e e). Este autor apresenta um outro subsistema que designa de informação, o qual processa e relaciona a informação externa à organização e a informação interna.

Assim uma organização recebe *inputs* sob a forma de informação, de materiais, de conhecimento humano, os quais transforma em *outputs* sob a forma de serviços ou bens (Bennett, 1991, p. 231).

Bennett (1991, p. 232) e Chiavenato (1983, p. 535) identificam dois aspectos fundamentais nas organizações: aspectos sociais e aspectos técnicos. Assim, para o primeiro autor, as organizações como entidades sociais são afectadas por forças psicológicas e sociais que ao interagir o podem fazer de forma funcional, imprimindo eficiência ao sistema ou de forma disfuncional com prejuízo para o sistema, enquanto o desenvolvimento tecnológico reflecte os recursos económicos e físicos da organização. No entender de Chiavenato (1983, p. 535), os aspectos sociais referem-se ao modo como as pessoas se relacionam e trabalham juntas e os aspectos técnicos, que variam muito de organização para organização, relacionam-se com o conhecimento especializado e o equipamento disponível.

Tanto os aspectos sociais, como os aspectos técnicos devem ser vistos em conjunto e nunca isoladamente, uma vez que se interrelacionam formando o sistema sócio-técnico ou interface técnico-humano (Bennett 1991, p. 234) pelo que são factores essenciais para determinar a estrutura das organizações.

O facto de em determinada organização se verificarem, entre as pessoas que aí trabalham, formas próprias de "actuar e interagir" (Hofstede, 1997, p. 209) estabelece um padrão diferenciado face a outra organização. Assim, o autor define cultura organizacional como sendo "... a programação colectiva da mente que distingue os membros de uma organização dos de outra..." (Hofstede, 1997, p. 210) e refere-se às

seguintes características da mesma: a) holística, na medida em que é vista como um todo pertencente a determinada organização, determinada historicamente, uma vez que se enquadra numa moldura histórica, relacionada com os estudos dos antropólogos, porque utiliza símbolos e obedece a ritos e tradições; b) construída socialmente, porque é criada e mantida pelo grupo pertencente à organização; c) difícil de mudar (Hofstede, 1997, p. 210), porque a resistência à mudança é algo sempre presente e mais difícil de contrariar quando se trata de mudar cenários ou simples regras que toquem um grupo, mais do que um indivíduo.

2.4 - A organização militar

Inicialmente estudada no âmbito das organizações complexas, foi analisada apenas do ponto de vista formal, isto é, como uma organização que remetia para o seu enquadramento tipológico, o que no entender de Carrilho (1985, p. 44), lhe conferia uma abordagem “meta-histórica e deformadora”. A análise das suas características especiais permitiu a evolução do conceito de organização militar. Assim, foi definida por Lasswell¹¹ “... como a instância em que se processa a administração da violência organizada”, ou de acordo com Carrilho (1985, p. 44) “...constitui ... um sistema de forças organizado e destinado a produzir contraforça, sendo o cálculo da violência legítima específico da instituição militar.”

Exceptuando este aspecto absolutamente excepcional que distingue a organização militar de outras organizações é possível estabelecer um paralelo com os subsistemas abordados acima (Bertrand, 1994)¹²: O subsistema de gestão pode manifestar-se na hierarquia existente nas Forças Armadas, que exerce a coordenação através da subordinação hierárquica que, por sua vez, garante a transmissão das ordens. O subsistema cultural incorpora os seus ritos como a saudação à bandeira, as honras militares, os seus hinos, os sentimentos de patriotismo, a obediência e as virtudes militares. O subsistema psico-social explica as relações coesas de camaradagem e lealdade entre os militares. O subsistema estrutural articula de forma integrada o funcionamento de todos os órgãos militares através do estabelecimento de relações de comando e

¹¹ Apud Ferreira (2003, p. 97)

¹² Apud Dias (2001, p. 160)

funcionais (Ferreira, 2003, p. 98). O subsistema tecno-cognitivo remete não só para os equipamentos técnicos adequados como para uma sólida formação ao nível da aquisição de conhecimentos especializados, cabendo neste domínio uma grande responsabilidade às instituições de ensino militares.

A hierarquia, a disciplina e a estrutura, por um lado, e por outro, os valores éticos e deontológicos dos militares convergem num só sentido: cumprir a missão que no caso português está consagrada na Lei nº 29/82 de 11 de Dezembro, art.º 24: “A missão genérica das Forças Armadas consiste em assegurar a defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça externas.”

No entanto as Forças Armadas encontram-se em mudança, tanto no plano internacional, como no plano nacional.

No panorama internacional perfilam-se mudanças de fundo as quais foram evocadas por Barrento (2001, p. 21) que indicou transformações a três níveis: global, político e tecnológico. Quanto ao primeiro destacam-se a globalização, o aparecimento de novas ameaças e o fosso cada vez maior entre países ricos e países pobres. O quadro político caracterizado pelas formas de regionalismo, pela importância crescente dos *media* na formação da opinião pública que por sua vez condiciona e manipula a condução da política. O nível tecnológico caracteriza-se pelo desenvolvimento de armas precisas de longo alcance e pelos custos elevados da investigação tecnológica.

Neste contexto Barrento (2001, p. 28) sintetiza alguns elementos (tendência para profissionalização das Forças Armadas e a sua utilização em proveito das políticas externas, a procura de alguns países em quebrar a hegemonia dos Estados Unidos, um aumento previsível dos conflitos regionais, as preocupações crescentes por parte de alguns sectores com os direitos humanos e o alcance da paz, a procura de alianças militares com vista a garantir a segurança e a manutenção do carácter dissuasor das armas nucleares) a seu ver contribuirão para em conjunto com os três níveis acima descritos moldar quatro cenários possíveis:

“... unidades políticas com elevado espírito de defesa e elevada capacidade tecnológica; unidades políticas com fraco espírito de defesa e elevada capacidade tecnológica; unidades políticas com elevado espírito de defesa e

reduzida capacidade tecnológica [e] unidades políticas com fraco espírito de defesa e reduzida capacidade tecnológica.” (Barrento, 2001, p. 29-30)

Assiste-se actualmente em Portugal a uma transformação relevante e que pode mudar muitos aspectos da instituição militar: o fim do serviço militar obrigatório e o início da profissionalização das Forças Armadas, no entender de Rodrigues (2004, p. 212) vem proporcionar:

“... uma nova relação do cidadão com o Estado e consubstancia uma reforma estrutural da sociedade portuguesa..., necessariamente perspectivada na óptica interdepartamental da Defesa Nacional, ... não há parcela da Comunidade Nacional a que o assunto não diga respeito.”

Vieira (2001, p. 45) refere-se a um “modelo profissional militar pós-moderno”, o qual concentra, além das funções tradicionais, três funções novas e interligadas: a de estudante, a de comunicador e a de diplomata. A primeira revelou-se essencial para acompanhar e perceber a evolução ao nível das ciências sociais e da técnica. A função de comunicador surgiu como inevitável tanto pela mediatização das operações militares como pelo facto de o militar trabalhar integrado em contingentes multinacionais, como ainda pela necessidade de contactar com as partes em conflito. A função de diplomata-militar surge num contexto de grande complexidade: por um lado os problemas políticos, por outro os problemas operacionais que ocorrem e que são visíveis para o exterior em tempo real pelo que se impõe uma cooperação político-militar. É necessário que o militar esteja preparado para o exercício da mediação e da negociação.

A organização militar deve ser considerada no contexto nacional e no contexto internacional. As novas funções dos militares não vêm substituir as tradicionais, vêm acima de tudo complementá-las, o que concorrerá para a evolução da organização militar, ampliando os seus objectivos e diversificando a sua missão num acto de intercomunicação com o mundo civil.

CAPÍTULO 3 - PROJECTOS DE COOPERAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS EM PORTUGAL

3.1 - Apresentação dos projectos de cooperação

Tomando como referência quatro projectos de cooperação, pretende abordar-se, neste capítulo, a forma como foram encarados novos desafios que alteraram profundamente a relação entre as bibliotecas portuguesas e os seus utilizadores. Os projectos acima mencionados são os seguintes:

- a) Base Nacional de Dados Bibliográficos - **PORBASE**
- b) Rede Nacional de Bibliotecas Públicas - **RNBP**
- c) Rede de Bibliotecas Escolares - **RBE**
- d) Sistema Integrado das Bibliotecas da Universidade de Lisboa - **SIBUL**

A designação de projectos de cooperação foi atribuída por uma questão de uniformização em termos de forma e de conteúdo dos mesmos.

O critério de apresentação destes quatro projectos segue a ordem cronológica do seu aparecimento. A abordagem dos mesmos desenvolve-se seguindo, na medida do possível, itens que permitam uma comparação entre si no final do capítulo. Assim para cada um dos projectos serão analisados: a génese e objectivos, a estrutura e os seus participantes. No entanto, nem sempre foi possível seguir com rigor os mesmos sub-itens para todos, situação que se deveu à natureza diferente de cada um dos projectos, bem como à sua vocação e também aos dados que foi possível aceder e recolher.

3.2 - Base Nacional de Dados Bibliográficos - PORBASE

3.2.1 - Génese e objectivos

A necessidade imperiosa de modernizar o catálogo da Biblioteca Nacional propiciou em simultâneo a sua automatização e a constituição de um catálogo colectivo em linha das bibliotecas portuguesas comportando a Base Nacional de Dados Bibliográficos – PORBASE – ficando a coordenação a cargo da BN:

“É uma base de dados cooperativa, resultante da fusão dos catálogos das diversas bibliotecas que nela participam, não tem fins lucrativos e pretende disponibilizar o acesso à informação bibliográfica de uma forma eficaz e descentralizada.” (Portugal, 1987)

O projecto de automatização dos catálogos da Biblioteca Nacional teve início em Novembro de 1985, seguido, um ano depois, da abertura do concurso para adjudicação de um sistema informático. Ainda no final do ano de 1986 a Biblioteca assume-se como Centro Distribuidor Nacional do CDS/ISIS da UNESCO e logo em Janeiro de 1987 passa também a catalogar automaticamente com esse produto. Entre Maio e Outubro desse ano é tomada a decisão sobre o sistema informático a adjudicar, tendo a escolha recaído sobre o GEAC, e assiste-se à sua instalação. Exactamente um ano depois era disponibilizado o OPAC da PORBASE com 60.000 registos. O módulo de controlo de autoridade do sistema GEAC começou a funcionar no final de 1990. Em 1993 a PORBASE contava já com 500.000 registos e em 1994 eram 100 as instituições cooperantes. O ano seguinte regista uma viragem decisiva neste processo, uma vez que o catálogo em linha da PORBASE é disponibilizado na Internet, e, dessa forma, se proporciona a criação de condições únicas para o pleno desenvolvimento deste projecto de cooperação. A decisão da aquisição de um novo *software* dá lugar em 1998 à migração da base de dados para um novo sistema – *Horizon*. Em 1999 inicia-se a catalogação em linha o que constitui mais um passo para a consolidação da cooperação.

O objectivo que presidiu à constituição da PORBASE prendeu-se desde logo com a informatização do Catálogo Geral da Biblioteca Nacional e a criação de um Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas.

“Enquanto Catálogo Colectivo, a PORBASE visa otimizar os recursos disponíveis na comunidade de bibliotecas e serviços de documentação portugueses e melhorar os serviços ao utilizador final, proporcionando os meios indispensáveis para: a identificação e difusão dos recursos em informação bibliográfica existentes no País; o desenvolvimento do empréstimo interbibliotecas; a normalização das práticas profissionais; a possibilidade de estabelecimento de políticas coordenadas de aquisições.”¹

¹ Disponível em: <http://www.porbase.org> [Acedido em: 2 Fevereiro 2004]

Qualquer biblioteca portuguesa se pode candidatar a participar neste projecto, desde que garanta a qualidade do tratamento documental. Este requisito prende-se com a obediência a certos princípios técnicos assegurando desse modo a compatibilidade no acolhimento da informação. Por outro lado, sendo a BN a Agência Bibliográfica Nacional emana regras que importa cumprir.

Seguindo estes princípios cada biblioteca cooperante deverá disponibilizar regularmente a sua informação contribuindo para o crescimento do Catálogo em Linha, cuja essência é a Cooperação entre instituições e que se consubstancia em Regulamento publicado no Diário da República².

3.2.2 - Estrutura

O art. 4º do Regulamento de 15 de Maio de 1993, acima referido, estabelece a seguinte estrutura de coordenação da PORBASE: um coordenador-geral (referia-se, na altura, o Regulamento ao vice-presidente do Instituto da Biblioteca e do Livro - IBL, actualmente subdirector da BN) e um conselho técnico constituído por 9 elementos e presidido pelo coordenador-geral.

3.2.3 - Bibliotecas Cooperantes

O universo das bibliotecas cooperantes que actualmente constitui a PORBASE é de 154, o que se traduz na maior base de dados bibliográficos a nível nacional, espelhando além das colecções da Biblioteca Nacional, uma variedade de cambiantes temáticas contempladas nas diversas tipologias dessas Unidades: Bibliotecas Universitárias (BU), Bibliotecas Especializadas do Sector Público (BESPU) Bibliotecas Especializadas do Sector Privado (BESPR) e Bibliotecas Públicas (BP). No gráfico a seguir apresentado pode observar-se a representação, em termos percentuais, de cada um dos tipos de bibliotecas cooperantes; são as Bibliotecas Universitárias que mais se fazem representar, com 63%. A um nível abruptamente inferior situam-se as Bibliotecas Especializadas do Sector Público

² II Série, nº 113, de 15 de Maio de 1993 posteriormente alterado no Diário da República, II Série, nº 151 de 2 de Julho de 2002.

com 19%, e, quase a par com as Bibliotecas Públicas com 10%, surgem em último lugar as Bibliotecas Especializadas do Sector Privado com 8% ³.

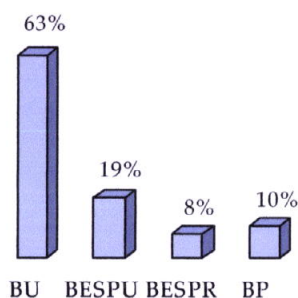


Gráfico 3.1: Representatividade do Directório das Bibliotecas Cooperantes

Proveniência e representatividade do conteúdo da base de dados

O conteúdo actual da Base de Dados quanto à sua proveniência pode distinguir-se desde logo pela participação da Biblioteca Nacional e das restantes Bibliotecas. Assim, a 1ª contribui com 23% do total de registos bibliográficos e as demais Bibliotecas contribuem com 77%. Nesta percentagem das Bibliotecas Cooperantes é possível ainda detalhar o tipo de Biblioteca que contribui com maior quantidade de registos bibliográficos: as Bibliotecas Universitárias surgem com grande destaque (81%), em segundo lugar aparecem as Bibliotecas Públicas (12%), seguidas das Bibliotecas Especializadas do Sector Público (6%) e finalmente as Bibliotecas Especializadas do Sector Privado (1%) de acordo com o Gráfico 3.2.

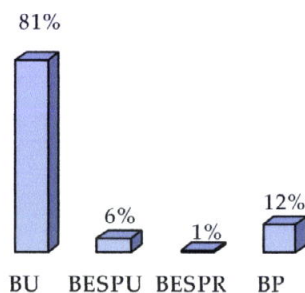


Gráfico 3.2: Representatividade na Base de Dados

³ Disponível em: http://www.porbase.org/o_que_e_porbase/o_que_e_porbase.html
[Acedido em: 2 Fevereiro 2004]

Da análise dos Gráficos 3.1 e 3.2 e da posição de cada um dos tipos de Bibliotecas pode observar-se:

- As Bibliotecas Universitárias sendo as mais representadas no Directório das Bibliotecas Cooperantes (63%) são também quem contribui com a maior quantidade de informação (81%);
- As Bibliotecas Especializadas do Sector Público ocupando o 2º lugar em termos de representatividade (19%) aparecem em 3º lugar na apresentação de resultados (6%);
- As Bibliotecas Especializadas do Sector Privado apresentam um contributo (1%) pouco expressivo de acordo com a sua representatividade (8%).
- Tal como as Bibliotecas Universitárias, as Bibliotecas Públicas (integram a designada Rede de Leitura Pública, e, por isso, fazem parte de outro projecto de cooperação a analisar abaixo) apresentam uma participação na BD (12%) superior à sua representatividade no Directório das Bibliotecas Cooperantes (10%).

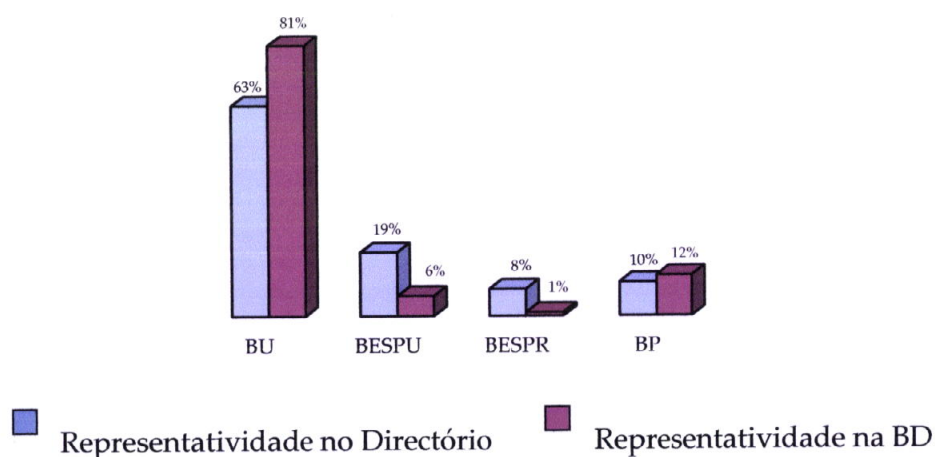


Gráfico 3.3: Representatividade do Directório / Representatividade na Base de Dados

Temática

A participação de instituições com interesses tão diversificados tem por consequência a presença na base de dados de uma grande abrangência temática, sendo a área das Ciências Sociais a mais representada (25%), seguida das áreas de Línguas, Linguística e Literatura (18%), das Ciências Aplicadas, Medicina, Tecnologia (14%), de Matemática e Ciências Naturais (10%), de Geografia, Biografia e História (9%), de Arte e Desporto (8%),

de Generalidades (8%) de Filosofia e Psicologia (4%) e de Religião e Teologia (4%) como é apresentado no Gráfico 3.4.

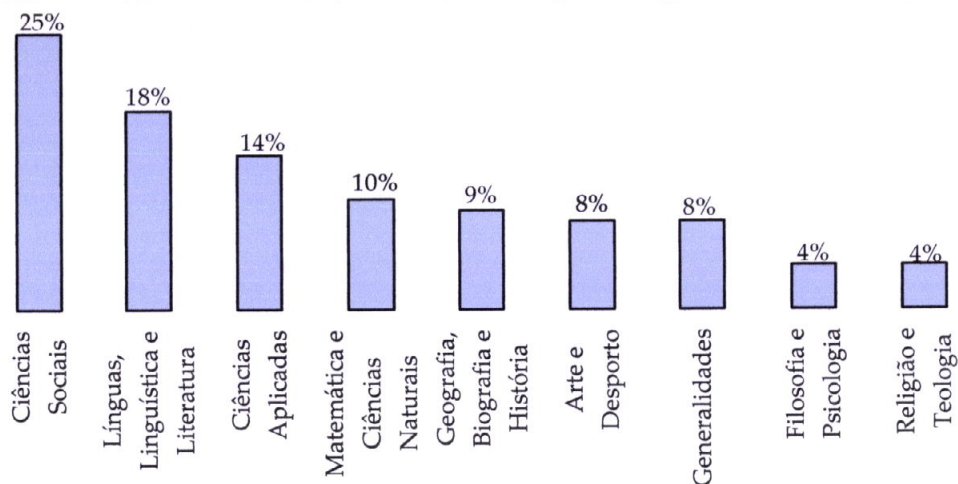


Gráfico 3.4: Temática

Países de publicação mais representados

Portugal aparece naturalmente em primeiro lugar (53% dos registos pertence a bibliografia de publicação nacional), seguido da França (11%), Estados Unidos (8%), Reino Unido (6%), Espanha (5%), Alemanha (3%), Brasil (3%), Itália (2%). A considerar ainda outros países que por si só não têm representatividade (7%).

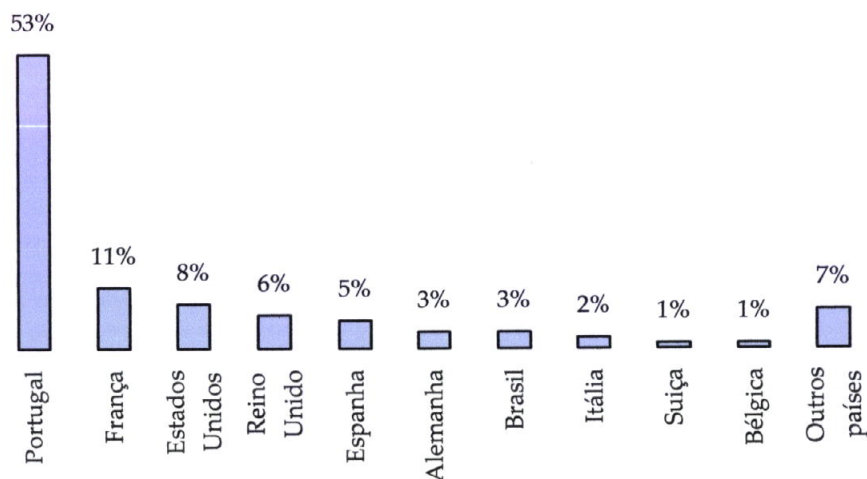


Gráfico 3.5: Países de publicação mais representados

Datas de publicação

A maior parte dos registos corresponde a documentos publicados no século XX (88%). Os séculos XXI (2%), XIX (6%), XVIII (2%), XVII (1%) e XVI (1%) têm uma representatividade consideravelmente inferior.

3.2.4 - Integração de Registos e Crescimento da Base Nacional de Dados Bibliográficos

Inicialmente todas as bibliotecas cooperantes enviavam disquetes com os seus registos que, depois de passarem por uma fase de controlo de qualidade, eram integrados na base de dados, de acordo com o critério seguinte: verificando-se a sua existência na base eram acrescentados o local e cota respectivos; não existindo seria integrado como um registo novo. Também pela instalação deste novo *software*, e durante o tempo em que o sistema não ganhou estabilidade, as tarefas de integração de registos das bibliotecas cooperantes sofreram um abrandamento substancial, sendo necessário redefinir procedimentos na tentativa de obter a melhor adaptabilidade. A introdução do novo sistema provocou internamente alterações profundas no modo de tratamento automático da informação. Houve que formar intensivamente todos os que operavam no novo sistema, de modo a assegurar todas as tarefas de rotina de processamento bibliográfico e carregamento interno da base de dados, bem como, estudar soluções de incorporação dos registos provenientes dos cooperantes.

Desde a passagem para o novo sistema que suporta a PORBASE que ainda subsistem alguns problemas que se prendem com a criação de ferramentas de verificação, análise e correcção dos registos das bibliotecas cooperantes.

No que respeita à cooperação em linha a situação está definida no Regulamento de Cooperação em Linha na PORBASE: além das regras estabelecidas nos documentos enviados às bibliotecas no momento da sua adesão é necessário ainda requerer o "... licenciamento e instalação do *software* cliente do sistema Horizon" (Regulamento de Cooperação em linha, S.d). Por se tratar de uma cooperação em linha há que observar:

"...um maior rigor nos procedimentos inerentes à introdução de dados, de modo que os registos já validados não possam ser inadvertida e indevidamente alterados." (Regulamento de Cooperação em linha, S.d)

Pelo que acima ficou referido o Regulamento de Cooperação em linha da PORBASE estabelece o seguinte:

- a) A Biblioteca Nacional envia informação detalhada às bibliotecas que expressem interesse neste modo de cooperação.
- b) Como órgão coordenador da PORBASE a Biblioteca Nacional estabelece para cada biblioteca cooperante as respectivas “permissões e restrições de acesso às funcionalidades do sistema.” (Regulamento de Cooperação, S.d)
- c) Os custos de instalação podem assumir duas modalidades: no caso de ser a empresa responsável pela manutenção do sistema na BN ou de ser a própria BN a assegurar todos os procedimentos para o estabelecimento da cooperação em linha.
- d) Os registos das bibliotecas cooperantes são objecto de avaliação periódica por parte da Biblioteca Nacional que actuará sempre que se verificarem anomalias na base de dados e em última instância pode mesmo rever as condições de acesso da biblioteca em questão.

A cooperação em linha encontra-se já consolidada com duas bibliotecas: Biblioteca Pública Municipal do Porto e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

A instabilidade inicial do sistema, a necessidade constante e imperiosa da normalização da base e o atraso no desenvolvimento de utilitários que diagnostiquem o estado dos registos enviados pelas bibliotecas cooperantes, têm sido os grandes obstáculos a uma integração dos registos que todos os cooperantes desejam rápida e eficiente. Na tentativa de contornar toda esta complexidade de tarefas procedeu-se à contratação de serviços especializados externos em 2001; as grandes questões a resolver de imediato referiam-se a dois grandes níveis:

- a) Incorporação de registos - a detecção de duplicados, a introdução manual da localização do documento (local e cota onde determinado documento se encontra), correcção de erros de catalogação ao nível do Unimarc e o controlo de autoridades.
- b) Conversão retrospectiva do fundo geral da Biblioteca Nacional – o objectivo deste trabalho centrou-se no retomar de tarefas iniciadas aquando da informatização dos fundos da Biblioteca em 1986. Foi aberto um concurso internacional em 2000 e coube a uma empresa francesa a conversão automática dos catálogos manuais, sempre sob a supervisão dos técnicos da Biblioteca Nacional. Concluído este

trabalho moroso e de grande complexidade resta ainda à BN alguns procedimentos como as ligações ao ficheiro de autoridade.

Todas as actividades acima mencionadas proporcionaram desde Dezembro de 2000 até Dezembro de 2003 um aumento de 196.917 registos bibliográficos e de 188.367 registos de autoridade (Santos, 2003).

3.2.5 - Serviços e produtos

De entre os serviços disponibilizados pela PORBASE salienta-se a formação e as publicações técnicas. Um projecto de cooperação desta envergadura obriga, para garantir a sua própria sustentabilidade, a um esforço de formação dos profissionais envolvidos.

O software de verificação de registos Mangas – Manipulação e Gestão de Metadados Descritivos – destinado a bibliotecas que utilizam o formato MARC para avaliação de uma forma simples do conteúdo da respectiva base de dados.

A Bibliografia Nacional Portuguesa é um produto extraído da PORBASE e disponibilizado às Bibliotecas. Ao permitir a captura de registos bibliográficos contribui significativamente para a redução de custos de catalogação.

3.3 - Rede Nacional de Bibliotecas Públicas – RNBP

3.3.1 Génese e objectivos

No início do ano de 1983 decorreu em Lisboa um Seminário sobre Animação de Bibliotecas sob a orientação de um bibliotecário francês, Jean Tabet. Deste evento resultou o documento: *A Leitura Pública em Portugal : manifesto (1983)* que pretendia, por um lado, traçar a imagem da realidade portuguesa em termos de leitura pública, e, por outro, indicar objectivos a atingir, bem como apontar caminhos a seguir para prossecução dos objectivos.

Assim, considerando a realidade portuguesa da altura, identificavam-se vários pontos que contribuía para o marasmo em que se encontravam as bibliotecas públicas:

- a) Instalação – as bibliotecas existentes encontravam-se em edifícios antigos, mal conservados, com a escassez de luz que lhes era característica, o que contribuía, decerto, para que fossem utilizadas apenas por segmentos muito específicos da comunidade em que se inseriam.

Na sequência do Manifesto formou-se a partir da BAD um Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas (GTBP) que produziu um documento onde se propunha, por um lado, contribuir para o desenvolvimento das bibliotecas públicas, tanto a nível material como de alteração de atitudes de todos os intervenientes deste processo, e por outro lado, lutar contra a estagnação em que se encontravam estes serviços. A par destas iniciativas, o então designado Instituto Português do Livro (IPL), assume uma acção decisiva no sentido de prosseguir os objectivos atrás traçados.

Unindo esforços, o GTBP e o IPL, foi possível a tão ansiada mudança do panorama das bibliotecas públicas portuguesas.

O Despacho 23/86 da então Secretaria de Estado da Cultura marca definitivamente a mudança de rumo da leitura pública estabelecendo as bases para que se torne possível a prossecução de uma política de leitura pública, acima referida. Para dar cumprimento a este despacho foi criado um Grupo de Trabalho que teria como missão definir, num prazo de três meses, medidas que possibilitassem desde logo apurar e definir:

- a) O grau de intervenção no processo dos agentes da administração central e local;
- b) As necessidades de adaptação de edifícios ou construção de raiz de novas estruturas, bem como do seu acervo;
- c) A formação profissional dos técnicos;
- d) A divulgação e promoção de todas as actividades relacionadas com o livro e a leitura.

Este Grupo de Trabalho disporia ainda de oito meses para apresentar uma proposta de leitura pública de implantação faseada e devidamente coordenada.

É assim que, paulatinamente, todo este movimento foi ganhando expressão e a sua importância acabou finalmente por se impor junto do poder central e local, reforçado também pela ideia da criação de uma rede nacional de bibliotecas municipais proposta pela Comissão do Livro⁴.

Os resultados do Grupo de Trabalho, acima referido, ficaram expressos num Relatório, intitulado de *Leitura Pública : rede de bibliotecas municipais*, apresentado no ano de 1986. Assumia-se a necessidade de caracterização de diversos tipos de biblioteca de acordo com a dimensão do meio onde se inseriam. Todavia eram definidos traços comuns: a partir de

⁴ Nunes (1998, p. 83)

Assim, pelo Decreto-Lei nº 111/87 de 11 de Março estabelece-se no Art. 1.º:

“Para a execução de uma política integrada de desenvolvimento da leitura pública no quadro da rede de bibliotecas municipais, o Ministério da Educação e Cultura é autorizado nos termos do artigo 14.º da Lei nº 1/87, de 6 de Fevereiro, a estabelecer, através do Instituto do Livro e da Leitura, com os municípios contratos-programas nos quais se regulamente aquilo que for necessário à intervenção complementar de ambas as partes.”

Em 1989 o então Instituto Português do Livro e da Leitura, pelo Programa de apoio às bibliotecas públicas preconiza, entre outras alterações, um novo programa-tipo dirigido às comunidades com mais de 50.000 habitantes – 1900 m² de área, o qual terá a designação de Tipo 3 (BM3).

Há ainda a considerar o Projecto Bibliopólis, (Nunes, 1998, p. 19) orientado para bibliotecas públicas dos grandes centros urbanos. Tem como principal característica o compromisso, por parte dos municípios que queiram aderir ao projecto, do estabelecimento de redes entre bibliotecas dos concelhos participantes. Trata-se de uma realidade mais complexa em que toda a rede é planeada em função da Biblioteca Central.

Na II Série, 241, do DR de 18 de Outubro de 1988 referem-se os princípios do Programa Bibliopólis:

- a) Apoio técnico e financeiro de Bibliotecas Públicas de grandes centros urbanos;
- b) Estabelecimento de redes concelhias de bibliotecas e de uma política de cooperação intermunicipal;
- c) Possibilidade de contemplar sub-programas de apoio à leitura, apontando como exemplo o programa PALESE, informação em suportes especiais para utilização por deficientes.

Informações recolhidas junto do IPLB em Maio de 2004 acerca do estado deste projecto revelam que em Lisboa ainda se encontra em fase de projecto, no Porto foi já inaugurada a Biblioteca Almeida Garrett, em Évora está em fase de estudo e em Braga se encontra em fase de instalação.

Caracterização

A organização de base destas bibliotecas, qualquer que seja o seu tipo, deverá contemplar três áreas distintas de modo a abranger todas as camadas etárias: uma área dedicada aos adultos, uma área infantil (pode incluir espaços para bebés) e uma Área Polivalente / Auditório para todo o tipo de manifestações culturais, procurando atingir e cativar comunidades diversificadas. Estes eram os traços gerais preconizados no Relatório de 1986.

Fundos

As colecções são organizadas por assunto e disponibilizadas em regime de livre acesso, proporcionando ao utilizador liberdade de movimento. No entanto os critérios seguidos para a composição desses fundos nem sempre são unânimes. Assim, se por um lado o IPLB recomenda nos programas-tipo quantidades mínimas de volumes para cada uma das BM's⁵, por outro lado, surgem inúmeros problemas quanto à selecção e modo de aquisição dos fundos documentais. Deste modo se verifica que qualquer que seja a BM, não só é necessário dotá-la com os meios adequados ao seu funcionamento como também deve existir um profundo conhecimento do mercado editorial português por parte de quem aí trabalha, de modo a assegurar o cumprimento das recomendações acima mencionadas.

Os suportes em que se encontra a documentação são também variados: papel, cassetes, CD's, DVD's... Um outro grupo de documentos refere-se aqueles que se destinam aos deficientes visuais. É assim que surge o Programa de Apoio à Leitura em Suportes Especiais – PALESE. Este programa recolheu benefícios das experiências da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Pública Municipal do Porto onde existem bibliotecas sonoras com dimensões consideráveis; no caso da BN, também na Área da Leitura Especial, há ainda a considerar a produção, divulgação e distribuição do livro em *Braille*.

⁵ BM1: 14.000 vol. (1.500 actualizações / ano), BM2: 34.00 vol. (3.000 actualizações / ano) e BM3: 38.000 vol. (3.500 actualizações / ano)

Temática

Assegurar a abrangência dos temas de interesse de todos os sectores que compõem a Comunidade, independentemente do suporte em que se encontram, e a sua actualização permanente é contribuir decisivamente para o sucesso deste projecto.

Pessoal Técnico

Para o desempenho das funções nas Bibliotecas Públicas é condição *sine qua non* a existência de pessoal com formação adequada. Nesse sentido o IPLB recomenda nos seus programas-tipo:

	BM1	BM2	BM3	BMD
Bibliotecário	1	1 a 2	2 a 3	—
Técnicos Auxiliares de BAD	3	6	8 (+1/anexo)	1 a 2

Quadro 3.1: Tipologia das Bibliotecas Públicas

3.3.4 - O Projecto Informático

Outra faceta fundamental é a gestão automática de toda a documentação. Há que desenvolver ferramentas informáticas no sentido de agilizar todos os procedimentos inerentes às rotinas das Bibliotecas. Trata-se de uma situação em que é imprescindível a formação adequada na área da biblioteconomia, isto é, tirando partido dos meios tecnológicos adequados a estas tarefas sem nunca perder de vista a essência dos procedimentos do tratamento documental: informatizar os catálogos, disponibilizá-los para consulta, local e remotamente, geri-los, em termos de aquisições e empréstimos e na medida do possível acrescentar-lhe mais valias em termos de informação do interesse da comunidade em que se insere de modo a proporcionar interactividade entre a população e a Biblioteca. São estas as linhas de fundo traçadas no documento de apoio à elaboração do Projecto Informático do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas:

“... dotar a Biblioteca, de infra-estruturas capazes de suportar serviços requeridos pelos utilizadores e que será orientado para a automatização das funcionalidades tradicionais (catalogação, consulta, OPAC, empréstimo,

gestão de periódicos, aquisições e estatísticas) e dos serviços de acesso à Internet, informação à Comunidade, auto-aprendizagem e ensino à distância." (Portugal, 2001)

Neste documento é ainda mencionada a integração no plano da Rede Informática Municipal e o acesso em rede a informação em CD-ROM.

Todavia não é referida a criação de um sistema de bibliotecas em rede, pelo que não se verifica qualquer base de sustentação técnica para a efectivação da designada Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

3.3.5 - Crescimento da rede

O crescimento da rede entre 1987-2003 encontra-se representada no gráfico 3.6:

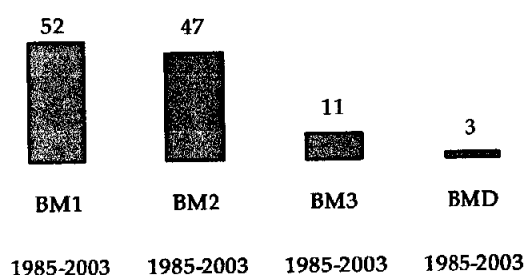


Gráfico 3.6: Crescimento da RNP entre 1987-2003

Verifica-se um crescimento mais acentuado das BM1, seguidas de perto pelas BM2. As BM3 são em número significativamente mais baixo e ainda é menor o número relativo as BMD. A Rede Nacional de Leitura Pública integrava, em Maio de 2004, 242 bibliotecas dos 278 municípios do continente (87%), apresentando uma média de crescimento de 5,3% / Ano:

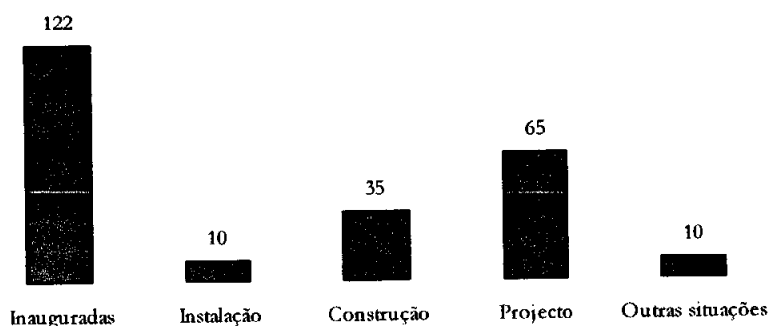


Gráfico 3.7: Situação da RNP em Maio de 2004

3.4 - Rede das Bibliotecas Escolares – RBE

3.4.1 - Génese e objectivos

O Relatório de 1986 referia a questão da precariedade da rede das bibliotecas escolares. Tal situação devia-se à falta de profissionais especializados, de fundos e de instalações adequadas. Por outro lado, o trabalho mais esforçado desenvolvido nesta área tinha uma consistência muito frágil e frequentemente se desmoronava, mercê das mudanças praticamente constantes dos professores responsáveis pelas bibliotecas.

Tratando-se de uma situação limite havia que inverter o estado em que se encontravam as bibliotecas escolares:

“Torna-se cada vez mais urgente criar ou reformular as bibliotecas escolares, instalá-las em espaços condignos, dotá-las com fundos adequados e pessoal habilitado, preparar os professores responsáveis, formar e incentivar os alunos a frequentá-las, já que eles serão os futuros leitores, os futuros utilizadores da biblioteca municipal” (Nunes, 1998, p. 93)

Procura-se assim um complemento entre a biblioteca escolar e a biblioteca municipal.

À passagem da situação de quase paralisia, em que se encontravam as bibliotecas escolares, para a dinâmica exigida na constituição de uma rede, sem perder de vista a missão da biblioteca escolar constante no Manifesto das Bibliotecas Escolares não foi indiferente o processo legislativo que acompanhou a evolução da RBE; alguns marcos desse processo responsáveis pelo arranque da Rede e do seu desenvolvimento referem-se:

- a) Aos Despachos conjuntos nº 43/ME/MC/95 de 29 de Dezembro e nº 5 ME/MC/96 de 9 de Janeiro. O primeiro cria o Grupo de Trabalho (GT) e o segundo nomeia os elementos constituintes desse GT. Esta equipa produziu um documento basilar para a constituição e desenvolvimento da rede de bibliotecas escolares – Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares (Veiga [et al.], 1997);
- b) Ao Decreto-lei nº 519/99 de 24 de Novembro que apresenta o estatuto das carreiras do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e do ensino não superior. Pelo art. 20º e 22º, nº 2 cria respectivamente as carreiras de técnico superior de biblioteca e documentação e de técnico profissional de biblioteca e

documentação; os conteúdos funcionais das carreiras de pessoal não docente, constantes no Decreto-lei nº 223/87 são objecto de revisão na Portaria nº 63/2001 ME/MAP de 30 de Janeiro de acordo com o Decreto-lei nº 519/99 de 24 de Novembro;

c) Ao Despacho conjunto nº 3 - I/SEAE/SEE/2002 que determina:

“... aos estabelecimentos do ensino básico e secundário que integram o Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares podem ser atribuídas condições acrescidas de funcionamento, visando incentivar a organização e dinamização da respectiva Biblioteca Escolar / Centro de Recursos Educativos.”

d) Aos diversos acordos de cooperação com as Autarquias, as Direcções Regionais de Educação e o Ministério da Educação, publicados em Diário da República, 2ª série desde 1997.

Os objectivos que presidiram ao estabelecimento do Projecto da Rede das Bibliotecas Escolares prendem-se com:

“... a criação e/ou desenvolvimento de bibliotecas escolares nas escolas públicas dos diferentes níveis de ensino. Cada BE/CRE deverá ser entendida como um centro de recursos multimédia de livre acesso, destinado à consulta e produção de documentos em diferentes suportes, devendo dispor de espaços flexíveis e articulados, mobiliário e equipamento específicos, fundo documental diversificado e uma equipa de professores e técnicos com formação adequada” (Rede de Bibliotecas Escolares S.d).

Considerando a biblioteca escolar “...parte integrante do processo educativo...” (Manifesto das Bibliotecas Escolares da UNESCO, 2000), pode afirmar-se que a existência de um serviço desta natureza dentro da escola deve desempenhar um papel fundamental na formação de cada indivíduo desde os primeiros momentos da sua vida académica. Na realidade trata-se simultaneamente de exercer uma acção de iniciação, de integração e de complementaridade entre redes.

3.4.2 - Estrutura

O Projecto da Rede das Bibliotecas Escolares, coordenado pelo Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, por sua vez tutelado pelo Ministério da Educação, destina-se a apoiar as escolas públicas no que se refere à criação ou desenvolvimento das bibliotecas escolares - BE / centro de recursos educativos - CRE. Este projecto é desenvolvido em articulação com outros serviços do mesmo Ministério, em especial com as Direcções Regionais de Educação.

As escolas públicas nacionais podem candidatar-se ao Projecto através de uma das duas modalidades existentes:

- a) Candidatura Concelhia – para escolas que se encontram integradas em concelhos que entretanto foram seleccionados e onde já existem estruturas de base.
- b) Candidatura Nacional - para escolas que se encontram de fora dessa região demarcada, não abrangida pelas Candidaturas Concelhias, mas que desenvolvem actividades de reconhecido mérito na área das Bibliotecas Escolares / Centro de Recursos Educativos.

A cada escola, “unidade base da rede” (Veiga [et al.], 1997, p. 54) deverá ser atribuída a responsabilidade de desenvolver todo o processo de gestão da biblioteca, contando para o efeito com o apoio de organismos ao nível nacional – Ministério da Educação; ao nível regional – entidades ligadas à formação e aos serviços regionais dos Ministérios da Educação e da Cultura; a nível local – Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE) e as Associações de Escolas.

Importa fazer uma referência ao SABE. Inspirado em experiências estrangeiras, proporciona a realização de trabalho cooperativo de elevada utilidade. Preconizada a sua criação no âmbito da Rede de Nacional de Leitura Pública (Veiga [et al.], 1997, p. 135) proporciona uma aproximação entre dois tipos de bibliotecas que afinal se complementam.

3.4.3 - Bibliotecas Escolares

O percurso da inversão da situação da RBE, descrito no ponto 3.4.1 Génesis e objectivos, sofreu um impulso decisivo com a publicação do relatório, Lançar a Rede das Bibliotecas Escolares, no ano lectivo de 1996/97. Este documento veio estabelecer

definitivamente os princípios de constituição e funcionamento pelos quais se deveriam pautar as Bibliotecas Escolares. Foi elaborado um diagnóstico detalhado sobre a situação existente e traçadas as principais linhas para a dinamização destas bibliotecas. Houve todo um trabalho prévio de recolha de dados estatísticos e respectiva análise, de que resultou o agrupamento das escolas tendo em conta duas premissas (Veiga [et al.], 1997, p. 39): a população escolar e os níveis de escolaridade. A primeira permite, em termos humanos e em termos materiais, projectar a dimensão da biblioteca e a segunda permite apurar as suas características em termos de recursos.

As escolas foram, assim, agrupadas em tipos: BE1 (< 200 alunos), BE2 (201-500 alunos), BE3 (501-1000 alunos) e BE4 (> 1000 alunos).

Caracterização

No relatório, Lançar a Rede das Bibliotecas Escolares (Veiga [et al.], 1997), depois de definidos e atribuídos os vários tipos de Bibliotecas Escolares, procedeu-se à apresentação do Projecto que contemplava entre outros os recursos humanos e físicos, o funcionamento e animação e a gestão da Rede de Bibliotecas Escolares.

Fundos

Os fundos correspondem a uma grande variedade de documentos, tanto no que respeita à temática, como a suportes. A sua validade está directamente associada à sua utilidade na aprendizagem do aluno. No relatório, Lançar a Rede das Bibliotecas Escolares, encontra-se presente a ideia de rede:

“... idealmente, cada biblioteca deve ser considerada como um ponto de acesso ao sistema, pelo que os recursos de informação disponíveis deverão, em princípio, estar disponíveis para todos os outros pontos de acesso... Não parece carecer de demonstração a grande vantagem económica do funcionamento em rede, sobretudo se este conceito for alargado a outras bibliotecas, designadamente às bibliotecas públicas e às do ensino superior.”
(Veiga [et al.], 1997, p. 50)

Preconiza-se assim, a aquisição orientada em torno dos planos curriculares de cada escola, de forma racional e concertada de modo a evitar a duplicação de fundos.

Recursos Humanos

A presença do professor bibliotecário é uma constante em todos os tipos de BE. Este deverá ser de nomeação definitiva do quadro da escola e disponibilizar-se para frequentar um curso de especialização. Nas escolas do 1º ciclo a situação assume alguns contornos especiais, uma vez que a uma parte considerável destas escolas está apenas designado um professor (por vezes dois) que tem de responder por todo o trabalho aí desenvolvido. Recomenda-se também a existência de técnicos-adjuntos de BAD em todos os tipos de escolas variando em número de acordo com a maior ou menor dimensão da comunidade escolar local.

Recursos físicos

Neste âmbito foram dadas indicações relativamente às instalações, equipamento e recursos de informação.

Cada BE deve ter instalações próprias e adequadas ao trabalho a desenvolver e a sua localização deve ser central e de fácil acesso. Os espaços destinados às diferentes actividades devem encontrar-se interligados de modo a obedecerem a uma lógica de integração, isto é, de complementaridade entre si.

3.4.4 - Funcionamento

A proposta de funcionamento (Veiga [et al.], 1997, p. 52) para estas bibliotecas é semelhante ao que se passa nas bibliotecas públicas: prática do livre acesso, possibilidade de empréstimo presencial e domiciliário e, no caso concreto, empréstimo para actividades escolares. O tratamento documental deve observar todos os procedimentos técnicos e ser feito de forma centralizada. Assim se pode assegurar a normalização e evitar duplicação de trabalho, o que permite desviar tempo para as demais actividades próprias destes serviços.

Conseguir o envolvimento de toda a comunidade escolar é seguramente garantia de sucesso deste programa, pelo que

“... o estabelecimento de uma rede articulada entre bibliotecas escolares deverá permitir o funcionamento cooperativo entre bibliotecas da mesma

área geográfica e de diferentes níveis de escolaridade. Esta cooperação permitirá racionalizar custos e fomentar o alargamento e o intercâmbio de recursos, a realização de iniciativas conjuntas de divulgação, animação e formação e, ainda, a abertura à comunidade" (Veiga [et al.], 1997, p. 54).

3.4.5 - Crescimento da rede

A RBE integra actualmente 1251 escolas, de acordo com a informação referente às candidaturas nacionais e às candidaturas concelhias constantes no *site* da RBE sobre valores até ao final do ano de 2003.

No quadro seguinte apresentam-se os quantitativos referentes às escolas integradas na RBE quer através da candidatura nacional (CNa) quer através da candidatura concelhia (CC) desde 1997 até 2003.

	DREA		DREALG		DREC		DREL		DREN		Total
	C.Na.	C.C.	C.Na.	C.C.	C.Na.	C.C.	C.Na.	C.C.	C.Na.	C.C.	
1997	-	9	-	7	5	11	17	28	10	31	118
1998	6	8	1	11	9	17	13	33	9	45	152
1999	7	1	1	11	9	22	22	36	19	44	172
2000	9	-	6	8	19	27	57	37	33	43	239
2001	-	-	-	10	-	21	-	49	-	43	123
2002	10	1	6	11	26	26	19	40	27	53	219
2003	19	7	2	23	19	30	31	-	30	67	228
Total	51	26	16	81	87	154	159	223	128	326	1251

Quadro 3.2: Escolas integradas na RBE por CN e por CC entre 1997 e 2003

3.5. Sistema Integrado das Bibliotecas Universitárias da Universidade de Lisboa (SIBUL)

3.5.1 Génese e objectivos

Antes de passar à análise do Sistema Integrado das Bibliotecas da Universidade de Lisboa (SIBUL), importa abordar, ainda que com alguma brevidade, a tentativa empenhada de construção de uma estrutura de rede para todas as bibliotecas universitárias, por um lado e por outro o papel fundamental desempenhado pela PORBASE.

Nas 8^{as} Jornadas das Bibliotecas Universitárias realizadas em Lisboa no ano de 1992 foi elaborado um documento - Bibliotecas Universitárias : alicerces para uma estrutura de cooperação - pelo então designado Grupo de Trabalho das Bibliotecas Universitárias, criado no início dos anos 70 no âmbito da BAD, que alertava para a necessidade da criação de uma estrutura que contemplasse todos os estabelecimentos nacionais de ensino superior, permitindo a cooperação entre si, com todas as vantagens que daí é possível obter. Este documento foi remetido ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). Não se registou qualquer acção relevante no sentido da mudança no panorama das Bibliotecas Universitárias.

Por iniciativa da Universidade de Aveiro foi apresentado em 1996, junto do seu Reitor, um documento - Fundamentos para uma Rede de Bibliotecas Universitárias – o qual foi também submetido à apreciação do CRUP. Tendo emitido um parecer favorável e de aceitação das propostas apresentadas no documento, o mesmo foi divulgado a todos os intervenientes. Estavam finalmente lançadas as bases para o arranque da tão ansiada Rede que ganhou mais tarde a designação de RUBI – Rede Universitária de Bibliotecas e Informação.

Entre 1997 e 2000 multiplicaram-se as acções de modo a conferir consistência ao projecto de rede, bem como, a concretizar a institucionalização da RUBI.

No entanto, e apesar do grande empenho e de todo o trabalho produzido a RUBI não vingou. Várias causas são apontadas para este fracasso (Lemos e Macedo, 1983):

- a) Não só se verificam desníveis entre as várias bibliotecas universitárias, como também, as mesmas se deparam com fortes restrições ao que respeita à sua autonomia;
- b) Dos desníveis decorrem diferentes estádios de informatização, ou mesmo a ausência de sistemas informáticos;
- c) O termo cooperação ainda é temido por alguns;
- d) A falta de profissionais da área da biblioteconomia, devidamente qualificados provoca, por sua vez, grandes assimetrias no que se refere à formação.
- e) O facto de não serem os bibliotecários a deterem a direcção destas bibliotecas constitui um forte entrave ao seu desenvolvimento.

Neste caso, como em quase todas as questões, a luta maior trava-se ao nível da mudança de mentalidades, sempre muito resistentes às inovações e preferindo o conforto das rotinas instaladas. Verifica-se, assim, a não concretização da RUBI, e persiste actualmente a incógnita se este projecto ainda vai ser aproveitado ou não.

As bibliotecas universitárias, enquanto unidades de organização e divulgação da informação, integradas em instituições de ensino superior, têm por missão o acompanhamento da evolução das actividades das mesmas. Torna-se, pois, imprescindível dotá-las de recursos, espaços e de dinâmicas, habilitando-as a responder em simultâneo às necessidades de aprendizagem, de ensino e de investigação.

Importa também analisar neste ponto o papel pioneiro da BN e do seu catálogo colectivo – PORBASE. A distribuição, inicialmente de forma gratuita, da primeira aplicação parametrizada em Mini-micro CDS/ISIS (*software* desenvolvido pela UNESCO e distribuído em Portugal pela BN) segundo o UNIMARC designado por Porbase, possibilitou a todas as bibliotecas que o solicitaram o início da informatização dos respectivos catálogos. Entre as várias funcionalidades desse produto há que sublinhar a possibilidade de troca de registos bibliográficos através do formato normalizado ISO 2709. Tratou-se de um passo decisivo para que cada biblioteca pudesse criar os seus próprios catálogos em formato electrónico tanto a partir dos catálogos manuais como de registos já feitos por outros serviços. Assim estavam criados os instrumentos que permitiram a partilha de recursos bibliográficos entre as bibliotecas portuguesas. A BN como entidade normalizadora na área Biblioteconómica, promoveu a adopção de regras comuns no tratamento documental o que se reflectiu positivamente na partilha de informação. Estando consolidados os procedimentos básicos de cooperação o caminho seria a exploração de um vasto leque de possibilidades bem como o desenvolvimento de mais e melhores instrumentos o que viria a fomentar o crescimento dos serviços de documentação reforçado com a Internet em meados de 90 que permitiu a disponibilização dos catálogos bibliográficos, de informação e de serviços.

A biblioteca da Faculdade de Farmácia seguida da biblioteca da Faculdade de Letras, ambas da Universidade de Lisboa, foram as primeiras a disponibilizar os seus catálogos *on-line*. Outras se lhes seguiram, pelo que ao utilizador lhe bastaria um computador com acesso à Internet para consultar cada um dos catálogos sem a necessidade de se deslocar

fisicamente a cada um dos locais. Esta situação para a Universidade de Lisboa constituiu um ponto de partida para um projecto mais ambicioso, de maior utilidade para os seus utilizadores e para a melhoria significativa do funcionamento de cada um dos serviços de documentação que integra esta Universidade.

Foi assim que em 2001 foi criado o Sistema Integrado das Bibliotecas da Universidade de Lisboa (SIBUL) que sustenta o Catálogo Colectivo em linha das 25 unidades documentais (este número inclui os pólos) de todas as Faculdades que dela fazem parte.

Este sistema:

“... foi criado para coordenar e rentabilizar os recursos bibliográficos e electrónicos das unidades documentais constituintes da Universidade de Lisboa, a fim de aumentar e desenvolver os serviços oferecidos à comunidade académica, no respeito pela autonomia das bibliotecas participantes e pelos compromissos de serviço por elas assumidos.”⁶

Um dos objectivos iniciais prendia-se com a colaboração em iniciativas no âmbito da cooperação interbibliotecas e de catálogos colectivos, em especial com a RUBI. Pretendia-se também:

- a) Criar e gerir o seu Catálogo Colectivo potenciando, assim, melhores recursos para as actividades de investigação e de ensino;
- b) Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao utilizador;
- c) Permitir uma circulação da informação de forma mais fluida e que se traduz, por exemplo, na prática do empréstimo interbibliotecas;
- d) Reduzir custos de modo significativo pela partilha de recursos (o tratamento documental pode ser feito apenas por uma agência e aproveitado por todos os cooperantes do sistema, o que reduz substancialmente o tempo e, consequentemente, os custos dispendidos na realização desta tarefa);
- e) Proceder através da cooperação ao acesso de modo partilhado a outras redes;
- f) Desenvolver políticas de aquisições concertadas, de modo a garantir aquilo que realmente é importante para todos, sem duplicações desnecessárias;

⁶ Disponível em:

<http://194.117.17.200:4505/ALEPH0/5ETBQXQ8NQE9SQTDYJM7FTA4JBI9UDG682YFLR71LTIMG5EGJ8-00244/start/ULB01>

[Acedido em: 12 de Fevereiro de 2004]

- g) Incrementar novas tecnologias com vista ao melhoramento dos serviços prestados por estes organismos, assegurando, em simultâneo, a formação permanente dos seus técnicos.

3.5.2 - Estrutura

O SIBUL integra vinte e cinco bibliotecas cooperantes entre bibliotecas centrais e pólos das várias Faculdades, Institutos e Museus que compõem a Universidade de Lisboa. Tem o seu sistema central localizado na Reitoria da Universidade de Lisboa que exerce a gestão ao nível dos procedimentos de administração do sistema, da sua parametrização, da criação de novos utilizadores, da sua segurança e do apoio a todos os utilizadores.

3.5.3 - Bibliotecas da Universidade de Lisboa

Cerca de metade das vinte e cinco unidades de informação são simultaneamente cooperantes da PORBASE, como é o caso, por exemplo, da Faculdade de Farmácia, da Faculdade de Direito, da Faculdade de Letras e dos próprios Serviços de Documentação da Universidade de Lisboa que centralizam o sistema SIBUL, como já foi mencionado acima. No último ponto deste capítulo, Análise comparativa esta situação será tratada com maior detalhe.

Proveniência e representatividade do conteúdo da base de dados

No gráfico seguinte apresenta-se o número total de registos criados por unidade documental. As bibliotecas ULB53 e ULB51 destacam-se significativamente face às outras bibliotecas espelhando assim a sua dimensão. Existem dois serviços de documentação que apesar de pertencerem à Universidade de Lisboa ainda não se fazem representar no sistema – ULB59 e ULB60.

As Bibliotecas Militares Portuguesas: da Coexistência à Cooperação

- Projectos de Cooperação entre Bibliotecas em Portugal -

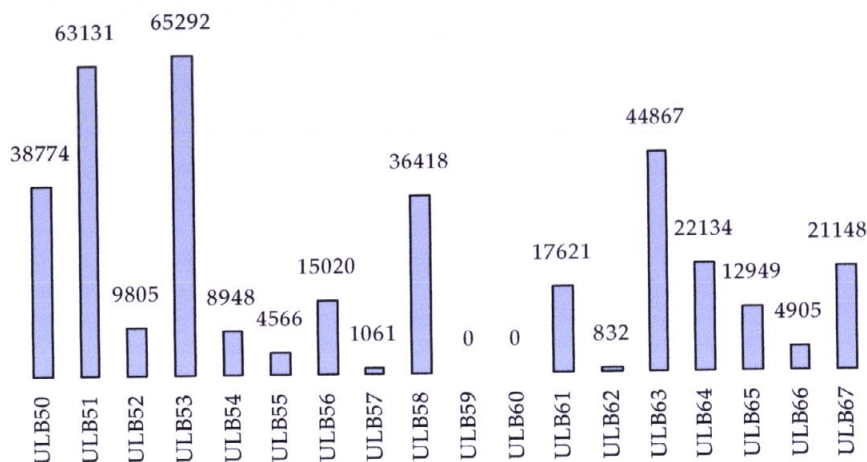


Gráfico 3.8: Totalidade de registos bibliográficos criados por biblioteca cooperante até Dezembro de 2003

Pela análise comparativa do número de registos bibliográficos e do número de exemplares facilmente se percebe a existência de uma grande quantidade de documentos comuns às várias bibliotecas. O catálogo partilhado permite a todos os cooperantes obter resultados positivos e motivadores, de notar por exemplo a ULB57 que criou 1061 registos bibliográficos mas que acrescentou 23298 existências, o que se traduz num benefício muito significativo do trabalho já efectuado por outras unidades de documentação. Este facto por si só ilustra bem a extrema utilidade do trabalho cooperativo num sistema integrado aplicado à área das bibliotecas.

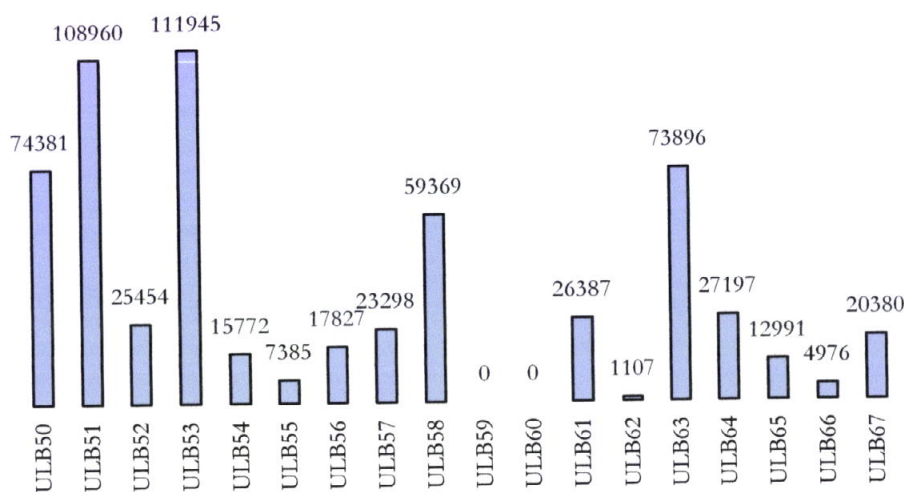


Gráfico 3.9: Totalidade de existências por biblioteca cooperante até Dezembro de 2003

Tipo de Documentos

Entre os registos bibliográficos distinguem-se por tipo de documento: monografias, periódicos, analíticos e outros.

Apresenta-se a seguir o gráfico dos vários tipos de documentos referentes a cada uma das bibliotecas cooperantes.

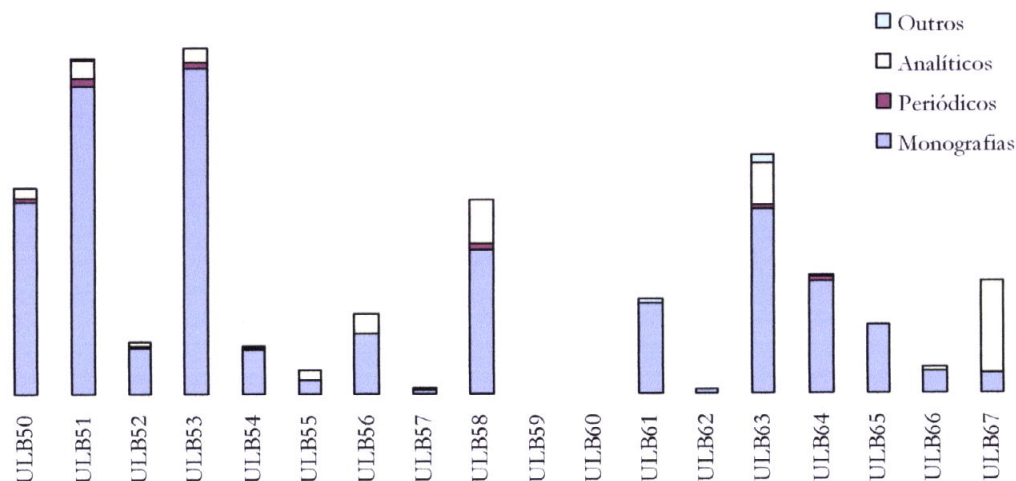


Gráfico 3.10: Tipo de documento por unidade de informação

Com excepção da ULB67 são as monografias que predominam em todas as demais bibliotecas. Seguem-se-lhes os analíticos, os periódicos e com uma presença muito discreta e apenas notória na ULB63 outra documentação não especificada.

3.5.4 - Projecto Informático

A estrutura do SIBUL é suportada por um sistema informático seleccionado por concurso público internacional que decorreu em 1998. Trata-se do sistema ALEPH, versão 505.12.2.

São oito os módulos disponíveis neste sistema:

- 1) Módulo de catalogação;
- 2) Módulo de empréstimo;
- 3) Módulo de pesquisa;
- 4) Interface de pesquisa para a WEB;
- 5) Módulo de aquisições;
- 6) Módulo de gestão de periódicos;

7) Módulo de estatísticas;

8) Módulo de administração do sistema.

A base de dados é única mas partilhada por todos. Assim, cada uma das bibliotecas pode criar novos registos bibliográficos, proceder a alterações nos registos da sua responsabilidade e acrescentar novas existências. Pode ainda utilizar de forma independente módulos directamente relacionados com as suas próprias tarefas, como os módulos de empréstimo e de aquisições. Esta situação só é possível pela existência de uma base de dados administrativos configurada segundo o perfil de cada unidade de documentação, o que permite que sob um mesmo registo bibliográfico, partilhado por outras bibliotecas, sejam acrescentadas existências e definidas políticas locais de empréstimo como acima ficou referido.

Mas não bastou apenas reunir recursos de software e de hardware para garantir o sucesso do sistema. Houve que fazer a migração dos registos das várias unidades documentais, preparar a formação de todos os utilizadores e formar grupos de trabalho. Apesar de ter sido necessário proceder a trabalhos de correcção/uniformização de alguns campos a migração foi facilitada pelo facto de a maioria dos registos se encontrar em formato UNIMARC. A conversão dos registos foi iniciada pelas bibliotecas de maior dimensão e que obedeciam aos critérios de normalização, padrão de qualidade exigido. Também a formação de todos os funcionários que iriam manipular o sistema foi crucial neste processo. Teve a duração de cerca de 30 dias distribuída por vários módulos por forma a não comprometer o funcionamento de cada um dos serviços de documentação. Foram constituídos grupos de trabalho com o objectivo de criar regras e procedimentos a seguir por todos os cooperantes de modo a garantir um trabalho de melhor qualidade. Do trabalho destes grupos resulta a publicação de notas técnicas de forma periódica.

3.5.5 - Integração dos registos e crescimento da base de dados do SIBUL

No ano de 2001, entre Abril e Dezembro, assistiu-se à integração massiva de cerca de 330.00 registos.

O crescimento médio diário fixou-se em cerca de 105 novos registos bibliográficos.

No final de 2003 a BD contava com cerca de 367.471 registos bibliográficos. Dos 309.097 registos de monografias 2760 correspondem a teses de mestrado e 6137 a teses de

doutoramento. Trata-se de um dos maiores catálogos colectivos em Portugal, só ultrapassado pela PORBASE.

Sempre ancorado na cooperação, no seu seio e/ou na participação em consórcios, este projecto perspectiva o futuro através da actualização, melhoria e diversificação dos seus serviços.

3.6 - Análise comparativa dos projectos de cooperação

Os projectos de cooperação apresentados ao longo deste capítulo surgiram de forma diversa e cada um se apresenta com uma vocação diferente, ainda que seja transversal a todos a ideia de construção de uma rede que permita a partilha de recursos e de informação com benefícios muito significativos para os intervenientes e para toda a comunidade de utilizadores.

A análise comparativa dos projectos apresentados foi efectuada a partir de dois pares de conceitos-chave – planeado / emergente e global / sectorial:

- a) Planeado – sistema que foi concebido de acordo com uma visão explícita e objectivos bem definidos, e cuja construção está regulada por diplomas legais;
- b) Emergente – sistema surgido a partir de subsistemas com existência autónoma, e que em determinado momento se congregaram em torno de um objectivo comum;
- c) Global – o sistema global está aberto à integração do universo dos subsistemas;
- d) Sectorial – o sistema sectorial integra um conjunto específico de subsistemas.

A PORBASE nasceu da necessidade de modernizar e dinamizar o catálogo da BN e também de aglutinar outras bibliotecas do país no âmbito da sua missão de agência bibliográfica nacional. Tratou-se de pôr em prática um modelo muito complexo pela quantidade e variedade de bibliotecas cooperantes, pelo que, houve necessidade de uniformizar os procedimentos através da emanação de regras a seguir por cada uma das unidades participantes. Houve também que adoptar um sistema informático capaz de gerir um catálogo colectivo, onde a ideia de rede, tal como hoje a entendemos, começava a ganhar alguns contornos, embora ainda distante das possibilidades que a Internet e o desenvolvimento das novas tecnologias trouxeram quase uma década mais tarde. Pretendia-se englobar todas as bibliotecas portuguesas que reunissem os requisitos adequados para participar neste projecto, e que se traduziria numa mais valia para todas

as instituições participantes e para o utilizador final. O nascimento e desenvolvimento da PORBASE foi sempre planificado e sustentado por diplomas legais e a sua amplitude pretende ser global na medida em está receptiva a todas as bibliotecas portuguesas.

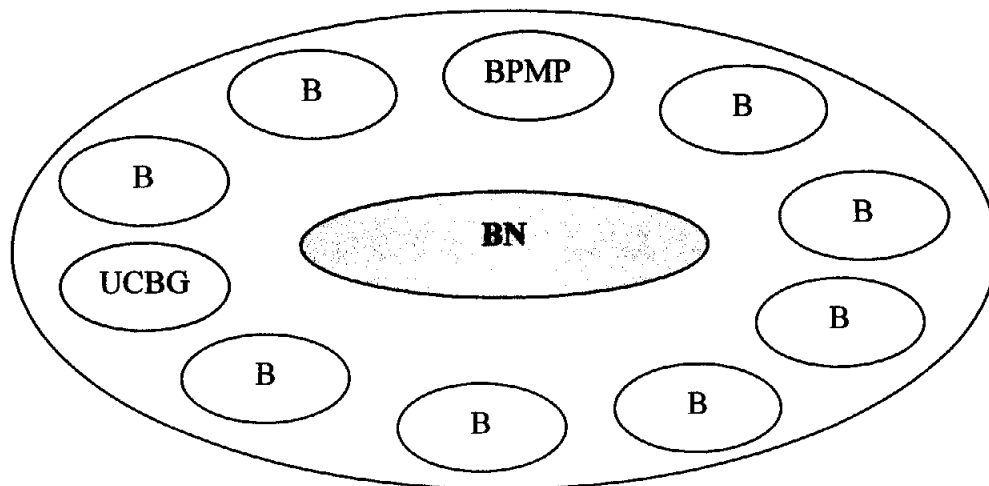


Figura 3.3: Representação da PORBASE⁷

A RNBP que integra as bibliotecas públicas portuguesas teve por base uma realidade que existia mas estava em vias de se perder. O grau de decadência que as bibliotecas públicas tinham alcançado parecia um processo sem retorno não fosse a acção enérgica e meritória do então Instituto Português do Livro e da Leitura. Não parece exagerado afirmar que este projecto renasceu das cinzas das velhas bibliotecas e se impôs como um projecto válido e atractivo no seio das comunidades em que as mesmas se inserem. Todavia persiste uma questão de base: após a inauguração de cada biblioteca esta passa a fazer parte da designada RNBP, no entanto todo o seu trabalho não é desenvolvido num ambiente de rede. Com excepção para alguns casos pontuais nem sequer se verificam situações de cooperação entre estas bibliotecas. Por outro lado o papel do Instituto Português do Livro e da Leitura, muito activo até à fase de inauguração de cada biblioteca, parece depois diluir-se, quase demarcar-se, em termos de coordenação do projecto no seu todo. O facto de ter como parceiros as câmaras municipais constitui, em alguns casos, uma dificuldade acrescida no desenvolvimento de cada projecto local e na sua coordenação com os demais projectos, dada a diversidade de políticas e de interesses

⁷A BPMP e a UCBG cooperam em linha. B – Biblioteca; BN – Biblioteca Nacional; BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto; UCBG – Universidade de Coimbra Biblioteca Geral

instalados. A RNBP foi também planificada e sustentada por diplomas legais. Trata-se, ao contrário da PORBASE, de um projecto que se dirige a um determinado tipo de bibliotecas – Públicas – e por isso se considera neste trabalho como sectorial.

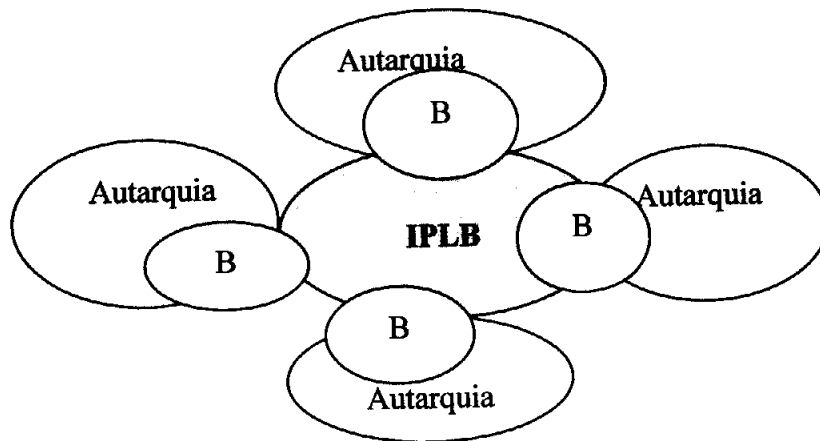


Figura 3.4: Representação da RNBP⁸

A RBE procurou ultrapassar a situação precária em que as escolas públicas se encontravam. Os esforços para construir algo, quando se verificavam, eram anuais, isto é, com a constante mudança de professores e a falta de pessoal especializado não era possível reunir condições de estabilidade que garantissem a realização de um trabalho consistente e contínuo. Trata-se de um projecto coordenado pelo Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares dirigido às escolas públicas portuguesas. Também neste caso não se pode atribuir com propriedade a designação de rede, uma vez que não se verificam interligações entre as várias escolas que se existissem constituiriam a rede portuguesa com o número mais elevado de unidades. Ainda a considerar os apoios também dependentes do Ministério da Educação e que se situam a 3 níveis acima descritos: nacional, regional e local. Beneficiam ainda do apoio das bibliotecas Públicas o que facilmente se compreende por ambas abrangerem utilizadores pertencentes a faixas etárias comuns. A criação deste projecto foi planificada e sustentada em diplomas legais e dirige-se a uma camada específica de utilizadores e, nessa medida, se considera sectorial.

⁸ B – Biblioteca; IPLB – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

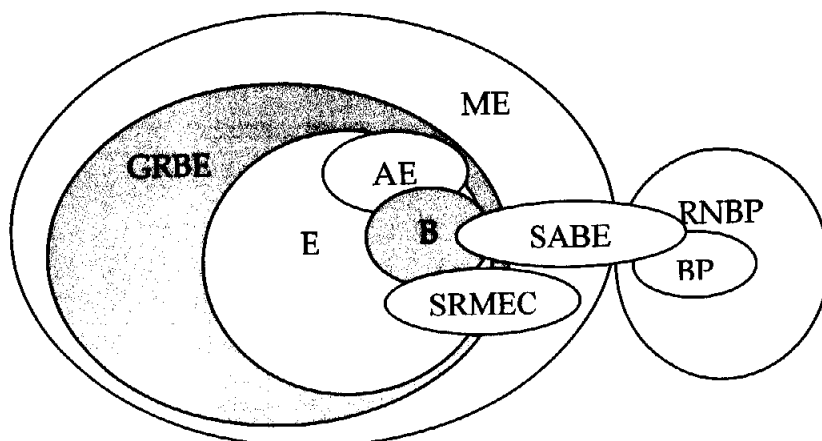


Figura 3.5: Representação de um exemplo da estrutura de Biblioteca Escolar e dos seus apoios⁹

O SIBUL é a mais recente rede de entre os projectos apresentados neste estudo e aquele que mais se identifica com a actual noção de rede. Ao contrário dos outros programas não nasceu propriamente da necessidade de informatizar os seus catálogos nem tão pouco da decadência ou precariedade em que as suas estruturas basilares se encontravam. Das fragilidades, dos sucessos e da experiência dos outros projectos soube retirar lições que lhe permitiram emergir com segurança e solidez. Procurou-se um ponto de partida comum, isto é, que todos os participantes se encontrassem ao mesmo nível, na informatização, no cumprimento de normas, nos recursos humanos e sua formação e nos recursos materiais. Não foi concerteza alheio a este sucesso o facto de ser uma rede constituída por um pequeno grupo de cooperantes com interesses similares que permitiu desde logo uma gestão mais eficiente. A sua planificação em termos de documentos oficiais foi reduzida ao mínimo passando-se muito rapidamente à acção, considerando-se por isso um sistema emergente. Também é sectorial, uma vez que se dirige fundamentalmente à comunidade académica e de investigação. Tem um sistema informático centralizado cujo grande inconveniente se prende com o facto de na eventualidade de ocorrer algum problema com o acesso ao sistema central todos os acessos ao sistema ficam comprometidos. Em situação normal os resultados obtidos com

⁹ AE – Associação de Escolas; B – Biblioteca; BP – Bibliotecas Públicas; E – Escola; GRBE – Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares; SRMEC – Serviços Regionais do Ministério da Educação e da Cultura; ME – Ministério da Educação; RNBP – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas; SABE – Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares.

este sistema são altamente motivadores. As possibilidades de crescimento da rede referem-se apenas ao crescimento do catálogo colectivo já que o número de unidades se manterá.

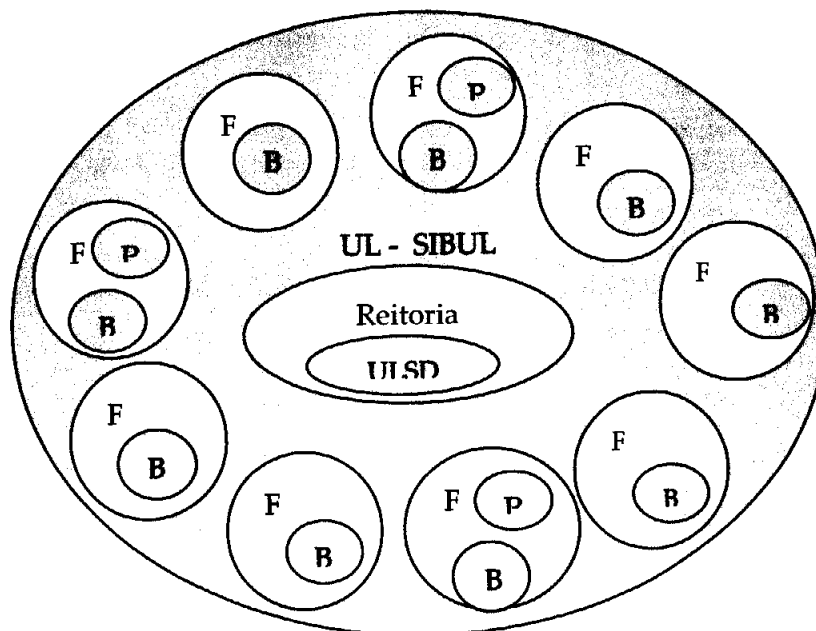


Figura 3.6: Representação do SIBUL¹⁰

Dos quatro projectos apresentados apenas dois, os que não têm a designação de rede, apresentam catálogos colectivos – a PORBASE e o SIBUL. Por sua vez a PORBASE integra registos provenientes de Bibliotecas Públicas, de Bibliotecas Escolares e de Bibliotecas da Universidade de Lisboa. No Anexo IV apresenta-se um exemplo de um registo referente a um exemplar que se encontra em simultâneo na PORBASE e no SIBUL.

Considerando a descrição e comparação entre os quatro projectos e tendo em conta os dois pares de conceitos-chave acima referidos é possível a sua representação segundo duas coordenadas:

¹⁰ B – Biblioteca; F – Faculdade; P – Pólo; SIBUL – Sistema Integrado das Bibliotecas de Lisboa; UL – Universidade de Lisboa; ULSD – Universidade de Lisboa Serviços de Documentação.

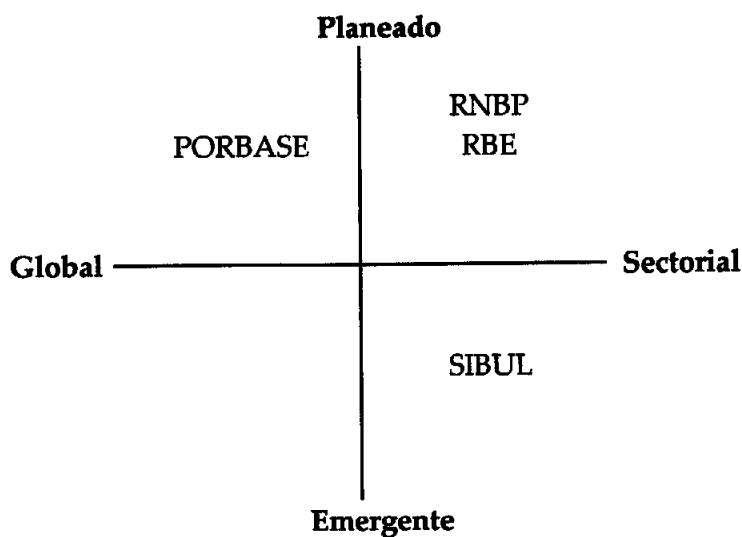


Figura 3.7: Classificação dos quatro projectos segundo quatro conceitos – planeado, emergente, global e sectorial

Os quatro projectos apresentados, com as suas virtudes e as suas fragilidades, constituem-se como modelos válidos e elucidativos para trabalhos futuros na área da cooperação entre bibliotecas e no estabelecimento de redes de informação.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

4.1 - Estratégia de Investigação

4.1.1 - Estudo de caso

Considerando as três condições enumeradas por Yin (1994, p. 4) que no seu entender orientam o uso das diferentes estratégias de pesquisa, verificou-se que o estudo de caso seria a estratégia mais adequada face ao problema a investigar: a cooperação entre os três ramos das Forças Armadas é essencial para o cumprimento da missão da Defesa Nacional que lhe é comum; pretende-se investigar em que medida e de que forma a cooperação se desenvolve entre as Bibliotecas do sistema de forças nacional e identificar os factores que facilitam ou dificultam a cooperação.

Assim, sobre a primeira condição – o tipo de questões postas pela investigação – trata-se de saber como funciona o Sistema das Bibliotecas Militares Portuguesas e em que estado de desenvolvimento se encontra.

A segunda condição – nível de controle do investigador sobre os acontecimentos – e a terceira - a contemporaneidade dos acontecimentos – permitem a opção pela estratégia do estudo de caso se se verificar ausência de manipulação do investigador sobre os acontecimentos e se o fenómeno em estudo for contemporâneo. Estas premissas estão presentes no problema a investigar: o investigador não controla o comportamento das bibliotecas militares portuguesas, trata-se de um estudo que incide sobre acontecimentos actuais.

Verificadas as condições e a sua adequação ao estudo, importa clarificar o conceito de estudo de caso como estratégia de pesquisa:

“A case study is an empirical inquiry that investigates a contemporary phenomenon within its real-life context, especially when the boundaries between phenomenon and context are not clearly evident.” (Yin, 1994, p.13)

Assim, pretende-se realizar um estudo de caso sobre o sistema das bibliotecas militares integradas no seu contexto. A sua caracterização como estudo de caso decorre

ainda do recurso e triangulação de múltiplas fontes de evidências e de múltiplos métodos de pesquisa.

Assim se entende também a definição de estudo de caso apresentada por Creswell (1998, p. 2):

“... a case study is an exploration of a ‘bounded system’ or a case (or multiple cases) over time through detailed, in-depth data collection involving multiple sources of information rich in context... multiple sources of information include observations, interviews, audio-visual material, and documents and reports...”

Uma vez decidido o uso da estratégia do estudo de caso, impõe-se a elaboração do plano de pesquisa que deve contemplar, no entender de Yin (1994, p. 20), cinco componentes: as questões do estudo, as proposições do estudo, as unidades de análise, a ligação dos dados às proposições e os critérios para a interpretação dos dados obtidos.

As questões do estudo referem-se às perguntas relacionadas com a problemática a investigar, acima referida, e que se traduz na prática pela recolha de dados através dos instrumentos de pesquisa.

As proposições obrigam o investigador a equacionar claramente o que procura, concentrando-se nos aspectos que são realmente relevantes. Não sendo um componente obrigatório para o plano de pesquisa, pode ser substituído pelo objectivo do estudo, quando se trata de um estudo exploratório, o que corresponde às características do caso vertente.

Tendo em consideração o caso em presença e reflectindo sobre o quadro apresentado por Yin (1994, p. 39) sobre os tipos de planificação dos estudos de caso, estabeleceu-se que as unidades de análise sobre as quais se focaliza o estudo são três e correspondem aos subsistemas constituídos pelas bibliotecas de cada um dos três ramos das forças armadas – bibliotecas do Exército, da Marinha e da Força Aérea – embebidas no caso que é o sistema das bibliotecas militares portuguesas. Trata-se assim de um caso singular e incluso (ou embebido), uma vez que tem três unidades de análise.

Relativamente aos critérios para interpretar os resultados, neste estudo consubstanciaram-se na avaliação do potencial de cooperação, com base no levantamento dos recursos de informação disponíveis (mediante a aplicação do questionário) e no

estudo das atitudes de abertura / resistência à cooperação, efectuado através da realização de entrevistas e da observação.

Na abordagem do estudo de caso há ainda um instrumento, no entender de Yin (1994, p. 63) é mais do que um instrumento – o protocolo do estudo de caso – trata-se de um memorando onde devem constar todos os procedimentos a seguir pelo investigador, uma espécie de memória descritiva do projecto em estudo imprimindo-lhe fiabilidade na medida em que permite que outro investigador possa reconstituir o caso ou mesmo repeti-lo.

Para a elaboração do protocolo do estudo de caso, Yin (1994 p. 64-65) considera os seguintes segmentos:

Uma visão geral do projecto, em termos de objectivos de estudo, assuntos a abordar e levantamento de leituras relevantes. Esta secção do protocolo veio a dar origem à introdução desta dissertação, com a apresentação do tema e objectivos.

Os procedimentos de campo, isto é, as acções que permitiram o acesso às unidades de análise. Assim, há a considerar as cartas de contacto, os inúmeros telefonemas, tanto de apresentação como de acompanhamento, os documentos fornecidos, bem como o plano de pesquisa.

As questões do estudo de caso obrigam o investigador a reflectir sobre a investigação, sobre os procedimentos de recolha de dados, pelo que cada uma destas questões deve ser acompanhada da indicação de eventuais meios de recolha de dados. Yin (1994, p. 71) propõe uma estratificação das questões de estudo de caso segundo cinco níveis (Quadro 4.1).

O guia do trabalho contendo as linhas orientadoras da descrição narrativa, da bibliografia e de todos os elementos informativos relevantes (instrumentos de recolha de dados, gráficos, quadros e figuras) para o estudo de caso.

	Yin	Estudo
Nível 1	Questões a colocar aos indivíduos	Questões a colocar aos informantes nos questionários e nas entrevistas
Nível 2	Questões dirigidas ao caso individual	Questões dirigidas ao sistema das bibliotecas militares portuguesas
Nível 3	Questões transversais aos casos	Não se aplica ao presente estudo, dado que se trata de um caso singular
Nível 4	Questões referentes à totalidade do estudo	Questões dirigidas ao sistema das bibliotecas militares portuguesas e sugeridas pela literatura consultada
Nível 5	Questões normativas, recomendações e conclusões	Questões sobre o modelo de cooperação a apresentar e trabalho futuro

Quadro 4.1: Estratificação das questões do estudo

4.1.2 - Método qualitativo e quantitativo

A descrição e explicação de um determinado fenómeno requer o uso de um método, seja o mesmo quantitativo ou qualitativo podendo implicar o uso dos dois métodos em simultâneo.

A principal característica do método quantitativo é a capacidade de quantificação / medição no tratamento dos dados recolhidos para a investigação recorrendo ao uso de técnicas estatísticas. Neste estudo essa medição foi assumida no tratamento da informação recolhida através do inquérito por questionário.

O método qualitativo refere-se à interpretação dos fenómenos e foi utilizado neste estudo com a realização de entrevistas, o recurso à observação participante e à análise documental. É nesta linha que Moreira (1994, p. 93) se refere aos dados qualitativos: "Os dois grandes métodos de obtenção de dados qualitativos são a observação participante ou etnografia, como é hoje cada vez mais designada, e a entrevista qualitativa, em profundidade ou não estruturada."

Por outro lado pode considerar-se a influência mútua de utilização destes dois métodos de acordo com a menção de Bryman (1988, p. 134-135):

“There a number of ways in which qualitative research can act as a precursor to the formulation of problems and the development of instruments for quantitative research... Qualitative research may also facilitate the construction of scales and indices for quantitative research.”

O estudo de caso pode ser elaborado recorrendo ou não à utilização simultânea do método quantitativo e do método qualitativo (Yin, 1994, p. 14).

4.1.3 - Triangulação

A investigação qualitativa, no entender de Denzin e Lincoln (1994, p. 2) utiliza por inerência múltiplos métodos – triangulação de métodos – e segue uma abordagem interpretativa do fenómeno em estudo.

Pode verificar-se também triangulação ao nível das fontes. Yin (1994, p. 91) deixa claro que uma das vantagens do estudo de caso é a possibilidade de usar múltiplas fontes de informação. Yin acrescenta ainda: “With triangulation, the potential problems of construct validity also can be addressed, because the multiple sources of evidence essentially provide multiple measures of the same phenomenon.”

Na elaboração deste estudo foi feita a triangulação entre os vários métodos de pesquisa de forma a reforçar a validade nos resultados de acordo com Patton (1990, p. 244):

“By using a variety of sources and resources, the evaluator-observer can build on the strengths of each type of data collection while minimizing the weaknesses of any single approach. A multimethod, triangulation approach to fieldwork increases both the validity and the reliability of evaluation data”.

Assim se entende, por exemplo, a interação entre a entrevista e a observação em que o diálogo proposto pela entrevista pode esclarecer dados obtidos através da observação e vice-versa, como refere Patton (1990, p. 244).

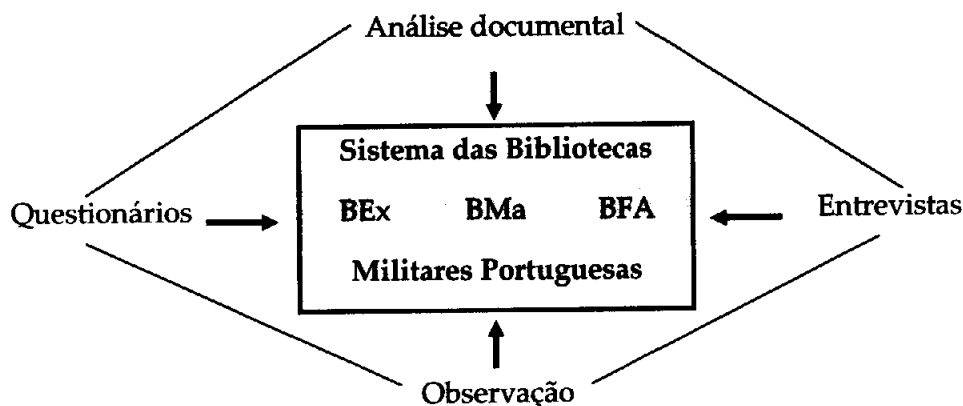


Figura 4.1: Triangulação e convergência dos vários métodos de recolha de dados utilizados no estudo

4.2 - Métodos de pesquisa

Os métodos de pesquisa utilizados foram a análise documental, o inquérito (por questionário – Anexo II e por entrevista – Anexo III) e a observação. Para efectuar o inquérito, recorreu-se a dois instrumentos de recolha de dados: o questionário e a entrevista.

Nas unidades onde tiveram lugar as entrevistas o questionário foi administrado presencialmente.

De registar ainda que se verificaram outras situações em que o questionário foi administrado por telefone ou presencialmente a pedido dos responsáveis pelas unidades em questão. Tal facto ficou a dever-se não só às dificuldades sentidas pelos respondentes no preenchimento do questionário como também, no segundo caso, à vontade de mostrar as condições de funcionamento dessas bibliotecas.

A deslocação aos vários locais, quer para realizar a entrevista, quer para prestar ajuda no preenchimento do questionário, proporcionaram o recurso a outro método de recolha de dados – a observação.

4.2.1 - Análise documental

A análise documental incidiu, por um lado, na bibliografia especializada relevante para o estudo em questão e foi essencial para traçar um quadro conceptual que se reflecte no capítulo sobre a revisão da literatura. Por outro lado, incidiu também sobre os documentos emanados das bibliotecas ou das unidades orgânicas em que as mesmas se inserem e que foram cedidos para este estudo. Neste caso, trata-se sobretudo de regulamentos internos, artigos de revistas, planos de actividades, algumas directivas e brochuras. Estes documentos referem-se às bibliotecas mais representativas dos três ramos e o seu contributo foi importante para a compreensão do meio das bibliotecas militares e para a contextualização dos dados recolhidos pelos outros métodos de pesquisa.

4.2.2 - Inquérito por questionário¹

Este método afigurou-se desde logo como o mais adequado para fornecer informação acerca dos recursos das bibliotecas militares. Assim se entende a afirmação de Oppenheim (1992, p. 100): "The questionnaire has a job to do: its function is measurement" na medida em que "Designing a question for a survey instrument is designing a measure" (Fowler, 1993, p.69), o que implica logo à partida a definição daquilo que se pretende medir por forma a atingir os objectivos propostos.

Os dados recolhidos através do questionário foram fundamentais para o conhecimento das bibliotecas militares. A acrescentar que, antes, durante e após a administração dos questionários, foram efectuados inúmeros telefonemas que visavam a apresentação do estudo, o acompanhamento do questionário e o esclarecimento de dúvidas.

No entanto, para induzir a produção de informação pertinente através do questionário foi necessário proceder a uma planificação / concepção, formulação e tratamento das questões. Houve também que ter em conta os aspectos formais referentes à apresentação, envio e devolução dos questionários.

¹ Dicionário de Sociologia (2002)

A planificação do questionário foi feita segundo dois modelos: um modelo elaborado para todas as bibliotecas onde não seriam feitas as entrevistas – modelo A – (Anexo II) e um outro dirigido às bibliotecas onde seriam realizadas entrevistas – modelo B – (Anexo II). A diferença entre estes dois modelos incidiu apenas no primeiro grupo de questões. A pergunta 1.1 (pergunta aberta) do modelo A foi suprimida no modelo B uma vez que o primeiro grupo de questões constantes no guião da entrevista incidia sobre o mesmo assunto (contextualização de cada biblioteca na sua unidade orgânica). Foi ainda introduzida, no modelo B, no primeiro grupo de questões, uma pergunta (pergunta fechada) sobre os grandes utilizadores da biblioteca. Sendo este modelo administrado presencialmente e em simultâneo com a entrevista entendeu-se que esta questão podia funcionar como indicador da relevância de cada uma destas bibliotecas no seu meio pelo tipo de público-alvo. No quadro 4.2 apresenta-se a planificação geral do questionário.

Questionário	I – Caracterização da Biblioteca	1. Biblioteca 2. Orçamento 3. Fundos documentais
	II – Trabalho Biblioteconómico	1. Política de aquisições 2. Tratamento documental 3. Divulgação da informação 4. Acessos à biblioteca 5. Empréstimos 6. Reprodução de documentos 7. Utilizadores
	III – Recursos Humanos	1. Funcionários da biblioteca
	IV – Meios Técnicos	1. Informatização dos Serviços

Quadro 4.2: Plano geral do questionário

Composto na sua maioria por questões fechadas, por forma a facilitar a quantificação e a comparação dos dados fornecidos pelas bibliotecas respondentes, o questionário tem também algumas questões abertas, de modo a permitir alguma liberdade e espontaneidade nas respostas de acordo com Oppenheim (1992, p.112).

As questões respondidas no questionário foram objecto de tratamento com recurso a folhas de cálculo – *Microsoft Excel*.

A apresentação do questionário junto dos responsáveis de cada biblioteca foi acompanhada de uma carta de contacto (Anexo I). O questionário foi distribuído ao universo das bibliotecas dos três ramos das Forças Armadas, ou seja, cento e seis bibliotecas: oitenta e uma do Exército, dezasseis da Marinha e nove da Força Aérea, dos quais foram devolvidos cinquenta e sete (53,7%): quarenta e dois (51,8%) das bibliotecas do Exército (BEx), dez (62,5%) das bibliotecas da Marinha (BMa) e cinco (55,5%) das bibliotecas da Força Aérea (BFA), (Quadro 4.3).

	Questionários enviados		Questionários devolvidos		Questionários válidos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
BEx	81	100%	42	51,8%	39	48,1%
BMa	16	100%	10	62,5%	9	56,3%
BFA	9	100%	5	55,5%	4	44,4%
Total	106	100%	57	53,7%	52	49%

Quadro 4.3 : Número de questionários enviados, devolvidos e válidos, por cada ramo das FA

De notar que alguns questionários foram devolvidos sem preenchimento dos dados – questionários considerados não válidos – ou por não existir efectivamente uma biblioteca ou por se ter considerado que o serviço em questão não reunia as condições que permitissem designá-lo como uma biblioteca, antes se tratava de um pequeno conjunto de livros esquecidos que ninguém consultava. A taxa de respostas, com preenchimento dos questionários – questionários válidos – situou-se na ordem dos 48,1% (trinta e nove respostas) para as BEx, 56,3% (nove respostas) para as BMa e 44,4% (quatro respostas) para as BFA. É ainda de sublinhar que as bibliotecas com maior relevância nos três ramos das Forças Armadas (FA) responderam ao questionário. Do silêncio das bibliotecas que não responderam ao questionário retiramos algumas conclusões: bibliotecas que se identificam com a situação acima descrita, dos questionários devolvidos sem preenchimento, mas que por alguma razão, não puderam ou não quiseram comunicar esse facto, bibliotecas onde não existe interesse em revelar o seu trabalho ao exterior e, esta situação ainda faz algum sentido do ponto de vista de alguns militares, bibliotecas

que enfrentaram dificuldades em preencher o questionário por manifesta falta de elementos, bibliotecas que se encontram temporariamente encerradas, ou mesmo em vias de ser extintas.

4.2.3 - Inquérito por entrevista²

A decisão de recorrer à entrevista como método complementar de recolha de dados levou, obviamente, a outras questões, entre as quais, a questão de decidir qual o seu conteúdo: "...what questions to ask, how to sequence questions, how much detail to solicit, how long to make the interview..." (Patton, 1990, p. 290).

Para o efeito foi elaborado um guião de entrevista. O primeiro grupo de perguntas visava o enquadramento da biblioteca no seu contexto organizacional e o seu grau de influência junto da entidade tutelar, o segundo grupo de questões incidia sobre a existência ou não de cooperação entre as bibliotecas militares e quais as principais vantagens / desvantagens associadas pelos respondentes a qualquer esquema de cooperação.

Considerando a entrevista como um instrumento complementar de recolha de dados, dirigido a uma amostra do universo em estudo, serviu para tomar o pulso às bibliotecas militares visadas e daí extrapolar para a generalidade das mesmas, tendo em conta o elemento de subjectividade sempre presente em cada entrevista: "... the persons being interviewed respond in their own words to express their own personal perspectives." (Patton, 1990, p. 287).

Sendo uma importante fonte de informação para o estudo de caso, uma vez que pode mostrá-lo sob uma perspectiva distinta daquela a que até então havia sido percebido, deve este instrumento ser sempre entendido como "verbal reports only" (Yin, 1994, p. 85), pelo que a sua validade depende da corroboração por outras fontes de informação.

Tratou-se de uma entrevista semi-estruturada, como acima se referiu, na medida em que a mesma obedeceu a um guião, permitindo, no entanto, flexibilidade para os entrevistados abordarem aspectos relevantes para o estudo e que não se encontravam contemplados no guião da entrevista.

² Dicionário de Sociologia (2002)

A escolha destas bibliotecas baseou-se na sua expressividade, quer a nível de fundos, quer a nível de utilizadores, no seio das bibliotecas militares. A marcação das entrevistas foi possível através de uma conversa telefónica com o responsável por cada biblioteca, com excepção de um caso em que foi pedido para solicitar autorização por escrito junto da entidade máxima do organismo, o que revela uma autonomia comprometida por uma forte dependência hierárquica.

	BPR	BEF	BEE
BEx	BExto	BIAEM	BAM
	DDHM		
BMa	BCM	BISNG	BEN
BFA	BCDEMFA	BCMA	

Quadro 4.4 : Bibliotecas em que foram realizadas entrevistas⁴

Três bibliotecas constantes no quadro acima integram um ou dois pólos. Assim acontece com a BExto, a BAM e a BCMA:

- a) A BExto integra dois pólos: Santa Catarina (apenas com um funcionário) e Santa Clara (este pólo encontra-se encerrado por falta de pessoal);
- b) A BAM integra um pólo na Academia Militar da Amadora;
- c) A BCMA instalada na Base Aérea nº 1 (BA1) em Sintra dá apoio simultaneamente às actividades de ensino e investigação do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (IAEFA), da Academia da Força Aérea (AFA) e da Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas (ESTMA). Hierarquicamente, esta biblioteca, depende simultaneamente dos directores do Gabinete de Estudos do IAEFA e do

⁴ BPR - Biblioteca Principal do Ramo; BEF - Biblioteca de Estabelecimento de Formação; BEE - Biblioteca Estabelecimento de Ensino; BExto - Biblioteca do Exército; BIAEM - Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares; BAM - Biblioteca da Academia Militar; DDHM - Direcção de Documentação e História Militar; BCM - Biblioteca Central de Marinha; BISNG - Biblioteca do Instituto Superior Naval de Guerra; BEN - Biblioteca da Escola Naval; BCDEMFA - Biblioteca do Centro de Documentação do Estado Maior da Força Aérea; BCMA - Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas

Gabinete de Estudos e Planeamento da AFA/ESTMA. Integra os dois pólos a seguir designados: Centro de Apoio ao Estudo (CAE) a funcionar no âmbito das actividades da AFA/ESTMA e o Centro de Leitura (CL) que apoia a BA1, instalado no salão nobre da unidade.

4.2.4 - Observação

Verificaram-se várias deslocações a bibliotecas militares, tanto no âmbito deste estudo como por motivos profissionais. De registar que, quer pelos primeiros, quer pelos segundos motivos, algumas unidades foram visitadas várias vezes, e, nomeadamente, no caso de deslocações por motivos profissionais criaram-se condições privilegiadas para fazer de uma forma absolutamente natural uma observação participante mais profunda na medida em que o trabalho a realizar obrigava a uma interacção intensa. De realçar que no que concerne aos motivos profissionais a actividade foi desenvolvida antes e depois da administração dos questionários sem que se registassem, em termos gerais, alterações nas atitudes e nos comportamentos.

Foram quinze as bibliotecas visitadas (dez do Exército, três da Marinha e duas da Força Aérea). No entanto, pelos vários motivos acima indicados, algumas dessas bibliotecas foram alvo de várias visitas que totalizaram trinta deslocações.

A aplicação do método de observação neste estudo revestiu-se de grande importância confirmando algumas das vantagens referidas por Patton (1990, p. 203-205):

“..., by directly observing program operations and activities the evaluator is better able to understand the context within which the program operates.

Understanding the program context is essential to a holistic perspective.”

A aplicação deste método, decorrente tanto da realização deste estudo, como da experiência profissional que se vem verificando desde 2001, permitiu conviver por dentro com a realidade das bibliotecas militares contribuindo de forma decisiva para a construção de uma perspectiva “*inside*” de acordo com Yin (1994, p.88).

A grelha de observação contemplou as instalações, os meios técnicos / equipamentos utilizados, os procedimentos seguidos e comportamentos / atitudes das pessoas envolvidas.

Analisando apenas a grelha de observação, verifica-se que, comparando as bibliotecas dos três ramos das Forças Armadas, o Exército e a Marinha vivem uma realidade mais próxima e a Força Aérea se destaca. Esta afirmação é também confirmada com a aplicação dos outros métodos, tanto na sua forma isolada como pela sua triangulação.

Existem duas unidades, ambas integradas no mesmo ramo e objecto de observação, que importa registar com mais detalhe e que se reportam essencialmente a atitudes e comportamentos. Na primeira assistiu-se à mudança de um dos directores e a segunda colocou alguns entraves à realização do questionário.

No primeiro caso, a presença do novo director e o seu estilo na condução das relações interpessoais introduziram algum constrangimento entre funcionários e utilizadores. Verificou-se ainda alguma agitação face às suas ideias para o funcionamento da biblioteca.

Quanto ao segundo caso verificou-se uma confusão acerca dos níveis de segurança. Teve lugar numa biblioteca de uma unidade situada na margem sul do Tejo, onde, por alegadas razões de segurança foi pedido, para a realização do questionário, a solicitação de autorização por escrito junto do órgão tutelar dessa mesma unidade. O insólito e contraditório neste processo é que na chegada à unidade não foi pedida a apresentação de qualquer elemento de identificação. Foi, no entanto prestado um bom acolhimento e mostradas as instalações da biblioteca que, de resto, confirmou a realidade de muitas outras bibliotecas: uma pequena sala com livros que é aberta ocasionalmente e mantida por uma funcionária escriturária.

Pelo exercício da observação participante foi possível sentir as dificuldades com que estas bibliotecas se debatem, em particular nas bibliotecas do Exército e da Marinha, onde a escassez de meios é uma constante. As instalações são em muitos casos decadentes e a falta de formação especializada contribui para o marasmo em que estas bibliotecas se encontram. A observação exercida nas bibliotecas da Força Aérea incidiu apenas sobre duas unidades. Destas uma encontrava-se fechada por motivo de obras e a outra reúne condições para desenvolver um bom trabalho.

A observação permitiu, portanto, reforçar o enquadramento das bibliotecas em estudo, bem como compreender melhor o meio em que se inserem.

Impõe-se nesta fase a referência ao Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas que aí se inserem.

5.1.3 - O Ministério da Defesa Nacional

Pelo Decreto-Lei nº 47/93 de 26 de Fevereiro:

“O Ministério da Defesa Nacional (MDN) é o departamento governamental responsável pela preparação e execução da política de defesa nacional no âmbito das atribuições que lhe são conferidas pela Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA)³, bem como por assegurar e fiscalizar a administração das Forças Armadas (FA) e dos demais órgãos e serviços nele integrados.”

O organograma que se apresenta (Anexo V) foi elaborado de acordo com a estrutura orgânica constante no Decreto-Lei nº 47/93 de 26 de Fevereiro, com os ajustamentos introduzidos pelo Decreto-Lei nº 290/2000 de 14 de Fevereiro e de acordo com a informação contida no *site* do Ministério da Defesa⁴.

A condução política da Defesa Nacional, bem como a administração das Forças Armadas é da competência do Governo; desenvolve-se pela articulação do Conselho de Ministros (estabelece as coordenadas políticas para a área da Defesa), do Primeiro-Ministro (coordena as actividades dos vários Ministérios que se reflectem na defesa) e do Ministro da Defesa Nacional (figura central no que se refere à elaboração e execução da componente militar em especial).

A estrutura militar é sustentada pelo Ministério da Defesa Nacional órgão que apoia o Ministro da Defesa no exercício das suas competências para além de contar com os meios técnicos apropriados. O comando operacional das Forças constitui função específica das chefias militares.

As Forças Armadas

Pelo Artigo 275.º da Constituição é da responsabilidade das Forças Armadas a defesa militar da República.

³ Lei nº 29/82 de 11 de Dezembro

⁴ <http://www.mdn.gov.pt/> [Acedido em: 7 de Junho 2004]

O seu enquadramento legal encontra-se na Lei nº 111/91 de 29 de Agosto que refere a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA). Assim, no seu Artigo 1.º, nº 1:

“As Forças Armadas obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da Lei, e inserem-se na administração directa do Estado, através do Ministério da Defesa Nacional.”

De acordo com o Artigo 2.º da mesma Lei, e, em termos genéricos, as Forças Armadas têm por missão fundamental defender militarmente o território nacional de qualquer agressão ou ameaça externas. Além desta missão, devem também assegurar, em termos militares, todos os compromissos internacionais assumidos pelo Estado português. Apoiar as populações, nomeadamente no que se refere à satisfação de necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida constitui outra determinação a cumprir pelas Forças Armadas.

O Artigo 5.º da Lei acima referida estabelece a estrutura das Forças Armadas: o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), os três ramos (Marinha, Exército e Força Aérea) e os órgãos militares de Comando das Forças Armadas (Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas e os chefes de Estado-Maior dos ramos).

Órgãos de comando: o Estado-Maior General das Forças Armadas e os Chefes de Estado-Maior

O Estado-Maior General das Forças Armadas é dirigido pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) que tem como principal função o planeamento, direcção e controlo das Forças Armadas no que se refere ao cumprimento das missões que lhes são atribuídas. Ocupando o lugar de topo na hierarquia das Forças Armadas é também o principal conselheiro militar do Ministro da Defesa Nacional. A sua responsabilidade é distinta em tempo de paz e em tempo de guerra; se em tempo de paz exerce o comando operacional das Forças Armadas e os Chefes do Estado-Maior dos ramos (CEM's) estão na sua dependência apenas nos aspectos operacionais (relativamente a assuntos próprios de cada ramo dependem directamente do Ministro da Defesa), em tempo de guerra esta situação altera-se, pelo que o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, na dependência do Presidente da República e do Governo, assume o

comando em plenitude das Forças Armadas ficando os Chefes de Estado-Maior na sua dependência directa, bem como os Comandos-Chefes que entretanto se constituam.

A organização do Estado-Maior General das Forças Armadas compreende vários departamentos representados no organograma apresentado neste estudo (Anexo V). Na sua estrutura é dado relevo a dois órgãos distintos entre si: o que se designa por Centro de Operações das Forças Armadas (COFAR) e onde se inserem departamentos ligados à direcção e condução operacional das Forças Armadas, e o outro órgão integra departamentos que desenvolvem uma actividade de planeamento e de apoio à tomada de decisão do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). Além destes, existem ainda na dependência do CEMGFA, os Comandos Operacionais respectivamente dos Açores e da Madeira.

O comando de cada um dos três ramos das Forças Armadas, Armada, Exército e Força Aérea é exercido pelo respectivo Chefe de Estado-Maior que colabora directamente com o Ministro da Defesa Nacional e com o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Cada um dos Chefes de Estado-Maior é conselheiro do Ministro da Defesa em matéria militar referente ao ramo que comanda, sendo também responsável pelos assuntos administrativos e logísticos do respectivo ramo. De acordo com o Artigo 56.º da Lei 18/95 de 13 de Julho: “Os Chefes de Estado-Maior dos ramos são nomeados e exonerados pelo Presidente da República, ...” mediante proposta do Governo.

Os três Ramos das Forças Armadas: Exército, Marinha e Força Aérea⁵

Para assegurar o cumprimento da missão fundamental das Forças Armadas é absolutamente necessária uma actuação conjunta, coordenada e integrada em termos de meios, recursos e estratégias por parte dos três ramos: Exército, Armada e Força Aérea. Da sua coordenação com o Estado-Maior General resulta a estrutura base onde assenta a defesa militar de Portugal.

No cumprimento das respectivas missões a organização de cada ramo compreende essencialmente os seguintes órgãos: o Chefe do Estado-Maior, o Estado-Maior do Ramo, os Órgãos Centrais de Administração e Direcção (OCAD), os Órgãos de Conselho e de Inspeção (OCI) os Órgãos de Implantação Territorial (OIT).

⁵ (Portugal, 1999)

- a) Exército - Pelo Artigo 1.º do Decreto-Lei nº 50/93, "O Exército tem por missão cooperar, de forma integrada, na defesa militar da República, através da realização de operações terrestres; ...". Enquanto parte integrante das Forças Armadas tem como missões a obrigação de manter, na sua vertente terrestre, os meios necessários à defesa integrada do território nacional; assegurar o cumprimento dos acordos internacionais; cooperar de modo coordenado com os outros ramos em qualquer circunstância que afecte a vida do país. Cabe ainda a esta força dar assistência sempre que se verifique uma situação de calamidade ou de catástrofe. No que se refere aos compromissos internacionais o Exército assegura a sua participação nas forças da NATO (*Rear Support Group* e *Forward Support Group*), da UEO (EUROFOR) e da ONU (*Stand by Forces*). O Chefe de Estado-Maior do Exército, comandante supremo desta Força, é apoiado, em termos de estudo e planeamento, pelo Estado-Maior. Os órgãos centrais de Administração e Direcção (OCAD), incluem os comandos de Pessoal, Instrução e Logística. O Comando Operacional das Forças Terrestres (COFT) lidera o conjunto de órgãos que fazem parte da Componente Operacional do Sistema de Forças; depende directamente do Chefe do Estado-Maior do Exército e exerce o comando das grandes unidades do Exército em termos operacionais. Os Órgãos de Implantação Territorial (OIT) constituem-se como uma infra-estrutura que assegura de modo descentralizado todas as acções que se prendem com o recrutamento, preparação, mobilização e administração dos sistemas de forças localmente estabelecidas. Assim, para dar cumprimento às missões que lhe estão atribuídas, o Exército obedece à seguinte organização territorial: Região Militar do Norte (RMN), Governo Militar de Lisboa (GML), Região Militar do Sul (RMS), Campo Militar de Santa Margarida (CMSM), Zona Militar da Madeira (ZMM) e Zona Militar dos Açores (ZMA). Incluem-se ainda o Comando das Tropas Aerotransportadas (CTAT), unidades, estabelecimentos, órgãos territoriais e campos de instrução.
- b) Armada – A sua missão assume três vertentes: militar, de interesse público e cultural. Na vertente militar assegura a defesa da soberania portuguesa no mar através de operações navais. Tem também por missão a busca e o salvamento de

vidas, a defesa marítima dos portos exercendo a Autoridade Marítima⁶ pela imposição e fiscalização da lei na Zona Económica Exclusiva (ZEE), tanto no aspecto do controlo da navegação como no combate à poluição. Deve assegurar também o estipulado para a sua área, em matéria de acordos internacionais. Por outro lado exerce um papel activo em termos culturais através de organismos como a Academia e o Museu de Marinha, o Planetário Calouste Gulbenkian, a Biblioteca Central de Marinha e o Aquário Vasco da Gama entre outros. Os compromissos internacionais a que a Marinha deve responder de forma integrada referem-se à sua participação na Força Naval Permanente do Atlântico da NATO (STANAVFORLANT) na Força Marítima Europeia (EUROMARFOR⁷). No âmbito da Cooperação Técnico-Militar desenvolve acções com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). O Chefe de Estado-Maior da Armada (CEMA) é apoiado pelo Estado-Maior da Armada (EMA) em matéria de planeamento, controlo e vigilância das actividades da Marinha. Sempre que estão em causa tomadas de decisão são os Órgãos de Conselho (OCONS) que prestam apoio ao CEMA. Os Órgãos Centrais de Administração e Direcção (OCAD) situam-se também na dependência directa do CEMA e integram departamentos ligados ao pessoal, ao material, aos recursos financeiros, às ciências e tecnologia ligada ao mar e à análise dos métodos de organização do trabalho. O Comandante Naval (CN) responde pelas operações navais, em termos de controlo e fiscalização do espaço marítimo nacional. Os Órgãos de Implantação Territorial (OIT) têm por missão dar apoio à Marinha e às Forças Armadas. Dispondo a Marinha de recursos que podem ser orientados ou para o cumprimento da sua missão militar, ou utilizados na sua vertente de interesse público, reúne as condições para a racionalização dos meios ao mesmo tempo que potencia a sua utilização.

- c) Força Aérea - Esta força foi criada em 1 de Julho de 1952, constituindo-se como ramo independente e absorvendo as aeronaves que se encontravam incorporadas nos outros ramos. É parte integrante do Sistema de Forças Nacional e, nessa qualidade,

⁶ Sistema de Autoridade Marítima (SAM) na dependência directa do Chefe de Estado-Maior da Armada

⁷ Força marítima multinacional não permanente orientada para a UEO

tem também por missão cooperar na defesa militar do país através do exercício da defesa do espaço aéreo nacional além de, tal como a Marinha e o Exército, cumprir o estabelecido nos compromissos internacionais. Exerce ainda acção no Espaço Estratégico de Interesse Nacional (EEIN), procede ao patrulhamento marítimo, à luta anti-submarina ao apoio a operações marítimas à busca e salvamento. A participação internacional desenvolve-se no quadro da NATO, da UEO e da ONU. O Chefe de Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) é o comandante supremo da Força Aérea. Na hierarquia da Força Aérea há a considerar três níveis: Superior, constituído naturalmente pelo seu Chefe de Estado-Maior (CEMFA) o Gabinete do Estado-Maior (GabCEMFA) e pelos Órgãos de Conselho e de Inspeção (OCI); nível médio, onde se integram os comandos funcionais a seguir mencionados; o terceiro nível, o da execução, referente às bases aéreas e demais unidades. Em termos funcionais, a Força Aérea encontra-se organizada em três áreas distintas: Operações, Pessoal e Logística, as quais se inserem nos respectivos comandos: Comando Operacional (COFA), que deve responder com os meios necessários e com a máxima prontidão às acções para que é chamado, o Comando de Pessoal (CPESFA), encarregue de recrutar e treinar com qualificação o pessoal e o Comando Logístico e Administrativo, responsável pela gestão financeira e material dos recursos da Força Aérea. Toda a actividade aérea e a defesa do espaço aéreo nacional estão sob a responsabilidade deste comando, do qual dependem as Unidades Operacionais (UAO) e as Unidades de Vigilância e Detecção (UVD). Os Órgãos de Implantação Territorial (OIT) asseguram o apoio à Força Aérea. Com excepção para os Serviços de Documentação que se encontram na dependência do Vice-Chefe do Estado-Maior, todos os outros dependem directamente do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea.

5.1.4 - Órgãos de Conselho da Segurança e Defesa Nacional

Todavia, a estrutura da Defesa Nacional não se esgota nos órgãos apresentados nas subsecções anteriores, outros existem que a diferentes níveis asseguram o exercício da Segurança e Defesa Nacional. Assim, apresentamos uma breve análise sobre esses órgãos, tendo em conta a ordem estabelecida pela Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas

(Lei nº 29/82, de 11 de Dezembro), acompanhando as alterações que surgiram entretanto, nomeadamente, pela Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (Lei nº 111/91 de 29 de Agosto), pela Lei nº 18/95 de 13 de Julho e pela Lei Orgânica, nº 3/99 de 18 de Setembro.

Como foi referido em 5.1.2, o Conselho Superior de Defesa Nacional é presidido pelo Presidente da República e tem carácter consultivo em matéria de Defesa Nacional e de assuntos relacionados com as Forças Armadas. De acordo com o estabelecido no Artigo 46.º, nº 3 da Lei 29/82 de 11 de Dezembro, da sua composição, enquanto órgão consultivo, fazem parte: o Primeiro-Ministro, os Ministros da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros, da Segurança Interna, das Finanças e do Plano, da Indústria e Energia e dos Transportes e Comunicações, dois deputados da Assembleia da República, o Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas e os Chefes de Estado-Maior dos Ramos, os Ministros da República e Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira.

Ainda que se situem em níveis diferentes, pode estabelecer-se um paralelo entre o Conselho Superior de Defesa Nacional e o Conselho Superior Militar, na medida em que o primeiro constitui o órgão consultivo militar por excelência do Presidente da República, enquanto o segundo constitui também o principal órgão consultivo militar do Ministro da Defesa, sendo por si presidido.

O Artigo 48.º, nº 2 da Lei 29/82 de 11 de Dezembro define a sua composição: Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Chefe de Estado-Maior da Armada, Chefe de Estado-Maior do Exército e Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Têm também assento, salvo determinação em contrário do Ministro, o(s) Secretário(s) de Estado.

Os pareceres emitidos pelo Conselho Superior Militar incidem sobre matérias referentes ao Conselho de Ministros, no domínio específico da Defesa Nacional e das Forças Armadas, ao Conselho Superior de Defesa Nacional e ao Ministro da Defesa Nacional.

Quanto ao Conselho de Chefes de Estado-Maior, trata-se de um órgão com carácter de coordenação das actividades desenvolvidas pelos diferentes ramos. É presidido pelo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e composto pelos Chefes de Estado-Maior dos três ramos, Armada, Exército e Força Aérea, de acordo com os nºs 1 e 2 do Artigo 50.º da Lei 29/82 de 11 de Setembro.

Existe ainda em cada ramo das Forças Armadas um Conselho Superior presidido pelo respectivo Chefe de Estado-Maior.

5.2 - O sistema de ensino e formação e o sistema de saúde

Pelos objectivos que se pretendem abordar neste estudo assumem particular relevância dois sistemas comuns aos três ramos das Forças Armadas. O primeiro é o sistema do ensino e formação e o segundo é o sistema de saúde. Cada um gera desde logo a necessidade de serviços de documentação e informação actualizados e disponíveis aos estudantes e aos investigadores.

Assim, ao nível do ensino superior e da formação há a considerar os seguintes estabelecimentos de ensino referentes a cada um dos ramos das Forças Armadas:

- a) Academias Militares – Academia Militar, Escola Naval e Academia da Força Aérea;
- b) Escolas Politécnicas Militares – Escola Superior Politécnica do Exército Escola Superior de Tecnologias Militares Navais, e Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas;
- c) Institutos Militares – Instituto de Altos Estudos Militares, Instituto Superior Naval de Guerra e Instituto de Altos Estudos da Força Aérea.

Contudo, estuda-se há já algum tempo a possibilidade de alterar esta estrutura. Pensa-se em tornar possível a actuação conjunta e coordenada pelos ramos, à imagem e semelhança da situação que se vive nos restantes países da Europa Ocidental, construir uma estrutura de ensino que assente num único instituto de ensino superior de Alto Comando e Estado-Maior onde se ministrem os respectivos cursos de formação superior contemplando as especificidades de cada ramo. Já em 1976 se manifestava essa opinião:

“... para fomentar a indispensável coesão dos oficiais dos quadros permanentes de Terra, Mar e Ar, é nosso parecer que seria de toda a vantagem que viesse a ser criada uma escola única de formação básica de nível superior – a «Academia Geral das Forças Armadas» - porquanto se considera que, para o efeito de criação de uma «mentalidade democrática» idêntica, para obtenção de conhecimentos político-económico-sociais comuns e para a total coesão entre cada um dos ramos, aos futuros oficiais das nossas Forças Armadas terão de ser ministrados, em conjunto, os necessários

conhecimentos de síntese para avaliação colectiva das potencialidades humanas e materiais para defesa da independência nacional...” Ferreira (1976, p. 150)

A Proposta de Lei nº 281/VII de Maio de 1999 (Moreira, 2001, p. 75) que visava a criação de uma Universidade das Forças Armadas não teve sucesso. A criação do Instituto de Altos Estudos das Forças Armadas constituía também um projecto que não se concretizou.

O Decreto-Lei nº 88/2001 de 23 de Março define quais os estabelecimentos militares de ensino universitário e quais os estabelecimentos militares de ensino politécnico e aprova as adaptações necessárias à integração do ensino militar nacional no sistema de avaliação e acompanhamento do ensino superior.

O estudo sobre a questão da fusão das academias e dos estabelecimentos politécnicos militares continua por conseguinte actual.

A componente saúde das Forças Armadas assenta num sistema de saúde próprio, em que cada ramo assegura os seus Serviços de Saúde que servem os respectivos militares e seus familiares. Ao abrigo de protocolos é possível que civis e elementos das Forças de Segurança também usufruam da assistência prestada por estes serviços.

Este sistema reúne profissionais das várias áreas de saúde e a sua implantação territorial distribui-se por três hospitais militares centrais, um para cada ramo, dois hospitais regionais pertencentes ao Exército, três centros de saúde, alguns postos médicos, um Batalhão do Serviço de Saúde do Exército e outros organismos destinados a apoiar o respectivo serviço de saúde.

No entanto estabeleceram-se serviços de utilização comum aos três ramos por forma a obter uma maior racionalização de meios:

- a) Marinha – Unidade de Tratamento Intensivo da Toxicodependência e Alcoolismo (UTTIA) e o Serviço de Medicina Hiperbárica;
- b) Exército – Serviços de Imuno-Hemoterapia, Hemodiálise e Infecçiology;
- c) Força Aérea – Serviço de Medicina Aeronáutica e Nuclear.

As funções indicadas por Vieira (2001, p. 45) e referidas no capítulo da revisão da literatura sobre o modelo profissional militar pós-moderno: a de estudante, a de comunicador e a de diplomata que vêm complementar a função tradicional de

combatente, por um lado, e por outro a tendência para a formação de forças com maior capacidade letal, concorrem para que a futura preparação do soldado passe por um maior investimento na sua formação. A preparação para efectuar eventuais actos terapêuticos simples que podem salvar vidas deve ser também tida em conta. Para o médico militar este novo cenário traduz-se na:

“... adaptação de conteúdos formativos dos *curricula* de pós-graduação e especialização em medicina militar, bem como novas formas de organização do apoio sanitário, em que o conceito de modularidade e o emprego intensivo de novas tecnologias ocupem um lugar de destaque.” (Gomes, 2004, p. 229)

O Serviço de Saúde Militar surge como um serviço integrado no Apoio de Serviços, o que na opinião de Gomes (2004, p. 229) contribui para a sua diluição “... em tempo de paz na grande área funcional da Logística.” Trata-se de uma situação que não deve acontecer:

“A essência da sua acção, a exigência e transcendência da sua missão, com uma elevada componente simultaneamente humanística, científica e tecnológica, acrescentada por uma capacidade elevada de organização, ...fazem dele [Sistema de Saúde Militar] uma verdadeira força especial.” (Gomes, 2004, p. 229-230)

Assim, preconiza o autor que o Serviço de Saúde Militar se deveria constituir como organização autónoma do sistema de armas, o que significaria em seu entender a atribuição de “... maioria militar ao serviço de uma excelência no plano médico-sanitário.”

5.3 - O sistema das Bibliotecas Militares Portuguesas

5.3.1 - Génese

Embora existam referências a obras de carácter militar que remontam ao tempo de D. Duarte, as bibliotecas militares só tomaram forma com o Conde de Lippe, oficial inglês contratado pelo Marquês de Pombal para exercer o comando do exército português face à iminência da guerra movida por espanhóis e franceses contra Portugal. Para levar a cabo a sua missão procedeu à reorganização do Exército tomando como modelo o esquema prussiano em que a guerra é vista como uma ciência, muito mais do que como um ofício.

Nesta perspectiva os hábitos de leitura afiguravam-se fundamentais para a formação do espírito militar, pelo que ordenou a constituição de bibliotecas nos quartéis, cujos fundos deveriam exclusivamente contemplar as obras sobre a temática da guerra proibindo expressamente qualquer outra matéria. Esta iniciativa marca o nascimento das bibliotecas militares orientadas para as tropas terrestres.

Os assuntos da Marinha eram tratados em livros que pertenciam a particulares. A constituição de uma biblioteca militar-marítima foi oficializada pelo Alvará de 28 de Agosto de 1797, posteriormente aditado por decreto em 11 de Novembro do mesmo ano, o qual estabelecia que fosse reservado um local onde se reunissem as melhores obras publicadas sobre a temática naval.

Pelo Alvará de 1 de Abril de 1802 ficou determinada a criação de um Arquivo e de uma Biblioteca destinada aos Guardas-Marinhas da Armada Real. Foi possível reunir obras sobre a Marinha datadas do século XV. No entanto, muitos destes documentos acompanharam a corte portuguesa na ida para o Brasil na sequência das invasões francesas tendo sido escassos aqueles que foi possível reaver.

Já em 1835 foi autorizada à Real Academia de Marinha a recolha de todos os livros que se referissem à temática da marinha do Convento de S. Francisco de Xabregas o que constituiu o embrião para a formação da Biblioteca Central de Marinha.

Em Dezembro do ano seguinte foi ordenada a cada Secretaria de Estado a criação de uma biblioteca a partir dos livros recolhidos no Convento acima designado. Ainda nesse mesmo mês foi publicado um decreto que determinava a criação da Biblioteca do Ministério da Guerra, absorvida posteriormente pela Biblioteca do Exército, com o acervo de 263 volumes, entre os quais se contavam alguns que tratavam da temática marítima e que presentemente se encontram na Livraria dos Paulistas, um dos núcleos da actual Biblioteca do Exército. No entanto, e por falta de um espaço físico adequado a colecção dos 263 volumes foi remetida para uma sala do Ministério da Guerra e quase caiu no esquecimento.

A par desta Biblioteca do Ministério da Guerra sentiu-se a necessidade de criar uma Biblioteca do Estado-Maior a frequentar pelo seu corpo de oficiais, a qual só viria a ter consolidação oficial em 1884, data em que foi possível instalar com dignidade o acervo da Biblioteca do Ministério da Guerra que mais tarde foi deslocado para uma dependência do

Arsenal da Marinha nas proximidades da Escola Naval. O incêndio que em 1916 arrasou a Escola Naval obrigou à retirada dos quatro mil volumes que faziam parte da Biblioteca do Ministério da Guerra e que graças aos reconhecidos esforços do Padre Sales, seu ilustre bibliotecário, foi possível em 1919 instalar estes volumes na antiga Livraria do Convento dos Paulistas mediante o pagamento da elevada renda para a época de 5\$00 mensais. Em 1929 um Decreto vinha estabelecer que esta Biblioteca ficaria anexa à Biblioteca do Estado-Maior do Exército. Passou a ter a designação conjunta de Biblioteca do Exército e considerada como uma biblioteca não especializada e aberta ao público em geral contando no seu acervo com cerca de sessenta mil volumes. Actualmente conta com cerca de oitenta mil títulos e cento e vinte mil volumes de temática variada: desde a Guerra Peninsular, Napoleão, ciências exactas, marinha e colecções de revistas técnico militares entre outros. Nos seus fundos antigos encontram-se ainda obras raras de inestimável valor.

Pela extinção, em 1996, da Direcção da Arma de Artilharia recebeu o seu acervo de cerca de trinta mil títulos, pelo que, a Biblioteca do Exército, passou a englobar três núcleos geograficamente dispersos: Estado-Maior do Exército, Paulistas e Santa Clara.

Tendo sido abordadas neste ponto a génese das bibliotecas militares mais conhecidas não perdem, de modo algum, a importância que têm as demais bibliotecas e o seu número é significativo. Foi possível apurar para este estudo a existência de cerca de oitenta e uma bibliotecas do Exército (BEx), dezasseis bibliotecas da Marinha (BMA) e nove bibliotecas da Força Aérea (BFA). Se a relevância de alguns destes serviços se foi esbatendo ao longo do tempo, outros há que subsistem e teimam em se afirmar, apesar da escassez de recursos: falta quase tudo. Não sendo consideradas uma prioridade nem pelo Ministério da Defesa, nem pelas Forças Armadas, muitas bibliotecas sobrevivem na sombra e se não fosse o empenhamento das pessoas que aí desenvolvem actividade, quase sempre sem qualquer formação adequada, não seria possível o seu funcionamento. Neste contexto tem todo o cabimento a exclamação de uma conservadora da Biblioteca Nacional de Paris quando visitou o núcleo dos Paulistas da Biblioteca do Exército:

“... nunca esperei vir encontrar na Lisboa dos fins do século XX uma biblioteca tão rica em livros do século XVII e do século XVIII, catalogados com um sistema do século XIX.” (Soares, 2003, p. 55)

Não se trata apenas de fundos antigos. Existem bibliotecas onde predomina o livro moderno e onde o tratamento documental não registou evolução significativa.

O arranque da informatização tem sido lento e só para alguns, parece não obedecer a qualquer planificação e em regra não existe apoio informático interno. Trabalha-se de forma isolada e em condições extremamente adversas que naturalmente constituem uma barreira quase intransponível. A resistência à mudança, reforçada pelas características próprias da organização militar enunciadas na secção 2.4 do capítulo 2, é uma constante e nesse sentido Carrilho (1985, p. 45) afirma:

“... a adopção de novas tecnologias representa muitas vezes uma perturbação nos esquemas estabelecidos de comando e hierarquia. A inovação – não só ao nível tecnológico e organizacional como também a nível da inserção social e das relações civis-militares – é muitas vezes, dificilmente aceite nas Forças Armadas, principalmente pelos elementos que detêm lugares superiores.”

O importante património bibliográfico existente nestas bibliotecas justifica largamente que tudo seja feito, especialmente a sensibilização dos centros de decisão, no sentido de se criarem condições para preservar, divulgar e promover o saber que encerram estas bibliotecas arrancando-as definitivamente do esquecimento a que têm sido votadas e levando-as a ocupar de forma digna o seu devido lugar na cultura portuguesa. Para tal, poderá contribuir uma mudança de atitude relativamente às bibliotecas militares, no interior das Forças Armadas, mudança que implicaria que as bibliotecas passassem a ser consideradas como parte do subsistema de informação da organização militar.

Na secção 2.3 do capítulo 2, foi introduzida a abordagem sistémica das organizações, na perspectiva de vários autores. Aquilo que se designa como sistema ou subsistema, depende do enfoque e do nível de análise adoptado. Assim, neste contexto, as bibliotecas militares constituem o objecto de estudo, pelo que são analisadas como um sistema em si, integrando três subsistemas, ou seja as bibliotecas do Exército, as bibliotecas da Marinha e as bibliotecas da Força Aérea. Contudo, a necessidade de contextualizar este sistema para melhor o compreender, exige a passagem para o nível de análise, ou seja o da organização militar no seu sentido mais abrangente, e que encontra paralelo na abordagem sistémica das organizações em geral. Nesta perspectiva, o SBMP assume uma dimensão micro e

passa a ser visto como uma parte do subsistema de informação da organização militar. Narayanan e Nath (1993, p. 71), considerando o sistema organização na sua complexidade, sustentam que o mesmo é composto por cinco subsistemas: funcional, social, de informação, político e da intersecção de todos estes resulta o quinto subsistema – cultural.

Tendo sido já referido, na secção 2.4 do capítulo 2, um paralelo entre estes subsistemas e os subsistemas que fazem parte da organização militar, importa analisar mais detalhadamente o papel do subsistema da informação referido por Narayanan e Nath, o qual assume um papel fundamental no sistema militar.

De acordo com Pinto (2001, p. 289), no contexto da organização militar, há que distinguir “informação” no sentido geral do conhecimento e “inteligência” que se refere ao conhecimento de um facto ou de uma situação em concreto. Assim, define as informações (inteligência) como:

“... o conhecimento, obtido por meios convencionais ou não convencionais, sobre os meios, actividades, possibilidades, intenções, e vulnerabilidades dos Estados, organizações e individualidades estrangeiras, de grupos hostis ou potencialmente hostis e sobre aspectos geográficos, no interesse da política externa, da economia, da segurança e da defesa nacionais.” (Pinto, 2001, p. 291)

Há dois intervenientes fundamentais no subsistema da informação: os utilizadores e os produtores de informação que agem em interacção permanente (Figura 5.1). Os primeiros referem-se aos governos e aos comandos das Forças Armadas e de Segurança, a alguns elementos da administração pública a militares e a policiais.

As fases de direcção, pesquisa, processamento e difusão de informação constituem o ciclo de produção que, a outro nível, tem também lugar nas bibliotecas e onde se regista a correspondente interacção entre utilizadores e produtores da informação.

A produção de informações compete às direcções dos serviços pautando-se sempre pelos interesses dos utilizadores. A pesquisa e o processamento de informação são duas fases distintas e fundamentais.

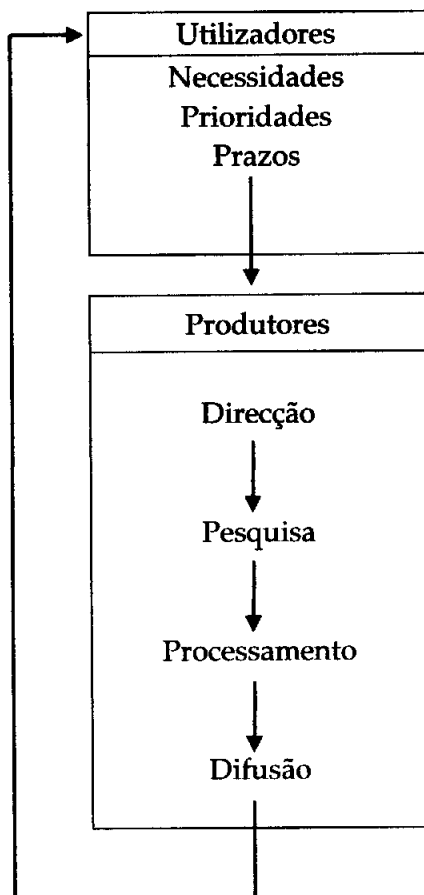


Figura 5.1: Interações de utilizadores e produtores de informação (Pinto, 2001, p. 292)

A pesquisa pode designar-se de “aberta” (*Open Source Intelligence* – OSINT) e nesse caso refere-se à compilação de informação que circula quer nos *media* quer na Internet ou que resulta de estudos produzidos por outros órgãos. A este nível o papel das bibliotecas militares afigura-se fundamental. A outra designação de pesquisa é a de “encoberta” e tem a ver com o segredo. Na organização militar a cultura do segredo é marcante. No entanto, tem-se notado uma evolução e, actualmente, há muitos aspectos que são divulgados, sem que, naturalmente, se comprometam assuntos que continuam sob sigilo, como por exemplo a identificação de agentes e as operações planeadas ou que se encontram a decorrer. A pesquisa aberta e encoberta completam-se.

As informações são classificadas segundo o tipo de pesquisa:

- a) *Human Intelligence* – HUMINT – tem a ver com a acção das pessoas e pode fazer-se pela consulta de documentos, pelos contactos ou simplesmente pela observação;

- b) *Signals Intelligence* – SIGINT – a área das comunicações electrónicas é o seu campo de actuação por excelência.
- c) *Imagery Intelligence* – IMINT – constitui-se por qualquer tipo de imagem que indique, por exemplo, localização de instalações militares ou identifique movimentos de forças.

Segue-se a fase do processamento da informação. Trata-se de uma fase de extrema complexidade realizada por analistas especializados em assuntos ou em áreas geográficas. A sua análise deve extrair a informação pertinente e eliminar aquela que não tem verosimilhança. Pode decorrer apenas da HUMINT ou do conjunto (HUMINT, SIGINT e IMINT) e é levada a cabo pelos órgãos de coordenação.

O resultado final de todo este trabalho deve ser a produção de informação interna, externa e militar de acordo com Pinto (2001, p. 300). A primeira refere-se à segurança interna e abrange áreas relacionadas como: "...a contra-informação... o tráfico de droga, a lavagem do dinheiro, o contrabando de armas..." (Pinto, 2001, p. 301). As informações externas relacionam-se com intenções de governos ou interesses de organizações que possam pôr em causa a segurança nacional. Ao serviço que produz informações militares o autor prefere designá-lo como sistema:

"... por haver órgãos de estado-maior nos diferentes escalões e unidades que trabalham em seu proveito. No mais alto escalão pode haver um serviço de pesquisa e processamento em cada ramo das forças armadas, mas hoje há a tendência, ... de concentrar tudo no Estado-Maior General." (Pinto, 2001, p. 301)

Neste contexto as bibliotecas militares podem desempenhar um papel crucial se se assumirem como serviços produtores, processadores e difusores de informação assegurando ao nível que lhes compete o ciclo de produção da informação em permanente interacção com os seus utilizadores.

5.3.2 - Caracterização

O subsistema das Bibliotecas do Exército

A situação das BEx é substancialmente distinta das bibliotecas dos outros dois ramos das Forças Armadas, uma vez que a sua gestão assenta em duas estruturas, uma referente,

naturalmente, ao órgão em que cada unidade se insere, outra, que é comum a todas as bibliotecas, a Direcção de Documentação e História Militar (DDHM), onde se insere a Repartição de Documentação e Bibliotecas (RDB).

Importa situar a DDHM na estrutura do Exército: esta Direcção insere-se no Comando do Pessoal (Cmd Pess), um dos três organismos que integram os Órgãos Centrais de Administração e Direcção (OCAD) (Anexo V, organograma do Exército), que por sua vez depende do Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME) como se pode observar na Figura 5.2.

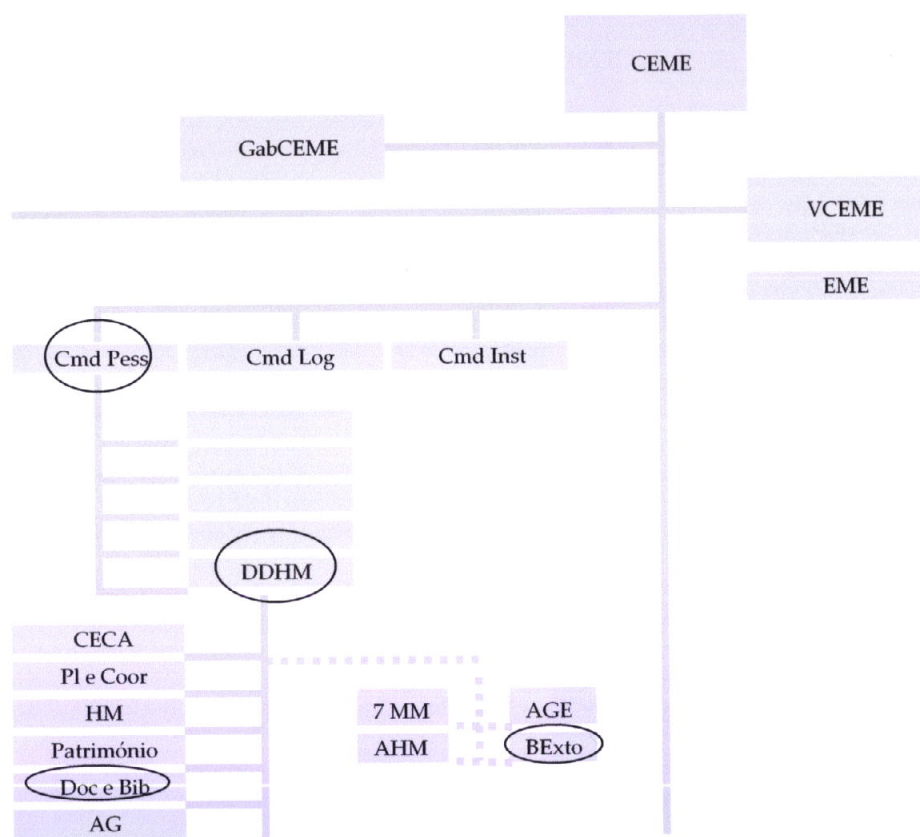


Figura 5.2: Localização da DDHM no organograma do Exército⁸

A relação de cada biblioteca com esta Direcção pode ser mais forte ou mais ténue, mas existe seguramente uma ligação que se traduz, em termos práticos, na obrigatoriedade de apresentar periodicamente o que é designado por aumentos à carga, isto é, cada biblioteca

⁸ CEME - Chefe do Estado-Maior do Exército; GabCEME - Gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército; VCEME - Vice Chefe do Estado-Maior do Exército; CECA - Comissão de Estudo das Campanhas de África; Pl e Coord -Planeamento e Coordenação; HM - História Militar; Doc e Bib - Documentação e Bibliotecas; AG - Apoio Geral; MM - Museus Militares; AHM - Arquivo Histórico Militar; AGE - Arquivo Geral do Exército.

deve comunicar à DDHM quais os documentos adquiridos e respectivo valor. Em função desse preço unitário apurado estabelece a DDHM para cada uma das BEx o valor total da respectiva colecção. Outro exemplo de ligação entre as BEx e a DDHM refere-se à elaboração do Índice do Catálogo Sistemático das Bibliotecas do Exército (CSBE) utilizado por várias unidades para classificar os respectivos documentos. Cabe também à DDHM a negociação, aquisição e distribuição do *software* utilizado nas BEx. Os dados recolhidos não revelam inflexibilidade da DDHM, nem quanto ao uso do CSBE nem quanto à aceitação de que as BEx trabalhem com determinado *software*, isto é, nem todas as BEx que responderam ao questionário referem o uso do CSBE como instrumento de classificação dos documentos, e, por outro lado, algumas destas unidades não se sentem obrigadas a utilizar o *software* de gestão integrada adquirido pela DDHM e ponderam mesmo a hipótese, caso se verifique disponibilidade financeira, de considerar outros sistemas existentes no mercado.

No Plano de Actividades para 2005 a DDHM propõe uma reestruturação profunda no seu campo de acção:

- a) Revisão da organização de modo a flexibilizar a relação entre os órgãos que a compõem;
- b) Alterações significativas na informática seja pela criação e gestão de uma Rede de Museus Militares dotada dos requisitos que lhe permitam integrar a Rede Portuguesa de Museus, seja também pela criação de uma rede que suporte a pesquisa de informação em bibliotecas, arquivos e museus;
- c) Reestruturação enquanto órgão cultural do exército através da dinamização de projectos culturais e de investigação como, por exemplo, o designado levantamento da Memória do Exército e o projecto da Comissão de Estudo das Campanhas de África (CECA)⁹. No que se refere às bibliotecas fica expresso o objectivo de reavaliar a missão, o acervo e de definir políticas de aquisição; fica também expressa a intenção de se tornar fiel depositária das publicações do Exército e de criar um depósito para os documentos editados pela DDHM e pela CECA;

⁹ Na altura da constituição da CECA foi-lhe atribuído um carácter temporário. No entanto esta comissão mantém-se em actividade desde há vinte anos.

- d) Analisar a questão das instalações da Biblioteca do Exército no que se refere à sua dispersão, bem como ponderar a mudança da DDHM para outro edifício;
- e) Revisão dos recursos financeiros por forma a conseguir um orçamento próprio para a prossecução das actividades propostas;
- f) Considerar a criação de um quadro de pessoal sólido capaz de concretizar as actividades acima mencionadas.

Considerar estes objectivos no Plano de Actividades de 2005 significa que se procedeu à identificação de problemas e existe, por parte dos dirigentes, vontade de mudar o rumo da situação de marasmo em que as BEx se encontram. Mas, esta mudança implica além da mudança de mentalidades, a criação de uma estrutura sólida constituída por recursos humanos com formação especializada e por meios técnicos adequados, desafio por si só difícil de concretizar num tão curto espaço de tempo, dada a dimensão das BEx, os hábitos desde há muito instalados e o abandono a que têm sido votadas ao longo dos anos.

Prosseguindo na caracterização das BEx e considerando o funcionamento interno de cada uma destas bibliotecas verifica-se que em trinta e nove bibliotecas respondentes apenas dezassete (43,5%) indicam ter regulamento, principalmente as que se inserem em unidades de ensino e formação.

A utilização da Internet e a comunicação por *e-mail* são meios que poucas bibliotecas têm disponíveis e quando existem o recurso aos mesmos é feito de forma limitada.

O Projecto de informatização de todas as BEx foi inicialmente lançado pela BExto e continuado pela DDHM. Na secção 6.4 aborda-se o estado de informatização das BEx.

Os responsáveis por estas bibliotecas são quase todos militares, com a patente de coronel, tenente-coronel, major, capitão e alguns sargentos. Por regra acumulam com outras tarefas, por exemplo um coronel ou tenente-coronel responsável por uma biblioteca de uma unidade de ensino é também professor nessa mesma unidade e aqui se pode estabelecer um paralelo com o professor bibliotecário presente nas bibliotecas das faculdades. Não têm qualquer formação especializada e funcionam como elementos representativos da biblioteca junto das respectivas direcções.

Os temas militares nas suas diversas vertentes estão naturalmente presentes em todas as bibliotecas. Há no entanto fundos antigos de temática variada, na BExto, na BAM, e na BColM, que carecem de tratamento documental especial e que para além de algum

cuidado quanto à sua preservação graças ao empenhamento de alguns agentes envolvidos enfrentando por vezes condições adversas, nada mais é feito. Ainda quanto aos fundos as BEx, à semelhança das BMa e das BFA, debatem-se frequentemente com falta de espaço situação provocada na maior parte das vezes por políticas (ou ausência de políticas) de aquisição de documentos desastrosas. Além disso não há o hábito de proceder ao desbaste das colecções seleccionando o que realmente é pertinente para cada biblioteca, acabando por ficar não só com os documentos que realmente interessam mas também com aqueles, normalmente em número superior, que nada acrescentam ao valor da colecção e só comprometem o espaço disponível quase sempre exíguo.

Nas BEx onde foram realizadas entrevistas o tema cooperação teve um bom acolhimento, ainda que entendido de formas diferentes. Assim, se na BExto já se verifica a prática de cooperação, não com outro serviço de documentação, mas com uma instituição civil, no âmbito do programa INTERREG III, com vista à constituição de um fundo napoleónico com o benefício acrescido de concretizar a informatização total do catálogo da BExto, na BIAEM a cooperação é absolutamente informal e manifesta-se dentro da área militar. Por seu lado, a BAM indica não ter estabelecido qualquer laço de cooperação que seria sobretudo desejável ao nível da cooperação com bibliotecas de outros estabelecimentos civis de ensino superior.

Para estes dirigentes os benefícios da cooperação são evidentes e superam os problemas, no entanto, as barreiras técnicas e humanas para que a mesma se estabeleça e se traduza num catálogo colectivo deixam poucas esperanças para que o mesmo se torne realidade num curto prazo.

O subsistema das Bibliotecas da Marinha

As Bibliotecas da Marinha (BMa) encontram-se dispersas pelos vários órgãos que compõem a estrutura organizativa da Marinha. No caso das bibliotecas que responderam ao questionário e à entrevista é possível encontrar bibliotecas inseridas em diversas unidades que por sua vez se integram ou nos órgãos culturais da Marinha, os quais pertencem aos órgãos de implantação territorial (OIT), ou nos órgãos centrais de administração e direcção (OCAD), ou ainda na componente operacional do sistema de forças (COSF) (Anexo V). Ao contrário das BEx, que têm um órgão coordenador, a

DDHM, as BMa encontram-se apenas vinculadas às directivas emanadas do comando da unidade em que se inserem, bem como sujeitas à sensibilidade ou à falta dela para as questões mais prementes de cada biblioteca.

O recurso à Internet é limitado e o uso de e-mail quase incipiente, na maioria dos casos não há endereços próprios, mas sim um endereço da unidade que serve para comunicar com todos os serviços e respectivos membros.

Das nove bibliotecas respondentes sete apresentam regulamento, facto indicador de serviços com estrutura e regras estipuladas.

Por regra desenvolvem actividade para servir os utilizadores internos de cada unidade e apenas mediante autorização do respectivo comandante podem receber utilizadores internos. A excepção é a Biblioteca Central da Marinha (BCM) que recebe o público em geral.

Das bibliotecas que colaboraram neste estudo, verificou-se que a biblioteca com mais expressão – BCM – é a única dirigida por um Almirante. Seguem-se a Biblioteca da Escola Naval (BEN) e a Biblioteca do Instituto Superior Naval de Guerra (BISNG) ambas dirigidas por Comandantes (CMG), a Biblioteca do Instituto Hidrográfico (BIH) e a Biblioteca do Museu de Marinha (BMM) dirigidas respectivamente por duas senhoras civis e com formação académica especializada, a Biblioteca do Aquário Vasco da Gama sob a responsabilidade de um licenciado civil e as demais bibliotecas orientadas por militares, Tenentes e Sargentos.

O fundo antigo da BCM é constituído por obras únicas que importa tanto preservar como divulgar. A considerar também os fundos das outras BMa com especial referência para as bibliotecas inseridas em instituições de ensino, formação, investigação e saúde.

As BMa parecem desenvolver as respectivas actividades de forma isolada, isto é bastando-se a si próprias. Em termos comparativos, salvaguardando as devidas distâncias com a dimensão do número das BEx, as BMa são das bibliotecas que mais recorrem ao desenvolvimento de aplicações internas para informatizar os seus catálogos, mesmo que isso signifique obter apenas uma lista de documentos e nada mais.

Nas BMa onde foi feita entrevista a ideia de cooperação entre bibliotecas do ramo é acolhida com agrado, entre bibliotecas dos vários ramos já levanta algumas desconfianças.

Com excepção para a BCM, que existe por si própria e por isso tem mais autonomia, a BISNG e a BEN inserem-se nas respectivas unidades dependendo da direcção das mesmas, pelo que a tomada de decisão é sempre condicionada.

De qualquer forma, estas três bibliotecas são unânimes em afirmar que informalmente e de forma ténue existe cooperação ao nível da circulação de documentos, mas, formalmente nada está estabelecido, tudo depende da boa vontade dos seus dirigentes e, no caso da BISNG e da BEN, do consentimento da Direcção máxima da unidade. Os empréstimos mal parados parecem constituir o maior problema desta cooperação informal, em algumas situações os documentos são impossíveis de reaver.

No entender de um dos dirigentes, o mais optimista, as vantagens da cooperação são evidentes e compensadoras: a catalogação partilhada, o empréstimo interbibliotecas e a abertura a um grande volume de informação. No entanto alguns problemas se colocam como: a gestão dessa partilha, em que moldes se deveria fazer? Naturalmente poderia ser causa de atritos entre os vários serviços de documentação. E porque estes serviços trabalham voltados para si próprios é absolutamente necessário, urgente e inevitável uma mudança de mentalidades. É convicção deste dirigente que se trata apenas de uma questão de tempo, de pouco tempo. Numa atitude mais moderada, outro dirigente sublinha as vantagens da cooperação mas adianta ter pouca esperança em alterações significativas no panorama das BMa, tanto pela falta de formação dos recursos humanos, como pela falta de meios financeiros. A atitude mais pessimista é veiculada através de um dirigente que, apesar de concordar que a cooperação poderia proporcionar um alargamento substancial da informação disponível, possível de obter de forma célere e cómoda e que, nessa medida, os benefícios económicos seriam indiscutíveis, essa mudança é tão profunda que nas actuais circunstâncias é algo impossível de conseguir, uma vez que os obstáculos são muito difíceis de transpor e, se um dia se verificar a cooperação entre os serviços, a mesma deve funcionar apenas em termos de Forças Armadas.

Finalmente registam-se dois apontamentos que surgiram durante as entrevistas, principalmente em BEx e BMa, e foram confirmados através da observação: o primeiro refere-se a bibliotecas onde um aumento de utilizadores é visto como uma invasão, sinónimo de desarrumação; o segundo tem a ver com o facto dos poucos funcionários que têm formação especializada na área e que se encontram quase sempre isolados no seu

local de trabalho terem alguma dificuldade em fazer reconhecer a utilidade dos procedimentos próprios do tratamento documental. Se o primeiro pormenor remete para um cenário de uma biblioteca pública antes do Manifesto de 1983, o segundo leva à reflexão sobre as barreiras levantadas pela ausência de regras no tratamento documental com especial incidência para a falta de uniformização e normalização que comprometem seriamente o processamento da informação.

O subsistema das Bibliotecas da Força Aérea

A Força Aérea, no que se refere às bibliotecas, regista uma situação paradoxal. Se por um lado no organograma não é visível de imediato a presença qualquer biblioteca, apenas uma referência para os Serviços de Documentação e Informação da Força Aérea (SDIFA) dependentes do VCEME (Anexo V), é o único ramo onde existem bibliotecas que, desde finais dos anos noventa, têm a possibilidade de apresentar um catálogo colectivo, apesar de todas as dificuldades e adversidades com que se têm debatido. O número mais reduzido das BFA constitui sem dúvida uma vantagem sobre as bibliotecas dos outros ramos.

Apesar da BCDEMFA ter sido escolhida para realização de entrevista a par da BExto e da BCM, não se pode considerar que tenha exactamente as mesmas características que estas últimas. O que mais a distingue das mesmas é, por um lado, a dependência hierárquica muito mais vincada ao VCEMFA e por outro, o tipo de utilizadores que a frequenta e que são sobretudo utilizadores internos. Trata-se de uma biblioteca que à semelhança das demais BFA desenvolvem actividade sobretudo para o interior do ramo. No entanto há a ideia de criar a Biblioteca Central da Força Aérea.

Das quatro bibliotecas que colaboraram neste estudo, apenas uma indica não ter regulamento.

As chefias das bibliotecas respondentes são todas militares e distribuem-se do seguinte modo: BCDEMFA – duas chefias, um Coronel, dirige os Serviços de Documentação e um Capitão, responsável pela biblioteca; BCMA – duas chefias, um Tenente-Coronel e um Major; BTSISFA – um Tenente-Coronel Médico, BMA – um Tenente.

A informatização dos catálogos não está completa, mas o facto de ter sido adoptada a ideia de carregamento de um catálogo colectivo é de extrema importância. Actualmente

pretende-se substituir o *software* de gestão integrada existente, uma vez que frequentemente não responde de forma adequada, gerando erros, por um outro *software* também de gestão integrada no cumprimento da exigência do VCEMFA de trabalhar em rede.

O grande objectivo é de todos trabalharem em rede com a aquisição e a catalogação centralizadas e os empréstimos descentralizados, criando cada unidade as suas regras.

A BCMA tem estabelecido cooperação a nível de apoio do funcionamento e de tratamento documental com bibliotecas de instituições civis, o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL). A BCMA, instalada na Base Aérea Nº 1 (BA1), em Sintra, considera que eventuais problemas que decorram de uma futura cooperação entre as bibliotecas das FA são largamente compensados pelos benefícios que se podem obter.

A falta de recursos humanos especializados (sobretudo na BCMA) e também materiais (sobretudo na BCDEMFA) e a questão entre estas duas bibliotecas que se debatem pelo lugar de biblioteca central da Força Aérea constituem os principais problemas destas duas BFA.

CAPÍTULO 6 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 - Caracterização das Bibliotecas Militares Portuguesas por ramo

6.1.1 - Contexto organizacional e estrutura orgânica em que se inserem

Por regra estas bibliotecas encontram-se confinadas às respectivas unidades. No entanto no Exército e na Marinha existe respectivamente uma biblioteca central que se impõe por si própria perante o seu ramo – a BEx e a BCM. No caso da Força Aérea a Biblioteca, integrada no Centro de Documentação, por sua vez integrado nos Serviços de Documentação e Informação da Força Aérea, dilui-se no seu Estado-Maior tendo um papel pouco definido perante a Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas (BCMA), a funcionar na Base Aérea nº1 (BA1) em Sintra. Todas as demais bibliotecas, qualquer que seja o ramo encontram-se integradas em unidades de maior ou menor dimensão, de maior ou menor expressão. Há a considerar um grupo de bibliotecas inseridas nos sistemas de ensino e de saúde. Na secção 5.2 do capítulo 5, foi abordado o papel relevante que os mesmos detêm no seio das Forças Armadas. Por consequência as bibliotecas que aí se integram têm um papel preponderante no trabalho aí desenvolvido.

6.1.2 - Tipificação dos utilizadores

Corroborando o que foi referido no ponto anterior, verifica-se que as bibliotecas acima designadas - centrais - da Marinha e do Exército estão abertas ao público em geral. Quanto à biblioteca do Centro de Documentação do Estado-Maior da Força Aérea (EMFA) reforça a ideia de servir apenas a própria instituição.

O grande público destas bibliotecas é obviamente o militar. Mas também investigadores, nacionais e estrangeiros, e alunos de mestrados e doutoramentos fazem consultas junto destas bibliotecas. Os critérios que possibilitam a frequência de civis não são uniformes: desde a livre utilização, o simples telefonema, ao pedido de autorização por escrito dirigido ao responsável pela biblioteca ou mesmo ao responsável pela unidade. Quanto aos utilizadores militares, são os oficiais militares superiores que mais utilizam

estes serviços actualmente. Pelo seu maior número, é flagrante esta situação nas BEx em que a maior parte das bibliotecas tem pouca ou nenhuma procura. De algumas apenas resta a designação e os documentos há muito foram arrumados em caixas. O desenvolvimento da rede nacional de transportes e das vias de comunicação facilitam a deslocação dos militares das unidades, as quais ficam com o pessoal reduzido ao mínimo fora das horas normais de serviço. Por outro lado, e, em consequência, tem vindo a assistir-se a uma estagnação dos serviços prestados por estas bibliotecas. Trata-se de um ciclo vicioso entre procura e oferta – menos procura, menos oferta. Assim se verifica uma quebra acentuada de utilização destas bibliotecas. Pontualmente surgem tímidas tentativas de atrair os militares às bibliotecas, em unidades onde as chefias demonstram algum interesse pelas TIC.

A excepção a este cenário de bibliotecas vazias verifica-se junto das bibliotecas das unidades de ensino e de formação de qualquer um dos três ramos, onde durante o período lectivo os fluxos de alunos que procuram os serviços das bibliotecas é considerável.

6.1.3 - Orçamento

As bibliotecas que responderam a esta questão, por norma, não indicam orçamento próprio, o qual se dilui na dotação da unidade em que se inserem, revelando a sua falta de autonomia. Os valores referidos, em alguns casos, são quase simbólicos, o que prova a pouca importância dada ao investimento nestes serviços.

Os valores apresentados neste ponto têm por base os orçamentos de 2003 e de 2004, período em que decorreu a circulação dos questionários.

Este item foi apresentado no questionário subdividido em aquisição de: monografias, publicações periódicas, *software*, *hardware*, consumíveis e outros.

Do Exército apresentaram valores sete bibliotecas (17,9%).

A BExto apontou um valor para os quatro primeiros sub itens e um valor igual para os consumíveis. O total não ultrapassa 5.000,00 €.

Três bibliotecas apresentam valores de 752,50 € para as monografias, cinco bibliotecas referem 10.270,00 € para as publicações periódicas, o que perfaz 11.022,50 €. Quatro bibliotecas indicam a importância de 3.700,00 € para os consumíveis e uma biblioteca

declara 500,00 € para outros bens. A importância total referente ao orçamento para as sete bibliotecas que indicaram valores é de 18.222,50 €. O quadro 6.1 apresenta os valores declarados pelas Bibliotecas do Exército que responderam à questão sobre o orçamento.

BEx	Monogr	Periódicos	Software	Hardware	Consumíveis	Outros
BExto	2.500,00 €				2.500,00 €	-----
BBS	-----	-----	-----	-----	100,00 €	-----
BDSM	102,50 €	2.240,00 €	500,00 €	-----	1.000,00 €	-----
BEME	500,00 €	100,00 €	-----	-----	100,00 €	-----
BHMR1	-----	7.500,00 €	-----	-----	-----	-----
BIO	150,00 €	230,00 €	-----	-----	-----	-----
BRI2	-----	200,00 €	-----	-----	-----	500,00 €
Total	18.222,50 €					

Quadro 6.1: Orçamento para as BEx¹

Da Marinha foram obtidas seis respostas válidas (66,6%) à questão da dotação orçamental. À semelhança da Biblioteca do Exército, também a Biblioteca Central da Marinha apresenta um orçamento que engloba todos os subitens considerados nesta questão do questionário. Todavia, o valor atribuído a esta biblioteca, que integra também os serviços do Arquivo Geral da Marinha – 40.000,00 € - é substancialmente mais elevado que os 5.000,00 € da Biblioteca do Exército.

A Biblioteca do Instituto Hidrográfico também refere um valor total de 30.000,00 €, mas, considerando apenas, monografias e periódicos.

A Biblioteca do Instituto Superior Naval de Guerra apresenta valores diferenciados para monografias - 1.760,00 €, publicações periódicas – 3.810,00 € e consumíveis – 1.000,00 €. No ano de 2004 esta biblioteca teve ainda um acréscimo de 10.500,00 € para proceder a algumas obras de manutenção.

As demais bibliotecas (da Escola Naval, do Centro de Instrução de Tática Naval e da Esquadilha de Submarinos) consideram apenas monografias e periódicos cujos valores

¹BExto - Biblioteca do Exército; BBS - Biblioteca do Batalhão de Saúde; BDSM - Biblioteca da Direcção do Serviço de Material; BEME - Biblioteca da Escola Militar Electromecânica; BHMR1 - Biblioteca do Hospital Militar Regional Nº 1; BIO - Biblioteca do Instituto de Odivelas; BRI2 - Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 2.

variam respectivamente para monografias entre 750,00 €, 150,00 € e 75,00 € e para os periódicos entre 1.000,00 €, 400,00 € e 425,00 €. Os valores totais referentes a estas quatro bibliotecas são de 2.735,00 € para as monografias e 5.635,00 € para as publicações periódicas.

A Biblioteca da Academia de Marinha não indica quaisquer valores afirmando que a atribuição de verbas para as monografias é feita perante as necessidades e as suas publicações periódicas são resultado de ofertas.

Se considerarmos os valores orçamentados para a aquisição de documentos, sejam monografias ou periódicos, podemos ainda incluir o orçamento da Biblioteca do Instituto Hidrográfico e obtemos o valor de 38.370,00 € contra os 11.022,50 € do Exército acima referidos.

A importância total referente ao orçamento para as seis bibliotecas que indicaram valores é de 89.870,00 € (ainda que neste valor esteja contemplada a verba extraordinária no ano de 2004 de 10.500,00 €) do Instituto Naval de Guerra, muito superior aos 18.222,50 € (sete bibliotecas) do orçamento apurado para o exército de acordo com o Quadro 6.2.

BMa	Monogr	Periódicos	Software	Hardware	Consumíveis	Outros
BCM	40.000,00 €					-----
BEN	750,00 €	1.000,00 €	-----	-----	-----	-----
BISNG	1.760,00 €	3.810,00 €	500,00 €	-----	1.000,00 €	10.500,00 €
BIH	30.000,00 €		-----	-----	-----	-----
BCITN	150,00 €	400,00 €	-----	-----	-----	-----
BES	75,00 €	425,00 €	-----	-----	-----	-----
Total	89.870,00 €					

Quadro 6.2: Orçamento para as BMa²

Da Força Aérea responderam à questão sobre o orçamento três bibliotecas (75%). A considerar que a Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas (BCMA), resultou da fusão

² Monogr - monografias; BCM - Biblioteca Central de Marinha; BEM - Biblioteca da Escola Naval; BISNG - Biblioteca do Instituto Superior Naval de Guerra; BIH - Biblioteca do Instituto Hidrográfico; BCITN - Biblioteca do Centro de Instrução de Tática Naval; BES - Biblioteca da Esquadilha de Submarinos.

das Bibliotecas do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (IAEFA) e da Academia da Força Aérea (AFA). Assim, a BCMA, directamente ligada ao IAEFA, integra dois pólos:

1. Centro de Apoio ao Estudo (CAE) que apoia os cursos de licenciatura ministrados na AFA e de bacharelato ministrados na Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas (ESTMA);
2. Centro de Leitura (CL) da BA1 (a funcionar no salão nobre da unidade).

Os valores apresentados por estas bibliotecas apenas se referem a aquisição de documentos, monografias e periódicos.

Por se encontrar em obras a Biblioteca do Estado-Maior da Força Aérea referiu não se efectuarem aquisições a não ser pontualmente, pelo que não adiantaria qualquer valor.

A Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas indicou os valores de 37.000,00 € e 6.000,00 € respectivamente para o CAE e para a biblioteca principal – BCMA (integrando o CL) – e considerando monografias e periódicos. O valor substancialmente superior atribuído ao CAE deve-se ao facto de este pólo ter como missão a aquisição dos documentos necessários a todos os cursos ministrados na AFA e na ESTMA.

A Biblioteca Técnica de Saúde do Instituto de Saúde da Força Aérea apresentou o orçamento de 10.000,00 € para as monografias e 15.000,00 € para os periódicos.

A Biblioteca do Museu do Ar apenas indicou o valor de 65,00 € referente a uma publicação periódica. A importância total referente ao ponto orçamento e para as três bibliotecas que indicaram valores é de 68.065,00 €.

BFA	Monogr	Periódicos	Software	Hardware	Consumíveis	Outros
BCMA / CL	6.000,00 €					
CAE	37.000,00 €					
BTSISFA	10.000,00 €	15.000,00 €	-----	-----	-----	-----
BMA	-----	65,00 €	-----	-----	-----	-----
Total	68.065,00 €					

Quadro 6.3: Orçamento para as BFA³

³ Monogr – monografias; BCMA / CL – Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas / Centro de Leitura; CAE – Centro de Apoio ao Estudo; BTSISFA – Biblioteca Técnica de Saúde do Instituto de Saúde da Força Aérea; BMA – Biblioteca do Museu do Ar.

Somando os valores fornecidos por cada ramo, considerando que são meramente indicativos, uma vez que foi muito reduzido o número de bibliotecas que responderam a esta questão, apenas dezasseis, valor que corresponde a uma taxa de respostas de 30,7%, obtemos o valor de 176.157,50 € referente às verbas atribuídas às bibliotecas militares.

	Respostas válidas		Orçamento
	Nº	%	
BEx	7	17,9%	18.222,50 €
BMa	6	66,6%	89.870,00 €
BFA	3	75%	68.065,00 €
Total	16	30,7%	176.157,50 €

Quadro 6.4: Valores totais referentes ao orçamento atribuído às bibliotecas respondentes

Considerando a selecção de unidades feita para a realização de entrevistas – biblioteca principal do ramo, biblioteca de uma unidade de formação e biblioteca de uma unidade de ensino – verifica-se que algumas não responderam a este item. Assim aconteceu com as Bibliotecas da AM e do IAEM do Exército e com a Biblioteca do Centro de Documentação do EMFA facto que revela a fraca autonomia das mesmas face à unidade em que se inserem.

Sendo as unidades mais representativas de cada ramo, aquelas onde se realizaram as entrevistas, seria previsível que tivessem uma maior autonomia em termos de circulação de verbas. No entanto essa situação não se verifica com excepção da Marinha.

Existe uma forte dependência do órgão de comando em que cada biblioteca se insere: a Biblioteca do Centro de Documentação do Estado-Maior da Força Aérea (BCDEMFA) encontra-se fortemente condicionada no seio do Estado-Maior, funcionando apenas para militares e civis da Força Aérea. As BEx, por seu lado, têm ainda de responder também perante a DDHM. Estas dependências, agravadas pelas contenções orçamentais impostas pelo Estado, e pela sua fraca visibilidade, quer no interior quer no exterior do meio militar, provocam o estrangulamento das bibliotecas militares, cada vez com menor expressão nas unidades a que pertencem.

6.1.4 - Fundos documentais

Nesta secção é referida a cobertura temática de cada biblioteca, o suporte dos documentos e o estado actual de informatização dos respectivos fundos.

Cobertura temática

Sobre os temas predominantes responderam trinta e nove bibliotecas do Exército (100%), nove da Marinha (100%) e quatro da Força Aérea (100%). Das respostas obtidas há a considerar:

- a) Os temas referentes aos interesses específicos de cada ramo;
- b) Em alguns casos os temas do interesse específico de uma unidade;
- c) Aqueles que eventualmente são comuns a dois ramos;
- d) Os mais abrangentes que são indicados pelos três ramos.

O Exército naturalmente, quer pela sua vocação, quer pela sua história quer ainda pelo seu extenso número de bibliotecas, é o ramo que apresenta a temática mais variada. Partilha ainda temas comuns tanto com a Marinha, como com a Força Aérea. Naturalmente a Marinha e a Força Aérea registam pontos de interesse comuns apenas nos temas mais abrangentes e que englobam os três ramos.

Outros temas como a aquariofilia, aquariologia, aquacultura e biologia são do interesse específico de uma unidade da Marinha – o Aquário Vasco da Gama.

As áreas temáticas (Quadro 6.5) indicadas por qualquer um dos três ramos são: militares (da respectiva especialidade), história, estratégia, geoestratégia, táctica militar, política, geopolítica, direito e legislação, matemática, ciências, ciências sociais e humanas.

BMa	BEx	BFA
história naval / história, marítima, cartografia / operações navais / viagens, submarinos / oceanografia / astronomia, ecologia / hidrografia segurança, defesa / liderança / logística / marinharia e tecnologia	literatura / linguística / arte / psicologia / pedagogia / gestão de recursos humanos / educação física / NATO / física / indústria / tática de transmissões / electricidade / economia política	ciências aeronáuticas / medicina aeronáutica / transporte de doentes / história da aviação / aeroportos / engenharia / ciências da Informação
história de Portugal / descobrimentos / geografia, filosofia / economia militar / electrónica / ultramar / relações internacionais / biografias		-----
-----	saúde / medicina / medicina militar / informática	
militares / história / estratégia / geoestratégia / tática militar / política / geopolítica / direito / legislação / matemática / ciências / ciências sociais		

Quadro 6.5: Temas cobertos pelas bibliotecas dos três ramos das FA

Suportes

Em todas as bibliotecas dos três ramos que responderam ao questionário predomina o suporte papel. No entanto, há registo de outros tipos de suporte, ainda que em percentagens muito reduzidas, facto a que não será alheio, por um lado, o custo ainda elevado, para estas bibliotecas, dos meios de leitura destes suportes, nomeadamente a aquisição de computadores devidamente preparados para o efeito, por outro, as resistências internas que se opõem à utilização generalizada desses equipamentos.

Das trinta e nove BEx (100%) que responderam a esta questão todas indicaram que mais de 90% dos seus documentos se encontravam em suporte papel. Excepção apenas para a Biblioteca das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento que referiu 80% para documentos nesse suporte.

Dez bibliotecas (25,6%) possuem documentos em CD, não ultrapassando a marca dos 10% do total dos documentos, como é o caso das Bibliotecas da Academia Militar e das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Bastante inferiores são os valores apresentados para cassetes áudio e vídeo, quatro bibliotecas (10,2%) indicam que têm cassetes áudio e onze bibliotecas (28,2%) referem as

cassetes vídeo, mas os valores apresentados não ultrapassam os 2,5% e os 5% respectivamente.

Quatro bibliotecas (10,2%) referem ainda terem alguns documentos cartográficos, diapositivos e fotográficos que não ultrapassam os 5%.

Por sua vez as nove BMa (100%) que responderam à questão do suporte dos documentos, apenas as bibliotecas do Instituto Hidrográfico e do Centro de Instrução de Tática Naval indicaram respectivamente 85% e 90% referentes aos documentos em suporte papel. As demais bibliotecas indicaram valores acima dos 95%.

Seis bibliotecas (66,6%) declararam terem documentos em CD que, em qualquer caso, não ultrapassa os 5%.

As cassetes áudio e vídeo são apresentadas em percentagens não superiores a 5% respectivamente em três (33,3%) e quatro bibliotecas (44,4%).

Apenas a Biblioteca do Aquário Vasco da Gama refere, na percentagem de 1% a existência de documentos fotográficos.

A variedade de suportes é ainda mais reduzida nas bibliotecas da força aérea. As quatro bibliotecas (100%) deste ramo que responderam à questão em análise apontam valores acima dos 95% para documentos em suporte papel.

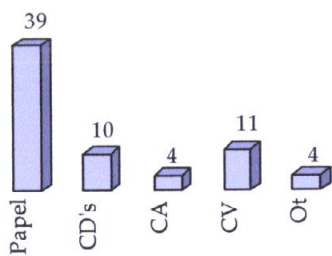
Três destas bibliotecas (75%) possuem ainda documentos em CD e em cassete vídeo com valores que não ultrapassam os 2,5% em ambos os suportes.

Documentos em cassete áudio ou em qualquer outro suporte não são sequer referidos.

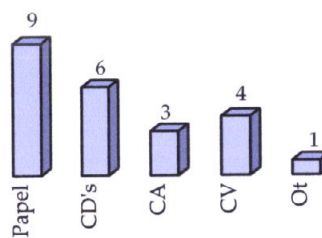
Nos Gráficos 6.1, 6.2 e 6.3 apresentam-se valores gerais referentes às respostas válidas obtidas. A informação detalhada sobre estes valores com indicação das percentagens aproximadas para cada um dos suportes encontra-se no Quadro 1, Anexo VI.

Nas BEx e BMa existem documentos em todos os suportes indicados no questionário e ainda outros, como o caso de diapositivos, fotografias e documentos cartográficos. Quanto à Força Aérea apenas são referidos como suportes o papel, os CD's e as cassetes vídeo.

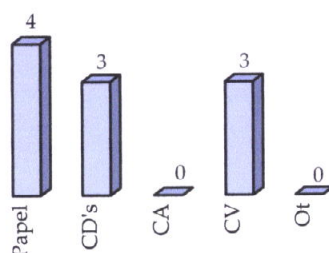
BEx



BMa



BFA



Gráficos 6.1.(BEx), 6.2 (BMa) e 6.3 (BFA): Distribuição dos suportes dos documentos existentes nas bibliotecas respondentes

Estado da informatização dos catálogos

Se as verbas atribuídas a estas bibliotecas mostram claramente a penúria a que as mesmas são votadas, o estado de informatização dos fundos, a seguir tratado, faz a radiografia do atraso em que se encontram estes serviços no que diz respeito às TIC. Não tendo sido possível obter a colaboração de todas as bibliotecas, os números apresentados referentes à quantidade de documentos, quer em catálogo manual quer em catálogo automatizado, ficam muito aquém do número real, não deixando, no entanto, de ser elucidativos. A referir que todos os valores a seguir apresentados são aproximados.

Assim, as BEx apresentam, em catálogo manual, 118.250 títulos de monografias (referência para vinte e duas bibliotecas – 56,4%), 405 títulos de periódicos, entre actualizados e descontinuados (referência para catorze bibliotecas – 35,8%), 27 analíticos (referência para duas bibliotecas – 5,1%) e 9797 documentos de material não-livro (referência para onze bibliotecas – 28,2%).

Dos documentos que se encontram em base de dados é de referir 90.751 títulos de monografias (referência para doze bibliotecas – 30,7%), 549 títulos de publicações

periódicas actualizados e descontinuados (referência para quatro bibliotecas – 10,2%, em que uma biblioteca – do Instituto de Altos Estudos Militares – declarou no questionário e reafirmou em entrevista possuir 402 títulos de periódicos (entre activos e descontinuados), 6185 analíticos (referência para quatro bibliotecas – 10,2%), 407 documentos de material não-livro (referência para três bibliotecas – 7,6%).

As BMA apresentam em catálogo manual 19.467 títulos de monografias (referência para quatro bibliotecas – 44,4%), e 184 títulos de publicações periódicas (referência para três bibliotecas – 33,3%). Não há qualquer referência a analíticos ou a material não-livro.

Do catálogo automatizado constam 63.822 monografias (referência para sete bibliotecas – 77,7%), 235 títulos de publicações periódicas (referência para duas bibliotecas – 22,2%), 345 analíticos (referência para duas bibliotecas – 22,2%) e 11.300 registos de material não-livro (referência para três bibliotecas – 33,3%).

Das BFA foi recolhida a informação de 4000 títulos de monografias (referência para uma biblioteca – 25%) no catálogo manual, onde também constam, 100 títulos de publicações periódicas (referência para duas bibliotecas – 50%), e 60 documentos de material não-livro (referência para uma biblioteca – 25%). Não existem dados para analíticos.

Em base de dados, as BFA são apresentados 8200 títulos de monografias (referência para três bibliotecas – 75%). Contudo, não há referência para os títulos de publicações periódicas, analíticos e documentos de material não-livro.

As BEx são as únicas que referem o tratamento das monografias, periódicos, analíticos e material não-livro, quer em catálogo manual, quer em catálogo informatizado.

As BMA – Instituto Hidrográfico e Escola Naval – iniciaram o tratamento de analíticos e de material não-livro com a informatização dos respectivos catálogos.

A conclusão imediata a retirar da primeira análise dos dados acima apresentados é que, apesar de terem sido apresentados valores que indicam mais documentos informatizados – 181.794 – do que aqueles que apenas existem em catálogo manual – 152.290 – ainda há muito a fazer. Desde logo a diferença entre os dois valores indica o muito trabalho de informatização que há a efectuar e que pode ser menos penoso se as várias unidades envolvidas o fizerem em cooperação. Dado que apenas uma parte das

bibliotecas, que respondeu ao questionário, declarou dados numéricos sobre o estado dos seus fundos, os valores apresentados devem entender-se como indicativos.

Total	Catálogo Manual				Catálogo Informatizado			Total
	BEx	BMa	BFA		BEx	BMa	BFA	
27 B	58.479	4.811	2.500	Monografias	90.751	63.822	8200	22B
141.717	118.250	19.467	4000					162.773
19 B	405	184	100	Periódicos	549	235	0	6 B
689								784
2 B	27	0	0	Analíticos	6185	345	0	6 B
27								6530
12 B	9797	0	60	Mt. não-livro	407	11.300	0	6 B
9857								11.707
152.290	128.479	19.651	4160	Total	97.892	75.702	8200	181.794

Quadro 6.6: Documentos em catálogo manual e em catálogo automatizado (B – biblioteca; Mt - material)

De notar também a grande diferença de valores entre os dois catálogos no que se refere ao tratamento de analíticos, procedimento que permite a recuperação de informação muito importante para os utilizadores, e ao qual só recentemente se tem dado o devido valor. Por outro lado, nos últimos anos, o número de revistas da especialidade com qualidade tem vindo a aumentar o que abre naturalmente espaço para a pertinência do tratamento individualizado dos seus artigos.

Também sobre os catálogos já automatizados o trabalho não se esgotou no momento da informatização. Nas entrevistas ficou claro que há erros que importa corrigir: problemas de forma e problemas de conteúdo.

Dos primeiros podemos indicar como exemplo o facto de algumas bibliotecas considerarem a informatização dos seus catálogos utilizando outro *software* que não *software* específico para gestão de bibliotecas, como é o caso das bases de dados em Access

ou em programas feitos localmente sem qualquer preocupação biblioteconómica, comprometendo por isso a integração dos procedimentos e a futura migração dos dados para sistemas integrados de gestão de bibliotecas. Este assunto será mais desenvolvido na secção 6.4 referente aos meios técnicos.

Dos segundos, também a título de exemplo, há a referir o problema dos duplicados e a inexistência de bases de autoridade. Esta situação agrava-se ainda mais quando o trabalho é feito, maioritariamente por pessoas, civis e/ou militares, que não têm qualquer formação especializada como se pode verificar na subsecção 6.3.2. A registar ainda a existência de fundos antigos que carecem de tratamento adequado e que estão a ser tratados segundo os procedimentos efectuados para a bibliografia actual.

6.2 - Trabalho biblioteconómico

6.2.1 - Política de aquisições

Nesta subsecção são analisados os modo de aquisição, a selecção dos títulos (procedimentos seguidos, proveniência das ofertas e protocolos de permuta) e a gestão das aquisições.

Modo de aquisição

Quanto ao modo de aquisição – compra, oferta e permuta – responderam trinta e sete BEx (94,8%), nove BMa (100%) e quatro BFA (100%).

O detalhe do modo de aquisição para cada um dos ramos das Forças Armadas pode observar-se na Gráfico 6.4.

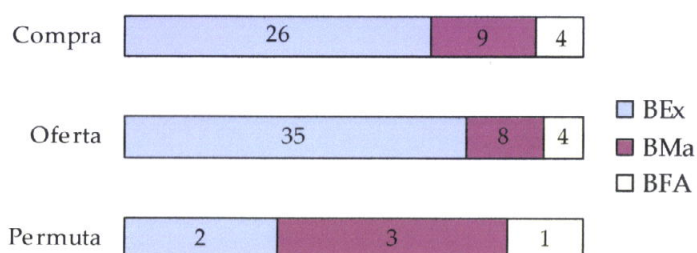


Gráfico 6.4: Representação do modo de aquisição de documentos pelas bibliotecas de cada um dos ramos das FA

Nas BEx predomina o modo de oferta. Das trinta e sete BEx (94,8%) que responderam a esta questão trinta e cinco bibliotecas referem o modo de oferta, seguido pelo da compra, vinte e seis bibliotecas, e em último o modo de permuta, duas bibliotecas, que de resto é o menos utilizado na aquisição de documentos em qualquer um dos ramos, o que concorre também para concluir pela reduzida interligação entre as bibliotecas das FA.

De acordo com os resultados obtidos é de salientar que no Exército existem bibliotecas que subsistem apenas pelas ofertas, como é o caso das dez pertencentes às unidades a seguir mencionadas:

1. Direcção de Documentação e História Militar;
2. 1º Tribunal Territorial de Lisboa;
3. 1º Tribunal Territorial do Porto;
4. Batalhão do Serviço de Saúde;
5. Centro de Classificação e Selecção do Porto;
6. Direcção de Justiça e Disciplina;
7. Escola Prática de Administração Militar;
8. Regimento de Artilharia Nº 4;
9. Regimento de Cavalaria Nº 6;
10. Jornal do Exército.

A falta de recursos financeiros com que se debatem estas unidades é assumida no meio militar como uma das razões para que esta situação ocorra, mas não é a única e em alguns casos não é decerto a principal. Outra razão comum é seguramente a falta de pessoal especializado que, no entanto, para os alguns dirigentes militares não é tão dramática como a carência de recursos financeiros.

A BDDHM tem ca de 2328 documentos todos em catálogo automatizado. As ofertas constituem o único modo de aquisição dos seus fundos, facto que se entende não só pela escassez de recursos como também pela própria missão da unidade em que está inserida que proporciona que a sua biblioteca funcione como uma espécie de depósito legal ao nível das publicações do Exército.

Da análise destas dez bibliotecas verificamos que duas se integram respectivamente nos Tribunais Territoriais de Lisboa e do Porto, encontrando-se inactivas o que decorre também do facto de se ter determinado a extinção destes organismos. A de Lisboa declara

ter 530 documentos e a do Porto 453, que ninguém consulta. Mantêm a designação de biblioteca mas sem funcionarem como tal. Estas duas unidades apresentaram no item – observações – informações importantes, que no caso da Biblioteca do Tribunal Territorial de Lisboa (BTMTL) indica os factores que estiveram na base da sua criação bem como a situação em que se encontra actualmente, e no caso da Biblioteca do Tribunal Territorial do Porto (BTMTP) ajuda a perceber a inactividade instalada.

Assim, da primeira é declarado que se encontra em instalações precárias não tendo ao seu serviço “pessoal qualificado nem utentes interessados”. Um documento datado de 1979, que se refere à constituição desta unidade⁴ revela a preocupação de criar uma economia de escala ao manifestar a intenção da criação de uma biblioteca que não só serve a unidade em que se insere – Supremo Tribunal Militar – como também deve apoiar as unidades afins – cinco Tribunais Militares Territoriais de Lisboa.

Quanto à BTMTP está na dependência directa da DDHM. Há quatro anos que não tem qualquer utilizador e o trabalho afecto à biblioteca resume-se a registar os documentos que a DDHM envia e a arrumar os mesmos nas prateleiras que lhes estão destinadas.

A falta de recursos não é razão significativa para a situação acima descrita. Não estão reunidas as condições para a existência de bibliotecas nestas unidades e a tendência natural será a sua extinção.

A Biblioteca do Batalhão do Serviço de Saúde (BBSS) funciona em Coimbra e integra-se na Secção de Operações, Informações, Segurança e Instrução. Revela também depender unicamente das ofertas. Os seus 1017 documentos sobre temas militares e legislação encontram-se em base de dados Access. A situação desta biblioteca constitui um exemplo da falta de recursos e quase tudo funciona à margem dos procedimentos

⁴ MSG 06130 22MAI79 CHESMATI:

- a) “Uma só BM resolve apoio conjunto todos os TM em Santa Clara”
- b) “...”
- c) “Futura BM deve designar-se por «Biblioteca Militar dos Tribunais Militares de Lisboa» (BM/TM Lisboa)”
- d) “Essa BM apoiará STM e restantes 5 TMT de Lisboa”
- e) “Convém que esta BM se integre na corrente já existente (para economia e para eficiência) de serem criados órgãos administrativos comuns (centrais) a todos os TMTerritoriais de Lisboa embora possa ficar, sem prejuízo do facto apontado, incorporada no Supremo Tribunal Militar com a mesma missão de conjunto.”

biblioteconómicos. Contudo, o facto de não possuir *software* adequado não foi impedimento para informatizar os dados dos documentos através dos meios de que dispunham.

A Biblioteca do Centro de Classificação e Selecção do Porto (BCCSP) encontra-se na dependência da DDHM. Possui 4000 títulos de monografias e 4 títulos de publicações periódicas só de temas militares em catálogo manual e, pela informação prestada, indica ser apenas um pólo/depósito da DDHM, praticamente sem desenvolvimento de trabalho interno. Esta situação foi confirmada por telefone ao ser comunicada a sua extinção, prevendo-se a entrega dos seus fundos ao Museu Militar ao abrigo de um protocolo entre esta instituição e a DDHM.

A Biblioteca da Direcção de Justiça e Disciplina (BDJD) constitui outro caso de inactividade e de biblioteca tem apenas a designação. Trata-se de uma unidade onde o preenchimento do questionário foi presencial por solicitação de quem tem a responsabilidade da pequeno compartimento fechado com duas estantes de documentos a ladeá-lo. Não tem qualquer actividade e a sua extinção será o destino mais natural.

A Biblioteca da Escola Prática de Administração Militar (BEPAM) localiza-se em Beiriz, Póvoa do Varzim, e depende da Direcção de Estudos e Instrução. Tem 2926 documentos totalmente informatizados com recurso ao *software* de gestão integrada distribuído pela DDHM e pauta o seu funcionamento pelas normas emanadas por esta mesma unidade, como por exemplo o uso do Catálogo Sistemático das Bibliotecas do Exército para classificar os seus documentos. Não é, neste caso, perceptível de imediato o facto da constituição dos seus fundos depender unicamente das ofertas. Aparenta ter algumas condições de trabalho mas que não são potenciadas.

A Biblioteca do Regimento de Artilharia Nº 4 (BRA4) “insere-se no Estado-Maior da Unidade” de acordo com o declarado no questionário. Tem 1651 documentos em catálogo manual referentes a temas militares, matemática e educação física e revela alguma actividade se comparada com a BCCSP e a BDJD, mas ainda assim reduzida.

A Biblioteca do Regimento de Cavalaria Nº 6 (BRC6) localiza-se em Braga e encontra-se dependente da Secção de Instrução, e esta do Comando do Regimento. Tem 2552 documentos informatizados em *DBase IV*. À semelhança da Biblioteca do Batalhão do Serviço de Saúde optou por informatizar o catálogo aproveitando os recursos de que

disponha. Informou esta biblioteca estar prevista a obtenção de meios informáticos “mais actualizados e adequados” que só ainda não tem por manifesta falta de recursos, o mesmo se verificando ao nível da aquisição de obras por compra.

A Biblioteca do Jornal do Exército depende do Director do Jornal do Exército o qual depende directamente do VCEME. Tem 3600 títulos de monografias dos quais 900 estão informatizados, utilizando para o efeito o *software* distribuído pela DDHM. Pela informação prestada tem uma actividade reduzida.

Da análise das dez bibliotecas acima descritas retêm-se três ideias:

1. A confirmação de que a falta de recursos financeiros não é em todos os casos justificação para a situação em que algumas bibliotecas se encontram;
2. A necessidade de extinguir algumas bibliotecas, uma vez que das mesmas só resta a designação;
3. A necessidade de estimular e criar condições que induzam ao desenvolvimento de outras bibliotecas.

Como foi já mencionado estas dez bibliotecas actualmente dependem 100% das ofertas. No entanto existem outras que apesar de adquirirem documentos por compra utilizam esse modo numa percentagem muito reduzida. Tal é o caso das seis bibliotecas das seguintes unidades:

1. Comando da Instrução do Exército (compra – 5%);
2. Escola Prática de Infantaria (compra – 10%)
3. Escola Prática do Serviço de Material (compra – 10%);
4. Regimento de Guarnição Nº 2 (compra – 5%);
5. Regimento de Infantaria Nº 3 (compra – 1%);
6. Regimento de Infantaria Nº 15 (compra – 10%).

Este grupo de unidades é mais homogêneo do que o anterior: uma biblioteca de comando, duas escolares e três de regimento. Todavia a pertinência da existência de algumas destas unidades é também de considerar. Assim, é o caso da Biblioteca do Comando de Instrução que se localiza na Amadora muito próximo do Pólo da Academia Militar. Trata-se de uma biblioteca com 1837 títulos de monografias em catálogo manual que abre às segundas, quartas e sextas-feiras durante uma hora (11:00H-12:00H).

As bibliotecas militares escolares, por seu lado, têm importância significativa nas unidades em que se inserem, uma vez que a sua missão é dar apoio aos cursos ministrados. Assim é, que a maior parte destas bibliotecas contam já com o *software* de gestão integrada distribuído pela DDHM. Tanto a Biblioteca da Escola Prática de Infantaria (BEPI), em Mafra, como a Biblioteca da Escola Prática do Serviço de Material (BEPMSM) no Entroncamento, têm os seus catálogos informatizados, respectivamente com 9380 e 3087 documentos.

Das bibliotecas dos Regimentos, duas desenvolveram aplicações internas, em *Access/Excel* e em *Excel*, respectivamente para os 3266 documentos da Biblioteca do Regimento de Guarnição Nº 2 (BRG2), da Zona Militar dos Açores, e para os 2918 documentos da Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 3 (BRI3) em Beja. Esta última apresenta uma percentagem de aquisição por compra de 1%, justificando que actualmente só são adquiridos títulos considerados de relevância extraordinária, facto revelador da contenção orçamental que também aí se vive.

Quanto à Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 15 em Tomar tem 4263 documentos em catálogo manual mas declara dar apoio não só à unidade onde se insere como também ao Instituto Politécnico de Tomar, uma instituição civil.

Feita a análise, primeiro das bibliotecas que dependem 100% das ofertas e segundo das bibliotecas onde a aquisição de documentos por compra se situa nos 10% ou abaixo deste nível, indicamos a seguir o caso único da Biblioteca do Arquivo Histórico Militar que declara que a constituição dos seus fundos é feita através da oferta e da permuta. Neste caso trata-se de uma biblioteca que apoia um arquivo.

Na Marinha e na Força Aérea as aquisições por compra e por oferta encontram-se mais equilibradas e não existe nenhuma biblioteca que subsista apenas pelas ofertas. O menor investimento verifica-se assim nas bibliotecas do Exército. No entanto o grande volume de ofertas não significa documentos pertinentes para as áreas tratadas por estes serviços. Frequentemente chegam às bibliotecas documentos oferecidos com as melhores intenções cujo número de consultas será provavelmente zero e, por isso, são desprovidos de valor para o serviço em questão, apenas vêm comprometer o espaço de armazenamento quase sempre exíguo. O baixo número de permutas, por sua vez, revela a estanquicidade dos serviços que funcionam para dentro da unidade onde se inserem.

Seleção de títulos

O questionário submetido às bibliotecas dos três ramos apresentava seis modos de selecção dos títulos a adquirir por compra – bibliografias, índices, livrarias, livrarias virtuais, catálogos e outra(s) forma(s) – e solicitava informação sobre os procedimentos seguidos para esse objectivo.

À questão sobre aquisição dos documentos por compra responderam vinte e nove BEx (74,3%), nove BMa (100%) e quatro BFA (100%). Como foi referido acima dez BEx subsistem à custa das ofertas, o que justifica não terem respondido a esta questão. Acerca dos critérios que presidem a esse procedimento responderam vinte e seis BEx (89,6% das vinte e nove respondentes), oito BMa (88,8%) e 3 BFA (75%). Neste ponto as respostas são na sua generalidade comuns aos três ramos: mediante as necessidades de cada biblioteca, sempre entendida na unidade em que se insere, são feitas propostas pelos seus utilizadores que depois são encaminhadas para os canais adequados.

Assim, a forma mais utilizada para a aquisição de documentos por compra nas BEx é o uso de bibliografias. Seguem-se os catálogos, as visitas às livrarias e às livrarias virtuais, os índices e por último outras formas, que vão desde seleccionar publicações através do Catálogo Sistemático da DDHM até, como alguém referiu, à pura intuição.

As BMa recorrem em primeiro lugar às livrarias. As bibliografias surgem como segundo recurso a que se seguem os catálogos, os índices, outras formas, e, por último, as livrarias virtuais.

À semelhança das BMa também as BFA seleccionam as visitas às livrarias como primeira opção. As demais escolhas recaem sobre os índices, os catálogos, as bibliografias, as livrarias virtuais e por último outras formas.

No Quadro 6.7 apresentam-se as várias opções ordenadas de acordo com a informação prestada pelas bibliotecas que responderam a esta questão. Coincidem no primeiro lugar e no terceiro respectivamente as livrarias e os catálogos para as BMa e as BFA, e no sexto lugar, referente a outras formas para as BEx e as BFA.

	BEx		BMa		BFA	
	Respostas válidas		Respostas válidas		Respostas válidas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	28 B	71,7 %	9 B	100%	4 B	100%
1º	Bibliografias		Livrarias		Livrarias	
2º	Catálogos		Bibliografias		Índices	
3º	Livrarias		Catálogos		Catálogos	
4º	Livrarias virtuais		Índices		Bibliografias	
5º	Índices		Outras formas		Livrarias virtuais	
6º	Outras formas		Livrarias virtuais		Outras formas	

Quadro 6.7: Níveis de selecção de aquisição por compra nas bibliotecas dos três ramos

Quanto à questão da proveniência das ofertas (instituições e/ou particulares) responderam trinta BEx (76,9%), oito BMa (88,8%) e quatro BFA (100%).

Tanto nas BEx como nas BMa o número de ofertas provenientes de instituições é muito superior ao número de ofertas provenientes de particulares.

Nas BEx é possível estabelecer uma relação entre as bibliotecas que recebem a maior quantidade de ofertas e as ofertas provenientes de instituições, considerando que neste caso a instituição principal e, por vezes a única, é o próprio Exército (vulgarmente designado no meio por canal exército). Assim, podemos observar no Quadro 2, Anexo VI o que se passa com as dez bibliotecas das unidades acima mencionadas em que a percentagem de ofertas é de 100%.

A situação com as seis bibliotecas também já mencionadas acima que apesar de adquirirem documentos por compra utilizam esse modo numa percentagem muito reduzida é também muito semelhante à anterior, isto é, a percentagem de ofertas provenientes das instituições é também muito elevada se comparada com as ofertas dos particulares (Quadro 3, Anexo VI).

Todavia existem três BEx em que a percentagem de ofertas de particulares é superior às registadas por parte das instituições:

1. Biblioteca do Colégio Militar (95%);
2. Biblioteca da Escola Prática de Cavalaria (80%);
3. Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares (70%),

Estas bibliotecas inserem-se em três instituições determinantes na formação académica e profissional de muitos militares de que resulta a criação de laços afectivos muito estreitos. É revelador o facto do Colégio Militar aparecer em primeiro lugar com 95% das ofertas provenientes de particulares. Gerações de militares ficaram para sempre marcadas pelas vivências e pelos valores que lhes foram transmitidos durante os anos em que se moldam as personalidades.

Por iniciativa dos próprios ou das famílias os seus espólios bibliográficos acabam por ser doados às bibliotecas das instituições que mais influenciaram as suas vidas.

Nas BMA destacam-se três unidades com 90% das ofertas efectuadas por instituições:

1. Biblioteca da Escola Naval;
2. Biblioteca do Instituto Hidrográfico;
3. Biblioteca do Aquário Vasco da Gama.

As unidades onde cada uma destas bibliotecas se insere têm uma dinâmica própria que se traduz num maior intercâmbio de conhecimentos entre estas unidades e instituições congéneres da sociedade civil.

Nas BFA a situação é substancialmente diferente. Por um lado verifica-se um equilíbrio, 50% de ofertas provenientes de instituições e de particulares, em duas bibliotecas:

1. Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas;
2. Biblioteca Técnica de Saúde.

Por outro lado nota-se um grande desequilíbrio em outras duas bibliotecas:

1. Biblioteca do Centro de Documentação do EMFA com 100% de ofertas de particulares;
2. Biblioteca do Museu do Ar com 95% de ofertas de particulares.

Funcionando a Biblioteca do Centro de Documentação do EMFA só em função do Estado-Maior apenas é conhecida pelos internos o que justifica a sua falta de visibilidade no exterior. Quanto à Biblioteca do Museu do Ar trata-se de uma unidade de fraca expressão que apoia o Museu o que lhe confere também uma visibilidade reduzida. Estas bibliotecas são conhecidas sobretudo pelos militares que em algum momento da vida activa passaram por estas unidades.

Os acordos de permuta, formais ou informais, são em número muito reduzido.

Das BEx duas (5,1%) indicaram terem acordos de permuta:

1. A Biblioteca do Centro de Psicologia Aplicada do Exército que faz permuta com dez unidades (nomeadamente com departamentos universitários e institutos superiores);
2. Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares que faz permuta com cinco unidades (quatro universidades e um instituto superior).

Entre as BMA apenas a Biblioteca da Academia de Marinha indica ter estabelecido permuta com outra unidade (a Biblioteca Central da Marinha).

As BFA não indicaram qualquer acordo de permuta. Como foi referido acima as BFA funcionam sobretudo em torno dos interesses internos das respectivas unidades.

Gestão das aquisições

A pergunta sobre a gestão das aquisições pedia a indicação de como a mesma se processa: de forma manual, de forma automática ou ainda de forma mista. Responderam trinta e duas BEx (82%), nove BMA (100%) e quatro BFA (100%).

Há a considerar desde logo três cenários:

1. As bibliotecas que não têm os respectivos catálogos automatizados;
2. As bibliotecas que apesar de terem os seus catálogos automatizados, no todo ou em parte, não dispõem do módulo adequado, ou o sistema usado não contempla esse modo, como é o caso das bibliotecas constantes no Quadro 6.8. A registar a situação da Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 3 que não dispo de qualquer *software* de gestão de bibliotecas adaptou internamente o programa utilizado (*Excel*) e indica fazer a gestão automatizada das aquisições;
3. As bibliotecas que têm os seus catálogos automatizados com recurso a sistemas de gestão integrada, dispõem do módulo de gestão de aquisições mas não o utilizam por dificuldades de vária ordem, desde limitações do *hardware* até à falta de formação do pessoal.

Das trinta e duas BEx que responderam à questão, vinte e duas bibliotecas (68,7%) declaram que procedem à gestão das aquisições em modo manual, duas fazem-no na forma automatizada e onze utilizam uma forma mista. No entanto e, de acordo com a informação prestada no questionário, vinte e uma BEx afirmam ter os seus catálogos

automatizados, no todo ou em parte. Destas existem sete bibliotecas apresentadas no Quadro 6.8 que utilizam *software* de gestão integrada, quatro das quais subsistem à custa das ofertas numa percentagem igual ou superior a 95%.

	Ofertas	Gestão das aquisições			Designação da aplicação utilizada
		Manual	Automático	Misto	
BBSS (1017 registos)	100%	----	----	----	Access
BDSM (1778 registos)	----	----	----	√	----
BETA (sem indicação)	----	√	----	----	Access
BRC6 (2552 registos)	100%	----	----	√	DBaseIV
BRG2 (3266 registos)	95%	----	----	√	Access e Exel
BRI2 (320 registos)	----	----	----	√	Access
BRI3 (2918 registos)	99%	----	√	----	Exel

Quadro 6.8: Bibliotecas militares com os catálogos informatizados com recurso a aplicações desenvolvidas internamente⁵

Esta relação com a questão sobre as formas de aquisição de documentos por oferta indica que apesar da escassez de recursos financeiros, nestas cinco bibliotecas, houve o empenho, ainda que à margem das técnicas do tratamento documental, de tentar agilizar o trabalho destas unidades informatizando os dados através dos meios disponíveis. Neste sentido um dos responsáveis afirmou que, perante a necessidade extrema de reorganizar a biblioteca e a demora da DDHM em distribuir o sistema de gestão de bibliotecas, optou por iniciar a informatização do catálogo com as ferramentas internas de que dispunha.

Pela análise do Quadro 6.8 verifica-se que metade destas bibliotecas teve a preocupação e a possibilidade de adaptar internamente aplicações de que dispunha por forma a semi automatizar a gestão das aquisições. Duas bibliotecas tratam desta fase no modo manual enquanto uma – Biblioteca do Batalhão do Serviço de Saúde – não indica qualquer informação neste ponto, o que se pode entender por uma forte dependência da

⁵ BBSS - Biblioteca do Batalhão do Serviço de Saúde; BCIE - Biblioteca do Comando de Instrução do Exército; BDSM - Biblioteca da Direcção dos Serviços de Material; BETA - Biblioteca da Escola das Tropas Aerotransportadas; BRC6 - Biblioteca do Regimento de Cavalaria Nº 6; BRG2 - Biblioteca do Regimento de Guarnição Nº 2; BRI2 - Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 2; BRI3 - Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 3

DDHM no que se refere à gestão da aquisição de documentos (depende 100% de ofertas, ainda que 20% das mesmas sejam provenientes de particulares).

A Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 3 (BRI3) apesar de, em termos de *software*, se encontrar em situação semelhante às restantes sete bibliotecas, revela, como acima foi referido, que faz esta gestão de modo automático. Este procedimento só é declarado também pela Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares a qual já dispõe do sistema de gestão integrada, ainda que apenas tenham sido adquiridos e estejam em utilização os módulos de catalogação e aquisições.

Das nove BMA (100%) que responderam à questão da gestão das aquisições, cinco (55,5%) declaram seguir o procedimento no modo manual, enquanto as restantes quatro (44,5%) utilizam o modo misto, isto é utilização simultânea de procedimentos manuais e automáticos. No entanto as BMA que declaram seguir o modo misto, nenhuma possui *software* adequado, apenas a Biblioteca do Instituto Hidrográfico (BIH), que utilizando um sistema criado por uma empresa para gerir documentação, se prepara para mudar para um sistema de gestão integrada. Quanto às cinco BMA que utilizam o modo manual, duas têm *software* de gestão integrada. No entanto, uma dispõe do módulo de aquisições, mas não o utiliza, enquanto a outra apenas tem o módulo de catalogação.

Da Força Aérea foram obtidas quatro respostas válidas (100%) para a questão em apreciação. Três (75%) declaram seguir o modo automático e uma (25%) utiliza o modo manual. Todas as BFA utilizam o mesmo sistema, como foi referido acima, no entanto apenas uma – Biblioteca do Museu do Ar – não utiliza o módulo das aquisições.

6.2.2 - Tratamento documental

Esta subsecção aborda aspectos referentes à catalogação (regras seguidas, tratamento de analíticos e de material não-livro), análise de conteúdo (classificação, indexação) e critérios de arrumação.

Catalogação

Responderam à questão sobre as regras utilizadas trinta e sete BEx (94,8%), nove BMA (100%) e quatro BFA (100%). Sobre este ponto do questionário apresentaram-se quatro

opções: regras portuguesas de catalogação (RPC), regras anglo-americanas (RAA), regras internas (RI) e outras. O Quadro 6.9 apresenta os dados obtidos neste ponto:

	RPC		RAA		RI		Outras	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
BEx	18 B	48,6% ⁶	----	----	8 B	21,6% ⁷	13 B	35,1% ⁸
BMa	4 B	44,5%	----	----	5 B	55,5%	----	----
BFA	4 B	100%	----	----	----	----	----	----

Quadro 6.9: Regras de catalogação seguidas nas bibliotecas dos três ramos das Forças Armadas⁹

Verifica-se que nas BEx são seguidos três critérios diferentes na catalogação dos documentos e existem pelo menos duas situações em que é dada a informação da coexistência de dois modos de catalogação (RPC / RI e RPC / Outras). Assim acontece na Biblioteca do Exército e na Biblioteca do Regimento de Infantaria Nº 2.

Contudo, algumas respostas não são esclarecedoras e chegam a revelar alguma confusão entre as regras desenvolvidas internamente e outras regras. Assim é o exemplo do Sistema Unificado de Catalogação (SUC), emanado da DDHM, que por vezes é apontado como sendo uma regra interna e outras vezes como outra regra. É também de registar a influência da DDHM no que se refere às regras de catalogação a seguir pelas BEx. No entanto a Biblioteca da DDHM, com o catálogo informatizado na íntegra, informa seguir as RPC.

Por norma as BEx que não têm um sistema de gestão integrada seguem RI ou outras normas que não as RPC.

As quatro BMa (44,5%) que indicam seguir as RPC apenas uma não possui *software* adequado. As restantes (55,5%) declaram seguir RI e não têm qualquer sistema de tratamento de informação.

⁶ Das bibliotecas respondentes

⁷ Idem

⁸ Idem

⁹ RPC – Regras Portuguesas de Catalogação; RAA – Regras Anglo-Americanas; RI – Regras Internas

As BFA, graças ao facto de ter sido adoptado desde logo um sistema adequado ainda que actualmente se mostre algo obsoleto, permite que as quatro bibliotecas (100%) que trabalham sobre o mesmo sigam as RPC.

À questão sobre o tratamento de analíticos responderam trinta e sete BEx (94,8%), nove BMa (100%) e quatro BFA (100%). Apenas oito BEx e três BMa responderam afirmativamente.

O tratamento de analíticos é um procedimento muito incipiente nas bibliotecas dos três ramos das Forças Armadas. Foi possível verificar esse facto nos dados apresentados no Quadro 6.6: Documentos em catálogo manual e em catálogo automatizado das bibliotecas militares. No entanto, pela análise dos dados referentes à contabilização de analíticos que permitiram a construção da tabela acima mencionada e os dados apresentados no ponto do questionário sobre o tratamento ou não de documentos analíticos, existe uma pequena diferença (nas BEx e BMa), pelo que se conclui que há bibliotecas que por alguma razão não contabilizaram esses documentos, uma vez que o número de bibliotecas que declara tratar analíticos é superior ao número de bibliotecas que declarou a sua existência quer em catálogo manual, quer em catálogo automatizado.

	Bibliotecas que declaram o número de analíticos			Tratamento de analíticos	
	CM	CA	Total	Sim	Não
BEx	2 B	4 B	6 B	8 B	29 B
BMa	-----	2 B	2 B	3 B	6 B
BFA	-----	-----	-----	-----	-----

Quadro 6.10: Comparação entre o número de bibliotecas que declara a existência de analíticos e o número de bibliotecas que actualmente trata analíticos¹⁰

Tratando-se de bibliotecas especializadas é inquestionável a utilidade de analíticos. A sua inexistência nos catálogos destas bibliotecas significa perda de uma quantidade considerável de informação que assume proporções mais graves nas bibliotecas das instituições de ensino e formação. A falta de meios, principalmente de pessoal qualificado, justifica o reduzido número de analíticos.

¹⁰ CM - catálogo manual; CA - catálogo automatizado; B - biblioteca

Sobre o tratamento de material não-livro responderam trinta e nove BEx (100%), nove BMa (100%) e quatro BFA (100%). Neste caso existem mais bibliotecas que declaram ter material não-livro face ao número de bibliotecas que procedem ao seu tratamento documental. Nove (23%) BEx, três (33,3%) e três BMa (75%) BFA afirmam proceder ao tratamento deste material.

	Bibliotecas que declaram o número de documentos referente a material não-livro			Tratamento de material não-livro	
	CM	CA	Total	Sim	Não
BEx	11 B	3 B	14 B	9 B	30 B
BMa	-----	3 B	3 B	3 B	6 B
BFA	1 B	-----	1 B	3 B	1 B

Quadro 6.11: Comparação entre o número de bibliotecas que declara a existência de documentos de material não-livro e o número de bibliotecas que actualmente trata documentos de material não-livro¹¹

No que se refere à questão sobre os moldes em que é feito o seu tratamento as respostas variam entre constarem de listagens (de forma manual e/ou automática) ordenadas (ou não) alfabeticamente até ao tratamento documental similar aos demais documentos.

Análise de conteúdo

Este item aborda aspectos referentes ao trabalho de classificação e indexação.

Trinta e sete BEx (94,8%), nove, BMa (100%) e três BFA (75%) responderam à questão da classificação. Entre estas, vinte e duas BEx (59,4%, das trinta e sete bibliotecas respondentes), três BMa (33,3%) e três BFA (100%, das três bibliotecas respondentes) afirmam proceder à classificação dos documentos.

No questionário apresentavam-se quatro tipos de classificação: CDU, Dewey, classificação interna e outra.

De uma forma geral nas BEx é utilizado a classificação do Catálogo Sistemático das Bibliotecas do Exército (CSBE) emanado da DDHM. Apenas cinco BEx (13,5%, das trinta e sete bibliotecas respondentes) usam a CDU: BCoIM, BDSM, BQGZMM, BRC4 e BRI13.

¹¹ CM – Catálogo Manual; CA - Catálogo Automatizado; B - biblioteca

As três BMa que referem a classificação dos documentos indicam a utilização de classificação interna¹², mas não especificam de que tipo.

Duas BFA declaram utilizar a CDU e uma refere outra classificação: *National Library of Medicine Classification* utilizada na Biblioteca Técnica de Saúde do Instituto de Saúde da Força Aérea.

De acordo com a informação recolhida, a classificação *Dewey* não é utilizada nas bibliotecas que responderam ao questionário.

Dos contactos estabelecidos com algumas bibliotecas conclui-se que existem unidades onde não é linear a distinção entre o trabalho de classificação e o trabalho de indexação frequentemente tomando-se um pelo outro.

A indexação foi abordada noutra pergunta do questionário, a que responderam dezoito BEx (46,1%), seis BMa (66,6%) e quatro BFA (100%).

	Bibliotecas que responderam à questão sobre indexação Nº	Linguagem pré-coordenada Nº	Linguagem pós-coordenada	
			Thesaurus Nº	Lista de termos interna Nº
BEx	18 B (46,1%)	9 B	3 B	6 B
BMa	6 B (66,6%)	1 B	-----	5 B
BFA	3 B	-----	4 B	1 B

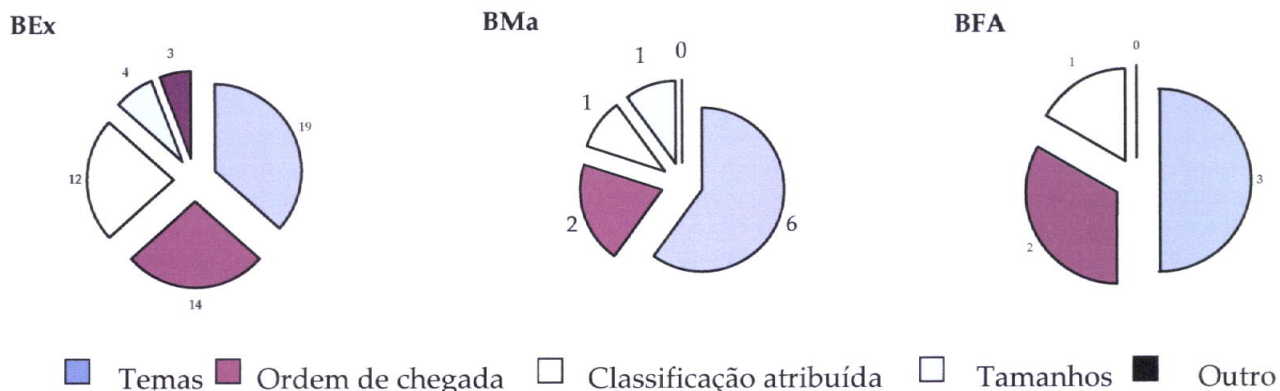
Quadro 6.12: Número de respostas e utilização da linguagem pré e pós-coordenada

Os dados recolhidos indicam que este procedimento documental é efectuado num número reduzido das BEx. Nem todas as BMa indexam os respectivos documentos. A falta de pessoal especializado justifica esta situação, tanto nas BEx como nas BMa o que compromete a recuperação da informação. A excepção pertence às BFA que declaram proceder à indexação dos documentos, três bibliotecas apenas através de um thesaurus, e uma (BCDEMFA) recorrendo em simultâneo ao thesaurus e a uma lista de termos interna.

¹² O facto de nas BMa existirem diferentes classificações gera dificuldades de compatibilização. O uso do CSBE nas BEx permite um maior nível de compatibilização entre os sistemas.

Arrumação

Este item encontra-se preenchido em todos os questionários válidos (100%) dos três ramos das FA. A arrumação por temas predomina nas bibliotecas dos três ramos como se pode verificar nos seguintes gráficos:



Gráficos 6.5.(BEx), 6.6 (BMa) e 6.7 (BFA): Critérios de arrumação dos documentos

As diferenças, apresentadas no Quadro 5, Anexo VI, surgem ao nível dos critérios utilizados na arrumação dos documentos. No Exército existem bibliotecas onde a arrumação dos documentos obedece a dois ou mais critérios em simultâneo. Apenas uma situação semelhante se verifica numa BMa e duas situações nas BFA. Os dados recolhidos e apresentados no Anexo acima mencionado indicam esse situação.

A questão da existência ou não de depósito mereceu resposta em todos os questionários considerados válidos dos três ramos das Forças Armadas. Os resultados obtidos indicam que mais de metade das BEx não possui depósito. Mais de metade das BMa tem depósito e a grande maioria das BFA também.

	Respostas válidas		Existência de Depósito			
			Sim		Não	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
BEx	39 B	100 %	18 B	46,1%	21 B	53,9%
BMa	9 B	100%	5 B	55,6%	4 B	44,4%
BFA	4 B	100%	3 B	75%	1 B	25%

Quadro 6.13: Existência de depósitos nas bibliotecas militares

6.2.3 - Divulgação da informação e acesso à informação

Nesta secção são referidos os meios de divulgação da informação e em que moldes é possível aceder à informação.

À questão sobre a divulgação da informação responderam vinte e duas (56,4%) BEx, oito (88,8%) BMa e duas (50%) BFA.

Desta questão emergiam outras questões aqui tratadas que se referem aos meios utilizados, à periodicidade e à existência ou não de divulgação da informação através da Internet.

Meios Utilizados

Este sub-item do questionário contemplava cinco modos de divulgação da informação: boletim bibliográfico, exposição das novidades, divulgação por email, difusão selectiva da informação e outros meios.

No Quadro 6.14 apresentam-se os meios mais utilizados nas bibliotecas militares para divulgar a informação.

	BEx	BMa	BFA	
	Respostas válidas		Respostas válidas	
	Nº	%	Nº	%
	22 B	56,4%	8 B	88,8%
1º	DSI - 11 B		BB - 4 B	
2º	Expo das nov - 8 B		Expo das nov - 3 B	
3º	Outros - 8 B		Divulgação por email - 2 B	
4º	BB - 1 B		DSI - 1 B	
5º	-----		Outros - 1 B	

Quadro 6.14: Meios de divulgação da informação utilizados nas bibliotecas militares¹³

Verifica-se pela análise dos dados recolhidos que existem bibliotecas nos três ramos que recorrem a mais do que um meio para divulgarem a respectiva informação. Assim

¹³ DSI – Divulgação Selectiva da Informação; Expo das nov – Exposição das novidades; BB – Boletim Bibliográfico

acontece nas BEx com as Bibliotecas da Academia Militar e do Colégio Militar (exposição de novidades e divulgação em ordem de serviço), com as Bibliotecas da Direcção dos Serviços de Material, da Escola Prática de Transmissões e das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (exposição de novidades e divulgação selectiva da informação), nas BMa com as Bibliotecas da Escola Naval e do Instituto Superior Naval de Guerra (boletim bibliográfico e exposição de novidades) e com a Biblioteca do Instituto Hidrográfico que recorre a todos os meios apresentados no questionário, nas BFA com a Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas (divulgação selectiva da informação e outros) e ainda com a Biblioteca Técnica de Saúde do Instituto de Saúde da Força Aérea (exposição de novidades, *e-mail* e divulgação selectiva da informação. Por sua vez a Biblioteca do Museu do Ar adianta que não faz divulgação da informação por falta de recursos humanos.

Periodicidade

Sobre esta questão, apenas catorze BEx (35,8%) se pronunciaram, cinco BMa (55,5%) e duas BFA (50%).

A periodicidade da divulgação da informação é irregular na maior parte das BEx que responderam à pergunta. Duas bibliotecas fazem-no mensalmente – a da Escola Prática de Transmissões e a das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento. A Biblioteca do Exército emite informação desta natureza anualmente. O Arquivo Histórico Militar faz divulgação em dois modelos distintos, um anual e outro semestral, naturalmente a informação sobre a biblioteca que integra pode eventualmente aparecer ou não. A Biblioteca da Direcção dos Serviços de Material faz divulgação semanal.

A informação fornecida pelas BMa indica que cada uma das cinco bibliotecas, que responderam ao questionário, divulga informação respectivamente segundo uma periodicidade semanal – Biblioteca do Instituto Superior Naval de Guerra – quinzenal – Biblioteca do Instituto Hidrográfico, mensal – Biblioteca da Escola Naval e trimestral – Biblioteca Central da Marinha. Por último a Biblioteca do Centro de Instrução de Tática Naval não obedece a qualquer periodicidade, pelo que a divulgação da sua informação é irregular.

As duas BFA que responderam a esta questão – BCMA e BTSISFA – declaram que a periodicidade da divulgação da informação é irregular.

Página na Internet

A taxa de respostas a esta questão situa-se nos 100% em cada um dos ramos das Forças Armadas. O resultado é um contundente não à Internet. Pontualmente uma breve informação, acerca dos serviços de uma determinada biblioteca, sempre considerada no *site* da unidade em que se insere ou no do ramo a que pertence. Não existe até à data da recolha de dados qualquer biblioteca militar com catálogo acessível através da Internet.

Nas BEx apenas duas – a BExto e a BAM – assinalam a sua presença na Internet com informação ou acerca dos seus serviços ou apenas dando conta da sua existência respectivamente no *site* oficial do Exército e no *site* oficial da unidade em que se insere.

Com a BCM e a BIH a situação é semelhante. Breves referências sobre as respectivas bibliotecas exigindo alguma navegação nos *sites* oficiais, uma vez que a visualização do respectivo *link* não é imediata.

Na Força Aérea verifica-se ausência de qualquer referência sobre as suas bibliotecas na Internet. No entanto, e ao contrário do Exército e da Marinha, é possível na Intranet aceder aos catálogos das principais bibliotecas, que para efeitos de pesquisa (autor, assunto, texto livre) e de empréstimo (apenas aos utilizadores internos) se encontram em rede. Assim, e apesar das BFA desenvolverem os seus trabalhos sobretudo dentro dos limites do ramo, existe a noção da utilidade de aceder de forma rápida e fácil à informação contida em cada biblioteca da Força Aérea.

A utilização da Internet no meio militar é feita com contenção. Existem regras que definem o seu uso. A directiva nº4/98 do Almirante Chefe do Estado Maior da Armada, embora reconhecendo, a importância da Internet na sociedade actual e as vantagens de dar a conhecer as actividades da marinha, preocupa-se essencialmente com a segurança¹⁴.

¹⁴ Utilização da Internet na Marinha - OA1 26/24-6-98. Directiva Nª4/98 do Chefe de Estado Maior da Armada: “tendo em consideração o reduzido nível de segurança da Internet e a diversidade dos riscos inerentes à proliferação de ligações a fornecedores de serviços de acesso àquela estrutura, havendo por isso que atribuir especial atenção aos aspectos de segurança e, designadamente, observar a actual política NATO neste domínio, que aconselha a criação nas organizações de servidores próprios dedicados a esse fim, bem como uma separação física dos computadores e das redes de dados onde reside informação classificada, não-classificada sensível,

De acordo com essa directiva, as normas para a utilização da Internet na marinha devem pautar-se pelo cumprimento das seguintes regras:

1. O estabelecimento da centralização de toda a informação constante da página oficial da marinha no gabinete do Chefe de Estado-Maior da Armada de acordo com orientações por si dadas;
2. A atribuição de responsabilidades aos comandantes, directores e chefes das várias áreas por todas informações inseridas na Internet, bem como as suas actualizações que depois de ser dado conhecimento ao gabinete do Chefe de Estado-Maior devem ser processadas pela DAMAG;
3. A especial atenção para as ligações individuais à Internet de cada unidade da marinha. As mesmas devem ser analisadas caso a caso depois do parecer técnico da DAMAG;
4. A ligação à Internet só pode ser estabelecida em terminais dedicados a esse fim, isto é, que não contenham no seu disco o(s) tipo(s) de informação acima referida e que “não sejam subscritores de redes navais de dados que contenham ou possam vir a conter informação dos tipos indicados anteriormente, designadamente da Intranet¹⁵ .

O exemplo acima indicado é da Marinha e data de 1998. Decorreram seis anos em que as TIC registaram evolução significativa mas, pelos dados recolhidos nos questionários, nas entrevistas e pela observação directa facilmente se conclui que os receios de colocar informação na Internet se mantêm actuais e são generalizados ao nível das Forças Armadas, frequentemente justificados pela falta de meios que permitam criar condições efectivas de segurança. O que poderia constituir um modo privilegiado de divulgação e de dinamização das bibliotecas militares, no seu próprio meio e perante a sociedade civil à escala mundial, acaba por desempenhar um papel pouco activo remetendo ao esquecimento estas bibliotecas e todo o seu considerável acervo.

privada ou informação que permita inferir outra informação dos tipos indicados anteriormente; atendendo ainda a que a marinha instalou na Direcção de Análise e Métodos de Apoio à Gestão (DAMAG), um ponto de presença ligado directamente à *firewall* que importa rentabilizar”

¹⁵ Idem

Acesso à informação

O questionário aborda também o acesso à informação nas bibliotecas militares, em termos de espaços de pesquisa e de leitura, gestão dos empréstimos, empréstimo interbibliotecas, reprodução de documentos e tipo de utilizadores, meios de identificação e reserva de documentos.

Espaços de pesquisa e de leitura

Quanto aos espaços de pesquisa (comuns ou diferenciados dos espaços de leitura) foram obtidas trinta e nove respostas das BEx, nove BMa e quatro BFA o que indica uma taxa de respostas de 100% dos questionários válidos. Apenas quatro BEx (10,2%) (BAM, do BRC3, BRC4 e BRI15) e uma BMa (11,1%) (BCM) declaram a existência de espaços diferenciados. Nas demais bibliotecas que responderam ao questionário os espaços dedicados à pesquisa e à leitura são comuns.

Ainda sobre a pesquisa e no que se refere à possibilidade dos utilizadores efectuarem as suas próprias pesquisas a taxa de respostas diminuiu nas BEx (94,8%), mantendo-se nas BMa (100%) e nas BFA (100%). As duas BEx que não responderam alegaram não ter leitores desde há muito tempo. Assim, das trinta e sete BEx que responderam a esta questão, apenas cinco indicaram não ser possível ao utilizador fazer as suas pesquisas. Destas cinco, três bibliotecas têm *software* de gestão de bibliotecas e duas não estão automatizadas. O facto de existir numa unidade um *software* de gestão integrada, com o módulo de pesquisa, não indica a possibilidade de o utilizador efectuar pesquisas, uma vez que frequentemente nas BEx apenas existe um posto de trabalho que serve simultaneamente para a catalogação e para a pesquisa. Esta situação resulta do contrato de aquisição estabelecido com os fornecedores do *software*. Por razões de contenção orçamental apenas é possível adquirir uma chave (licença de posto de trabalho) para cada biblioteca. Nas BMa cinco bibliotecas (55,6%) facultam ao utilizador essa possibilidade e quatro (44,4%) não o fazem. Como acima foi mencionado todas as BFA se encontram em rede no que se refere à pesquisa pelo que é possível ao leitor procurar os documentos na base de dados.

Os dados recolhidos em entrevista e a observação efectuada em algumas bibliotecas permitem concluir que o facto de o leitor não poder efectuar as suas pesquisas é, por

vezes, interpretado no meio militar, não como uma perda de autonomia mas como uma situação de conforto, uma vez que alguém fará a triagem dos documentos de que necessita revertendo o tempo a seu favor.

Sobre a pergunta acerca dos postos de pesquisa disponíveis responderam trinta (76,9%) BEx, cinco (5,5%) BMa e 4 (100%) BFA. Entende-se por posto de pesquisa a possibilidade física de aceder a um módulo / interface no *software* que permita aos utilizadores procurar informação na base de dados. Nas bibliotecas onde apenas existem catálogos manuais não é possível determinar com precisão a quantidade de lugares de pesquisa. No entanto registaram-se respostas das BEx e BMa que não utilizando qualquer *software* indicaram um determinado número de postos de pesquisa. O contrário também se verificou, isto é, bibliotecas com o catálogo informatizado que não indicam a existência de qualquer posto de pesquisa. Esta situação pode verificar-se uma vez que pela escassez de recursos pode existir na biblioteca um só computador que funcione como posto de trabalho e de pesquisa e nesse caso é naturalmente vedado ao utilizador a possibilidade de fazer as suas pesquisas, como acima já foi mencionado. Assim as respostas obtidas neste ponto suscitam algumas dúvidas.

Nem todas as BEx responderam à questão sobre os lugares destinados à leitura. Assim aconteceu com a BTMTL, do BTMTP e com a BOGME que desde há vários anos não registam qualquer actividade a não ser receber e guardar os documentos que a DDHM envia.

Os dois Quadros seguintes (6.15 e 6.16) apresentam a distribuição dos lugares de pesquisa e de leitura nas bibliotecas respondentes dos três ramos das Forças Armadas.

	Pesquisa – Lugares disponíveis				Total
	1	2-4	5-7	+7	
BEx	10 B	7 B	1 B	12 B	30 B (76,9%)
BMa	2 B	-----	1 B	2 B	5 B (55,5%)
BFA	1 B	1 B	1 B	1 B	4 B (100%)
Total	13 B	8 B	3 B	15 B	39 B (75%)

Quadro 6.15: Postos de pesquisa disponíveis nas bibliotecas militares

	Leitura – Lugares disponíveis				Total
	Até 10	10-25	26-50	+ 50	
BEx	20 B	14 B	2 B	-----	36 B (92,3%)
BMa	6 B (66,7%)	3 B (33,3%)	-----	-----	9 B (100%)
BFA	1 B (25%)	2 B (50%)	1 B (25%)	-----	4 B (100%)
Total	27 B	19 B	3 B	-----	49 B (94,2%)

Quadro 6.16: Postos de leitura disponíveis nas bibliotecas militares

De acordo com os dados recolhidos conclui-se que a maior parte das BEx e BMa têm até dez lugares reservados à leitura. Nenhuma das bibliotecas tem mais de cinquenta lugares destinados a esse fim.

Gestão dos empréstimos

São abordados, neste ponto do questionário, os modos de acesso à consulta e de empréstimo dos documentos, os vários critérios adoptados e o seu estado de automatização.

Modos de consulta dos documentos

A esta questão responderam trinta e cinco BEx (89,7%), oito BMa (88,8%), e três BFA (75%). Verifica-se que das BEx em falta, duas correspondem às bibliotecas com total ausência de fluxo de utilizadores e as outras duas, além de uma actividade reduzida, podem ser entendidas numa mesma justificação da respectiva falta de resposta, e que julgamos reside na terminologia demasiado técnica usada neste ponto do questionário, demonstrada numa nota em que se afirmava que a biblioteca não praticava empréstimos, tomando os mesmos apenas por empréstimos domiciliários. A mesma justificação se aplica também a uma BMa e a outra BFA.

Foram consideradas duas situações: consulta dos documentos com marcação e sem marcação. As bibliotecas que responderam a esta questão foram unânimes em declarar que não havia lugar a marcações para consultar os documentos. Pelos dados recolhidos (questionários, entrevistas e/ou conversas telefónicas) há no entanto que distinguir se se

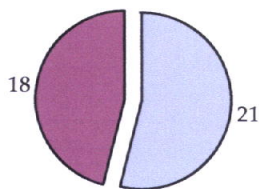
trata de utilizadores internos ou externos, uma vez que neste último caso não só é necessária a marcação como, em muitos casos, é imprescindível a autorização do responsável pela biblioteca ou mesmo do dirigente máximo da unidade onde esta se insere.

Modos de empréstimo dos documentos e critérios seguidos

Saber se se pratica apenas o empréstimo presencial ou se também é permitido o empréstimo domiciliário, é o que se pretende concluir pela análise das respostas a este ponto do questionário. Nos valores indicados não foi feita a distinção entre bibliotecas que declaram praticar o empréstimo domiciliário apenas para utilizadores internos.

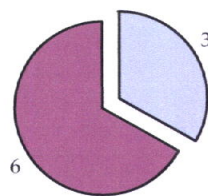
A taxa de resposta foi de 100% dos questionários válidos. Nos três gráficos seguintes são apresentados o número de bibliotecas que pratica o empréstimo presencial / domiciliário e o número de bibliotecas que apenas facultam o empréstimo presencial.

BEx



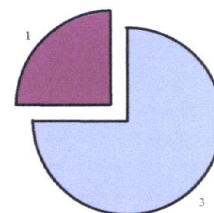
Empréstimo presencial e domiciliário

BMa



Empréstimo presencial

BFA



Gráficos 6.8 (BEx), 6.9 (BMa) e 6.10 (BFA): Prática de empréstimos domiciliário / presencial e apenas presencial nas bibliotecas das FA

No Exército os valores em referência aproximam-se: dezoito bibliotecas (46,1%) que não praticam empréstimo domiciliário e vinte e uma (53,8%) que o facultam. As BMa e as BFA apresentam situações contrárias entre si. Apenas três BMa (33,3%) praticam o empréstimo domiciliário, precisamente as bibliotecas onde foram realizadas entrevistas, face às seis BMa (66,4%) que não o fazem. Ao inverso verifica-se que a maior parte das BFA praticam o empréstimo domiciliário e apenas uma (25%), a Biblioteca do Museu do Ar, não o faz.

Nem todas as bibliotecas que indicam praticar este tipo de empréstimo apresentam os critérios seguidos, por vezes apenas declaram a obrigatoriedade do preenchimento de uma requisição, o que coloca em questão se efectivamente existe algum critério. Pelas entrevistas efectuadas e por conversas telefónicas foi possível comprovar algum descontrolo na gestão dos empréstimos, bem como verificar as dificuldades com que se confrontam responsáveis e funcionários das bibliotecas para recuperar os documentos. Em alguns casos o requisitante já faleceu e a família não consegue localizar os documentos em falta, o que representa um acréscimo de custos para os repor, quando tal é possível, caso contrário a perda é definitiva.

Os critérios que pautam o empréstimo domiciliário são variados nas bibliotecas dos três ramos das FA: desde a total ausência de critérios, situação reconhecida por algumas bibliotecas e especialmente revelada na resposta “não se esquecer de entregar”, a critérios definidos em regulamento interno, nomeadamente nas bibliotecas principais, nas bibliotecas das unidades de ensino e das unidades de formação.

Mesmo nas bibliotecas onde se estabeleceram normas persiste a questão do incumprimento dos prazos de entrega, uma vez que os mecanismos de verificação dos mesmos se revelam ineficazes.

Na Força Aérea há um procedimento designado por desquite que se verifica sempre que qualquer funcionário sai de uma unidade. Para obter a respectiva autorização de saída deverá o mesmo passar por todos os serviços os quais atestam se existe algo pendente relativamente aquele funcionário. No caso das bibliotecas este procedimento constitui uma forma de reaver documentos não entregues.

Foi pedido nesta questão que as bibliotecas indicassem as normas seguidas no empréstimo domiciliário de monografias, periódicos e outros documentos. Todas as bibliotecas que declaram esta prática emprestam monografias, mas nem todas emprestam periódicos ou outros documentos. Assim, enquanto no Exército vinte e uma bibliotecas (53,8%) afirmam proceder ao empréstimo domiciliário de monografias, apenas doze bibliotecas (30,7%) o fazem relativamente aos periódicos, e outros documentos apenas são cedidos por nove BEx (23%). Na Marinha a situação é parecida, *mutatis mutandis*, com três bibliotecas (33,3%) a declararem o empréstimo domiciliário de monografias, uma (11,1%) a fazê-lo relativamente aos periódicos e outra (11,1%) com outros documentos. Já na Força

Aérea as três bibliotecas (75%) que praticam o empréstimo domiciliário só o fazem relativamente a monografias.

Automatização dos empréstimos

A pergunta sobre a forma de gestão dos empréstimos (modo manual ou em modo automático) foi respondida por trinta e quatro BEx (87,1%), seis BMa (66,7%) e três BFA (75%).

No Exército trinta e duas bibliotecas respondem que efectuam esta tarefa em modo manual, enquanto a BIAEM afirma que o processo passa por uma fase manual e outra automática e a BRG2, da Zona Militar da Madeira, declara proceder em modo automático. Note-se que a BIAEM tem *software* de gestão integrada mas só com o respectivo módulo de catalogação e a BRG2 não dispõe sequer desse *software*, mas apenas de um programa interno em *Access* e em *Excel*. De notar ainda que o modo misto de gestão dos empréstimos referido pela BIAEM se traduz no seguinte: internamente foi desenvolvido, por um técnico de informática da instituição, um programa de empréstimos, o qual funciona de forma isolada do *software* adquirido. Assim, e nos dias em que verifica grande afluxo de alunos, todos os empréstimos efectuados são anotados em papel e posteriormente carregados no referido programa, duplicando o trabalho não só *à priori*, como também *à posteriori*, uma vez que sempre que se pesquisa um determinado documento na BD não é possível verificar de imediato a sua disponibilidade, tendo que aceder ao programa de empréstimos para ver o estado do documento procurado.

Das seis BMa que responderam a esta questão, cinco procedem de modo manual. A excepção verifica-se na BIH.

Nas BFA apenas a Biblioteca Técnica de Saúde procede à gestão dos empréstimos de modo manual enquanto as outras duas utilizam o modo automático.

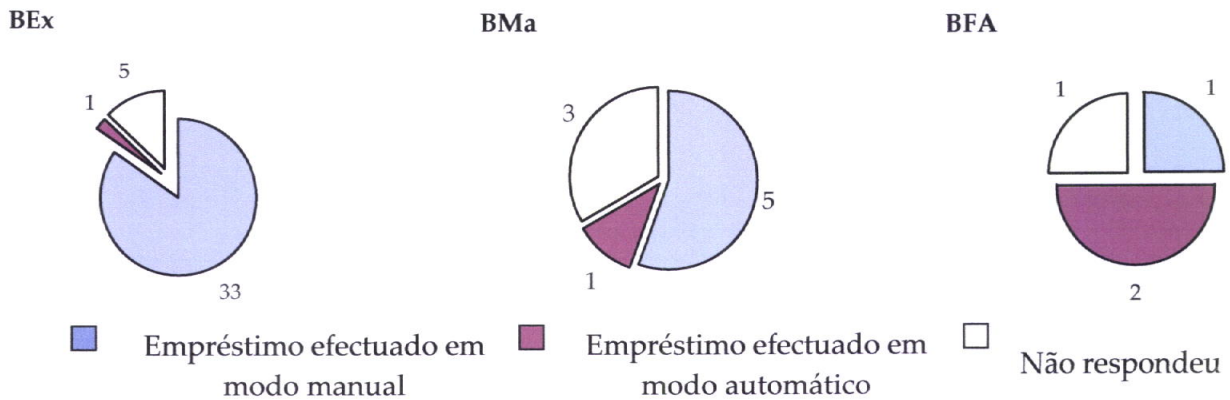


Gráfico 6.11 (BEx), 6.12 (BMa) e 6.13 (BFA) : Valores referentes ao modo de gestão de empréstimos

Empréstimo interbibliotecas

A regra para todas as bibliotecas militares é não existir formalmente instituído o empréstimo interbibliotecas nem entre si nem com bibliotecas civis, embora informalmente e de forma pontual se verifique este tipo de empréstimos.

Responderam a esta questão trinta e sete (94,8%) BEx, das quais apenas duas afirmaram que informalmente recorriam a outras bibliotecas dentro do ramo, nove (100%) BMa, apenas uma declarou proceder a esse recurso também dentro do ramo, e quatro (100%) BFA responderam na sua totalidade não ter estabelecido o empréstimo interbibliotecas. Nas últimas há a salientar a intenção declarada pela BCMA de estabelecer num curto prazo protocolo com bibliotecas universitárias, entre as quais o ISEG, e a Faculdade de Ciências e a Faculdade de Letras, constituindo esta acção uma abertura ao exterior digna de relevo.

Reprodução dos documentos

Esta questão registou 100% de respostas por parte das bibliotecas dos três ramos das FA. No Exército e na Marinha existem respectivamente catorze (38,8%) e duas (22,2%) bibliotecas onde não há possibilidade de reproduzir documentos, enquanto na Força Aérea todas as bibliotecas disponibilizam este recurso.

Sobre os critérios, procedimentos e custos, tratados em conjunto, apenas dezasseis das vinte e cinco BEx que autorizam a reprodução de documentos, deram informação, ainda

que de forma incompleta, sobre a questão em apreciação. Os critérios são variáveis bem como os custos de reprodução. Desde respostas como: “sem critério”, grátis para pequenos volumes, depois de comprovado que se destina a fins militares, “protecção dos direitos de autor” ou ainda sob autorização do comandante da unidade. Apenas cinco BEx indicam custos que variam entre dois e dez cêntimos.

As sete BMa que permitem a reprodução dos documentos também indicam critérios variados. Na Biblioteca Central da Marinha há o cuidado de preservar os documentos mais antigos (é, no entanto, possível ao utilizador fotografá-los mediante autorização), pelo que só são permitidas reproduções dos documentos posteriores a 1940. Pelos dados recolhidos, esta atenção não é observada na Biblioteca do Exército que possui também um fundo antigo. Outra resposta digna de registo é dada pela Biblioteca do Museu de Marinha que afirma seguir “os critérios em vigor na Biblioteca Nacional, salvaguardando os direitos de autor” e acrescenta ainda que “apesar de autorizada a reprodução de documentos não é favorecida ou estimulada”.

Os custos de reprodução dos documentos são indicados por quatro BMa (44,4%), sendo o mais baixo de três cêntimos e o mais alto de treze cêntimos.

Apenas uma BFA (25%) – Biblioteca do Museu do Ar - não adianta quais os critérios seguidos apesar de ser a única que indica um custo de cinco cêntimos por cada fotocópia. As outras três bibliotecas informam da gratuitidade deste serviço e seguem critérios idênticos, sendo que a BCDEMFA orienta a reprodução de legislação e obras de referência. Já a BTSISFA não só satisfaz os pedidos internos como também os pedidos das bibliotecas portuguesas, da área da saúde, com as quais mantém intercâmbio (não é revelado que tipo de intercâmbio).

Tipo de utilizadores admitidos nas bibliotecas militares, meios de identificação e reserva de documentos

No questionário foram apresentados quatro tipos de utilizadores: internos, militares, comunidade académica militar e público em geral.

Responderam a esta questão trinta e sete BEx (94,8%), nove BMa (100%) e quatro BFA (100%).

As duas BEx (5,2%) que não respondem à questão referem-se às bibliotecas do 1º Tribunal Militar Territorial de Lisboa e da Direcção de Justiça e Disciplina, que em outros pontos do questionário acima referidos informam não registar deste há muito tempo qualquer movimento. No entanto outras há que, apesar de se encontrarem em situação semelhante, como por exemplo as bibliotecas do 1º Tribunal Militar Territorial do Porto e do Centro de Classificação e Selecção do Porto, respondem a esta questão.

Dos resultados obtidos sublinhamos os mais elucidativos. No exército há doze bibliotecas que podem ser frequentadas pelos quatro tipos de utilizadores acima mencionados. A sete bibliotecas apenas podem aceder utilizadores militares e em três só são admitidos utilizadores internos, tal é o caso das BIO, BRC6 e BRI2.

Da Marinha duas bibliotecas (22,2%), do Centro de Instrução de Tática Naval (CITAN) e da Esquadilha de Submarinos (ES), declaram que só admitem utilizadores internos, enquanto só uma (11,1%) não está aberta ao público em geral, a Biblioteca da Academia de Marinha. As restantes seis (66,7%) BMA encontram-se abertas aos quatro tipos de utilizadores.

Quanto às BFA revelam resultados algo inesperados, uma vez que apenas uma biblioteca (25%) declara receber unicamente utilizadores internos, precisamente a Biblioteca Técnica de Saúde que aparenta uma determinada abertura para o exterior, em particular para as bibliotecas civis da área da saúde (a referência aos intercâmbios acima mencionada). As restantes (75%) declaram receber o público em geral.

Sobre a questão do utilizador ter de apresentar documentos pessoais para usufruir dos serviços das bibliotecas militares responderam trinta e sete BEx (94,8%), nove BMA (100%) e quatro BFA (100%).

Nesta questão há também duas BEx (5,2%) que não indicam qualquer informação e que não coincidem exactamente com as duas BEx também em falta na questão anterior. Mantém-se coerente a BTMTP a que se junta a BTMTL. A BDJD apesar de não registar movimento de utilizadores e nessa mesma linha não ter respondido à pergunta sobre o tipo de utilizadores responde não ser necessário aos mesmos a apresentação de qualquer documento de identificação, o que demonstra alguma contradição entre os dados fornecidos.

Prosseguindo na observação dos resultados, apenas três BEx, a BExto, a BAHM e a BRI3, declaram ser necessário a apresentação de um documento de identificação. Qualquer uma das três informa na questão anterior admitir os quatro tipos de utilizador. Na Marinha duas bibliotecas (22,2%) afirmam a necessidade de apresentação de um cartão. A BCDEMFA, por sua vez, é a única a indicar essa obrigatoriedade.

A possibilidade do utilizador reservar documentos foi também abordada. Do Exército mantêm-se as mesmas bibliotecas referenciadas para a questão anterior sem responder a esta pergunta. Das trinta e sete BEx que dão indicações sobre este assunto, vinte e quatro afirmam ser possível reservar documentos, enquanto treze declaram não viável tal procedimento. Já da Marinha sobem para três (33,3%) as bibliotecas que não fazem reserva de documentos, enquanto da Força Aérea apenas uma (25%), a BMA, indica que também não usa esse procedimento.

6.3 - Recursos humanos

6.3.1 - Número, idade e sexo

As respostas por parte das BEx situaram-se entre trinta e sete (94,8%) para a pergunta relativa ao número de funcionários e trinta e seis (92,3%) para as perguntas relativas à idade e sexo dos mesmos. As BEx que não responderam (duas não indicaram qualquer referência sobre o número e três não se pronunciaram sobre a idade e sexo dos respectivos funcionários) incluem uma biblioteca com pouco movimento e duas bibliotecas com ausência de actividade. Nas BMA e nas BFA estas perguntas tiveram uma taxa de resposta na ordem dos 100%.

Número de funcionários

O número de funcionários a desenvolver trabalho nas BEx pode ser analisado de forma global ou desagregada. Nesta última é analisado o número de bibliotecas só com funcionários militares, só com funcionários civis e o número de bibliotecas com funcionários militares e civis.

Assim, o número total de funcionários afectos às BEx é de setenta e nove. Destes, vinte e oito são militares que se encontram distribuídos por dezanove bibliotecas, dezasseis são civis e trabalham em oito bibliotecas e trinta e cinco funcionários (incluindo militares e

civis) desenvolvem trabalho em conjunto em dez bibliotecas. Estes valores são apresentados no Quadro 6, Anexo VI.

De salientar que no Exército as bibliotecas onde se concentram mais funcionários são:

1. Biblioteca do Exército com um total de onze (13,9%) funcionários em que sete são militares (um dos quais habilitado com o curso de especialização em Ciências Documentais, variante biblioteca) e quatro são civis;
2. Biblioteca do Colégio Militar e Biblioteca do Instituto de Odivelas, contam cada uma com cinco (6,3%) funcionárias civis. Estas bibliotecas inserem-se em instituições que conferem formação académica ao nível do ensino secundário, sendo ambos internatos, o primeiro para rapazes e o segundo para raparigas.
3. Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares e Biblioteca da Academia Militar com quatro (5%) funcionários respectivamente, em que um é militar (o responsável com a patente de Coronel em ambos os casos) e três são civis, todas do sexo feminino. Também nos dois casos apenas uma técnica profissional, em cada biblioteca, tem formação adequada (curso de BAD);

Da Marinha responderam nove bibliotecas (100%) indicando um total de trinta e três funcionários, sendo dezassete militares (51,5%) e dezasseis civis (48,5%). Dos militares dois não trabalham a tempo inteiro, segundo os dados fornecidos pela Biblioteca do Centro de Instrução de Tática Naval. Uma informação idêntica é dada também pela Biblioteca da Esquadilha de Submarinos. A sua distribuição é feita nos seguintes moldes: em três bibliotecas trabalham cinco funcionários militares (15,2%), em outras três bibliotecas encontram-se sete funcionários civis (21,2%) e nas restantes três, vinte e um funcionários civis e militares (63,6%), sendo doze militares e nove civis. Estes valores são apresentados no Quadro 7, Anexo VI.

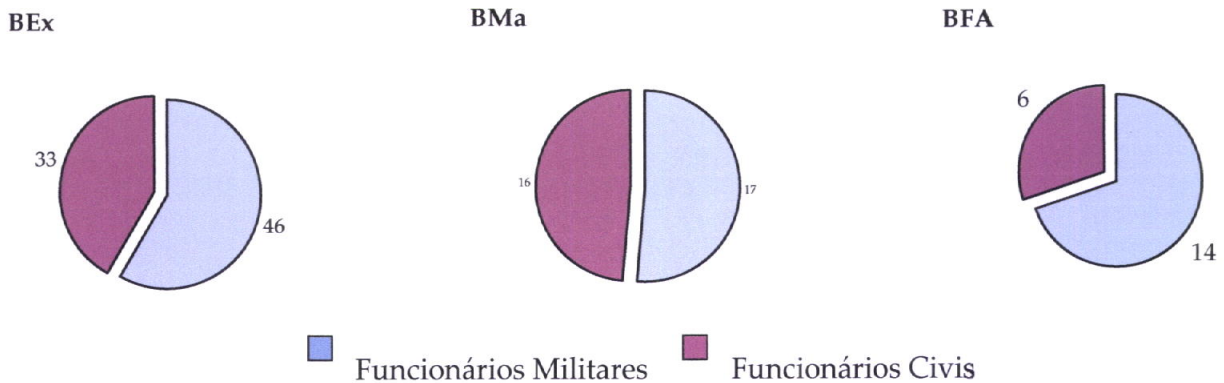
Sobre a concentração de funcionários das BMa e comparando com as BEx os resultados recolhidos permitem obter um cenário aproximado, mas com diferenças dignas de registo. Da mesma forma a biblioteca principal, neste caso a Biblioteca Central da Marinha, apresenta a concentração mais elevada de funcionários com um total de quinze (45,4%), entre os quais nove são militares e seis são civis, atingindo neste caso quase metade dos funcionários que trabalham nas BMa. Ao contrário do Exército segue-se uma biblioteca, não de uma instituição de ensino ou formação, mas de uma instituição de

investigação – a Biblioteca do Instituto Hidrográfico – que regista cinco funcionárias civis (15,1%), tendo a sua responsável formação adequada (curso de pós-graduação em Ciências Documentais, variante biblioteca). Por último merece ainda um comentário a Biblioteca da Escola Naval com quatro funcionários (12,1%), dois militares e duas civis, tendo uma das técnicas profissionais formação adequada (curso de BAD).

Os dados fornecidos pelas BFA correspondem também a 100% dos questionários válidos. Não existem bibliotecas apenas com funcionários civis ao contrário do que se verifica em algumas BEx e das BMa. A Biblioteca do Museu do Ar tem um só funcionário que é militar (5,2%). Em cada uma das restantes BFA (três bibliotecas - 75%) trabalham militares e civis, sendo a proporção respectivamente de dois para dois (quatro funcionários – 21,5%), oito para três (onze funcionários – 57,8%) e dois para um (três funcionários – 15,7%). Estes valores são apresentados no Quadro 8, Anexo VI.

Nas BFA existem mais funcionários na Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas, situação normal dado que engloba vários pólos referentes ao IAEFA, à AFA/ESTMA e à BA1. Segue-se a Biblioteca do Centro de Documentação do Estado-Maior da Força Aérea que conta com quatro funcionários, dois dos quais militares (o responsável pelo Centro de Documentação, com a patente de Coronel, e o responsável pela Biblioteca, com a patente de Capitão. A Biblioteca Técnica de Saúde conta com três funcionários, dois dos quais militares.

Nos Gráficos 6.14, 6.15 e 6.16 são apresentados os valores referentes ao número de funcionários militares e civis afectos às bibliotecas das FA. A predominância de militares nas bibliotecas dos três ramos das FA só não é significativa nas BMa, assumindo a maior desproporção nas BFA.



Gráficos 6.14 (BEx), 6.15 (BMa) e 6.16 (FA): Presença de funcionários militares e civis nas bibliotecas respondentes dos três ramos das FA

Idade dos funcionários

Nesta pergunta do questionário foi pedido para situar a idade dos funcionários das bibliotecas dos três ramos das FA segundo quatro parâmetros: até 30 anos, entre 31-40 anos, entre 41-50 anos e mais de 50 anos.

Apesar de na informação recolhida se verificar a existência de setenta e nove funcionários, neste item apenas foi possível obter nas BEx dados referentes a setenta e sete funcionários civis e militares. Vinte e nove funcionários têm idade entre os 41 e os 50 anos (37,6%), seguem-se duas faixas aproximadas em número de funcionários mas distantes em idade: dezanove funcionários têm até 30 anos (24,6%), os quais se referem na sua maioria a soldados até há pouco a cumprir o serviço militar obrigatório, e dezoito têm mais de 50 anos (23,3%). Destes uma boa parte diz respeito a um número significativo de responsáveis militares na reserva ou pré-reserva a quem são atribuídas funções ligadas às bibliotecas, fazendo assim um compasso de espera até atingirem a reforma. A ausência de força anímica das BEx consubstancia-se na espera cómoda e sem grandes preocupações de parte dos seus responsáveis pela despedida definitiva da vida militar. Não sendo o único factor da decadência em que algumas BEx se encontram, justifica em parte essa situação. Existe ainda uma quarta faixa de funcionários, onze, que têm entre 30 e 40 anos (14,2%).

As BMa, cumprindo uma taxa de respostas de 100% dos questionários válidos, fazem coincidir em onze funcionários (33,3%) nas duas últimas faixas etárias, ao se seguem sete

funcionários que têm entre 31 e 40 anos (21,2%) e, por último, quatro funcionários cuja idade vai até aos 30 anos (12,1%).

De igual forma as respostas das BFA atingiram os 100%. O maior número de funcionários sete (36,8%) é também o que se refere à faixa etária até 30 anos, enquanto que o menor número, três (15,7%) se situa acima dos 50 anos e corresponde aos responsáveis pelas BFA. Cinco funcionários têm entre 41 e 50 anos (26,3%) e quatro pertencem à faixa entre os 31 e os 40 anos (21,5%).

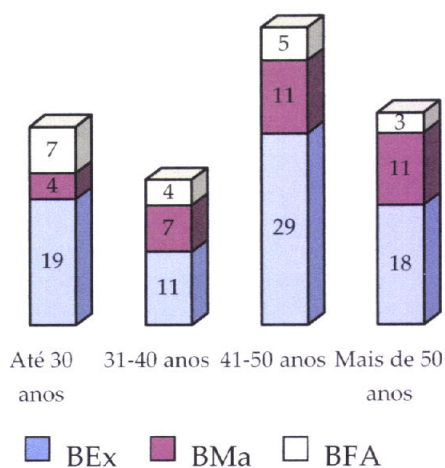


Gráfico 6.17: Distribuição etária dos funcionários das bibliotecas respondentes

Sexo

Os dados obtidos referem-se a setenta e oito funcionários das BEx (98,7%), trinta e um funcionários das BMa (93,9%) e a dezanove funcionários das BFA (100%). Estamos ainda perante um sistema predominantemente masculino, ainda que a diferença se comece a esbater. Assim acontece nas BMa onde, pelos dados recolhidos, a diferença entre o número de homens e de mulheres é mínima. Nas BEx verifica-se que existem mais quatro funcionários homens e nas BFA é onde a diferença é mais acentuada com o dobro de funcionários do sexo masculino. Os dados recolhidos sobre esta questão são apresentados no Gráfico 6.18.

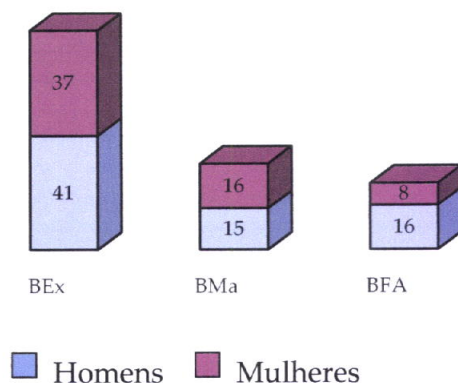


Gráfico 6.18: Distribuição de funcionários das bibliotecas militares segundo o sexo

Se por um lado se nota a tendência para um equilíbrio entre o número de homens e mulheres que trabalham nestas bibliotecas o mesmo não se verifica se tivermos em conta quem ocupa os lugares de direcção. Nas BFA que responderam ao questionário não existe nenhum elemento do sexo feminino a chefiar qualquer biblioteca, enquanto na marinha há duas bibliotecas (22,2%) que além de serem dirigidas por mulheres (civis) as mesmas têm o curso de especialização em ciências documentais (CECD). Nas BEx regista-se a presença de elementos do sexo feminino com responsabilidades de orientação em oito bibliotecas (20,5%), sendo uma militar (sargento), três civis não licenciadas (pela informação fornecida uma das mulheres é técnica profissional) e quatro civis licenciadas, uma das quais com o CECD.

6.3.2 - Habilitações, formação especializada e divisão de tarefas

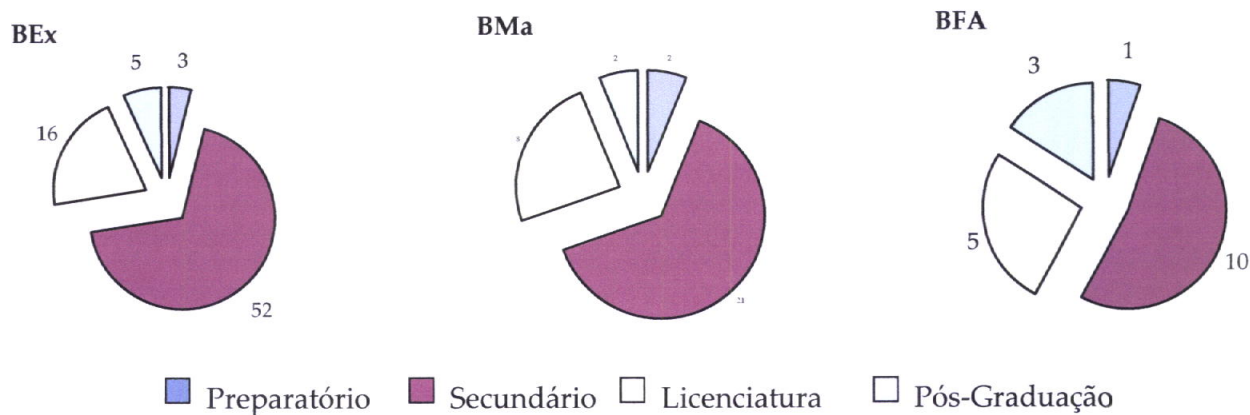
Nesta subsecção são abordadas as habilitações académicas e profissionais dos funcionários das bibliotecas militares. A percentagem de bibliotecas respondentes manteve-se relativamente à subsecção anterior (trinta e seis BEx - 92,3%, nove BMa - 100% e quatro BFA - 100%). É ainda feita uma referência à divisão de tarefas, questão que obteve um baixo índice de respostas:

Das BEx foram recolhidos dados sobre setenta e seis funcionários (96,2% do total de setenta e nove funcionários). Nas BMa e nas BFA a informação recolhida atingiu a taxa de 100%.

Habilitações Académicas

Sobre a questão das habilitações académicas a distribuição é a seguinte para cada um dos ramos das FA:

- BEx – três funcionários com o ensino preparatório, cinquenta e dois com o ensino secundário, dezasseis com licenciatura e cinco com pós-graduação, destes, três elementos possuem o CECD, um dos quais é o responsável e único elemento da biblioteca que dirige.
- BMa – dois funcionários com o ensino preparatório, vinte e um com o ensino secundário, oito com licenciatura e dois com pós-graduação (CECD), precisamente os dois elementos femininos que ocupam cargos de direcção como acima foi referido.
- BFA – um funcionário com o ensino preparatório, dez com o ensino secundário, cinco com licenciatura e três com pós-graduação, destes apenas um possui o CECD.



Gráficos 6.19 (BEx), 6.20 (BMa) e 6.21 (BFA): Distribuição de funcionários das bibliotecas militares segundo as habilitações

Formação especializada

Esta formação refere-se a todo o tipo de formação na área, seja de natureza académica, seja de natureza profissionalizante, seja apenas o resultado de formação interna.

A abordagem da formação especializada foi tratada no questionário em quatro perguntas interligadas. As duas primeiras referentes a quem tem essa formação

(responsáveis e/ou funcionários) e as restantes a como a mesma é adquirida e quais os cursos de formação frequentados.

Nas BEx, num total de trinta e sete respostas válidas (94,8%) apenas cinco responsáveis referem ter formação especializada. Uma primeira questão surge ao nível do grau de responsabilidade sobre as respectivas bibliotecas destes cinco intervenientes. Uns serão apenas responsáveis, no sentido de guardiães, outros são de facto responsáveis por traçar as linhas orientadoras do serviço, bem como pela tomada de decisões. Apenas um está habilitado com curso de pós graduação adequado (CECD). A maioria refere a formação especializada em resultado de formação interna.

No que se refere aos funcionários são trinta e seis as respostas válidas, menos uma resposta que na questão anterior. Destas há onze bibliotecas que declaram que os respectivos funcionários frequentaram formação especializada (trata-se na maioria de formação interna que tem a ver com a manipulação do sistema informático) e vinte e cinco bibliotecas cujos funcionários não possuem formação na área.

Comparando cada uma das bibliotecas respondentes com o respectivo número total de pessoas que aí desenvolvem actividade podemos concluir, por aproximação, uma vez que pelos dados recolhidos não é possível verificar com rigor quantos elementos de cada biblioteca tiveram oportunidade de ter acesso à formação especializada, que existem quarenta e uma pessoas (entre dezasseis militares e vinte e cinco civis) que trabalham nas onze bibliotecas que indicam a frequência de formação especializada, não levando em linha de conta o(s) vários grau(s) de especialização, e trinta e uma pessoas (entre vinte e quatro militares e sete civis) que trabalham nas restantes vinte e cinco bibliotecas sem qualquer formação na área. Apesar de haver mais bibliotecas (vinte e cinco) que indicam que os seus elementos não possuem formação na área verifica-se que o número final desses elementos (trinta e uma pessoas) é inferior ao das bibliotecas em menor número (onze bibliotecas), mas com mais funcionários (quarenta e uma pessoas). Isso deve-se ao facto de nas primeiras se incluírem muitas bibliotecas que têm apenas um elemento.

O número de cursos de formação no âmbito das TIC é, por sua vez, quase inexistente.

As questões da formação especializada mereceram resposta válida de nove BMa (100%). Apenas duas responsáveis têm a formação académica especializada – o CECD – como já foi referido acima.

Quanto aos funcionários, das nove respostas válidas (100%), há indicação que metade das bibliotecas refere a formação especializada o que abrange cerca de cinco pessoas, sendo que um elemento tem o CECD e dois elementos têm o curso técnico-profissional de BAD. Os restantes referem-se a cursos de catalogação. A formação interna é referida por três bibliotecas, tal como a proporcionada por associações profissionais. Apesar das limitações esta questão é encarada com maior receptividade no meio das BMA.

Apesar de também nas BFA os respectivos chefes não terem formação especializada, o mesmo não se passa com os funcionários das principais BFA. Assim acontece na Biblioteca do Centro de Documentação do Estado-Maior da Força Aérea que conta com duas funcionárias, respectivamente com o CECD e o curso técnico-profissional de BAD, além de vários cursos de formação. Também na Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas existe a preocupação de formar e actualizar conhecimentos pelo que tem sido proporcionada aos funcionários a frequência de cursos de formação na área, alguns ministrados pela Biblioteca Nacional. Cenário idêntico se passa na Biblioteca Técnica de Saúde da Força Aérea, também com a frequência de cursos de formação na área. A Biblioteca do Museu do Ar apresenta apenas a frequência do curso ligado com a manipulação do *software* de gestão integrada.

A formação interna surge como o meio privilegiado de aquisição de conhecimentos nas BFA. Seguem-se as empresas de formação e as associações profissionais. Existe apenas uma pessoa actualmente com o CECD, no entanto mais funcionários se perfilam para adquirir esta formação académica especializada. O maior problema ao nível do pessoal, além da falta do mesmo, surge ao nível administrativo em que se verificam bloqueios na reclassificação dos funcionários.

Se atendermos ao grau de especialização, a carência de dirigentes com o CECD e de técnicos profissionais de BAD é evidente, principalmente ao nível das BEx, dada a sua dimensão. Trata-se de uma situação grave uma vez que, por regra, é acompanhada de falta de sensibilidade para os problemas das bibliotecas comprometendo o trabalho actual e se nada for feito comprometendo o futuro das mesmas.

Divisão de tarefas

Quase metade dos respondentes das BEx não se encontrava em condições de responder a esta pergunta pois apenas lhes estava adstrito um elemento.

Em consequência dos resultados das questões anteriores, com especial relevo para o ponto fraco constituído pela falta de formação especializada dos recursos humanos das bibliotecas militares, por um lado provocou um baixo índice de respostas a esta pergunta, dez nas BEx, por outro lado, nas respostas obtidas verifica-se que por norma não existe divisão de tarefas a não ser em casos pontuais. Além disso há ainda a considerar que uma parte significativa das pessoas que trabalham nestas bibliotecas não o faz a tempo inteiro, uma vez que têm de cumprir outras tarefas que lhes estão atribuídas. Para alguns, as preocupações com a biblioteca da unidade é um fardo, para outros é um *hobbie*.

As tarefas encontram-se mais definidas sobretudo nas bibliotecas centrais, de unidades de ensino e de unidades de formação. São as mais representativas e registam uma actividade superior às demais, e, ainda que se debatam com carências ao nível dos recursos humanos, verifica-se que existe um maior número de funcionários do que em outras bibliotecas, pelo que a divisão de tarefas surge de forma mais natural.

Nas BMa verifica-se uma definição maior no estabelecimento da divisão de tarefas a desenvolver pelos seus elementos. No entanto só três BMa (33,3%) responderam a esta questão, precisamente as que têm mais do que duas pessoas a trabalhar. Também se regista a situação de pessoas, em especial os dirigentes das bibliotecas, que se dedicam a outras actividades, pelo que o tempo dedicado aos trabalhos das bibliotecas varia muito em função da disponibilidade de cada um.

A taxa de respostas para as BFA atingiu nesta questão 100%. Com excepção da Biblioteca do Museu do Ar, que conta apenas com um funcionário, em todas as demais BFA existe uma divisão de tarefas bem definida.

6.4 - Meios técnicos

As questões contempladas nesta secção incidem sobre o estado da informatização dos serviços e quantos postos de trabalho se encontram disponíveis.

Informatização dos serviços

Nesta questão em particular foi possível obter dados sobre as BEx que não responderam ao questionário e às quais foi distribuído *software* de gestão integrada. Há assim a registar que a DDHM já distribuiu trinta e um programas, ainda que, à maioria das bibliotecas, seja fornecida uma licença com acesso apenas ao módulo de catalogação e pesquisa.

O facto de ter sido distribuído esse produto informático a determinadas bibliotecas não significa que os respectivos catálogos se encontrem automatizados. Nem todas o fazem de imediato, facto que se deve tanto à falta de recursos humanos como à falta de formação dos mesmos. O Quadro 9, Anexo VI apresenta as BEx com diferentes níveis de informatização.

A taxa de respostas a este conjunto de perguntas foi na ordem dos 100% nos questionários válidos devolvidos pelas bibliotecas dos três ramos.

Das trinta e nove BEx, dezoito (46,1%) indicam no questionário que os seus catálogos se encontram automatizados (no todo ou em parte, qualquer que seja o *software* usado). Destas, onze bibliotecas usam o *software* distribuído pela DDHM e sete utilizam outras aplicações como o *Access*, o *Excel*, o *DBase IV*, etc. Existem ainda seis bibliotecas (15,4%) que se encontram em fase de instalação de *software* de gestão integrada, sendo que cinco se referem ao distribuído pela DDHM e uma ao comercializado pela Biblioteca Nacional. As restantes quinze (38,4%) apresentam desde catálogos manuais a simples listas de existências. Considerando números totais, isto é, contando, além das acima mencionadas também com as bibliotecas que não responderam ao questionário, mas sobre as quais temos informação de possuírem *software* de gestão integrada, obtém-se um total de trinta e nove BEx (48,1%) que têm este *software*, ou outras aplicações, implementadas ou em fase de implementação, o que significa que num total de oitenta e uma BEx (100%), o universo, existem quarenta e duas unidades (51,9%) sem qualquer informatização dos seus fundos, independentemente de ser considerada a sua viabilidade enquanto biblioteca.

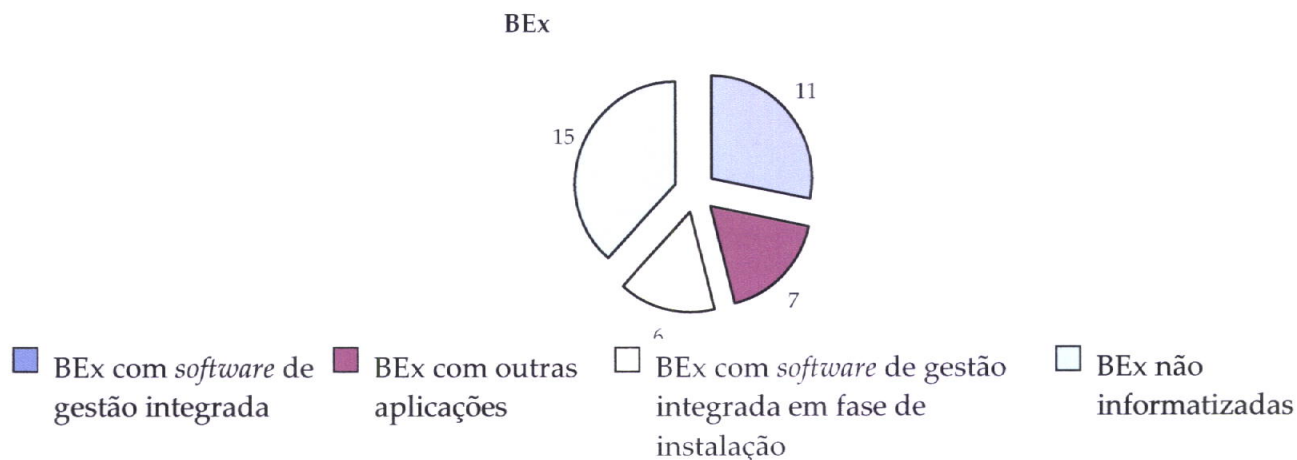


Gráfico 6.22: Estado da informatização nas BEx

Pela análise das versões em uso nas BEx que têm *software* de gestão integrada conclui-se que não se praticam actualizações dessas versões. A causa apontada é a falta de recursos financeiros.

Sobre a manutenção das aplicações informáticas em uso, das dezassete BEx que declaram ter *software* de gestão integrada, instalado ou em fase de instalação, quatro indicam que a respectiva manutenção é feita pela empresa fornecedora, seis afirmam que são os técnicos da unidade, uma biblioteca indica ter assistência de outro modo, referindo-se a militares da unidade com conhecimentos de informática que intervêm sempre que é necessário e seis não respondem a esta questão. Quanto às sete BEx que usam aplicações desenvolvidas internamente há a registar sobre a respectiva assistência que a mesma é feita em quatro bibliotecas pelos técnicos de informática locais e três bibliotecas não responderam a esta pergunta.

O *software* de gestão integrada distribuído pela DDHM é uma aplicação modular, pelo que pode ser adquirido apenas o módulo estritamente necessário para iniciar um projecto de informatização dos serviços. Apenas a Biblioteca do Colégio Militar indica ter os módulos de aquisições, catalogação e pesquisa, circulação e empréstimo e o interface para a *Web*, ainda que na prática só utilize o módulo de catalogação. As razões da não utilização de todos os módulos disponíveis prendem-se com dificuldades técnicas causadas por problemas relacionados com incompatibilidades entre as características do *software* e o *hardware* existente, além da falta de condições de segurança que permitam

garantir uma manutenção estável na Internet. Das três BEx que declaram ter disponíveis os três primeiros módulos acima mencionados, só a BDDHM indica a sua efectiva utilização. Uma biblioteca indica que só os utilizará quando esgotar todos os impressos apropriados emitidos pela DDHM e que à data da recolha de dados ainda tinha em *stock*, e a outra alega falta de formação para trabalhar com esses módulos. Assim, o que as bibliotecas recebem na sua maior parte é apenas o módulo de catalogação.

As BEx, com catálogos automatizados, que não têm o *software* de gestão integrada indicam o uso de uma determinada aplicação desenvolvida internamente que contempla apenas a catalogação. Excepção para duas bibliotecas que declaram trabalhar de forma informatizada, uma, com as aquisições, catalogação e empréstimos, e, outra, com a catalogação e os empréstimos.

O estado de informatização e distribuição modular do *software* utilizado nas BEx encontra-se no Quadro 10, Anexo VI. A informação sobre o estado de informatização da Biblioteca do Instituto de Odivelas e da Biblioteca do Quartel General da Zona Militar dos Açores, foi transmitida pela DDHM, uma vez que a primeira respondeu ao questionário, mas não respondeu à questão do *software* e a segunda enviou um ofício que justifica o não preenchimento do questionário por se encontrar temporariamente encerrada.

Nas BMa ainda persistem situações de catálogos automatizados com recurso ao desenvolvimento interno de aplicações como o *Access*. Por outro lado na Marinha cada biblioteca tem mais autonomia para adoptar o sistema que entender, uma vez que não se verifica a existência de uma unidade que corresponda à DDHM do Exército.

Esta questão obteve 100% de respostas válidas enviadas pelas BMa. Comparando entre as três bibliotecas onde foram feitas entrevistas a Marinha fica em desvantagem, uma vez que tanto no Exército como na Força Aérea estas bibliotecas possuem os respectivos catálogos automatizados com *software* de gestão integrada. No caso da Marinha e com referência à BISNG o seu catálogo encontra-se em *Access* e, à data da entrevista, não se vislumbravam vantagens em trabalhar com um *software* de gestão integrada.

O estado de informatização das BMa encontra-se no Quadro 12, Anexo VI. Na análise do mesmo verifica-se que apenas três bibliotecas (33,3%) trabalham com *software* de gestão integrada (só a BIH tem o catálogo informatizado na sua totalidade). A BIH encontra-se em fase de instalação de um *software* de gestão integrada, em substituição de um outro,

distinto do usado nas duas bibliotecas acima mencionadas, e três (33,3%) optaram por informatizar os seus catálogos recorrendo a aplicações desenvolvidas internamente a partir do *Access*. A única BMA que refere dispor de todos os módulos apresentados não utiliza nem o módulo de aquisições nem o interface de pesquisa para a *Web*. O primeiro por razões de falta de disponibilidade para iniciar a sua utilização e o segundo por motivos organizacionais que se prendem com as regras de uso da Internet na Marinha.

São os técnicos de informática locais que asseguram a manutenção do *software* ou da aplicação utilizada. A única excepção refere-se à Biblioteca Central da Marinha que não só recorre àqueles como também à empresa fornecedora do serviço.

A BCITAN é a única, das BMA que responderam ao questionário, que não tem o seu catálogo informatizado nem informa estar em vias de tal acontecer.

As BMA apesar de, na sua maioria, terem os seus catálogos informatizados, recorrem sobretudo aos meios internos e de alguma forma revelam receio em optar por adquirir sistemas no exterior quando respondem às suas necessidades básicas com os seus próprios meios, e a questão da partilha de informação não é vital para alguns dirigentes destas bibliotecas, que se dão por satisfeitos com uma listagem das existências.

Também nesta questão o cenário das BFA é distinto das demais bibliotecas dos outros dois ramos. Foi adquirido no final dos anos 90 o actual *software* de gestão integrada para as BFA (Gestão de CDI, comercializada pela empresa Sogeti), o que revela um sentido de partilha de custos e benefícios. Assim, foram adquiridas várias licenças e distribuídas às seguintes bibliotecas: BECEMFA, BCMA (BIAEFA e BAFA), BTSISFA, BMA e BCOFA (temporariamente encerrada por falta de pessoal). Existe a partilha de um catálogo colectivo acessível através de um interface de pesquisa comum onde é possível procurar informação orientando os critérios de pesquisa para uma das unidades, para várias ou para todas em simultâneo. Também nas BFA os respectivos catálogos só podem consultar-se na intranet.

A taxa de respostas das BFA atingiu os 100% nesta questão e, da sua análise, verifica-se desde logo que estas bibliotecas se encontram em situação semelhante. Todas têm disponíveis os módulos apresentados no questionário, mas só a BDCEMFA faz uso de todos. Assim acontece com a BCMA que alega não sentir necessidade de usar o módulo de aquisições, com a BTSISFA que devido a uma incompatibilidade interna não utiliza

temporariamente o módulo de empréstimo e a BMA que justifica a não utilização dos módulos de aquisições e de empréstimo pelo movimento muito reduzido que a biblioteca regista.

Postos de trabalho

Saber quantos postos de trabalho automatizados se encontram disponíveis nas bibliotecas militares constituiu a última pergunta do questionário. Os resultados da distribuição destes postos de trabalho constam do Quadro 15, 16 e 17 do Anexo VI, respectivamente para as BEx, BMa e BFA.

Responderam a esta pergunta treze BEx (33,3%) que no total indicaram dezanove postos de trabalho, o que é manifestamente pouco face ao volume de trabalho, pese embora o acervo reduzido que algumas destas bibliotecas possuem. Com excepção da BExto e da BAM, respectivamente com cinco e dois postos de trabalho, as demais indicam apenas um posto. Um caso a registar passa-se com a BColM que apesar de ter cinco elementos adstritos tem apenas um posto de trabalho disponível. Mesmo com todo o empenho não é fácil responder com eficácia a todas as solicitações, ainda mais quando existe ainda um fundo antigo que necessita de um tratamento documental especial, tal como também acontece na BExto e na BAM.

As seis BMa (66,6%) que responderam a esta questão indicaram dispor de treze postos de trabalho, número próximo dos dezanove postos indicados por treze BEx. Em situação oposta à BColM encontra-se a BIH que tendo também cinco elementos, todos com formação especializada, tem cinco postos de trabalho. De notar que esta biblioteca é dirigida por uma pessoa habilitada com o CECD.

As quatro BFA (100%) declararam ter doze postos de trabalho. Ainda que o número das BFA seja bastante menor face ao número das BMa e principalmente face ao número das BEx, o facto de dispor dos postos de trabalho indicados é revelador de interesse e de sensibilidade para os assuntos das bibliotecas.

CAPÍTULO 7 - UM MODELO DE COOPERAÇÃO PARA O SISTEMA DAS BIBLIOTECAS MILITARES PORTUGUESAS - SBMP

7.1 - Da coexistência à cooperação

A análise dos resultados apresentada no capítulo 6 aponta no sentido de uma coexistência das bibliotecas militares portuguesas. A falha na interacção entre as várias bibliotecas que compõem o Sistema das Bibliotecas Militares Portuguesas (SBMP) leva a que se considere este sistema disfuncional, no sentido que lhe é atribuído por Bennett (1991), tal como foi referido no capítulo 2, secção 2.3.

Nas visitas efectuadas (excepção para as bibliotecas onde foram efectuadas entrevistas) e nas entrevistas por telefone houve oportunidade de, respectivamente, verificar a existência de bibliotecas a funcionar em péssimas condições e de ouvir descrições que fazem imaginar cenários semelhantes aos descritos no documento - A Leitura Pública em Portugal : manifesto (1983) referido no capítulo 3, subsecção 3.1.1.

A situação das bibliotecas militares em Portugal parece encontrar paralelo em França. Hervé Coutau-Bégarie (ca 2001?) assina um artigo sobre o assunto com um título muito elucidativo: *La grande misere des bibliothèques militaires de France*¹. O autor refere a inércia das bibliotecas militares e a ausência de políticas de aquisições, situação grave e responsável pelas lacunas de documentação que seria suposto estas bibliotecas terem nos seus fundos: “Que de temps perdu à chercher des livres ou des revues dont on a vrai besoin et qu’on ne trouve nulle part!” Refere-se ainda o autor à falta de pessoal, à incompatibilidade de horários para consulta e à falta de investimento, aos problemas informáticos, sempre presentes, e compara esta situação com os exemplos das bibliotecas americanas e inglesas: “On peut y accumuler en deux ou trois jours ce qu’on mettrait deux à trois semaines à réunir en France...” Conclui que em França se trata de um problema de meios e de um problema de falta de vontade para alterar a situação

¹ Disponível em: http://www.stratisc.org/lettre/lettre_info_6_1.html
[Acedido em: 1 de Abril de 2004]

agonizante em que se encontram as bibliotecas militares francesas e onde não se vislumbram quaisquer vestígios de cooperação entre as mesmas.

Em Espanha o panorama das bibliotecas militares é distinto nomeadamente no que se refere às bibliotecas do Exército, de acordo com o artigo *Las Bibliotecas / Instituto de Historia y Cultura Militar* publicado pela revista *Ejército*. Decorre desde 1999 um processo de avaliação das bibliotecas do Exército com vista à redução do seu número, pelo que foi elaborado, nesse mesmo ano um mapa de bibliotecas militares com vista a um conhecimento exaustivo das mesmas, o qual se encontra em permanente actualização (Instituto de Historia y Cultura Militar, 2005, p. 35). A elaboração deste mapa permitiu iniciar um plano de actuação – plano de concentração das bibliotecas militares – com o objectivo de melhorar a situação do património bibliográfico de Exército.

Assim, actualmente o *Ejército de Tierra* conta com cento e cinquenta bibliotecas que formam a Rede de Bibliotecas do Exército, e que se encontram agrupadas em quatro grandes grupos: a) A Biblioteca Central; b) As Bibliotecas Histórico-Militares; As Bibliotecas dos Centros de Ensino; d) As Bibliotecas Especializadas.

Sobre as bibliotecas de unidade encontram-se numa situação semelhante às bibliotecas militares das unidades portuguesas. Trata-se de espaços de dimensão reduzida que apenas reúnem uns quantos livros ou revistas e que frequentemente são utilizados para diversos fins.

No estabelecimento da Rede de Bibliotecas do *Ejército* procedeu-se à elaboração de normas técnicas, o que foi fundamental no nivelamento e normalização do trabalho a desenvolver pelas bibliotecas participantes.

Pela lei do património histórico espanhol todos os que possuem bens referentes ao património documental e bibliográfico encontram-se obrigados à sua preservação. Assim entendeu o Instituto de Historia y Cultura Militar que os locais mais adequados para cumprir a lei relativamente ao património militar seriam as bibliotecas que constituem os grupos 1), 2) e 3) acima mencionados. Em termos de catálogo e cumprindo a lei em referência foram catalogados numa base de dados do Ministério da Cultura os fundos anteriores a 1901 de algumas bibliotecas militares constituindo assim o *Catálogo Colectivo*

*del Patrimonio Bibliográfico Español*² (Anexo IV). Este catálogo pretende reunir todo o património bibliográfico existente em todas as bibliotecas espanholas. Assim, as bibliotecas militares participantes até ao presente são as da Escola de Guerra, do Museu do Exército, da Academia de Artilharia e a Biblioteca Central.

Em termos de catálogo acessível na Internet só as referências dos fundos antigos das bibliotecas militares acima mencionadas podem ser consultados. O catálogo colectivo das bibliotecas do Ministério da Defesa Espanhol, onde naturalmente se encontram representados os fundos de algumas bibliotecas militares, só está acessível na intranet do Ministério. A informatização destas bibliotecas, com vista à criação de uma Rede de Bibliotecas Militares, tem sido uma actividade morosa, dificultada pela falta de pessoal especializado e pelas dimensões dos seus fundos. A concretização desse objectivo passa por dotar estas bibliotecas de pessoal especializado e instrumentos adequados, melhorar a prestação dos serviços, responder eficazmente aos utilizadores e cuidar das estruturas físicas das bibliotecas de acordo com o Instituto de Historia y Cultura Militar (2005, p. 36).

Pelo estudo realizado, nomeadamente pela análise da informação recolhida através do inquérito por questionário, do inquérito por entrevista e da observação, as fraquezas das bibliotecas militares portuguesas referem-se no seu essencial a problemas idênticos aos enunciados no artigo de Hervé Coutau-Bégarie (ca 2001?) acima mencionado. As relações entre as bibliotecas militares portuguesas resumem-se à mera coexistência. A cooperação não será um caminho fácil, mas contribuirá seguramente para a revitalização e dignificação destas bibliotecas com impacto decisivo sobre toda a comunidade.

7.2 - Modelo de cooperação

Na análise de um modelo de cooperação, baseado num sistema integrado de gestão de bibliotecas (SIGB), para o SBMP há que considerar uma questão de fundo e que se arrasta há já alguns anos, que não estando directamente relacionada com o SBMP terá, no caso de se concretizar, implicações directas sobre algumas bibliotecas do sistema. Trata-se da questão da fusão das academias, dos estabelecimentos de ensino politécnico e dos

² Disponível em: <http://www.mcu.es/ccpb/ccpb-esp.html>
[Acedido em: 25 de Março de 2005]

Institutos dos três ramos das forças armadas cujas bibliotecas necessariamente serão afectadas. Considerando que são precisamente as bibliotecas integradas nestas unidades aquelas que têm mais expressão na organização das forças armadas há que ponderar qual a decisão mais vantajosa para o SBMP, isto é, há que fazer uma reflexão sobre o rumo que se pretende dar às bibliotecas militares para desde logo se definirem os requisitos do sistema por forma a garantir também a sua avaliação face a cada eventual proposta.

Um cenário de cooperação beneficiaria em particular o sistema de saúde, tema abordado no capítulo 5, subsecção 5.2. em que foi referida a sua importância e o seu impacto no meio das Forças Armadas.

Neste estudo o modelo proposto tem por base a situação que actualmente se verifica: todas as bibliotecas, independentemente da unidade em que se inserem, distribuídas pelos três ramos das FA. No entanto o mesmo tem em conta a flexibilidade para uma adaptação no caso de se verificar a anunciada fusão entre as unidades de ensino/formação e/ou uma fusão também ao nível das unidades de cuidados de saúde.

A análise dos resultados apresentada no capítulo 6 leva a reflectir sobre as fragilidades do SBMP responsáveis pela disfuncionalidade do sistema e a urgência de alterar a situação que actualmente se verifica por forma a torná-lo funcional. Há que eliminar essas fragilidades e alicerçar o SBMP em bases sólidas e consistentes, as quais se referem a orçamentos dignos e a recursos humanos em número suficiente e com formação especializada, sejam militares ou civis, para que se possa efectivar uma política racional de aquisições de documentos, um tratamento adequado da informação, que contemple a sua divulgação e o seu acesso e providenciar os meios técnicos imprescindíveis para dar início a um projecto que contribua decisivamente para a formação do soldado do futuro designado por Vieira (2001, p. 45) de “modelo profissional militar pós-moderno”, nas suas vertentes de estudante, comunicador e diplomata (capítulo 2, secção 2.4).

O modelo de cooperação proposto para o SBMP observa várias categorias e formas de cooperação entre bibliotecas identificadas por MacDougall (1991)³ e enunciadas no capítulo 2, subsecção 2.2.2:

1) Actividades que podem decorrer no SBMP:

³ Apud Rodriguez (2003), p.19-20

- a) Troca de informação - efectuar de modo formal a troca de informação entre as bibliotecas cooperantes favorecendo, por exemplo, a redistribuição de duplicados. Actualmente há bibliotecas militares que têm em depósito dezenas de exemplares do mesmo título em prejuízo de outras bibliotecas que não têm nenhum exemplar do título em causa;
 - b) Circulação de informação técnica entre os funcionários das bibliotecas cooperantes e a partilha de conhecimentos através da realização de actividades e de acções de formação. Actualmente a formação é praticamente inexistente, principalmente entre os funcionários das BEx, e se existe alguma troca de conhecimentos verifica-se pontualmente e apenas ao nível do contacto pessoal;
 - c) A catalogação partilhada e a gestão racional das aquisições. Verifica-se presentemente duplicação de trabalho de catalogação, situação agravada pela quase inexistência de normalização, bem como o consumo dos escassos recursos financeiros por vezes com os mesmos títulos;
 - d) Circulação de informação para os utilizadores facilitada através da disponibilização de um catálogo único. São frequentes as queixas dos utilizadores das bibliotecas militares sobre a desorganização das mesmas e sobre as dificuldades que têm para aceder à informação, uma vez que cada procura exige, principalmente nas BEx e nas BMa, uma deslocação, situação que não se justifica nos dias que correm e representa perdas de tempo precioso.
- 2) Afinidades (referem-se ao desenvolvimento comum de vários projectos entre as bibliotecas militares):
- a) Desenvolvimento de instrumentos de trabalho;
 - b) Partilha de recursos;
 - c) Novas formas de aquisição electrónica de documentos;
 - d) Novas práticas de formação;
 - e) Realização de projectos editoriais.

Praticamente todas estas actividades e afinidades de cooperação só são possíveis de realizar na presença de um SIGB. No caso em estudo foi possível verificar o estado incipiente de informatização das bibliotecas militares. As bibliotecas que adquiriram *softwares* dessa natureza não o fizeram a pensar nas possibilidades de partilha com outras

bibliotecas e nem mesmo o fizeram a pensar numa gestão própria integrada uma vez que por norma têm apenas o módulo de catalogação e pesquisa. Há ainda o caso das bibliotecas que têm as suas bases de dados em aplicações informáticas não adequadas o que pode comprometer a migração dos registos, o caso das bibliotecas que apenas têm o catálogo manual e outras só com o livro de registos, ou nem mesmo isso.

De qualquer forma para que se verifique uma situação de cooperação entre as bibliotecas militares nos moldes acima descritos é fundamental a aquisição de um SIGB que funcione em rede e que se encontre disponível na Internet.

Com o modelo proposto neste estudo pretende-se apresentar as bases para um projecto de cooperação para o SBMP. Nem a exaustividade nem a precisão técnica em termos informáticos serão objecto de tratamento, por se entender que não cabem no âmbito deste trabalho.

Dos quatro projectos de cooperação apresentados no capítulo 3, aquele que se considera mais relevante para a elaboração do modelo proposto neste estudo refere-se ao SIBUL, uma vez que é o projecto que mais se identifica com a actual noção de rede em que as bibliotecas participantes se encontram conectadas e cooperam em termos de alimentação de um catálogo em tempo real e os resultados obtidos são altamente motivadores, como se referiu no capítulo acima mencionado.

No final pretende-se obter um catálogo colectivo composto por uma base de dados única, partilhada por todos os intervenientes. De modo a manter a especificidade de cada biblioteca cooperante no SBMP em termos de política de empréstimo, aquisições, e perfis de utilizadores deve ser criada uma base de dados administrativos com a configuração associada a cada biblioteca. Assim, sobre um único registo bibliográfico, comum a várias bibliotecas, cada biblioteca regista as suas existências e estabelece as suas regras de empréstimo. Só devem aceder ao sistema utilizadores credenciados.

Os módulos do sistema a adquirir devem contemplar os *standards* e os protocolos internacionais e ser dotados de flexibilidade permitida por uma arquitectura com capacidade de configuração ao nível da centralização / descentralização de tarefas.

O processamento da informação deve ser feito de modo integrado mas de forma a eliminar redundâncias. O sistema deve contemplar todas as actividades das bibliotecas

cooperantes assegurando uma interação tecnológica com todas as operações realizadas nas várias unidades (bibliotecas) que integram o SBMP.

O SIGB deve integrar módulos particularmente vocacionados para as rotinas do tratamento documental, ter a capacidade para suportar uma rede de bibliotecas residentes e oferecer a máxima flexibilidade em termos de configuração. Na aquisição do SIGB são de considerar os seguintes módulos:

- 1) Gestão de aquisições permitindo que as aquisições sejam feitas de modo racional e de forma integrada:
 - a) Gestão orçamental, recepção e facturação;
 - b) Transacções em múltiplas moedas com a conversão para euros;
 - c) Diversos capítulos orçamentais de aquisições, conforme se trate de compra, depósito das obras editadas pelas bibliotecas militares, permutas e ofertas;
 - d) Capacidade de gestão das assinaturas de publicações periódicas, incluindo todos os processos referentes a reclamações de forma centralizada e descentralizada;
 - e) Capacidade de pesquisa sobre os dados das aquisições (orçamentos, sugestões, acompanhamento de notas de encomenda, etc.);
 - f) Ficheiro de fornecedores;
- 2) Catalogação e indexação suportados pelo formato UNIMARC e no respeito pelas RPC.
 - a) Catalogação de todo os tipos de publicações em todos os tipos de suportes;
 - b) Catalogação partilhada;
 - c) Capacidade para comportar vários thesauri paralelos por forma a constituir um thesaurus geral administrado de forma centralizada. Possibilidade de contemplar termos específicos utilizados em cada biblioteca sem interferência com o thesaurus geral usado por todo o sistema;
 - d) Controlo e gestão de autoridades;
 - e) Função de controlo de registos de duplicados;
 - f) Processamento de texto integrado;
- 3) Gestão de periódicos.
- 4) Gestão dos empréstimos e políticas de circulação dos documentos.

- a) Definição de políticas de empréstimo dos documentos em termos gerais, bem como o estabelecimento de regras locais em função de cada biblioteca, do tipo de publicação, do tipo de suporte e das diferentes categorias de utilizadores;
- b) Flexibilidade na definição das políticas de empréstimo, de reserva e de renovação (período de tempo de empréstimo, número de renovações, reservas, infracções e penalizações);
- c) Possibilidade de o utilizador consultar a sua ficha a partir de um ponto exterior;
- d) Gestão de empréstimos interbibliotecas;
- 5) Pesquisa em ambiente Web;
 - a) Pesquisa multibase, booleanas e multi-critérios;
 - b) Restrições de pesquisa por biblioteca e/ou ou por colecção;
 - c) Limitadores de pesquisa;
 - d) Protocolo Z39.50;
 - e) Capacidade de utilizadores autorizados interagirem com o sistema através de acções como a pesquisa nas bases de dados, proceder a pedidos de reservas ou de renovações; fazer pagamentos; fazer sugestões de aquisições; solicitar pedidos de informação, etc.;
 - f) Estabelecimento de diversas visualizações da informação de acordo com as categorias dos utilizadores, com capacidade para a personalização de diversas funcionalidades como, por exemplo, a difusão selectiva da informação e pesquisas mais efectuadas);

Na análise das propostas há ainda factores que são de importância capital como a documentação fornecida, a duração e intensidade da formação dos utilizadores do sistema, a abordagem da migração dos registos e a assistência pós-instalação do SIGB.

Nas actuais condições pode fazer sentido a adopção de um modelo de SIGB em que cada ramo das Forças Armadas tenha a administração local sobre as bibliotecas que integra, pelo que se considera a apresentação da implementação do projecto sobre os três subsistemas constituídos pelas bibliotecas dos três ramos das Forças Armadas de forma faseada. Assim, há a ter em conta duas fases principais e hipoteticamente uma terceira fase que seria o atingir de uma situação desejável referente à possibilidade de garantir o acesso a toda a informação das bibliotecas do Ministério da Defesa.

Todo o processo deve ser antecedido pela designação de uma entidade coordenadora do projecto, integrando bibliotecários e informáticos (de preferência com alguma experiência na área documental) que deverá promover desde logo a constituição de diversos grupos de trabalho para o acompanhamento da implantação do SIGB.

Primeira fase

Esta fase tem por objectivo colocar ordem no caos em que a maior parte das bibliotecas militares portuguesas se encontra e que passa pela eliminação de uma parte substancial das mesmas, principalmente as que se integram nas inúmeras unidades do Exército, por uma questão de racionalização de recursos, além de que não se justifica a existência de muitas destas bibliotecas.

Preparação na biblioteca central de cada um dos ramos de todos os procedimentos para a instalação local do SIGB e a migração dos registos, bem como a sua implementação nas bibliotecas cooperantes de cada um dos ramos com prioridade para as bibliotecas dos estabelecimentos de ensino, de formação e de saúde. É necessário proceder à aplicação das normas internacionais, à adopção de regras e procedimentos comuns e à formação dos utilizadores do sistema.

Segunda fase

O módulo de catalogação é o que tem condições para ser utilizado em primeiro lugar, seja nas bibliotecas onde haja lugar à migração de registos, seja nas bibliotecas que iniciam o processo de informatização.

Devem ser definidos nesta fase os privilégios e restrições de cada uma das bibliotecas cooperantes, isto é, o seu grau de integração no catálogo de cooperação.

Deve ser preparado um cartão de leitor uniformizado válido em qualquer biblioteca cooperante independentemente do ramo em que a mesma se insere.

Esta fase serve também para testar a rede e criar impacto entre os utilizadores internos e externos. Permite ainda aperfeiçoar a estrutura da rede. No final todos os módulos em todas as bibliotecas cooperantes devem estar operacionais.

Lançamento do catálogo colectivo do SBMP (Figura 7.1) com a interligação e verificação de interoperabilidade dos três subsistemas face ao administrador central a

cargo da entidade coordenadora acima mencionada (ainda que se verifique uma administração tripartida das bibliotecas centrais de cada ramo, fazendo a correspondência com os subsistemas que actualmente existem).

Deve ser possível pesquisar na base colectiva, nas bases de cada um dos ramos e/ou na base de uma ou várias bibliotecas em simultâneo garantindo a integração, a dinâmica e permeabilidade no acesso à informação.

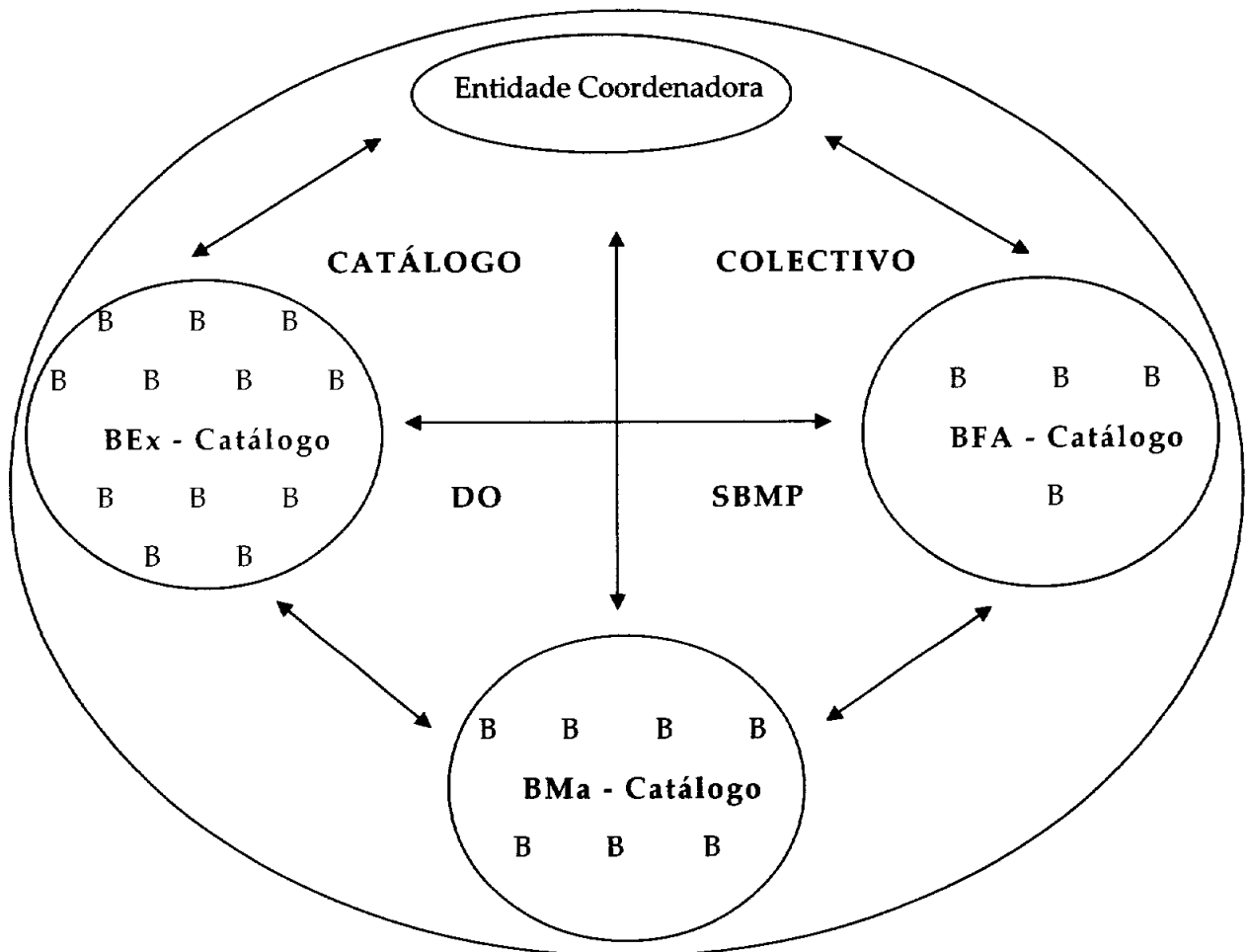


Figura 7.1: Implementação do SIGB⁴

Ambas as fases do processo devem ser acompanhadas por grupos de trabalho de cada um dos ramos (subsistemas) e transversais aos mesmos que devem ter por objectivo a elaboração de procedimentos que definam as regras de utilização do sistema a observar e a respeitar por todos os intervenientes. O resultado prático do trabalho destes grupos

⁴ B – Biblioteca; BEx – Bibliotecas do Exército; BFA – Bibliotecas da Força Aérea; BMa – Bibliotecas da Marinha

deve ser a publicação de notas técnicas, isto é, a indicação escrita dos procedimentos a seguir por todas as bibliotecas cooperantes.

Deve ser dada uma atenção muito especial aos sistemas de ensino e formação e ao sistema de saúde, uma vez que são pilares de sustentação e desenvolvimento das Forças Armadas. Essa atenção deve incidir não só na cooperação interna entre os três subsistemas mas também na cooperação externa respectiva com organismos da sociedade civil.

Existem em bibliotecas dos três ramos fundos antigos que devem ser objecto de tratamento adequado pelo que exigem da parte de quem faz esse trabalho conhecimentos especializados em livro antigo. O estabelecimento de parcerias com a Biblioteca Nacional e mesmo com bibliotecas estrangeiras, como por exemplo a *Library of Congress* e a *British Library*, uma vez que nestas bibliotecas se encontram exemplares, muitos deles em português, pertencentes à mesma edição dos exemplares que compõem o fundo antigo de algumas das bibliotecas militares portuguesas, reveste-se da máxima importância.

Importa referir neste contexto que em Portugal nos anos 90 a Secretaria de Estado da Cultura promoveu ao abrigo de financiamento europeu o projecto nacional de Inventário de Bens Patrimoniais Móveis, cabendo à Biblioteca Nacional a coordenação desse projecto relativamente aos fundos bibliográficos. Nesse âmbito foram publicados vários inventários. No entanto, os objectivos que presidiram a este projecto estão ainda longe da sua conclusão. Nas 9^{as} Jornadas PORBASE foi apresentado o projecto Patrimonia que se propõe criar no âmbito da PORBASE uma base de dados de Livro Antigo (constituindo-se um paralelo com o *Catálogo Colectivo del Patrimonio Bibliográfico Español*, referido na secção 7.1):

“Trata-se de um projecto cooperativo, em fase de arranque, que, promovendo a catalogação partilhada e a conversão retrospectiva dos fundos antigos existentes nas bibliotecas portuguesas, permitirá um conhecimento mais profundo e uma melhor divulgação do património bibliográfico português, não só através da descrição das espécies bibliográficas mas também pela inclusão de imagens digitalizadas que permitam a sua melhor identificação.”⁵

⁵ Disponível em: <http://www.porbase.org/coop/temp.asp?id=857&idm=849>
[Acedido em: 2 de Abril de 2005]

O caminhar para a 3ª fase do modelo em apresentação deveria observar, se não uma integração, uma vez que não se trata de bibliotecas militares, pelo menos um acesso rápido aos interfaces de pesquisa do Centro de Documentação do próprio Ministério da Defesa Nacional e da Biblioteca do Instituto da Defesa Nacional – IDN. Esta última constitui-se actualmente como a única biblioteca inserida num órgão do Ministério da Defesa que reúne um SIGB, recursos humanos especializados, um fundo documental de referência em Portugal nas áreas de segurança, defesa, estratégia, geopolítica e relações internacionais, totalmente automatizado, integrando-se no único centro público de produção de investigação e doutrina na área da segurança e defesa, constituindo-se o mesmo como um ponto de convergência entre os três ramos das FA, o MDN, a comunidade académica e a sociedade civil.

CAPÍTULO 8 - CONCLUSÕES E TRABALHO FUTURO

Todos os órgãos referidos na estrutura da defesa (secção 5.1 do capítulo 5), quer os de coordenação política, quer os de coordenação militar, produzem dentro da sua área de actuação, orientações fundamentais para a prossecução de um projecto de Defesa Nacional: o Conceito Estratégico de Defesa Nacional estabelece as linhas orientadoras por forma a assegurar os objectivos de uma política de Defesa; o Conceito Estratégico Militar que se desenvolve a partir do anterior apresenta a situação militar nacional e define as missões das Forças Armadas; a Lei da Programação Militar apresenta um conjunto de programas, ao nível do equipamento e infraestruturas, dirigido ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e aos Chefes dos Ramos.

Como se pode verificar, a estrutura da Defesa Nacional ultrapassa largamente os limites da complexa estrutura militar. Na sua organização cruzam-se aspectos políticos e aspectos militares e desta interacção, onde a cooperação entre os vários intervenientes se afigura fundamental, resulta a prossecução de uma política de Defesa Nacional que, além da afirmação de Portugal enquanto Estado soberano e independente e que honra os compromissos internacionais assumidos, e, nessa medida, se decide ao nível das mais elevadas instâncias nacionais, tem em vista também o bem-estar e interesse público.

O sistema de ensino e o sistema de saúde merecem uma atenção especial uma vez que desempenham um papel fundamental nas Forças Armadas Nacionais que será ainda mais reforçado no futuro próximo, possibilitado também por bibliotecas bem equipadas e preparadas para responder aos novos desafios.

Com excepção para as bibliotecas centrais do Exército e da Marinha, que se impõem por si próprias com uma visibilidade indiscutível, apesar de todas as suas fragilidades, as demais bibliotecas inserem-se em outros organismos, o que faz com que algumas se diluam no meio dos serviços.

Tem-se notado nos últimos anos uma diminuição significativa da afluência dos utilizadores às bibliotecas militares portuguesas, nomeadamente nas bibliotecas das

designadas unidades, algumas mesmo com total ausência de utilizadores durante anos seguidos. Estas bibliotecas encontram-se obsoletas e sem qualquer uso.

Os orçamentos das bibliotecas militares portuguesas, quando existem são extremamente reduzidos, por regra, os recursos financeiros que lhes estão destinados encontram-se diluídos na dotação orçamental dos organismos em que as mesmas se inserem. Existem ainda bibliotecas, com maior incidência no Exército, em que o único meio de aquisição de documentos é através da oferta.

Predominando obviamente os temas militares a temática é variada e assuntos como: história, estratégia, geoestratégia, táctica militar, política, geopolítica, direito, legislação, matemática, ciências e ciências sociais são transversais aos três ramos. O papel predomina claramente como suporte dos documentos, embora se registem ainda outros suportes: CD's, cassetes áudio e vídeo entre outros.

O processo de informatização destas bibliotecas tem sido moroso e atribulado, com muitas bibliotecas no Exército e na Marinha a recorrer a *software* não específico para a gestão de bibliotecas como o caso das bases de dados em *Access* e *Excel*. Mesmo no caso das bibliotecas que utilizam *software* de gestão integrada verifica-se em algumas a má qualidade dos seus catálogos. A falta de pessoal especializado não será decerto alheia a esta situação. Por outro lado, a utilização apenas do módulo de catalogação e pesquisa, na maior parte das bibliotecas do Exército e da Marinha, não permite qualquer gestão integrada da informação, o que resulta numa desorganização de dimensão considerável e comprometedora em bibliotecas com milhares de documentos. A situação das bibliotecas da Força Aérea é diferente, uma vez que foi instalado nas principais bibliotecas um *software* de gestão integrada com possibilidades de pesquisa por todas as BFA. No entanto, a sua manipulação não foi pacífica pelos inúmeros erros que se registaram desde o início do processo, e actualmente a sua obsolescência é uma realidade pela dificuldade de resposta aos novos desafios.

Regra geral não existe política de aquisições. Quando se verificam possibilidades de aquisição por compra a mesma obedece a critérios de necessidades imediatas sem avaliação de utilização futura dos documentos.

O tratamento documental é na maior parte dos casos incipiente e a aplicação de regras/normas nacionais e internacionais desconhecida por boa parte dos intervenientes

do processo, o que constitui um rude golpe na normalização. A registar ainda uma confusão entre classificação e indexação dos documentos.

A divulgação selectiva da informação é o meio mais utilizado nas BEx e nas BFA enquanto a exposição das novidades surge em segundo lugar nas bibliotecas dos três ramos das FA como meio difusor de informação. Mas é ao nível das TIC, como meio privilegiado de divulgação da informação que as bibliotecas militares portuguesas mais falham. Praticamente não têm presença na Internet mais do que a notícia, rara, da sua existência. O uso de documentos electrónicos quase não se verifica e mesmo a simples utilização de *e-mail* é impraticável na maioria das bibliotecas.

A gestão dos empréstimos praticamente apoiada só em modo manual é na maior parte das bibliotecas militares uma difícil e ingrata tarefa, principalmente no que se refere aos empréstimos domiciliários. Os prazos não são cumpridos e muitos documentos acabam por se perder. O empréstimo interbibliotecas não se encontra instituído embora aconteça pontualmente em especial entre bibliotecas do mesmo ramo.

Os recursos humanos são escassos e com conhecimentos especializados mais escassos ainda. Os funcionários militares predominam nos três ramos, sendo este predomínio mais acentuado nas bibliotecas da Força Aérea. Contam-se também mais elementos do sexo masculino nas BEx e nas BFA (nestas o número de homens é o dobro do número de mulheres). Não é dado o devido valor à formação especializada e há muitos funcionários sem qualquer preparação, ainda que alguns desenvolvam trabalho com todo o empenho apesar dos fracos meios de que dispõem. Em termos de habilitações académicas, a maioria dos funcionários dos três ramos tem a frequência do ensino secundário. Por sua vez os responsáveis pelas bibliotecas também não têm formação especializada, salvo raríssimas excepções. São os homens quem ocupa o lugar de chefia nas principais bibliotecas de cada ramo, normalmente com a patente de coronel ou de comandante.

Acerca do problema da funcionalidade da organização militar considerada em termos gerais Carrilho (1985, p. 45) identifica três questões:

- a) O problema da adaptação da estrutura tradicional de autoridade face ao uso de nova tecnologia;
- b) O problema da aceitação das inovações;

c) O problema da manutenção da eficiência da organização em situações de tensão (ex combate).

As duas primeiras questões são também pertinentes no âmbito deste estudo, uma vez que foi possível verificar nas bibliotecas militares os receios apresentados por esta autora (secção 5.3.1 do capítulo 5).

O SBMP é um sistema disfuncional. O que se verifica na realidade são bibliotecas militares que funcionam (as que funcionam) isoladamente (coexistem) e os principais factores que concorrem para que tal aconteça são a falta de meios e sobretudo a falta de vontade, como afirmou Hervé Coutau-Bégarie (ca 2001?) (capítulo 7, secção 7.1) em relação às bibliotecas militares francesas. É fundamental que se desenvolva a cooperação entre as bibliotecas militares, pelo que se impõe a mudança de mentalidades, a criação de uma estrutura sólida constituída por recursos humanos com formação especializada e a disponibilização dos meios técnicos adequados.

Na preparação do modelo de cooperação apresentado no capítulo 7, e tendo em vista a racionalização dos meios, há que proceder criteriosamente à eliminação das unidades supérfluas, pelo que se afigura relevante como trabalho futuro, na prossecução da análise do SBMP, a elaboração de estatísticas anuais detalhadas de utilizadores e de circulação de documentos, o levantamento dos títulos de publicações periódicas e a avaliação do que é feito em termos de preservação de documentos, bem como um conhecimento mais aprofundado das bibliotecas do sistema de ensino e formação e do sistema de saúde.

As bibliotecas militares portuguesas, sempre lembradas por ocasião de actos solenes e quase sempre esquecidas na dotação orçamental, merecem ser objecto de reformulação de modo a que possam desempenhar o papel que lhes compete no âmbito da organização militar e da comunidade em geral.

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

ARGYLE, Michael (1991) – **Cooperation : the basis of sociability**. New York : Routledge, 1991.

BARRENTO, Martins (2001) – A instituição militar no século XXI. **Nação e Defesa**. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 98 (Verão, 2001) p. 17-31.

BENNETT, Roger (1991) – **Organisational Behaviour**. London : Pitman, 1991. (The M. & E. handbook series). ISBN 0 7121 1548 X.

Boletim de Informação Bibliográfica da Biblioteca do Exército [texto policopiado]. Nº 25 (Dez. 2001).

BORGMAN, Christine (2003) – Personal digital libraries [documento electrónico] : creating individual spaces for innovation. In NSF WORKSHOP ON POST-DIGITAL LIBRARY INITIATIVE DIRECTIONS, Berkeley, 4th June 2003.

Disponível em: http://www.sis.pitt.edu/~dlwkshop/paper_borgman.pdf

[Acedido em: 24 de Janeiro de 2005]

BRYMAN, Alan (1988) – **Quantity and quality in social research**. London : Routledge, 1988. ISBN 0-415-07898-9.

CALDEIRA, Pedro Zany (2003) – A usabilidade das bibliotecas digitais : a perspectiva dos leitores / utilizadores. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**. Lisboa : APBAD. ISSN 0007-9421. Nº 2 (2003), p. 18-35.

CAMPOS, Fernanda Maria (2002) – Direito à informação e acesso ao conhecimento : um novo desafio para as bibliotecas nacionais. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**. Lisboa : APBAD. ISSN 0007-9421. Nº 1 (2002), p. 34-45.

CARRILHO, Maria (1985) – **Forças armadas e mudança política em Portugal no sé. XX : para uma explicação sociológica do papel dos militares**. [Lisboa] : INCM, imp. 1985. (Estudos Gerais. Série Universitária).

CASTELLS, Manuel (2000) – Tecnologías de la información y desarrollo. **Política Exterior**. Madrid. ISSN 0213-6856. Vol. 14, nº 78 (Noviembre/Diciembre 2000) p. 151-168.

CASTELLS, Manuel (2002) – A sociedade em rede. Coord. José Manuel Paquete de Oliveira e Gustavo Leitão Cardoso; trad. Alexandra Lemos, Catarina Lorga e Tânia Soares. In A era da informação: economia, sociedade e cultura. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. ISBN 972-31-0984-0. vol. 1.

CHEN, C. Chao, CHEN, Xiao-Ping, MEINDL, James R. (1983) – How can cooperation be fostered? The cultural effects of individualism-collectivism. *Academy of Management Review*, Vol. 23, Nº 2 (1998), p. 285-304.

CHIAVENATO, Idalberto (1983) – **Introdução à teoria geral da Administração**. 3ª ed. São Paulo : McGraw-Hill, 1983.

CORREIA, José de Matos anot.; PINTO, Ricardo Leite, anot. (2004) – Constituição da República Portuguesa : 6ª revisão constitucional. Lisboa : Universidade Lusíada, 2004. ISBN 972-8883-06-4.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé (ca 2001?) – La grande misere des bibliotheques militaires de France.

Disponível em: http://www.stratisc.org/lettre/lettre_info_6_1.html

[Acedido em: 1 de Abril de 2004]

CRESPO, Vítor - Biblioteca Central de Marinha : um património de que a Marinha se orgulha. *Revista da Armada*. Lisboa. ISSN 0870-9343. Nº 280 (Set./Out. 1995), p. 17-20.

CRESWELL, John W. (1994) – **Research design : qualitative and quantitative approaches**. London : Sage, 1994. ISBN 0803952554.

CRESWELL, John W. (1998) – **Qualitative inquiry and research design : choosing among five traditions**. London : Sage, 1998. ISBN 0761901442.

DECRETO-LEI nº 71/87 D.R. I Série. 35 (87-02-11) 528-534.

DECRETO-LEI nº 111/87 D.R. I Série. 58 (87-03-11) 999.

DECRETO-LEI nº 34-A/90 D.R. I Série. 20 (90-01-24) 342 (2)-342 (61).

DECRETO-LEI nº 50/93. D.R. I Série-A. 48 (93-02-26) 822-827.

DECRETO-LEI nº 519/99. D.R. I Série-A. 274 (99-11-24) 8346-8358.

DECRETO-LEI nº 88/01. D.R. I Série-A. 70 (01-03-23) 1616.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna S. (1994) – **Handbook of qualitative research**. London : Sage, 1994. ISBN 0803946791

DESPACHO 23/86 D.R. II Série. 77 (86-04-03) 3106.

DESPACHO interno conjunto nº 3 – I/SEAE/SEE/2002 [documento electrónico]. Secretaria de Estado da Administração Educativa, Secretaria de Estado da Educação. (02-03-15).

Disponível em: http://www.apbad.pt/credito_horario2002-2003.pdf

[Acedido em: 2 de Março de 2004]

DIAS, Fernando Nogueira (2001) – **Sistemas de comunicação, de cultura e de conhecimento : um olhar sociológico**. Lisboa : Instituto Piaget, 2001. ISBN 972-771-405-6.

Dicionário de Sociologia (2002).Coord. Rui Leandro Maia. Porto : Porto Editora, 2002. (Dicionários Temáticos). ISBN 972-0-05273-2.

DURAND, Daniel (1992) – **A sistémica**. Trad. e adapt. por João L. G. de Matos. Lisboa : Dinalivro, 1992. (Col. Fundamental das Ciências Humanas). ISBN 972-078-6.

EDWARDS, Christopher (2001) – Global Knowledge [documento electrónico] : a challenge for librarians. **IFLA Journal**. Vol. 27, Nº 2 (2001).

Disponível em: <http://www.ifla.org/V/iflaj/art2702.pdf>

Acedido em: 22 de Janeiro de 2005

FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros (1976) – Factores de evolução do ensino militar superior. **Nação e Defesa**. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 2 (Novembro 1976), p. 121-137.

FERREIRA, João José Brandão (2003) – **A inserção das Forças Armadas na sociedade**. Lisboa : Hugin, 2003. ISBN 972-8130-81-1.

FOWLER, Floyd J. (1993) – **Survey research methods**. 2nd ed. London : Sage, 1993. (Applied Social Research Methods Series ; v. 1). ISBN 0-8039-5049-7.

FOX, Edward A.; URS, Shalini R. (2002) – Digital Libraries. **Annual Review of Information Science and Technology**. Maryland : ARIST, 2002. ISBN: 1-57387-131-1. Vol 36, p. 503-589.

GOMES, Abílio António Ferreira (2004) – Condição médica e militar : aliadas ou inimigas? **Revista Militar**. ISSN 0873-7630. Nº 2/3 (Fevereiro/Março 2004), p. 215-231.

HOFSTEDE, Geert (1997) – **Culturas e organizações : compreender a nossa programação mental**. Trad. António Fidalgo. Lisboa : Sílabo, 1997. ISBN 972-618-7.

INSTITUTO DE HISTORIA Y CULTURA MILITAR (2005) – Las Bibliotecas. **Ejército**. Madrid. ISSN 1696-7178. Nº 766 (Enero/Febrero 2005), p. 34-37.

ISAÍAS, Pedro (1999) – **Bibliotecas digitais**. Lisboa : Universidade Aberta, 1999. ISBN 972-674-277-3.

JUNQUEIRO, Raul – **A idade do conhecimento : a nova era digital**. Lisboa : Editorial Notícias, 2002. (Sinal dos Tempos). ISBN 972-46-13156-9.

LAGOZE, Carl (2000) – Business unusual [documento electrónico] : how “Event-Awareness” may breathe life into the catalog? Prepared for BICENTENNIAL CONFERENCE ON BIBLIOGRAPHIC CONTROL FOR THE NEW MILLENNIUM, Library of Congress, 15-17th November 2000.

Disponível em: <http://www.cs.cornell.edu/lagoze/papers/lagozelc.pdf>
[Acedido em: 8 de Outubro de 2002].

LEI nº 29/82. D.R. I Série-A. 285 (82-12-11) 4463-4078.

LEI nº 111/91. D.R. I Série-A. 198 (91-08-29) 4490-4494.

LEI nº 18/95. D.R. I Série-A. 160 (95-07-13) 4420-4430.

A leitura pública em Portugal : Manifesto (1983). **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**. Lisboa. Nº 1 (1983) p. 11-14.

LEMOS, Laura Oliva Correia, MACEDO, Maria Clara (2003) – A cooperação das bibliotecas do ensino superior em Portugal [documento electrónico] : passado presente e perspectiva futura. JORNADAS PORBASE, 9, Lisboa, BN, 11-12 Dezembro 2003 - Novos contextos para a cooperação. Lisboa : BN, 2004. Disco óptico (CD-ROM). ISBN 972-565-375-0.

LONG, Sarah (2001) – Library to library : global pairing for mutual benefit. **New Library World**. ISSN 0307-4803. Vol. 102, Nº 1162 (2001), p. 79-82.

LOUGEE, Wendy Pradt (2002) – Diffuse libraries [documento electrónico]: emergent roles for the research library in the digital age. Washington : Council on Library and Information Resources, 2002.

Disponível em: <http://www.clir.org/pubs/reports/pub108/pub108.pdf>
[Acedido em: 12 de Janeiro de 2004].

Manifesto das Bibliotecas Escolares da UNESCO (2000) [documento electrónico]. Coord. Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas; trad. Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares. Lisboa : ME, [cop. 2000]
Disponível em: <http://www.dapp.min-edu.pt/rbe/index.htm>
[Acedido em: 9 de Fevereiro de 2004]

MATOS, Jorge Semedo de (2003) - Cultura e Universidade : o caso da Escola Naval. Lisboa. **Anais do Clube Militar Naval**. Nº 10-12 (Out./Dez. 2003) p. 623-656.

MEAD, Margaret (1976) – **Cooperation and competition among primitive people.** Boston : Beacon Press, 1976.

MINETTO, Sonia (1997) – The Genoa University Library Network. **The Electronic Library.** ISSN 0264-0473. Vol. 15, Nº 4 (1997), p. 295-296.

MOREIRA, Adriano (2001) – A natureza das Forças Armadas e a Reforma do Ensino Militar. **Nação e Defesa.** Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 98 (Verão, 2001) p. 73-84.

MOREIRA, Carlos Diogo (1994) – **Planeamento e estratégias da investigação social.** Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994.

MOURA, Maria José, coord. (1986) – **Leitura pública : rede de bibliotecas municipais.** Lisboa : SEC, 1986.

NARAYANAN, V. K.; NATH, Raghu (1993) – **Organizational theory : a strategic approach.** Boston : Irwin, 1993. ISBN 0-256-08778-4.

NEVINS, Kate (2003) – Multiple consortia. In IFLA/SEFLIN INTERNATIONAL SUMMIT ON LIBRARY COOPERATION IN THE AMERICAS, 1, Miami, 18-20th April 2002 - Models of cooperation in U.S., Latin American and Caribbean Libraries. Ed. lit Bruce Edward Massis. München : K. G. Saur, 2003. (IFLA Publications ; 105). ISBN 3-598-21835-4. p. 67-71.

NUNES, Henrique Barreto (1998) – **Da biblioteca ao leitor : estudos sobre a leitura pública em Portugal.** [pref. Maria José Moura]. 2ª ed. Braga : Autores de Braga, [1998]. ISBN 972-8026-23-4.

NUNES, Henrique Barreto (2000) – A oferta pública de leitura. **OBS.** Lisboa : Observatório das Actividades Culturais. ISSN 0873-8831. 8 (Julho 2000) 13-15.

OPPENHEIM, A. N. (1992) – **Questionnaire design, interviewing and attitude measurement.** London : Pinter, 1992. ISBN 1-85567-044-5.

PATTON, Michael Quinn (1990) – **Qualitative Evaluation and Research Methods.** 2nd ed. London : Sage, 1990. ISBN 0-8039-3779-2.

PINTO, José Luís Leiria (1995) – Biblioteca Central da Marinha : um património de que a Marinha se orgulha. **Revista da Marinha.** Lisboa. ISSN 0870-9343. Nº 280 (Set/Out 1995), p 17-20.

PINTO, José Luís Leiria (2003) – Biblioteca Central da Marinha : um valioso património bibliográfico e documental. **Anais do Clube Militar Naval.** Lisboa. Nº 10-12 (Out./Dez. 2003) p. 733-740.

PINTO, Renato F. Marques (2001) – As informações na idade da informação. **Revista Militar**. ISSN 0873-7630. Nº 4 (Abril 2001), p. 287-316.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional (1987). Carta de Princípios : Porbase / Biblioteca Nacional. - Lisboa: B.N., [1987]

Disponível em: <http://www.porbase.org/coop/temp.asp?id=775&idm=842>

[Acedido em: 10 de Fevereiro de 2005].

PORTUGAL. Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (2001) – **Documento de Apoio à Elaboração do Projecto Informático** [documento electrónico]. DSB/ DPC, 2001.

Disponível em: http://rnbp.iplb.pt/Documentos/PIs_2001.pdf

[Acedido em: 27 de Janeiro de 2004].

PORTUGAL. Ministério da Ciência e da Tecnologia. Missão para a Sociedade da Informação (1997) - **Livro verde para a sociedade da informação em Portugal**. Lisboa, 1997. ISBN 972-97349-0-9.

PORTUGAL. Ministério da Defesa (1999) – **Portugal e a Defesa Nacional**. Lisboa : MDN, 1999. ISBN 972-96007-9-1.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (2002) - **Relatório do Questionário de Avaliação : ano lectivo 2000/2001** [documento electrónico]. [Lisboa] : ME, 2002.

Disponível em: <http://www.dapp.min-edu.pt/rbe/programa/avaliacao.htm>

[Acedido em: 30 de Janeiro de 2004].

PORTARIA Nº 63/2001. D.R. I Série-B. 25 (01-01-30) 539-543.

PROJECTO Bibliopólis D.R. II Série. 241 (88-10-18) 9556-9557.

Rede de Bibliotecas Escolares (S.d) [documento electrónico]

Disponível em: <http://www.dapp.min-edu.pt/rbe/index.htm>

[Acedido em: 1 de Março de 2004].

Regulamento da Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas [texto policopiado]. (S.d).

REGULAMENTO de Cooperação. D.R. II Série. 113 (93-05-15) 5089-5090.

REGULAMENTO de Cooperação (alteração). D.R. II Série. 151 (94-07-02) 6524.

REGULAMENTO de Cooperação em linha na PORBASE (S.d.) [documento electrónico]

Disponível em: <http://www.porbase.org/coop/temp.asp?id=809&idm=842>

[Acedido em: 15 de Março de 2005]

Regulamento Interno da Biblioteca Central da Marinha [texto policopiado] (S.d).

RENEKER, Maxine H.; BUNTZEN, Joan L. (2000) – Enterprise Knowledge portals : two projects in the United States Department of the Navy. **The Electronic Library**. ISSN 0264-0473. Vol. 18, Nº 6 (2000), p. 392-402.

RODRIGUES, Eurico Manuel Curates (2004) – Incursões no domínio da profissionalização das Forças Armadas. **Revista Militar**. ISSN 0873-7630. Nº 2/3 (Fevereiro/Março 2004), p. 201-213.

RODRIGUEZ, Adolfo (2003) – Models of cooperation. Trad. Edward Erazo. In IFLA/SEFLIN INTERNATIONAL SUMMIT ON LIBRARY COOPERATION IN THE AMERICAS, 1, Miami, 18-20th April 2002 - Models of cooperation in U.S., Latin American and Caribbean Libraries. Ed. lit Bruce Edward Massis. München : K. G. Saur, 2003. (IFLA Publications ; 105). ISBN 3-598-21835-4. p.19-25.

RUCINSKA-NAGÓRNY, Anna; JAZDON, Artur (2001) – Implementing the Horizon computing system in the University Library in Poznan. **The Electronic Library**. ISSN 0264-0473. Vol. 19, Nº 3 (2001), p. 144-152.

RYAN, Deborah (1999) – Unity combined regions database. **The Electronic Library**. ISSN 0264-0473. Vol.17, Nº 4 (1999), p. 219-295.

SANTOS, Maria Luísa Santos (2003) – A PORBASE : Base Nacional de Dados Bibliográficos [documento electrónico] : situação actual. JORNADAS PORBASE, 9, Lisboa, BN, 11-12 Dezembro 2003 - Novos contextos para a cooperação. Lisboa : BN, 2004. Disco óptico (CD-ROM). ISBN 972-565-375-0.

SANTOS, Nuno Valdez dos - **As bibliotecas militares e o núcleo de temática marítima da Biblioteca do Exército**. Lisboa : Academia de Marinha, 1995. ISBN 972-8370-27-X. Comunicação apresentada à Academia de Marinha em 11 de Abril de 1995.

SMITH, Ken G., CARROLL, Stephen, J., ASHFORD, Susan J. (1995) – Intra-and interorganizational cooperation: toward a research agenda. **Academy of Management Journal**, Vol. 38, Nº 1 (1995), p. 7-23.

SOARES, Alberto Ribeiro (2003) – A Biblioteca do Exército. **Jornal do Exército**. Lisboa. ISSN 0871-8598. Nº 520 (Jul. 2003), p. 54-57.

SREENIVASULU, V (2000) – The role of a digital librarian in the management of digital information systems (DIS). **The Electronic Library**. ISSN 0264-0473. V. 18, Nº 1 (2000), p. 12-20.

VEIGA, Isabel [et al.] (1997) – **Lançar a rede de bibliotecas escolares**. Lisboa : ME, 1997. (Educação para o Futuro). ISBN 972-729-015-9.

VIEIRA, Guilherme Belchior (2001) – Que modelo de militar para a nova arte de guerra e paz? **Nação e Defesa**. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 98 (Verão, 2001), p. 33-48.

VIEGAS, José Manuel da Silva, anot. (1988) - Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas anotada. Lisboa : Instituto de Altos Estudos Militares, 1988.

YIN, Robert K. (1994) – **Case Study Research : design and methods**. 2nd ed. London : Sage, 1994. (Applied Social Research Methods Series ; v. 5). ISBN 0-8039-5663-0.

ANEXOS

ANEXO I

Carta de Contacto

Ilda Maria Soares Pinto

Exmo(a) Senhor(a)
Responsável pela Biblioteca

Exmo(a) Senhor(a),

Estou a desenvolver um estudo sobre os Serviços de Documentação Militar Nacionais, o qual servirá de base empírica para a tese de mestrado que estou a preparar no âmbito do Mestrado em Ciências Documentais da Universidade de Évora. Como profissional responsável pela Biblioteca do Instituto da Defesa Nacional, tenho conhecimento do papel relevante da Biblioteca _____ no contexto das bibliotecas militares portuguesas. Por este motivo, a inclusão desta biblioteca no número de casos a abordar assume grande importância para a realização do meu trabalho de investigação.

Este trabalho envolve, entre outros aspectos, o estudo da génese dos serviços e o levantamento dos respectivos recursos de informação (tecnologias de informação e comunicação utilizadas, fundos documentais disponíveis, pessoal afecto) e serviços prestados.

Esperando poder contar com a colaboração de V. Ex^a, junto envio um questionário cujo preenchimento muito agradeço seja feito até ao dia 15 de Setembro de 2003. Coloque-me desde já à disposição de V. Ex^a para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais.

Contacto para informações e esclarecimentos adicionais:

Ilda Pinto

Telef.: _____

Email: _____

Antecipadamente agradecida pela atenção dispensada, apresento os meus cumprimentos,

Lisboa, __ / __ / __

Ilda Maria Soares Pinto

Anexo: Declaração da Universidade de Évora; Questionário

ANEXO II

Questionário A

Bibliotecas onde não foram efectuadas entrevistas

Questionário B

Bibliotecas onde foram efectuadas entrevistas

Questionário A

Universidade de Évora – Mestrado em Ciências Documentais

Questionário

Entidade _____

Localização _____

Telefone _____ E-mail _____

URL _____

Responsável _____

Horário de Atendimento _____

Regulamento? Sim _____ Não _____

Data ____ / ____ / ____



I - Caracterização da Biblioteca

1. A biblioteca como unidade de informação no contexto organizacional em que se insere:

1.1 De que forma esta Biblioteca serve a Organização em que se insere?

1.2 Na estrutura orgânica, a que nível se situa e qual a dependência hierárquica desta biblioteca?

2. Orçamento

2.1 Orçamento médio anual atribuído à Biblioteca nos vários itens:

- Aquisição de Monografias
- Renovação de títulos de Periódicos
- Software – Contrato de Manutenção
- Hardware – Contrato de Manutenção
- Consumíveis
- Outros

▪ **TOTAL**

3. Fundos Documentais

3.1 Quais os temas predominantes na Biblioteca?

_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

3.2 Quais os suportes em que se encontram os documentos (% aprox.):

a) Papel _____ c) Cassete áudio _____ d) Cassete vídeo _____

b) CD's _____ e) Outros. Por favor exemplifique _____

3.3 Dados referentes ao estado actual da informatização da Biblioteca

Catálogo Manual / Base de Dados – Totais

	Catálogo Manual	Base de Dados
▪ Número total de títulos de monografias		
▪ Número total de títulos de Publicações Periódicas		
▪ Número total de Analíticos		
▪ Número total de documentos referente a Material Não-Livro		
▪ Observações		

II – Trabalho Biblioteconómico

1 – Política de Aquisições

1.1 Modo (% aprox.):

a) Compra _____ b) Oferta _____ c) Permuta _____

1.2 Como é feita a selecção dos títulos a adquirir? Por favor numere de 1 a 6 as opções abaixo indicadas de acordo com a preferência quando selecciona títulos a adquirir (1 para a forma mais utilizada e 6 para a forma menos utilizada)

a) Bibliografias

c) Índices

e) Catálogos

b) Livrarias

d) Livrarias virtuais

f) Outra(s) forma(s)

1.2.2 Quais os intervenientes e os procedimentos seguidos na identificação, avaliação e selecção dos títulos a adquirir?

1.2.3 Proveniência das Ofertas (% aprox.):

a) Instituições _____

b) Particulares _____

1.2.4 No caso de existirem aquisições por permuta com que instituições têm protocolo?

<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
-------------------------------------	-------------------------------------

1.3 Gestão

1.3.1 Gestão das aquisições:

a) Todo o processo é desenvolvido manualmente

b) Todo o processo está automatizado

c) Há fases do processo que estão automatizadas, mas ainda subsistem fases manuais

2. Tratamento Documental

2.1 Catalogação

2.1.1 Quais as Regras seguidas neste procedimento?

- a) Regras Portuguesas de Catalogação
- b) Regras Anglo Americanas
- c) Regras desenvolvidas internamente
- d) Outras Por favor indique quais _____

2.1.2 Há tratamento de Analíticos?

- Sim ▪ Não

2.1.3 No caso de existirem cassetes, cd's, mapas ou outro tipo de material não-livro em que moldes é feito o seu tratamento?

2.2 Análise de conteúdo

2.2.1 Classificação

2.2.1.1 Os documentos são classificados?

- Sim ▪ Não

2.2.1.2 Em caso afirmativo qual a Classificação utilizada?

- a) Classificação Decimal Universal (CDU)
- b) Classificação Dewey
- c) Classificação desenvolvida internamente
- d) Outra Por favor indique qual _____

2.2.2 Indexação

2.2.2.1 Que tipo de linguagem é utilizada na indexação?

- a) Pré-coordenada b) Pós-coordenada

2.2.2.2 No caso de utilização de linguagem pós-coordenada, esta é feita com base:

- a) Thesaurus b) Lista de termos interna

2.3 Arrumação

2.3.1 Qual o critério que preside à arrumação dos documentos?

- a) Por ordem de chegada
- b) Por tamanhos
- c) Por temas
- d) Pela classificação atribuída
- e) Outra Por favor indique qual _____
-
-
-
-

2.3.2 A Biblioteca possui Depósito?

- Sim ▪ Não

3. Divulgação da Informação

3.1 Meios utilizados para a Divulgação da Informação tratada.

- a) Boletim Bibliográfico?
- b) Exposição das novidades?
- c) Divulgação por email?
- d) Difusão selectiva da informação?
- e) Outros meios? Por favor indique quais _____
-
-
-

3.2 Em caso de se verificar a divulgação da informação por alguns dos meios acima referidos por favor indique qual a periodicidade e os critérios de distribuição?

3.3 A Biblioteca tem página na Internet?

▪ Sim ▪ Não

3.3.1. Em caso afirmativo que outras funcionalidades possui essa página e que possibilidades de pesquisa foram contempladas no catálogo?

4. Acessos à Biblioteca

4.1 Composição do espaço reservado ao leitor

a) As actividades de pesquisa, referência e leitura coexistem num espaço comum

b) As actividades de pesquisa, referência e leitura têm espaços diferenciados

4.2 Pesquisa

4.2.1 É dada a possibilidade ao utilizador de fazer as suas próprias pesquisas?

▪ Sim ▪ Não

4.2.1.1 Em caso afirmativo quantos lugares (postos de pesquisa) se encontram disponíveis?

a) 1 c) 5-7
b) De 2-4 d) Mais de 7

4.3 Sala de Leitura

4.3.1 Quantos lugares se encontram disponíveis na Sala?

a) Até 10 c) De 25 a 50
b) De 10 a 25 d) Mais de 50

5. Empréstimos

5.1 Em que moldes é feita a consulta de documentos?

a) Com marcação prévia?

b) Sem marcação prévia?

5.2 Por norma verifica-se o Empréstimo domiciliário?

▪ Sim

▪ Não

5.2.1 Em caso afirmativo, quais os critérios?

Monografias

Publicações
Periódicas

Outros
documentos

5.3 Como é feita a gestão dos empréstimos?

- a) Em modo manual b) Em modo automático

5.4 Empréstimo Interbibliotecas

5.4.1 Verifica-se o Empréstimo Interbibliotecas?

- Sim ▪ Não

5.4.1.1 Em caso afirmativo, por favor indique as Bibliotecas com as quais existe Protocolo de Empréstimo.

6. Reprodução de Documentos

6.1 Existe possibilidade de reproduzir documentos?

- Sim ▪ Não

6.1.1 Em caso afirmativo, por favor indique quais os critérios, procedimentos e custos.

7. Utilizadores

7.1 Quem pode aceder à informação disponível na Biblioteca?

- a) Utilizadores internos c) Comunidade académica militar
b) Utilizadores militares d) Público em geral

7.2 É necessário possuir Cartão de Leitor ou alguma autorização temporária?

- Sim ▪ Não

7.3 O utilizador tem possibilidade de reservar documentos?

- Sim ▪ Não

III – Recursos Humanos

1. Funcionários da Biblioteca (incluindo o Responsável):

1.1 Qual o número total de funcionários da Biblioteca (incluindo o Responsável)? _____

1.1.1 Qual o número de militares? _____

1.1.2 Qual o número de civis? _____

1.2 Idades dos funcionários

- a) Até 30 anos _____ c) De 41 a 50 anos _____
b) De 31 a 40 anos _____ d) Mais de 50 anos _____

1.3 Quantos funcionários do sexo masculino? _____ Quantos funcionários do sexo feminino? _____

1.4 Habilitações académicas

1.4.1 Que habilitações detêm esses funcionários (número de funcionários por nível de ensino)?

- a) Preparatório _____ c) Licenciatura _____
b) Secundário _____ d) Pós-graduação _____

1.5 Formação especializada

1.5.1 O Responsável pela Biblioteca recebeu formação especializada?

- Sim ▪ Não

1.5.2 Os funcionários pela Biblioteca receberam formação especializada?

- Sim ▪ Não

1.5.3 Como é adquirida a formação especializada?

- a) Aprendizagem no local de trabalho
- b) Formação técnica proporcionada por empresas de formação
- c) Formação técnica proporcionada pelas associações profissionais
- d) Formação académica especializada (ex.: Curso de Especialização em Ciências Documentais)
- e) Outra(s) _____
-

1.5.4 Que Cursos de formação já proporcionadas aos funcionários da biblioteca:

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

1.6 Caso haja mais do que um funcionário como está organizada a divisão de tarefas:

IV – Meios Técnicos

1. Informatização dos serviços

1.1 O Catálogo encontra-se automatizado?

▪ Sim ▪ Não

1.1.1 Em caso de resposta afirmativa, por favor indique qual é o *software* utilizado?

1.1.1.1 Qual a versão do *software* que está em uso?

1.1.1.2 Quem garante a manutenção técnica do *software*?

- a) Empresa fornecedora
- b) Técnicos informáticos da instituição
- c) Outro modo. Por favor especifique
-

1.1.1.3 Quais os módulos disponíveis?

a) Aquisições

Sim Não

c) Catalogação e Pesquisa

Sim Não

b) Circulação e Empréstimo

Sim Não

d) Interface de pesquisa para a Web

Sim Não

e) Outro(s)

Questionário B

Universidade de Évora – Mestrado em Ciências Documentais

Questionário

Entidade _____

Localização _____

Telefone _____ E-mail _____

URL _____

Responsável _____

Horário de Atendimento _____

Regulamento? Sim _____ Não _____

Data ____ / ____ / ____



I - Caracterização da Biblioteca

1. A biblioteca como unidade de informação no contexto organizacional em que se insere:

1.1 Na estrutura orgânica, a que nível se situa e qual a dependência hierárquica desta Biblioteca?

1.2 Quem são os grandes utilizadores?

- Própria instituição ▪ Apenas segmentos específicos ▪ Público em geral

2. Orçamento

2.1 Orçamento médio anual atribuído à Biblioteca nos vários itens:

- Aquisição de Monografias
- Renovação de títulos de Periódicos
- Software – Contrato de Manutenção
- Hardware – Contrato de Manutenção
- Consumíveis
- Outros

▪ **TOTAL**

3. Fundos Documentais

3.1 Quais os temas predominantes na Biblioteca?

_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

3.2 Quais os suportes em que se encontram os documentos (% aprox.):

- a) Papel _____ c) Cassete áudio _____ d) Cassete vídeo _____
b) CD's _____ e) Outros. Por favor exemplifique _____

3.3 Dados referentes ao estado actual da informatização da Biblioteca Catálogo Manual / Base de Dados – Totais

Catálogo Manual

Base de Dados

- Número total de títulos de monografias
- Número total de títulos de Publicações Periódicas
- Número total de Analíticos
- Número total de documentos referente a Material Não-Livro
- Observações

II – Trabalho Biblioteconómico

1 – Política de Aquisições

1.1 Modo (% aprox.):

- a) Compra _____ b) Oferta _____ c) Permuta _____

1.2 Como é feita a selecção dos títulos a adquirir? Por favor numere de 1 a 6 as opções abaixo indicadas de acordo com a preferência quando selecciona títulos a adquirir (1 para a forma mais utilizada e 6 para a forma menos utilizada)

a) Bibliografias

c) Índices

e) Catálogos

b) Livrarias

d) Livrarias virtuais

f) Outra(s) forma(s)

1.2.2 Quais os intervenientes e os procedimentos seguidos na identificação, avaliação e selecção dos títulos a adquirir?

1.2.3 Proveniência das Ofertas (% aprox.):

a) Instituições _____

b) Particulares _____

1.2.4 No caso de existirem aquisições por permuta com que instituições têm protocolo?

<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
-------------------------------------	-------------------------------------

1.3 Gestão

1.3.1 Gestão das aquisições:

a) Todo o processo é desenvolvido manualmente

b) Todo o processo está automatizado

c) Há fases do processo que estão automatizadas, mas ainda subsistem fases manuais

2. Tratamento Documental

2.1 Catalogação

2.1.1 Quais as Regras seguidas neste procedimento?

- a) Regras Portuguesas de Catalogação
- b) Regras Anglo Americanas
- c) Regras desenvolvidas internamente
- d) Outras Por favor indique quais _____

2.1.2 Há tratamento de Analíticos?

- Sim ▪ Não

2.1.3 No caso de existirem cassetes, cd's, mapas ou outro tipo de material não-livro em que moldes é feito o seu tratamento?

2.2 Análise de conteúdo

2.2.1 Classificação

2.2.1.1 Os documentos são classificados?

- Sim ▪ Não

2.2.1.2 Em caso afirmativo qual a Classificação utilizada?

- a) Classificação Decimal Universal (CDU)
- b) Classificação Dewey
- c) Classificação desenvolvida internamente
- d) Outra Por favor indique qual _____

2.2.2 Indexação

2.2.2.1 Que tipo de linguagem é utilizada na indexação?

- a) Pré-coordenada b) Pós-coordenada

2.2.2.2 No caso de utilização de linguagem pós-coordenada, esta é feita com base:

- a) Thesaurus b) Lista de termos interna

2.3 Arrumação

2.3.1 Qual o critério que preside à arrumação dos documentos?

a) Por ordem de chegada

b) Por tamanhos

c) Por temas

d) Pela classificação atribuída

e) Outra Por favor indique qual _____

2.3.2 A Biblioteca possui Depósito?

- Sim ▪ Não

3. Divulgação da Informação

3.1 Meios utilizados para a Divulgação da Informação tratada.

a) Boletim Bibliográfico?

b) Exposição das novidades?

c) Divulgação por email?

d) Difusão selectiva da informação?

e) Outros meios? Por favor indique quais _____

3.2 Em caso de se verificar a divulgação da informação por alguns dos meios acima referidos por favor indique qual a periodicidade e os critérios de distribuição?

3.3 A Biblioteca tem página na Internet?

▪ Sim ▪ Não

3.3.1. Em caso afirmativo que outras funcionalidades possui essa página e que possibilidades de pesquisa foram contempladas no catálogo?

4. Acessos à Biblioteca

4.1 Composição do espaço reservado ao leitor

a) As actividades de pesquisa, referência e leitura coexistem num espaço comum

b) As actividades de pesquisa, referência e leitura têm espaços diferenciados

4.2 Pesquisa

4.2.1 É dada a possibilidade ao utilizador de fazer as suas próprias pesquisas?

▪ Sim ▪ Não

4.2.1.1 Em caso afirmativo quantos lugares (postos de pesquisa) se encontram disponíveis?

a) 1 c) 5-7
b) De 2-4 d) Mais de 7

4.3 Sala de Leitura

4.3.1 Quantos lugares se encontram disponíveis na Sala?

- a) Até 10 c) De 25 a 50
b) De 10 a 25 d) Mais de 50

5. Empréstimos

5.1 Em que moldes é feita a consulta de documentos?

- a) Com marcação prévia?
b) Sem marcação prévia?

5.2 Por norma verifica-se o Empréstimo domiciliário?

- Sim ▪ Não

5.2.1 Em caso afirmativo, quais os critérios?

Monografias

Publicações
Periódicas

Outros
documentos

5.3 Como é feita a gestão dos empréstimos?

- a) Em modo manual b) Em modo automático

5.4 Empréstimo Interbibliotecas

5.4.1 Verifica-se o Empréstimo Interbibliotecas?

- Sim ▪ Não

5.4.1.1 Em caso afirmativo, por favor indique as Bibliotecas com as quais existe Protocolo de Empréstimo.

6. Reprodução de Documentos

6.1 Existe possibilidade de reproduzir documentos?

- Sim ▪ Não

6.1.1 Em caso afirmativo, por favor indique quais os critérios, procedimentos e custos.

7. Utilizadores

7.1 Quem pode aceder à informação disponível na Biblioteca?

- a) Utilizadores internos c) Comunidade académica militar
b) Utilizadores militares d) Público em geral

7.2 É necessário possuir Cartão de Leitor ou alguma autorização temporária?

- Sim ▪ Não

7.3 O utilizador tem possibilidade de reservar documentos?

- Sim ▪ Não

III – Recursos Humanos

1. Funcionários da Biblioteca (incluindo o Responsável):

1.1 Qual o número total de funcionários da Biblioteca (incluindo o Responsável)? _____

1.1.1 Qual o número de militares? _____

1.1.2 Qual o número de civis? _____

1.2 Idades dos funcionários

- a) Até 30 anos _____ c) De 41 a 50 anos _____
b) De 31 a 40 anos _____ d) Mais de 50 anos _____

1.3 Quantos funcionários do sexo masculino? _____ Quantos funcionários do sexo feminino? _____

1.4 Habilitações académicas (número de funcionários por nível de ensino)

1.4.1 Que habilitações detêm esses funcionários (número de funcionários por nível de ensino)?

- a) Preparatório _____ c) Licenciatura _____
b) Secundário _____ d) Pós-graduação _____

1.5 Formação especializada

1.5.1 O Responsável pela Biblioteca recebeu formação especializada?

- Sim ▪ Não

1.5.2 Os funcionários pela Biblioteca receberam formação especializada?

- Sim ▪ Não

1.5.3 Como é adquirida a formação especializada?

- a) Aprendizagem no local de trabalho
- b) Formação técnica proporcionada por empresas de formação
- c) Formação técnica proporcionada pelas associações profissionais
- d) Formação académica especializada (ex.: Curso de Especialização em Ciências Documentais)
- e) Outra(s) _____
-

1.5.4 Que Cursos de formação já proporcionadas aos funcionários da biblioteca:

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

1.6 Caso haja mais do que um funcionário como está organizada a divisão de tarefas:

IV – Meios Técnicos

1. Informatização dos serviços

1.1 O Catálogo encontra-se automatizado?

▪ Sim ▪ Não

1.1.1 Em caso de resposta afirmativa, por favor indique qual é o *software* utilizado?

1.1.1.1 Qual a versão do *software* que está em uso?

1.1.1.2 Quem garante a manutenção técnica do *software*?

- a) Empresa fornecedora
- b) Técnicos informáticos da instituição
- c) Outro modo. Por favor especifique
-

1.1.1.3 Quais os módulos disponíveis?

a) Aquisições

Sim Não

c) Catalogação e Pesquisa

Sim Não

b) Circulação e Empréstimo

Sim Não

d) Interface de pesquisa para a Web

Sim Não

e) Outro(s)

1.1.1.4 Caso haja módulos disponíveis, mas não utilizados, for favor indique quais, e o motivo da não utilização.

1.1.1.5 Número de postos de trabalho _____

Observações Gerais

Muito Obrigada pela disponibilidade e colaboração prestadas

ANEXO III

Guião da Entrevista

2. Cooperação

2.1 Existe alguma espécie de colaboração com outro Serviço de Documentação?

2.1.1 Em **caso afirmativo**, por favor indique que tipo de colaboração e em que termos esta se desenvolve.

2.1.1.1 Que benefícios decorrem dessa colaboração?

2.1.1.2 Que problemas decorrem dessa colaboração?

ANEXO IV

Apresentação de Resultados de Pesquisa em Dois Sistemas de Cooperação:

PORBASE e SIBUL (1 a 4)

Apresentação do Catálogo Colectivo do Património Bibliográfico Espanhol

(5 a 7)

PORBASE

[Listas Bibliográficas](#)

BASE NACIONAL DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS
O Catálogo Colectivo em Linha das Bibliotecas Portuguesas

[Entrada](#)
[Catálogo](#)
[A minha conta](#)
[Simples](#)
[Índices](#)
[Elaborada](#)
[BND](#)
[Histórico](#)

pesquisar na **Biblioteca Nacional**

Pesquisa em Índices Alfabéticos

A **pesquisa por índices** permite pesquisar através de listas ordenadas de **Títulos, Autores, Assuntos, Cotas e CDU**. O sistema assume a chave de pesquisa com os **termos na ordem digitada**. O uso de **maiúsculas e minúsculas** é irrelevante. A **truncatura à direita** é automaticamente assumida. Seleccione o índice alfabético pretendido, introduza os termos pretendidos e clique em 'Pesquisar'.

Pesquisar em:

Apresentação 1: Interface de pesquisa da PORBASE - pesquisa por autor (Carrilho, Maria)

pesquisar na **Biblioteca Nacional**

Informação Exemplar

Existências

Outras obras deste autor

- Carrilho, Maria, 1945-

Pesquisar no Catálogo

por Autor:

- Carrilho, Maria, 1945-

por Título:

- Forças armadas e mud...

Ver formato UNIMARC

Exportar registo em ISO2709

Forças armadas e mudança política em Portugal no séc. XX : para uma explicaçã sociológica do papel dos militares / **Maria Carrilho**

por Carrilho, Maria, 1945-

PUBLICAÇÃO: [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, imp. 1985

DESC.FÍS.: 522 p.; 24 cm

COLECÇÃO: Estudos gerais. Série universitária)

CDU: 946.9"19"
355.1(469)

[Adicionar à lista](#)

Existências						
Local	Cota	Vol.	Colecção	Tipo Emprést.	Estado	No
Com.Igualdade Dir.Mulheres	30 CAR FOR	0	CCF	Cooperantes	Biblioteca Cooperante	
C. M. Oeiras Pal. Anjos	355-0-12952	0	CMOPA	Cooperantes	Biblioteca Cooperante	
C. M. Oeiras Pal. Anjos	946-0-12952	0	CMOPA	Cooperantes	Biblioteca Cooperante	
Assem. Leg. Reg. Madeira	DRAC-296	0	MADALR	Cooperantes	Biblioteca Cooperante	
Univ. Lisboa Fac. Letras	HP 2399 V	0	ULLE	Cooperantes	Biblioteca Cooperante	
Univ. Minho Serv. Documentação	BCEP 946.9"19"	0	UMSD	Cooperantes	Biblioteca Cooperante	
Univ. Porto Fac. Letras	3/III/192	0	UPL	Cooperantes	Biblioteca Cooperante	FG

Apresentação 2: Resultados da pesquisa; uma das bibliotecas cooperantes onde existe o exemplar em questão refere-se precisamente à Faculdade de Letras que por sua vez se encontra integrada no SIBUL



Apresentação 3: Interface de pesquisa do SIBUL - pesquisa por autor (Carrilho, Maria)



Apresentação 4: Resultados da pesquisa; refere-se ao mesmo exemplar constante na PORBASE



Catálogo Colectivo del Patrimonio Bibliográfico Español

Documentos a listar: 10 15 25 50

General	<input type="text"/>	Opciones
Nombre de persona o entidad	<input type="text"/>	<input type="button" value="Buscar"/>
Título	<input type="text" value="Guerra Peninsular"/>	<input type="button" value="Limpiar"/>
Lugar de publicación	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> última actualización
Impresor o editor	<input type="text"/>	
Fecha	en <input type="text"/> entre <input type="text"/> y <input type="text"/>	
Materia	<input type="text"/>	
Lengua	<input type="text"/>	

[Información General](#) | [Lista de bibliotecas](#) | [Ayuda](#)

Apresentação 5: Interface de pesquisa do Catálogo Colectivo do Património Bibliográfico Espanhol - pesquisa por título (Guerra Peninsular)



Catálogo Colectivo del Patrimonio Bibliográfico Español

Consulta:

Autor: Campbell, João

Título: Correspondencia do marechal de campo João Campbell com o historiador da guerra peninsular coronel Guilherme Napier relativamente a umas acções em que entraram os regimentos nº 3 e 4 cavallaria portuguesa

Edición: 2. ed

Publicación: Lisboa : Typographia Universal, 1863

Descripción: 10 p. ; 23 cm

Materias:

- Campbell, João--Correspondencia
- Napier, Guilherme--Correspondencia
- Portugal--Caballería (Ejército)

Número de control: CCPB000598847-0

[Ejemplares](#)

[Isbd](#)

[Información General](#) | [Lista de bibliotecas](#)

Apresentação 6: Resultados da pesquisa – Catálogo Colectivo do Património Bibliográfico Espanhol



*Catálogo Colectivo del
Patrimonio Bibliográfico Español*

Obra: Correspondencia do marechal de camp...

Ejemplares encontrados: 1

Madrid

Madrid

1 [Madrid. Biblioteca Central Militar \(Instituto de Historia y Cultura Militar\)](#)
III-32-8-12(7) -- Enc. rúst. -- Ex-libris y sello de la Biblioteca de Ingenieros del Ejército

Información General | Lista de bibliotecas

Apresentação 7: Catálogo Colectivo do Património Bibliográfico Espanhol –
Informação da localização do exemplar

ANEXO V

Organogramas

Ministério da Defesa Nacional

Estado-Maior General das Forças Armadas

Exército

Marinha

Força Aérea

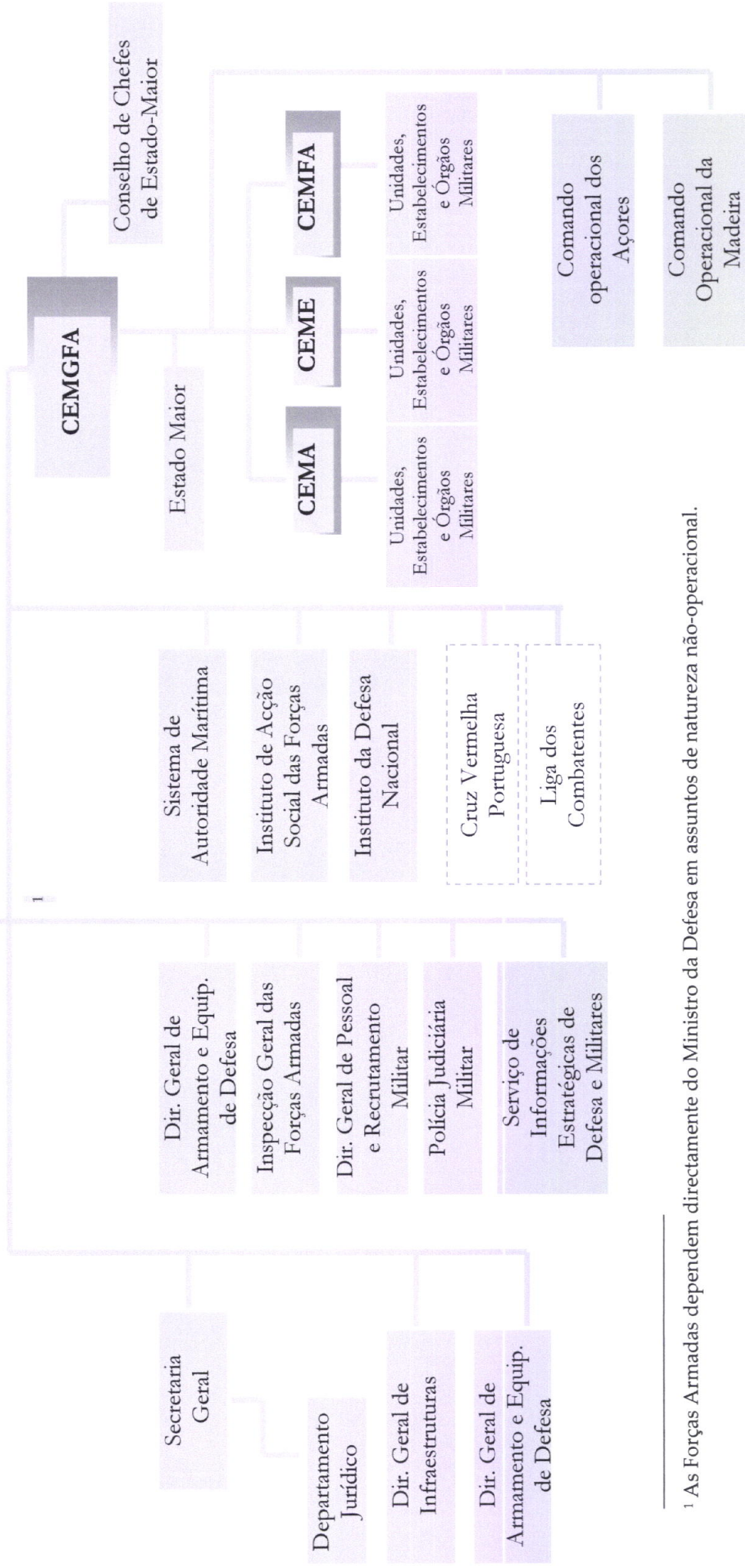
Ministério da Defesa Nacional

Ministro da Defesa Nacional

Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes

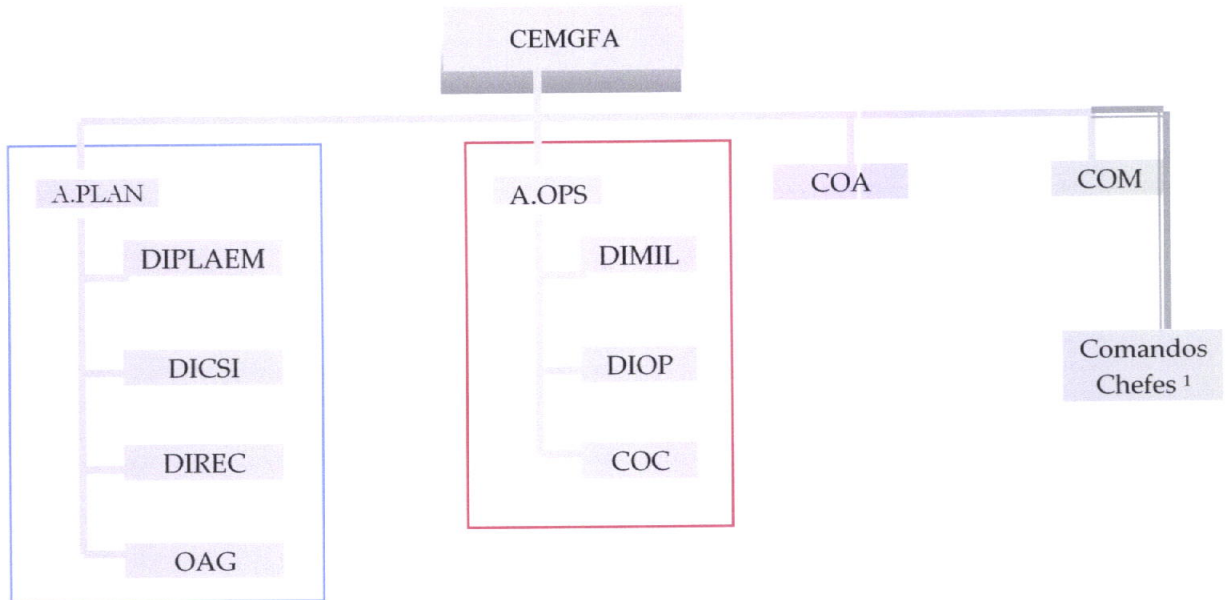
- Conselho Superior Militar
- Conselho Superior Militar
- Conselho Superior Militar
- Conselho Superior Militar

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior-General da Força Aérea;
 CEMA – Chefe do Estado-Maior da Armada; CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército;
 CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea



¹ As Forças Armadas dependem directamente do Ministro da Defesa em assuntos de natureza não-operacional.

Estado-Maior General das Forças Armadas

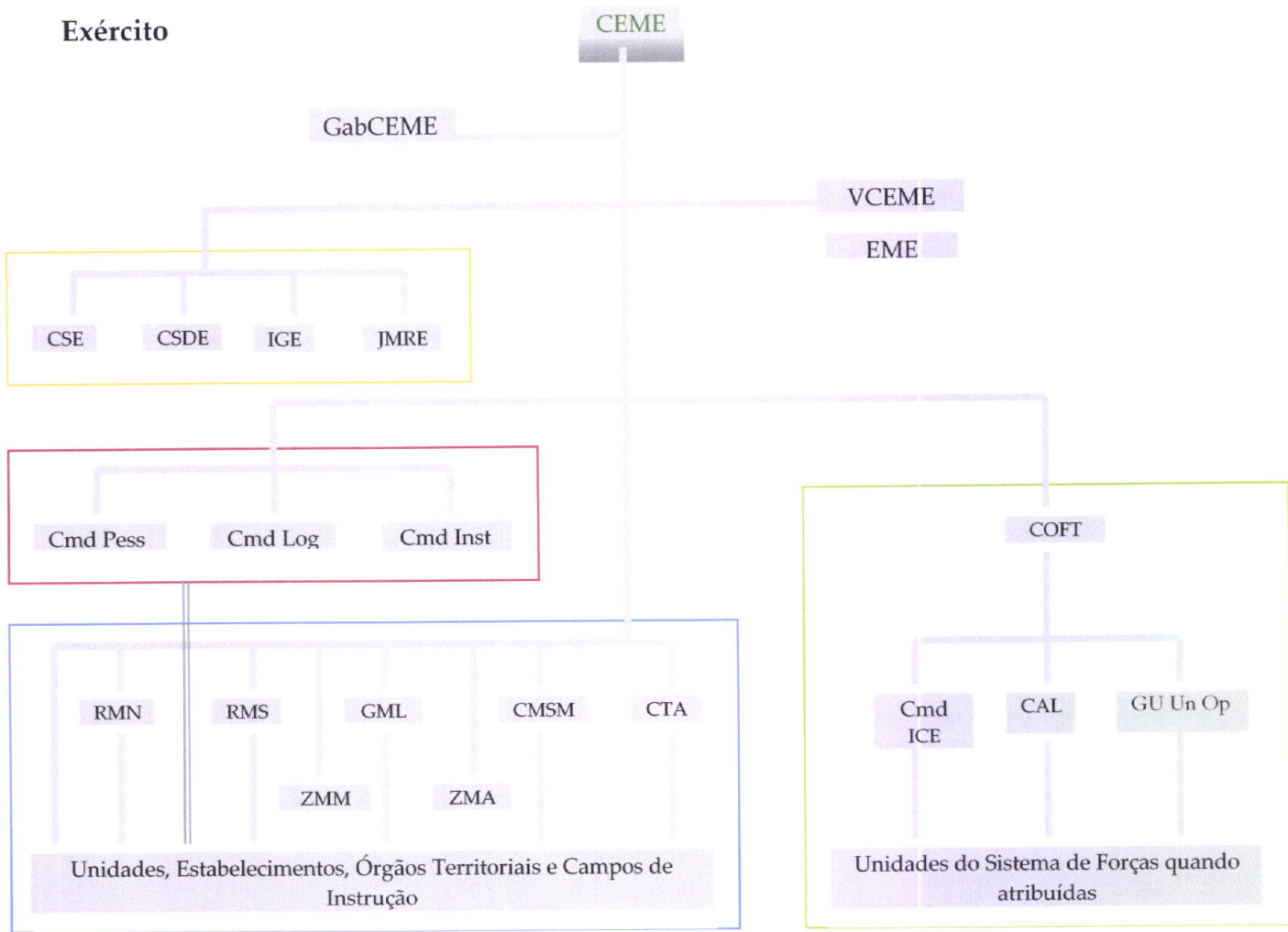


CEMGFA – Chefe do Estado-Maior-General da Forças Armadas

<p>EMCC – Estado Maior Coordenador Adjunto</p> <p>A. PLAN Adjunto para o Planeamento</p> <p>DIPLEM Divisão de Planeamento Estratégico Militar</p> <p>DICS Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação</p> <p>DIREC Divisão de Recursos</p> <p>OAG Órgãos de Apoio Geral</p>	<p>COFAR – Centro de Operações das Forças Armadas</p> <p>A.OPS Adjunto para as Operações</p> <p>DIMIL Divisão de Informações Militares</p> <p>DIOP Divisão de Operações</p> <p>COC Centro de Operações Conjunto</p>
<p>COA Comando Operacional dos Açores</p> <p>COM Comando Operacional da Madeira</p>	

¹ Os Chefes dos Ramos dependem, em tempo de paz, do Chefe de Estado-Maior-General no que se refere assuntos de natureza operacional, para tudo o que se relacione com aspectos administrativos e logísticos dependem directamente do Ministro da Defesa Nacional. Em caso de Guerra cabe ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas o comando total das Forças Armadas, tendo por Comandantes Adjuntos os Chefes dos Ramos.

Exército



CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército; **GabCEME** – Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército; **VCEME** – Vice-Chefe de Estado-Maior do Exército; **EME** – Estado-Maior do Exército

OCI – Órgãos de Conselho e de Inspeção

CSE	Conselho Superior do Exército
CSDE	Conselho Superior de Disciplina do Exército
IGE	Inspeção-Geral do Exército
JMRE	Junta Médica do Recurso do Exército

OCAD – Órgãos Centrais de Administração e Direção

Cmd Pess	Comando do Pessoal
Cmd Log	Comando da Logística
Cmd Inst	Comando da Instrução

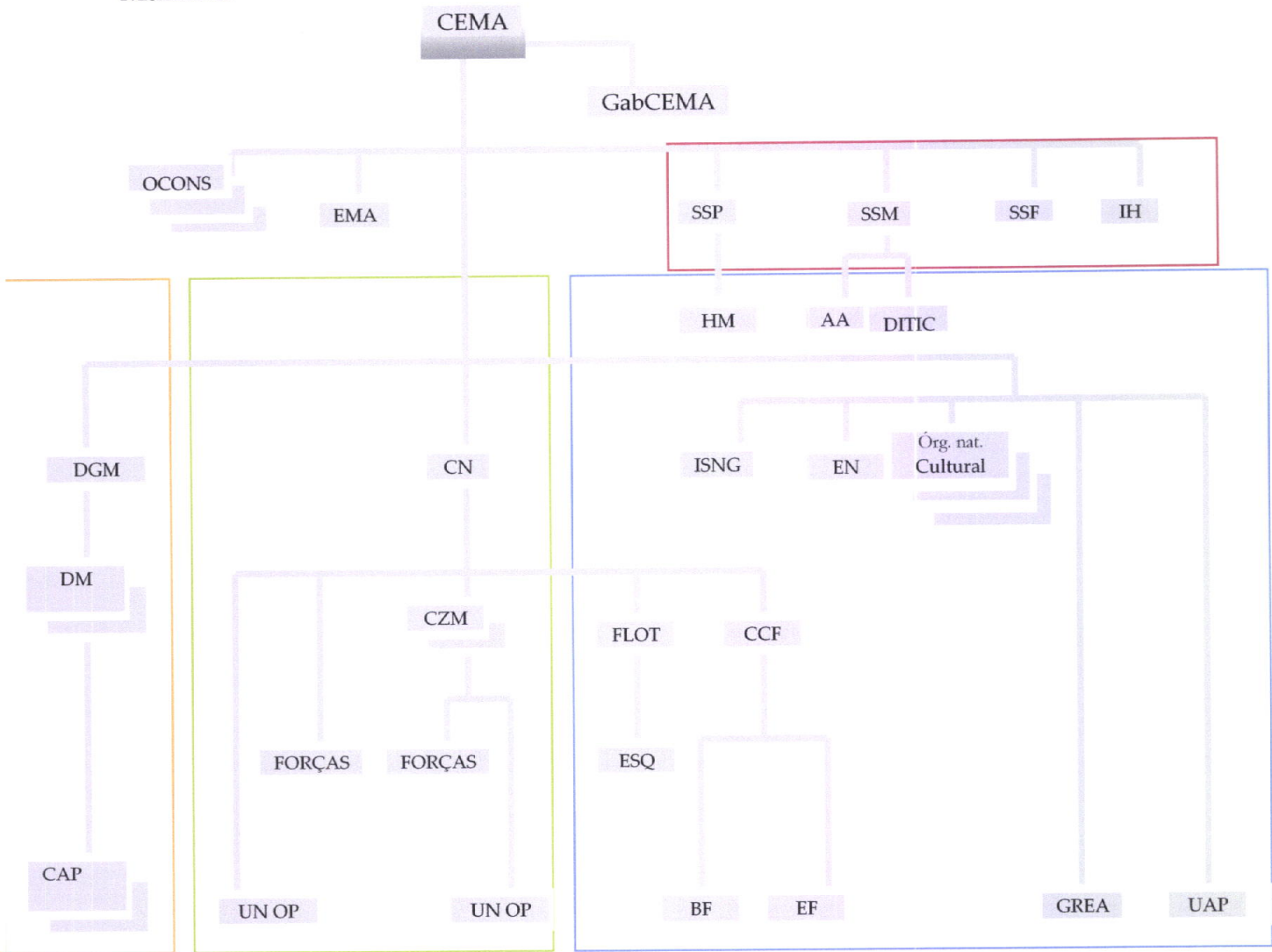
OIT – Órgãos de Implantação Territorial

RMN	Região Militar do Norte	CTA	Comando das Tropas Aerotransportadas
RMS	Região Militar do Sul	ZMM	Zona Militar da Madeira
GML	Governo Militar de Lisboa	ZMA	Zona Militar dos Açores
CMSM	Campo Militar de Sta. Margarida		

COSF – Componente Operacional do Sistema de Forças

COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres
Cmd ICE	Comando 1º Corpo do Exército
CAL	Comando Administrativo-Logístico
GU Un Op	Grandes Unidades Operacionais

Marinha



CEMA – Chefe do Estado-Maior da Armada; GabCEMA – Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada; OCONS – Órgãos de Conselho do Chefe do Estado-Maior da Armada; EMA – Estado-Maior da Armada

— OIT – Órgãos de Implantação Territorial

HM	Hospital da Armada	CCF	Comando do Corpo de Fuzileiros	EN	Escola Naval
AA	Arsenal do Alfeite	ESQ	Esquadrilhas	GREA	Grupos de Escolas da Armada
ISNG	Instituto Superior Naval de Guerra	BF	Base de Fuzileiros	DITIC	Direção Técnica das Tecnologias de Informação e Comunicação
FLOT	Flotilha	EF	Escola de Fuzileiros	UAP	Unidades de Apoio

— OCAD – Órgãos Centrais de Administração e Direção

SSP	Superintendência dos Serviços do Pessoal
SSM	Superintendência dos Serviços do Material
SSF	Superintendência dos Serviços Financeiros
IH	Instituto Hidrográfico
	Direc. de Análise e Métodos de Apoio à Gestão

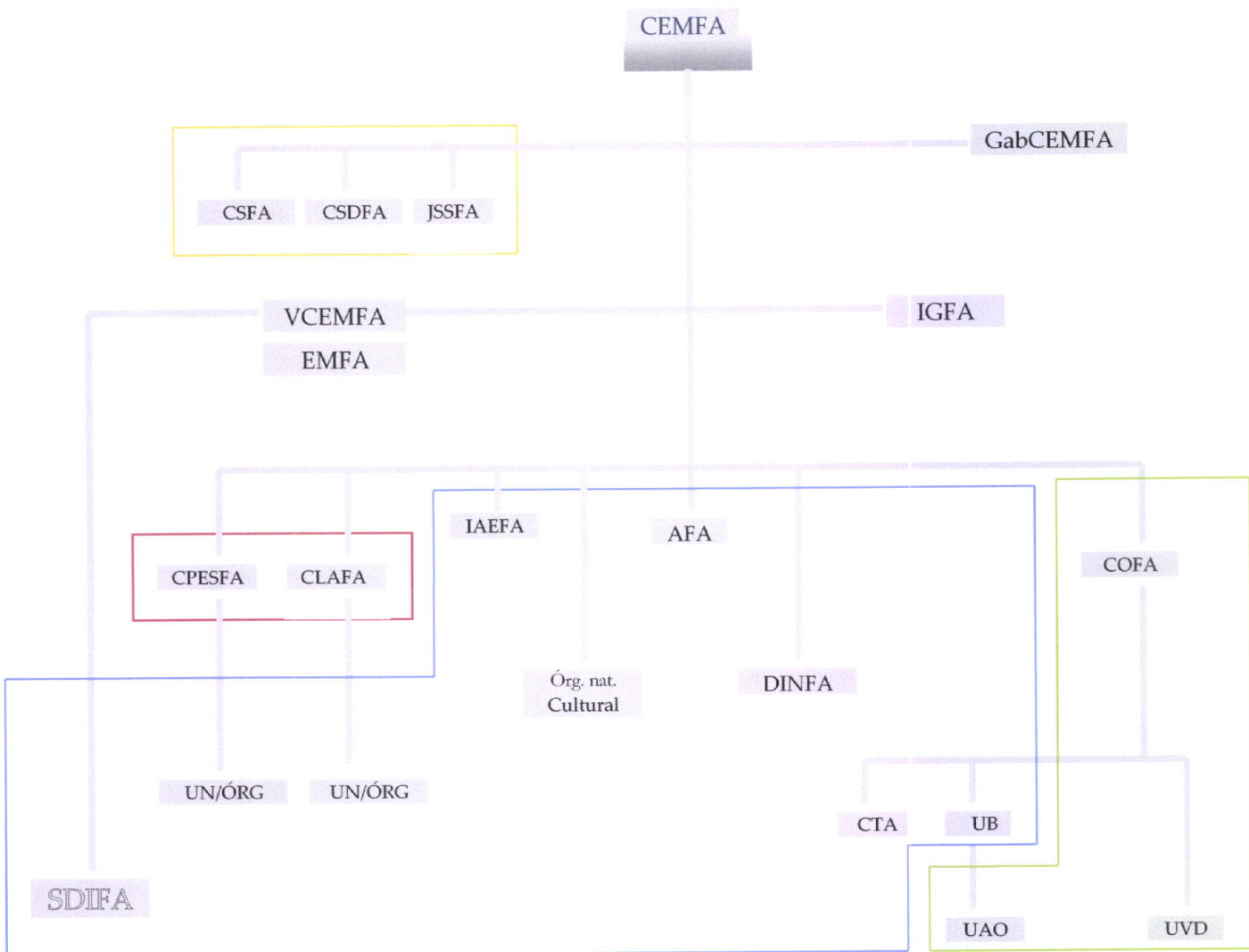
— COSF – Componente Operacional do Sistema de Forças

CN	Comando Naval
CZM	Comandos de Zona Marítima
UN	Unidades Operacionais
OP	

— SAM – Sistema da Autoridade Marítima

DGM	Direção-Geral da Armada
DM	Departamentos Marítimos
CAP	Capitanias dos Portos

Força Aérea



CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea; GabCEME – Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

— OCI – Órgãos de Conselho e de Inspeção	— OIT – Órgãos de Implantação Territorial
CSFA Conselho Superior da Força Aérea	IAEFA Instituto de Altos da Força Aérea
CSDFA Conselho Superior de Disciplina da Força Aérea	AFA Academia da Força Aérea
JSSFA Junta Superior de Saúde da Força Aérea	DINFA Direcção de Informática
	UN/ÓRG Unidades
— OCAD – Órgãos Centrais de Administração e Direcção	— COSF – Componente Operacional do Sistema de Forças
CPEMFA Comando de Pessoal da Força Aérea	COFA Comando Operacional da Força Aérea
CLAFMFA Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea	UAO Unidades Aéreas Operacionais
	UVD Unidades de Vigilância e Detecção
	CTA Campo de Tiro de Alcochete
	UB Unidades de Base
	SDIFMFA Serv. de Doc. e Inf. da Força Aérea

ANEXO VI

Quadros¹

Quadro 1	Suportes utilizados nas bibliotecas respondentes -----	237
Quadro 2	BEx que actualmente constituem os seus fundos apenas por ofertas -----	237
Quadro 3	BEx com % de ofertas acima dos 90% -----	238
Quadro 4	BEx, BMa e BFA – ordenação dos critérios de arrumação dos documentos -----	238
Quadro 5	BEx, BMa e BFA – critérios de arrumação dos documentos ----	239
Quadro 6	Funcionários das BEx -----	240
Quadro 7	Funcionários das BMa -----	240
Quadro 8	Funcionários das BFA -----	240
Quadro 9	BEx – níveis diferentes de informatização -----	241
Quadro 10	BEx – estado de informatização e distribuição modular do <i>software</i> utilizado nestas bibliotecas -----	242
Quadro 11	BMa – níveis diferentes de informatização -----	243
Quadro 12	BMa – estado de informatização e distribuição modular do <i>software</i> utilizado nestas bibliotecas -----	243
Quadro 13	BFA – distribuição do <i>software</i> utilizado nestas bibliotecas ----	244
Quadro 14	BFA – estado de informatização e distribuição modular do <i>software</i> utilizado nestas bibliotecas -----	244
Quadro 15	BEx – estado de informatização, funcionários, postos de trabalho e orçamentos -----	245
Quadro 16	BMa – estado de informatização, funcionários, postos de trabalho e orçamentos -----	246
Quadro 17	BFA – estado de informatização, funcionários, postos de trabalho e orçamentos -----	246

¹ Análise de resultados apresentados no capítulo 6

	Papel			CD's			Cassetes Audio			Cassetes Vídeo			Outros		
	Respostas válidas		%	Respostas válidas		%	Respostas válidas		%	Respostas válidas		%	Respostas válidas		%
	Nº	%	Papel	Nº	%	CD	Nº	%	CAd	Nº	%	CV	Nº	%	Ot
BEX	38	97,5%	+ 90%	10	25,6%	10%	4	10,2%	2,5%	11	28,2%	5%	4	10,2%	5%
	1	2,5%	80%	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
BMA	7	77,8%	+95%	6	66,6%	5%	3	33,3%	5%	4	44,4%	5%	1	11,1%	1%
	2	22,2%	85-90%	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
BFA	4	100%	+95%	3	75%	2,5%	---	---	---	3	75%	2,5%	---	---	---

Quadro 1: Suportes utilizados nas bibliotecas respondentes (CAd – Cassete Áudio; CV – Cassete Vídeo; Ot – Outros)

	Ofertas	Proveniência das Ofertas	
		Instituições	Particulares
Direcção de Documentação e História Militar	100%	100%	0%
1º Tribunal Territorial de Lisboa		100%	0%
1º Tribunal Territorial do Porto		100%	0%
Batalhão do Serviço de Saúde		80%	20%
Centro de Classificação e Selecção do Porto		100%	0%
Direcção de Justiça e Disciplina		100%	0%
Escola Prática de Administração Militar		90%	10%
Regimento de Artilharia Nº 4		100%	0%
Regimento de Cavalaria Nº 6		100%	0%
Jornal do Exército		95%	5%

Quadro 2: BEx que actualmente constituem os seus fundos apenas por ofertas

	Ofertas	Proveniência das Ofertas	
		Instituições	Particulares
Comando da Instrução do Exército (compra – 5%)	95%	80%	15%
Escola Prática de Infantaria (compra – 10%)	90%	90%	10%
Escola Prática do Serviço de Material (compra – 10%)	90%	90%	10%
Regimento de Guarnição Nº 2 (compra – 5%)	95%	100%	0%
Regimento de Infantaria Nº 3 (compra – 1%)	99%	99%	1%
Regimento de Infantaria Nº 15 (compra – 10%)	90%	90%	10%

Quadro 3: BEx com % de ofertas acima dos 90%

	BEx		BMa		BFA	
	Respostas válidas		Respostas válidas		Respostas válidas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	39 B	100%	9 B	100%	4 B	100%
1º	Temas 19 B (48,7%)		Temas 6 B (66,6%)		Temas 3 B (75%)	
2º	Ordem de chegada 14 B (35,8%)		Classificação atribuída 2 B (22,2%)		Classificação atribuída 2 B (50%)	
3º	Classificação atribuída 12 B (30,7%)		Ordem de chegada 1 B (11,1%)		Outro 1 B (25%)	
4º	Tamanhos 4 B (10,2%)		Tamanhos 1 B (11,1%)		-----	
5º	Outro 3 B (7,6%)		-----		-----	

Quadro 4: BEx, BMa e BFA – ordenação dos critérios de arrumação dos documentos

		Ordem de chegada	Tamanhos	Temas	Classificação atribuída	Outro
BEx	BCoIM	√	---	√	---	---
	BDDHM	---	√	√	√	---
	BDSM	√	---	√	√	---
	BEPAM	√	√	---	---	---
	BQGBLI	√	---	√	---	---
	BRI2	---	√	√	---	---
	BEPSM	---	---	√	√	---
	BHMR1	---	---	√	√	---
	BRI8	---	---	√	√	---
	BRI15	---	---	---	√	√
BMa	BEN	---	---	√	√	---
BFA	BCDEMFA	---	---	√	---	√
	BTSISFA	---	---	√	√	√

Quadro 5: BEx, BMa e BFA – critérios de arrumação dos documentos

BEx	Funcionários Militares			Funcionários Civis			Funcionários Militares e Civis				Total	
	B	Fc	Total	B	Fc	Total	B	Fc		Total	B	Fc
	1x	3	3	2x	5	10 F	1x	M	C			
	7x	2	14	6x	1	6 F	2x	2	1	6	37 B	79 Fc
	11x	1	11				2x	1	3	8		
							5x	1	1	10		
Total	19 B	3 Fc + 14 Fc + 11 Fc = 28 Fc		8 B	10 Fc + 6 Fc = 16 Fc		10 B	18 FcM + 17 FcC = 35 FcMC				

Quadro 6: Funcionários das BEx (B – Biblioteca(s); C – civil; M – militar; Fc – Funcionário(s))

BMa	Funcionários Militares			Funcionários Civis			Funcionários Militares e Civis				Total	
	B	Fc	Total	B	Fc	Total	B	Fc		Total	B	Fc
	1x	1	1	1x	5	5	1x	M	C			
	2x	2	4	2x	1	2	1x	2	2	4	9 B	33 Fc
							1x	1	1	2		
Total	3 B	1 Fc + 4 Fc = 5 Fc		3 B	5 Fc + 2 Fc = 7 Fc		3	15 Fc + 4 Fc + 2 Fc = 21 Fc				

Quadro 7: Funcionários das BMa (B – Biblioteca(s); C – civil; M – militar; Fc – Funcionário(s))

BFA	Funcionários Militares			Funcionários Civis			Funcionários Militares e Civis				Total	
	B	Fc	Total	B	Fc	Total	B	Fc		Total	B	F
	1x	1	1	--	--	--	1x	M	C			
			1				1x	2	2	4	4 B	19 Fc
							1x	8	3	11		
							1x	2	1	3		
Total	1 B	1 Fc			--		3 B	4 Fc + 11 Fc + 3 Fc = 18 Fc				

Quadro 8: Funcionários das BFA (B – Biblioteca(s); C – civil; M – militar; Fc – Funcionário(s))

Bibliotecas com DocBase			Bibliotecas com Porbase	Bibliotecas com outras aplicações (não de gestão integrada)
Com catálogo automatizado	Em fase de instalação	Bibliotecas que não devolveram o Questionário	Em fase de instalação	Com catálogo automatizado
BExto	BBCS	BSE	BRI13	BBSS
BAM	BCIE	BBA	-----	BDSM
BCoIM	BEMEt	BDGMG	-----	BETA
BDDHM	BIO	BDSE	-----	BRC6
BEPAM	BQGZMA	BEPA	-----	BRG2
BEPC	-----	BEPE	-----	BRI2
BEPI	-----	BEPST	-----	BRI3
BEPT	-----	BESPE	-----	-----
BEPSM	-----	BHMP	-----	-----
BIAEM	-----	BIMPE	-----	-----
BJE	-----	BRAAA	-----	-----
-----	-----	BRE1	-----	-----
-----	-----	BQGRMS	-----	-----
-----	-----	BQGZML	-----	-----
-----	-----	BQGZMN	-----	-----

Quadro 9: BEx – níveis diferentes de informatização

	BEx	Módulo de Aquisições	Módulo de Catalogação e Pesquisa	Módulo de Circulação e Empréstimo	Interface para Web	Outros	Postos de trabalho	Observações
DocBase comercializado pela DID e distribuído pela DDHM	BExto	----	√	----	----	√*	5	* Utilitários
	BAM	----	√	----	----	----	2	----
	BCoIM	√**	√	√**	√**	----	1	** Não utilizado
	BDDHM	√	√	√	----	----	1	----
	BBCS	----	√	----	----	----	1	Em instalação
	BCIE	----	√	----	----	----	----	Em instalação
	BEMEt	----	----	----	----	----	----	Em instalação
	BEPAM	√**	√	√**	----	----	----	** Não utilizado
	BEPC	----	√	----	----	----	1	----
	BEPI	√	√	----	----	----	----	----
	BEPT	----	√	----	----	----	1	----
	BEPSM	√**	√	√**	----	----	1	** Não utilizado
	BIAEM	√	√	√***	----	----	1	*** Módulo desenvolvido por técnicos da instituição
	BIO	----	√	----	----	----	1	Em instalação
BJE	----	√	----	----	----	1	----	
BQGZMM	----	√	----	----	----	1	Em instalação	
Porbase comercializado pela BN	BRI13	----	√	----	√	----	----	Em instalação
Aplicações desenvolvidas internamente	BBSS	----	√	----	----	----	1	----
	BDSM	----	√	----	----	----	----	----
	BETA	----	----	----	----	----	----	----
	BRC6	----	√	----	----	----	1	----
	BRG2	√	√	√	----	----	1	----
	BRI2	----	√	----	----	----	----	----
BRI3	----	√	√	----	----	1	----	
Total	24 B	7	21	7	1	1	19	----

Quadro 10: BEx – estado de informatização e distribuição modular do *software* utilizado nestas bibliotecas

Bibliotecas com Porbase	Bibliotecas com Docbase	Bibliotecas com outras aplicações (não de gestão integrada)	
		Com catálogo automatizado	Em fase de instalação
BCM	BIH	BISNG	BES
BEN	-----	BAMa	-----
-----	-----	BMM	-----
-----	-----	BAVG	-----

Quadro 11: BMa – níveis diferentes de informatização

	BMa	Módulo de Aquisições	Módulo de Catalogação e Pesquisa	Módulo de Circulação e Empréstimo	Interface para Web	Outros	Postos de trabalho	Observações
Porbase comercializado pela BN	BCM	-----	√	-----	-----	-----	3	-----
	BEN	√	√	√	√	-----	1	-----
Docbase comercializado pela DID	BIH	-----	√	√	-----	-----	5	Em instalação
Aplicações desenvolvidas internamente	BISNG	√	√	√	-----	-----	2	-----
	BAMa	-----	√	-----	-----	-----	1	-----
	BMM	-----	√	-----	-----	-----	1	-----
	BAVG	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	BES	-----	√	-----	-----	-----	-----	Em instalação
Total	8 B	2	7	3	1	-----	13	-----

Quadro 12: BMa – estado de informatização e distribuição modular do *software* utilizado nestas bibliotecas

Bibliotecas com o <i>software</i> Gestão de CDI	
Com catálogo automatizado	Bibliotecas que não devolveram o Questionário
BCDEMFA	BCOFA
BCMA	-----
BTSISFA	-----
BMA	-----

Quadro 13: BFA – distribuição do *software* utilizado nestas bibliotecas

Gestão de CDI	BFA	Módulo de Aquisições	Módulo de Catalogação e Pesquisa	Módulo de Circulação e Empréstimo	Interface para Web	Outros	Postos de trabalho	Observações
	BCDEMFA	√	√	√	√	---	2	----
	BCMA	*√	√	√	√	---	7	* Não utilizado
	BTSISFA	√	√	*√	√	---	2	* Não utilizado temporariamente
	BMA	*√	√	*√	√	---	1	* Não utilizado
Total	4 B	4	4	4	4	---	12	----

Quadro 14: BFA – estado de informatização e distribuição modular do *software* utilizado nestas bibliotecas

	BEX	Reg. em cat manual	Reg em cat automático	Nº func, incl dirigente(s)	Nº func com CECD e/ou BAD	Postos de trabalho	Orçamento da Biblioteca	Observações
** DocBase	* BExto	----	80.146	11	1 CECD	5	5.000,00 €	* Com fundo antigo
	BAM	19.130	15.220	3	1 BAD	2	----	* Com fundo antigo
	BColM	19.714	9217	5	----	1	----	* Com fundo antigo
	BDDHM	-----	2395	2	----	1	----	----
	BBCS	4926	-----	1	----	1	----	** Em instalação
	BCIE	1837	-----	1	----	----	----	** Em instalação
	BEMEt	3730	957	2	----	----	700 €	** Em instalação
	BEPAM	-----	2926	2	----	----	----	----
	BEPC	3015	-----	1	----	1	----	----
	BEPI	9380	-----	3	----	----	----	----
	BEPT	8709	1980	2	----	1	----	----
	BEPSM	12	3086	2	----	1	----	----
	BIAEM	19.033	12.888	4	1 BAD	1	----	----
	BIO	-----	-----	5	----	----	380,00 €	** Em instalação
	BJE	2700	900	2	----	1	----	----
	BQGZMA	1800	-----	----	----	----	----	** Em instalação
** Porbase	BRI13	3600	----	1	----	----	----	** Em instalação
*** Aplicações internas	BBSS	-----	1017	2	-----	1	100 €	*** Access
	BDSM	-----	1777	2	----	----	3.842,50 €	----
	BETA	-----	-----	1	----	----	----	*** Access
	BRC6	-----	2552	2	----	1	----	*** DBase IV
	BRG2	-----	3266	2	----	1	----	*** Access e Excel
	BRI2	----	320	1	----	----	700 €	*** Access
	BRI3	-----	2918	1	----	1	----	*** Excel
Total	24 B	97.586	141.565	58	3	19	10.722,50 €	----

Quadro 15: BEx – estado de informatização, funcionários, postos de trabalho e orçamentos

	BMa	Reg. em cat manual	Reg em cat automático	Nº func, incl dirigente(s)	Nº func com CECD e/ou BAD	Postos de trabalho	Orçamento da biblioteca	Observações
Porbase	* BCM	698	30.010	15	** 1 CECD	3	40.000,00 €	* Com fundo antigo; ** 1 elemento tem Bacharelato
	BEN	9048	2020	4	1 BAD	1	----	----
*** Docbase	BIH	-----	18.430	5	1+4	5	30.000,00 €	*** Em instalação
**** Aplicações internas	BISNG	7828	6685	2	----	2	**** 17.070,00 €	**** 10.500,00 € para conservação de bens (orçamento extraordinário); **** Access
	BAMa	2087	2177	1	----	1	----	----
	BMM	----	13.180	1	1 CECD	1	----	**** Access
	BAVG	----	----	1	----	----	----	**** Access
	BES	----	----	2	----	----	500,00 €	**** Access
Total	8 B	19.661	75.502	31	8	13	87.570,00 €	----

Quadro 16: BMa – estado de informatização, funcionários, postos de trabalho e orçamentos

	BFA	Reg. em cat manual	Reg em cat automático	Nº func, incl dirigente(s)	Nº func com CECD e/ou BAD	Postos de trabalho	Orçamento da Biblioteca	Observações
Gestão de CDI	BCDEMF A	100	4000	4	1+1	2	----	
	BCMA	2963 (BA1)	10.970	11	----	7	6.000,00 €	IAEFA
			3109				37.000,00 €	AFA
	BTSTSFA	4140	600	3	1 BAD	2	25.000,00 €	
BMA	3620	3600	1	----	1	65,00 €		
Total	4 B	10.823	22.279	19	3	12	68.065,00 €	----

Quadro 17: BFA – estado de informatização, funcionários, postos de trabalho e orçamentos

